

Diário do Legislativo de 04/09/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - Solenidade Realizada na 61ª Reunião Ordinária 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização do Fórum Técnico "Segurança Pública: Drogas, Criminalidade e Violência"

1.3 - 25ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização do Fórum Técnico "Segurança Pública: Drogas, Criminalidade e Violência"

1.4 - 26ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização do Fórum Técnico "Segurança Pública: Drogas, Criminalidade e Violência"

1.5 - 27ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização do Fórum Técnico "Segurança Pública: Drogas, Criminalidade e Violência"

1.6 - 58ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.7 - 59ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.8 - 44ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.9 - 45ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.10 - 46ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.11 - 47ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.12 - 25ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.13 - 26ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.14 - 27ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.15 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA EM 2/9/2010

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - Weliton Prado - Sargento Rodrigues - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Antônio Júlio - Braulio Braz - Doutor Ronaldo - Eros Biondini - Fábio Avelar - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - João Leite - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de quarta-feira, dia 8, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição de 8/9/2010.).

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 11/8/2010

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho e João Leite e da Deputada Maria Tereza Lara

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - 1º Painel: Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Exibição de vídeo - 2º Painel: Composição da Mesa - Registro de presença - Palavras do Sr. Ricardo Brisolla Balestreri - Palavras do Secretário Moacyr Lobato de Campos Filho - Palavras do Sr. Eduardo Costa - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - 3º Painel: Composição da Mesa - Palavras do Sr. Marcelo Eduardo Freitas - Palavras do Cel. PM Wilson Chagas Cardoso - Palavras da Sra. Andréa Ferreira Silva Araújo - Palavras da Sra. Geórgia Ribeiro Rocha - Esclarecimentos sobre os debates - Debates.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião à realização do fórum técnico "Segurança pública: drogas, criminalidade e violência", que tem como objetivos promover reflexão sobre os resultados das audiências públicas realizadas pela Comissão de Segurança Pública nas Regiões Integradas de Segurança Pública de Minas Gerais - Risps -; discutir os desafios impostos pela criminalidade, em especial pelo crime organizado e pelo tráfico de drogas, à sociedade e ao Estado, com vistas à melhoria das políticas de segurança e à integração de esforços dos diversos atores envolvidos no sistema de justiça criminal; discutir as políticas de prevenção à criminalidade e ao uso de drogas, sob a perspectiva da intersectorialidade com outras políticas públicas; avaliar as políticas públicas de tratamento da dependência química, refletindo sobre as possibilidades de interface com a experiência das comunidades terapêuticas e de outras iniciativas desenvolvidas pela sociedade civil; e discutir a vitimização de grupos sociais vulneráveis às diversas formas de violência.

1º Painel

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa, para o 1º Painel, os Exmos. Srs. Moacyr Lobato de Campos Filho, Secretário de Estado de Defesa Social, representando o Governador do Estado, Antonio Anastasia; Desembargador Francisco Kupidowski, representando o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cláudio Costa; Promotor de Justiça Joaquim Miranda, Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias Criminais e de Execução Penal, do Tribunal do Júri e da Auditoria Militar, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado, Alceu José Torres Marques; e Ricardo Brisolla Balestreri, Secretário Nacional de Segurança Pública e Vice-Presidente do Conselho Nacional de Segurança Pública; a Exma. Sra. Defensora Pública Luciana Moura, Coordenadora da Área Criminal da Defensoria Pública do Estado, representando a Defensora Pública-Geral do Estado em exercício, Jeanne Pereira Barbosa; e os Exmos. Srs. Waldir Silva Salvador de Oliveira, Superintendente da Associação Mineira de Municípios, representando o Presidente da referida Associação e Prefeito Municipal de Conselheiro Lafaiete, José Milton de Carvalho Rocha; Cel. PM Genedempsey Bicalho Cruz, Secretário de Segurança Urbana e Patrimonial de Belo Horizonte, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Márcio Lacerda; e Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. *Cloves Eduardo Benevides*, Subsecretário de Políticas Antidrogas; *Aloísio Andrade*, Presidente do Conselho Antidrogas de Minas Gerais e Coordenador do Fórum Nacional de Conselhos Antidrogas; e Paulo Alkmin, Ouvidor de Polícia.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos todos para, de pé, cantar o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

O locutor - Com a palavra, para seu pronunciamento, o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Moacyr Lobato de Campos Filho, Secretário de Defesa Social, representando o Governador do Estado, Antonio Anastasia; Exmo. Sr. Desembargador Francisco Kupidowski, representando o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cláudio Costa; Exmo. Sr. Joaquim Miranda, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias Criminais e de Execução Penal, do Tribunal do Júri e da Auditoria Militar, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado, Alceu José Torres Marques; Exmo. Sr. Ricardo Brisolla Balestreri, Secretário Nacional de Segurança Pública e Vice-Presidente do Conselho Nacional de Segurança Pública; Exmo. Sr. Cel. PM Genedempsey Bicalho Cruz, Secretário de Segurança Urbana e Patrimonial de Belo Horizonte, representando o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Márcio Lacerda; Exma. Sra. Luciana Moura, Defensora Pública e Coordenadora da Área Criminal da Defensoria Pública do Estado, representando a Defensora Pública-Geral do Estado em exercício, Jeanne Pereira Barbosa; Sr. Waldir Silva Salvador de Oliveira, Superintendente da Associação Mineira de Municípios - AMM -, representando o Presidente da entidade e Prefeito Municipal de Conselheiro Lafaiete, José Milton de Carvalho Rocha; Exmo. Sr. Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa; senhores parlamentares, minhas senhoras e meus senhores, é com grata satisfação que anuncio a presença de 698 inscritos. Desse total, 492 inscrições representam 228 instituições, e há 206 inscrições individuais.

É preocupante para as autoridades do Executivo e do Judiciário, para os membros deste Parlamento, para os agentes públicos responsáveis pela segurança e bem-estar da população, para os pais, educadores, profissionais da saúde e para toda a sociedade o avanço, em nosso Estado, dos números relativos a uso e tráfico de drogas.

Preocupa-nos também o fato de que a dependência e a comercialização de entorpecentes estão intimamente associadas aos indicadores de violência, entre os quais aqueles referentes a homicídios, e a constatação de que grande parte do público-alvo desse mercado é composta por adolescentes e até mesmo crianças.

Alia-se a esses fatores a evidência de que a disseminação das drogas não é mais um fenômeno restrito aos grandes centros urbanos e suas áreas periféricas, estando presente também, cada vez mais, nas pequenas cidades do interior do Estado e nas regiões rurais.

Estamos diante de um problema que requer ampla reflexão, com a participação de todos os setores que possam contribuir para resolvê-lo. Por isso convidamos para este fórum técnico representantes dos três níveis de governo, de movimentos sociais, de comunidades terapêuticas, de instituições públicas e privadas das áreas de saúde, educação, esporte e assistência social, da imprensa e de institutos especializados no tema. Por isso também realizamos, como preparação para este encontro, 20 audiências da Comissão de Segurança Pública da Casa nas diversas regiões do Estado, no período de agosto de 2009 a junho deste ano.

As propostas abordadas nessas audiências, juntamente com as sugeridas pelas comissões técnicas interinstitucionais e as informações, opiniões e esclarecimentos trazidos pelos palestrantes e debatedores, irão subsidiar os trabalhos de grupo e a sessão plenária final, da qual resultará um documento de proposições sobre o assunto. Temos certeza de que essas proposições constituirão uma rica fonte de orientação para o aprimoramento das políticas públicas de segurança, particularmente no que se refere ao uso e tráfico de entorpecentes.

Sabemos, a propósito, dos esforços que têm sido feitos nessa área pelo Poder Executivo e dos resultados alcançados, como a redução da taxa de crimes violentos no Estado, conforme atesta pesquisa da Fundação João Pinheiro baseada em ocorrências da Polícia Militar e da Polícia Civil. No entanto, a complexidade e a extensão do problema das drogas estão exigindo uma atenção mais abrangente, envolvendo os órgãos públicos e a sociedade.

Na Assembleia Legislativa, as questões relacionadas à segurança pública vêm sendo discutidas sistematicamente, seja em fóruns técnicos, ciclos de debates, conferências e seminários, seja em audiências públicas, realizadas nos Plenários da Casa e no interior do Estado. Como normas resultantes dessas iniciativas, podemos citar a lei que dispõe sobre a integração dos bancos de dados da Polícia Militar e da Polícia Civil; as leis delegadas que determinaram a criação e a estruturação da Secretaria de Defesa Social; e a resolução que deu origem à nossa Comissão de Segurança Pública. Também podemos lembrar, como ações desenvolvidas no âmbito deste Parlamento, a lei que criou o Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes e a instituição da Comissão Extraordinária de Políticas Públicas de Enfrentamento à Aids, às DSTs, ao Alcoolismo, às Drogas e Entorpecentes.

Pretende-se, com este fórum técnico, direcionar as experiências e conhecimentos do campo da segurança para a área específica do uso e tráfico de drogas, com a visão de que é preciso ampliar e articular as políticas públicas que possam incidir sobre a questão.

Agradecemos às autoridades presentes, aos expositores e debatedores, aos mais de 200 representantes das 67 entidades que se fizeram nossas parceiras na construção coletiva e na realização deste evento, aos telespectadores, àqueles que nos acompanham pelo "site" e a todos os que aqui compareceram, com a certeza de que as informações, reflexões e propostas apresentadas contribuirão para que avancemos rumo a uma sociedade mais segura e mais saudável. Muito obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor - Assistiremos agora a um vídeo institucional com imagens das audiências realizadas pela Comissão de Segurança Pública em 20 Municípios das 18 Risps, como etapa de interiorização deste fórum técnico. As propostas registradas nessas audiências públicas foram sistematizadas e servirão de subsídio para as discussões nos grupos de trabalho durante este fórum técnico.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente - A Assembleia Legislativa manifesta os seus agradecimentos às autoridades que participaram da abertura deste fórum técnico.

2º Painel

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - A Presidência convida a tomar assento à mesa, para o 2º Painel, os Exmos. Srs. Secretário Moacyr Lobato de Campos Filho; Desembargador Francisco Kupidowski; Promotor de Justiça Joaquim Miranda; Secretário Nacional Ricardo Brisolla

Balestreri; a Exma. Sra. Defensora Pública Luciana Moura; os Exmos. Srs. Waldir Silva Salvador de Oliveira; Cel. PM Genedempsey Bicalho Cruz; e Eduardo Costa, jornalista e apresentador do programa "Chamada Geral", da Rádio Itatiaia; e a Exma. Sra. Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa.

Boa tarde. Quero agradecer a presença de todos os que ajudam a construir este fórum técnico, todas as entidades, cidadãos e cidadãs de Minas Gerais que ajudam na efetivação deste importante fórum para Minas Gerais e para o Brasil.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença do Dr. Sadi, Chefe da Risp de Lavras, que estou vendo daqui. Consta aqui, nas anotações da Consultoria da Assembleia, um projeto que o Dr. Sadi tem lá - o Projeto 48 Horas -, que envolve as Polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros em ações integradas que consistem na mobilização da maioria dos policiais disponíveis visando ao esclarecimento de crimes de clamor público e violência no menor tempo possível.

Gostaria de saudar o Dr. Sadi e, ao saudá-lo, saúdo também todos os Chefes de Regiões Integradas, Comandantes e Coronéis. Gostaria que vocês me ajudassem identificando-se para que eu possa agradecer a atenção que todos tiveram.

Quero também registrar a presença da Juliana Campolina, que está na galeria, representante da Secretaria de Desenvolvimento Social. Ela esteve conosco. Estava lendo, Juliana, a sua contribuição dizendo que "segurança pública começa na escola, na educação, uma escola forte".

Quereria saudar também a ex-Deputada Lúcia Pacífico, Presidente do Movimento das Donas de Casa, de quem precisamos muito; e o Deputado Doutor Ronaldo, médico, que está ali atento, de pé o tempo todo, acompanhando a palestra do Dr. Balestreri. Quero ainda registrar a presença dos membros do Corpo de Bombeiros, que atualmente pouco atuam em incêndios: eles estão atendendo mesmo os acidentes na estrada - deslocam-se para uma estrada para atender a cinco mortes. Está conosco também o Prof. Aloísio Andrade, Presidente do Conselho Antidrogas, ali sentado, ao lado do Deputado Sargento Rodrigues, acompanhando atentamente. O Dr. Cloves Benevides está aqui me lembrando de que falei muito e não mencionei o Proerd, que atendeu mais de 1 milhão de crianças em Minas Gerais e consiste em um trabalho vigoroso da Polícia Militar do Estado.

Gostaria de saudar os Presidentes dos Conseps, na figura do Lincoln, do Consep Centro, e do Ernani, do Consep Calafate. Muito obrigado. Na figura desses dois Presidentes tão presentes e ativos, saúdo a todos os Conseps.

Registro a presença da Polícia do Legislativo, cujo Diretor, Luiz Fernando, está sempre muito atento.

Gostaria de registrar e agradecer a presença dos membros do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar e das Guardas Municipais de Belo Horizonte, Uberlândia e Ribeirão das Neves.

Registramos e agradecemos à Guarda Municipal de Uberaba a presença.

Gostaria de registrar que as Guardas Municipais de Contagem, Nova Lima, Sabará, Varginha, Sete Lagoas e Mariana também estão presentes neste seminário. Muito obrigado pela presença.

Registro, ainda, a presença da Escola Estadual de Jaboticatubas. Sejam todos muito bem-vindos. Com muito prazer, também registro a presença do Sr. Evaristo Francisco de Souza, Suboficial da FAB. Na verdade, ele foi árbitro de futebol há muito tempo e já me deu alguns cartões. Sempre usou sua autoridade, já era duro desde aquele tempo, e eu nem sabia que ele era militar.

O locutor - A Assembleia Legislativa de Minas Gerais informa que recebeu comunicado do jornalista Caco Barcellos, anteriormente convidado para este painel, justificando sua ausência em virtude da existência de orientação da emissora onde trabalha pela não participação dos seus funcionários em eventos promovidos por entidades políticas públicas em períodos eleitorais.

O Sr. Presidente - Inicialmente, agradecemos especialmente o apoio que tivemos da Secretaria de Defesa Social, por meio de seu Secretário, Moacyr Lobato, para o trabalho que a Comissão de Segurança realizou. Agradeço muito aos membros da Comissão, à Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Presidente; ao Deputado Rômulo Veneroso, ao Deputado Tenente Lúcio e a vários Deputados que muito nos ajudaram na elaboração do relatório e do trabalho que culmina com este fórum técnico. Agradecemos aos Deputados que sempre nos ajudaram e participaram, como o Deputado Sargento Rodrigues, aqui presente, que sempre esteve muito presente na discussão sobre segurança pública. Foi por iniciativa do Deputado que a Assembleia Legislativa iniciou esse trabalho e criou a Comissão de Segurança Pública, que, no início, foi presidida pelo Deputado em destaque. Agradecemos também à Deputada Gláucia Brandão, que sempre nos apoiou. Agradecemos às Polícias Civil e Militar, porque onde estivemos no Estado de Minas Gerais recebemos apoio das Polícias para obtermos todo esse relatório que hoje a Assembleia Legislativa detém. Agradecemos ainda ao Ministério Público, aqui presente na pessoa do Dr. Joaquim e na do Desembargador Francisco Kupidowski, que iniciou como Juiz na 1ª Vara Criminal, em Belo Horizonte, sempre com um trabalho muito destacado e reconhecido por todos nós.

Agradecemos à Defensoria Pública, que nos apoiou em todas as audiências no Estado. Agradecemos à Consultoria da Assembleia Legislativa, que produziu esse relatório, que é denso e com muitas informações. A Taquigrafia da Assembleia Legislativa produziu as notas taquigráficas. Temos documentos muito fortes. Agradecemos aos Drs. Lincoln, Gustavo, Vladimir e Ronald e à nossa assessoria, na pessoa da Daniela, todos muito envolvidos nesse trabalho que realizamos, por trazer essa impressão que nos deram essas visitas no Estado.

Agradecemos também à Polícia Federal e à Polícia Rodoviária Federal, que, preocupadas com a segurança pública, estiveram conosco em todos os encontros. São homens e mulheres realmente vocacionados, muito envolvidos com esse tema. Ficamos muito impressionados com o trabalho realizado pelas nossas Polícias.

Secretário Moacyr, voltamos com a impressão de que Minas Gerais é imensa e apresenta características muito diferentes. Assistindo a esse vídeo produzido pela TV Assembleia - que também nos acompanhou -, lembrei-me de que um dos maiores problemas de Unai é o roubo de bicicletas. A cidade é muito plana, e as pessoas reclamam a perda de suas bicicletas. Como Unai, há outros lugares, como Uberlândia e Uberaba, que se revelaram rotas de tráfico internacional, representando grande risco para a população. O nosso Estado faz divisa, no Triângulo, com Goiás, Mato Grosso e São Paulo. Especialmente o Estado de Mato Grosso sofre a interferência das drogas vindas da Bolívia e do Paraguai. Os números levantados pela Polícia Federal em Uberlândia são impressionantes: em um ano, foram apreendidos 1.200kg de maconha e 102kg de cocaína. Isso, sem considerar as apreensões feitas pelas Polícias Militar e Civil. O Sul de Minas já está identificado como a rota caipira, que nasce na Bolívia, atravessa o Mato Grosso, entra na região de São Paulo - Mojiguaçu, Mojimirim, Campinas - e no Sul de Minas Gerais, trazendo uma insegurança muito grande para a população.

Ficamos impressionados também com as prisões realizadas pelas nossas Polícias. Já são 49 mil presos no Estado de Minas Gerais. Lembro-me de que, na CPI de 1997, tivemos a informação de que havia 12 mil presos em Minas Gerais. Em 12 anos, esse número cresceu bastante. Se as Polícias continuarem a prender dessa maneira, serão 79 mil presos em 2011, em Minas Gerais. Este fórum técnico traz grande expectativa para nós e para as entidades parceiras que nos ajudaram a construí-lo. Nossas Polícias realizam um trabalho firme, estão prendendo quem trafica, mas logo surge outro traficante no lugar. Então, é importante intervir, fazer a prevenção, tratar o usuário, o dependente de drogas, para quebrarmos as pernas do tráfico.

Amanhã, a Mesa terá a presença da Dra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento do Estado, que falará sobre intersectorialidade, sobre a união da educação, esporte e juventude. Tratará da união das áreas do governo e dos Municípios na luta contra as drogas. As Polícias estão realizando o seu trabalho com competência, mas só venceremos com a união de toda a sociedade, que precisa apoiar essa integração que está acontecendo em Minas Gerais.

Registro aqui um ponto positivo que encontramos no trabalho das Polícias Civil e Militar. É interessante que, em alguns lugares, há a presença firme das guardas municipais, contribuindo, ajudando, participando. Em outros lugares, há também a presença da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. Então, o trabalho das Polícias tem alcançado êxito, mas falta o outro lado, o nosso, que é o trabalho da prevenção. Vejo aqui a Carmen Rocha, Presidente do Conselho Estadual da Mulher, e fico pensando em como essas mulheres são importantes. Essas mães são fundamentais na prevenção, na retirada desses jovens e dessas crianças do universo das drogas.

Termo falando de um momento ocorrido na audiência de Lavras, quando a Secretária Municipal de Assistência Social relatou à Comissão de Segurança Pública que naquela semana havia internado em uma clínica 10 crianças de 10 e 11 anos de idade viciadas em "crack". Esse é um desafio para toda a sociedade, especialmente para as mães que sentem o dever de acompanhar e ajudar seus filhos. Que elas se juntem a este grande esforço de prevenção e união de todos os órgãos mineiros - que têm felicitado tanto o nosso Estado - no combate a essa droga. Por isso as 67 entidades reunidas escolheram este tema para o fórum técnico: "Segurança pública: drogas, criminalidade e violência", porque a maior parte da violência em Minas Gerais é causada pela dependência das drogas.

Gostaria de saudar o Secretário Cloves Benevides, que tem feito um grande trabalho e esforço em Minas Gerais, além de ser colaborador deste fórum e das famílias quanto ao tratamento e à recuperação do dependente.

Palavras do Sr. Ricardo Brisolla Balestreri

Muito boa tarde a todos. Quero, em nome do Ministro Luiz Paulo Barreto, em meu próprio nome e no da nossa equipe da Secretaria Nacional de Segurança Pública, cumprimentar todas as autoridades presentes. Permitam-me, em nome do nosso querido parceiro Presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputado João Leite, e em nome do meu colega Secretário Moacyr Lobato - hoje uma das figuras exponenciais na liderança do Colégio Nacional de Secretários Estaduais de Segurança Pública, que vem se destacando e honrando profundamente Minas -, cumprimentar igualmente a nossa querida parceira Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública, e também os Deputados Tenente Lúcio e Rômulo Veneroso. Cumprimento também as 70 entidades, que são muito importantes. Gostaria de mencionar todas elas, mas o tempo é curto.

Vendo o prospecto, fiquei admirado com a pujança deste evento, com o trabalho que foi feito. Quero, particularmente, citar colegas e operadores diretos de segurança pública, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, os nossos Peritos, as guardas municipais, todas as associações, os sindicatos, enfim, os entes representativos, e os Conselhos Comunitários de Segurança Pública, que enriquecem sobremaneira este evento.

Ao lado, vi uma congregação grande de entidades religiosas e comunitárias, associações e grêmios estudantis. Realmente, Minas, mais uma vez, está de parabéns na promoção de um evento cujo tema é tão candente para a sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, congregador das mais diversas forças e tendências. Muitas vezes vemos em Minas essa superação e transcendência de diferenças eventuais e a congregação em torno de objetivos maiores.

Hoje encontrei várias amigas e amigos. Pelo carinho que tenho por todos os presentes, permitam-me saudá-los, assim como às pessoas que se encontram nas galerias, em nome do Dr. José Francisco da Silva, querido amigo - aliás, o primeiro que me trouxe a paixão por Minas Gerais quando ainda era Secretário de Direitos Humanos. Homenageio esse meu amigo que me levou por todo o interior do Estado. Viajamos muito. Aprendi com o Zé a amar Minas Gerais. Não digo isso para fazer média. Na verdade, é uma gente encantadora de um Estado encantador. Carregando-me por aí, o Zé me mostrou o valor, a riqueza e a grandeza da gente de Minas. Serei sempre muito grato a ele, por toda a vida, pois isso me enriqueceu a vida, a cultura e a trajetória. Na época, eu devia ser Presidente da Anistia Internacional e nem trabalhava em estrutura estatal. Começamos a ministrar aulas de direitos humanos para policiais e guardas municipais. Então, andamos bastante. Quero homenagear todos os presentes, seja os que não conheço pessoalmente, seja aqueles com os quais convivo há anos, na figura desse amigo.

O tema escolhido pelos senhores é fundamental: drogas, criminalidade e violência. Esses temas mexem conosco do ponto de vista não apenas profissional, mas também pessoal, familiar e humano. Dessa forma, esses debates congregam a sociedade brasileira. Minas salta à frente. Não havia visto ainda, Deputado João Leite, um evento que congregasse um leque tão grande de entidades para discutir esse tema. Isso é sinal de que, em Minas, há percepção de que crime, segurança pública, drogas e violência são um tema que pertence a todos nós, e não, apenas aos Estados. Está bem definido na Constituição brasileira que a responsabilidade é de todos. Estamos congregados em torno desses dramas que afetam profundamente a família mineira e brasileira. Quero ressaltar que essa discussão se torna ainda mais importante porque, sem segurança pública e num clima de violência, obviamente propiciado pelas drogas, certamente não há desenvolvimento nacional.

Neste curto espaço de tempo posso apenas citar duas grandes pesquisas da Universidade de Harvard - talvez a maior referência do planeta nesse assunto. Uma delas é do Prof. Robert Putnam e trata da importância da formação de redes de engajamento cívico para haver desenvolvimento nacional. Quero convidá-los agora a fazer um "link" entre segurança pública e desenvolvimento nacional e, além disso, afirmar, de forma peremptória, que sem segurança pública é impossível haver desenvolvimento. Aliás, pode haver até progresso linear e riqueza acumulada nas mãos de poucos. No entanto, desenvolvimento, no sentido da participação e do bem-estar de todos, sem segurança pública não pode ocorrer. A primeira pesquisa de Putnam diz o seguinte: países que não formam redes de engajamento cívico nem voluntariado popular não se desenvolvem. Putnam começou pesquisando na Itália e depois abrangeu o resto do mundo, incluindo o Brasil. Ora, onde o crime e a violência dominam, não se formam redes de engajamento cívico com a devida e apropriada força de que necessitamos. Por quê? Porque onde o bandido domina, o povo tem medo de formar redes livres de engajamento, já que a pata aplastadora da atividade criminal não permite.

Outra pesquisa é do Prof. David Landes, também de Harvard, sobre a história da riqueza e da pobreza das nações. Ele traz um segundo elemento ao dizer que países que não formam redes de empreendedorismo econômico popular - e traduzo para o nosso país: se, na vila, na favela, nos lugares mais simples, mais pobres do País, a D. Maria, o Sr. João, o Sr. José não podem ter uma vendinha no fundo da casa, não podem ter uma pequena empresa familiar; se não há clima, por causa da violência, para investir popularmente na economia - estão fadados ao subdesenvolvimento. É preciso que a atividade econômica parta também de baixo para cima. Ai há um segundo interdito contra o subdesenvolvimento de uma nação - o primeiro, como disse, é a questão da carência de um ambiente de formação de redes de engajamento popular, de lideranças populares autônomas não submetidas aos constrangimentos do crime -: a possibilidade de o povo simples, humilde, investir em pequenos negócios, crescer de baixo para cima. O terceiro e grande interdito está relacionado à educação de qualidade. É quase uma redundância falar nisso porque, se é educação, deve ser de qualidade. É um consenso mundial que países que não fornecem educação ao

seu povo não se desenvolvem.

Quero aqui fortemente diferenciar educação de mera escolarização. Podemos escolarizar um povo inteiro - o que também é preciso, mais ainda é pouco -, e esse povo continuará deseducado, porque educação, na perspectiva para a qual nos alertava Paulo Freire, é sempre para a formação da autonomia moral e intelectual, para a capacidade de pensar por si só, de ser criativo e de conviver em harmonia. Se não há esses valores envolvidos, não há educação: o que há é mera transmissão acrítica, amorfa e inócua de conteúdos. Onde o crime domina, minhas amigas e amigos, não é possível haver educação.

Sou um sujeito muito pé no chão, gosto de exemplos simples e práticos. Trago aqui um exemplo que ouvi em uma grande Capital, quando fui dar uma palestra sobre educação em direitos humanos em uma escola de periferia, em um bairro violento da cidade. Ao final de minha palestra, um professor de História, meu colega, já que também sou professor de História, me disse que tudo aquilo era muito bonito, que já havia tentado, mas que não dava para fazer. Perguntei a ele por que, e ele me respondeu com um exemplo. Ele disse que dava aula de História Antiga para os alunos e que, alguns dias antes, ao falar sobre a formação do feudalismo na Europa, tinha feito o que chamamos de uma ponte didática entre passado e presente. Ele disse aos alunos que, se pensassem sobre os setores ricos e pobres de sua cidade, poderiam entender melhor o feudalismo na Europa, que se formou particularmente buscando segurança em torno dos grandes senhores feudais. Ele disse aos alunos que cada vez mais a classe média e os ricos moram fechados em condomínios com segurança privada - isso hoje representa no Brasil, formal e informalmente, Secretário Lobato, um exército maior até que o nosso contingente de segurança pública, como o senhor sabe -, cada vez mais as classes médias e os ricos se conformam, e cada vez mais os pobres são submetidos ao tacão da ditadura objetiva, da tirania do crime que domina grande parte das vilas e favelas brasileiras. E por aí ele foi.

Perguntei a ele por que não deu certo, ao que ele me respondeu que, na aula seguinte, um aluno que se sentava no fundo da sala tentou atingir sua mão com um punhal. Ao final da aula, esse aluno o "juntou pela gola" - foram os termos que ele usou -, espremeu-o contra a parede e disse que nunca mais deveria abrir a boca para criticar o movimento. Os senhores sabem que movimento é esse: o de quem dominava o lugar.

Horrorizado, olhei para a fila da frente, onde estava a Diretora, e usei uma expressão bem "gauchasca": Mas que barbaridade! O que vocês fizeram? Jamais me esquecerei da Diretora da escola ficando vermelha e me dizendo: "Não fizemos nada, queremos continuar vivos". A parte mais triste foi ouvir o professor de História dizer: "Eu fiz: revisei todo o conteúdo programático do ano e retirei tudo que pudesse ofender os bandidos".

Que educação é possível onde não há liberdade? Como falar em educação sem liberdade? Como acreditar que esses professores, por mais heroicos que sejam, premiados pela violência da criminalidade, conseguirão trabalhar a formação de valores morais com seus alunos? Para ser efetivamente desenvolvido, o nosso Brasil, um país que caminha acelerado no sentido do seu enriquecimento, precisa passar pelos caminhos da segurança pública. No entanto, somos um país que conta com mais de 45 mil homicídios por ano. Isso é uma tragédia.

Há algum tempo, recebi o Chefe de Polícia de Israel, um país que vive em guerra permanentemente. Ele veio com seu tradutor e, quando disse que temos 45 mil homicídios por ano em média, ele pediu que repetisse a tradução três vezes. Ele dizia que era impossível, e eu dizia que não, infelizmente.

Obviamente, a maior parte disso tudo está ligada à questão das drogas, particularmente o álcool, além das outras drogas consideradas mais pesadas, mas tão pesadas quanto o álcool. Se juntarmos 37 mil mortes por ano, no trânsito, relacionadas a drogas, haverá 82 mil mortes geradas pela violência no País. Não conheço os números em Minas, mas, seguramente, o País todo está imerso nessa cultura, por melhor que seja o trabalho que fazemos. Quero frisar que 82 mil pessoas significam quase a população de um Município de médio porte morrendo desnecessariamente por ano. Não se trata de morte natural, mas de morte violenta. É estranho que isso não nos cause espanto e horror, é estranho que isso esteja tão banalizado na cultura nacional e não nos deixe absolutamente horrorizados.

Isso tem tudo a ver com as drogas, e por isso o tema foi muito bem escolhido. A criminalidade não está somente em volta da questão das drogas, mas se estrutura no planeta inteiro particularmente em torno disso. Quero recomendar a todos um livro bastante acessível e de boa leitura: "Ilícito", do Dr. Moisés Naim, um dos ex-Diretores do Banco Mundial, que se especializou dramaticamente na questão das drogas. Lendo esse livro, chegamos a uma conclusão profundamente incômoda sobre a indústria da droga e do crime. Vou dizer uma coisa muito desconfortável a vocês e a mim: essa indústria é tão pujante que, se a retirássemos de cena abruptamente, haveria uma crise no sistema capitalista mundial. Queridos colegas da mídia, é óbvio que não estou defendendo o não combate ao crime organizado para não causar uma crise no capitalismo internacional, pelo contrário, temos que combatê-lo fortemente. Mas essa é, talvez, a mais pujante indústria do planeta.

Quero chamar a atenção, em primeiríssimo lugar, para a questão do álcool, esquecido por muitas pessoas quando falamos em drogas. É o álcool, seguramente, a droga "mater" da geração do consumo de todas as outras drogas, a porta de entrada para o uso de drogas, para a violência interpessoal e no trânsito e para as doenças sexualmente transmissíveis.

Acho muito estranho ver, em época de carnaval, propagandas seguidas de camisinha e de cerveja, que me parecem duas coisas absolutamente incompatíveis. Obviamente, depois de certa quantidade de cerveja, todos são deuses e deusas e não precisam mais se proteger. Esse é um dos efeitos da supressão do superego, da autocrítica, da autocensura, etc.

Temos de lembrar também do álcool, que no Brasil está matando uma geração inteira de jovens. E neste país o álcool tem um nome específico, do ponto de vista da banalização do consumo popular: cerveja. Nos raros momentos em que consigo férias, fico escandalizado com esse consumo. Gosto muito de mar, de praia. Aliás, permitam-me esta brincadeira: disseram a um mineiro que Minas é perfeita, mas lhe falta uma coisa, o mar; e o mineiro respondeu que não é Minas que não tem mar, é o mar que não tem Minas. Porém, em minhas raras ocasiões de férias, fico escandalizado ao ver, à beira da praia, que as pessoas, ao invés de aproveitarem a areia e aquele belo mar para caminhadas, por exemplo, empanturram-se por todo o dia de gulodices e bebidas e muitas vezes acabam morrendo por conta disso ou dando trabalho aos nossos bombeiros. Que mundo é este, que sociedade é esta a que chegamos? E que hipocrisia é esta que não leva em conta essa droga tão profundamente danosa? Eu diria até que é a mais danosa de todas, pois é a que abre as portas para as demais.

Não quero ser chato nesse discurso, mas quero lembrar também do tabaco, que é uma droga lícita. Há hipocrisia no trato com o tabaco - embora talvez menos que com o álcool -, mas ele também é uma droga. Juntas, essas duas drogas ocasionam, pelo que me lembro, em torno de 8 milhões de mortes. Vemos muitos pais e mães apavorados com a maconha. Não digo que devam se "desapavorar" - embora o pavor nunca seja bom conselheiro, porque impede o diálogo -, mas quero que se lembrem de que, em suas festinhas, com o consumo de álcool, nossos filhos e filhas são submetidos a fatos muito mais dramáticos que com o consumo de qualquer outra droga, com as poucas exceções das drogas de efeito mais rápido e danoso, como é o caso do "crack". Mas o álcool é o grande vilão, o grande matador da juventude, somando-se ao tabaco para provocar essas 8 milhões de mortes por ano.

Obviamente, temos de lembrar também da cocaína e, particularmente, do "crack", que são drogas criminosas, geradoras de criminalidade. Pelos 5 a 10 minutos de barato provocado pelo "crack" - se é que dura tudo isso, o que depende das peças usadas -, é possível que se mate e se morra por quaisquer R\$5,00 ou R\$10,00. O "crack" é realmente uma droga assustadora e devastadora, do ponto de vista da nossa juventude, porque logo transforma os jovens ou as pessoas que o consomem em verdadeiros zumbis transitando pelas ruas, sem aparente

saída ou alternativa.

Quero lembrar, rapidamente, que, por trás da violência e das drogas, temos quatro grandes características. A primeira é a crise de valores. Não quero fugir da responsabilidade de homem público, de homem do Estado, mas quero dizer que essa responsabilidade é do conjunto da sociedade, não só nossa, do Estado. Vivemos uma crise de anomia, de ausência de valores morais e de autoridade na sociedade. É isso o que acontece quando a família deixa de exercer o seu papel, quando entrega os jovens para a escola, esperando que esta resolva os seus problemas; quando a escola lamenta que a família não os tenha resolvido e também não os resolve, quando se torna uma mera transmissora de conteúdo - química, física, matemática e biologia - e não educa; quando a religião verdadeira - sei que o Estado é laico, mas, como homem cristão, é algo que tenho de dizer, ainda que me doa - que domina este planeta não é, como se diz no mundo ocidental, o cristianismo, mas o consumismo louco, tresloucado e desenfreado, único sentido da vida apresentado a toda uma jovem geração de pessoas.

Quando os templos não são as igrejas, mas os "shoppings" - e não tenho nada contra eles e o consumo, mas contra limitar-se a vida a isso -, como esperar formação de valores morais? Quando os adultos estão completamente ausentes; quando os paramentos da religião contemporânea são o tênis, o boné de marca e o bermudão caindo; quando, para usar os paramentos da religião totêmica do mundo contemporâneo, os totens do consumo atual, vale tudo, e muitas vezes vale até matar e morrer. Jamais me esquecerei de uma palestra que ministrei aqui, em Minas. Citei a marca de um tênis que, hoje, de maneira mais pública, não citarei novamente, quando disse: por ele se mata e se morre. Talvez o Zé ou o Paulo se recordem de um casal que estava à minha frente: eles começaram a chorar copiosamente. Aquilo foi profundamente doloroso para mim, ao final da palestra, quando me disseram: "nosso filho morreu para alguém roubar o tênis dessa marca que ele usava". Então, nós nos escandalizamos, mas isso é o produto da nossa cultura, daquilo que chega a essa juventude, um contexto em que, se não tiver força moral e exemplo de pai, mãe ou de professores e uma espiritualidade de verdade, restará a ela viver para consumir.

Os jovens das classes média e alta estragam sua vida com o objetivo exclusivo de consumo, mas têm esse poder de consumo. Quanto aos mais pobres, se não tiverem presença de valores morais em sua vida, serão atraídos pela violência que leva ao consumo. Obviamente, isso não acontece com a maioria dos pobres, e, sim, com aqueles que não têm a presença de pai, mãe ou professor. Ou seja, isso estraga a vida dos jovens ricos e pobres, pois eles se limitam a viver exclusivamente para consumir, o que gera violência e criminalidade.

O segundo fator é a má distribuição de renda. Não é a pobreza que gera crime. Se a pobreza o gerasse, a cidade do Cairo, com 14 milhões de miseráveis, seria uma das mais violentas do planeta, o que não acontece. O que gera crime é a somatória de ideologia, de uma "religião" consumista com a má distribuição de renda, ou seja, o pouco poder de ir ao "shopping" para comprar e consumir.

O terceiro elemento é a indústria do crime, a que me referi.

O quarto elemento é a ausência de um Estado legitimado na vida cotidiana da população. Aí entramos no modelo brasileiro de segurança pública. Em que pese o heroísmo dos nossos policiais militares e civis, dos guardas e bombeiros, o modelo contemporâneo brasileiro de segurança pública é ausente na vida das pessoas. Jogamos os nossos policiais militares, que bravamente, em meados dos anos 50, criaram um embrião de proximidade, Cosme e Damião - na minha terra, são chamados de Pedro e Paulo -, para circular em tresloucadamente pela cidade em viaturas, dando a impressão de segurança pública, o que não é segurança efetiva. Conheço todas as exceções. Quanto aos policiais civis, nós os jogamos atrás das mesas das delegacias, quando deveriam investigar no meio do povo. A ausência flagrante desses modelos policiais também gerou anomia e abandono no meio do povo. Precisamos construir, com os nossos parceiros da segurança pública - essa segurança não é apenas polícia, impacto fundamental na transformação moral da sociedade -, modelos de polícia de proximidade, ou seja, é preciso ter um policial do qual sabemos o nome e sobrenome, e que também saiba quem somos e onde moramos. Conteí isso a uma jornalista do jornal "O Globo", Vera Araújo, que entendeu bem a mensagem e publicou uma matéria de página inteira que ajudou a chamar a atenção para as Unidades de Polícia Pacificadora - UPPs - no Rio de Janeiro. O título da matéria foi "Um policial para chamar de seu". Então conteí a ela - tenho 52 anos e morava com meus pais num sobrado - uma das poucas lembranças infantis que tenho, a de quando, frequentemente, meus pais diziam: "vamos descer para discutir esse problema com o nosso policial". E esse policial não era do Estado, das elites ou dos interesses, mas, sim, o nosso policial, do qual nós, comunidades, nos orgulhávamos, e ele também se orgulhava de ser o policial da comunidade. Devemos reconstruir esse processo.

Agradeço muito a paciência das senhoras e dos senhores. É claro que o tema fica bastante inconcluso, mas poderemos aproveitar um pouco mais depois. Concluo esta parte formal - havia dito que o Estado é laico, mas eu não sou - dizendo que, mesmo o Estado sendo laico, não há nenhum problema em ele se inspirar na sabedoria universal. Eu a concluo como já concluí dois ou três trabalhos aqui em Minas, dizendo três metáforas provocativas do nosso papel, o das lideranças do Estado e de todas as organizações populares. Diria que a grande "consigna", o grande desafio que temos pela frente é sermos o sal da terra, o fermento na massa e a luz no mundo. Tecnicamente, essas são consideradas metáforas de grandeza, que significam que uma pequena pitada de sal transforma o gosto da comida, uma pequena pitada de fermento transforma a massa informe.

Nem sei se Jesus... Obviamente, não havia conhecimento sociológico articulado naquela época. Mas há algo que serve para o conhecimento da sociologia, hoje: a diferença entre povo e massa é que povo tem consciência, e massa, não. Temos de ser essa pitada de fermento - ainda que poucos, ainda que pequenos - que transforma a massa num alimento saboroso, em algo com sentido.

Finalmente, a última metáfora, da qual gosto mais: somos a luz, e a luz não é feita para ficar escondida. Essa metáfora me encanta muito, pois uma simples e pequena chama debela uma grande quantidade de escuridão. Gostaria de dizer a vocês que nós, do governo federal, assim como o governo estadual, estamos fazendo a nossa parte. Numa outra ocasião poderia falar para vocês sobre uma série de programas de educação das polícias, das guardas e dos bombeiros, alguns de caráter monumental. Sem nenhum ufanismo, temos hoje no Brasil o maior programa de educação policial do planeta. Seguramente, cada um de vocês, se está aqui, é porque está fazendo a sua parte. Que essas metáforas nos estimulem para que sejamos realmente o sal da terra, o fermento na massa e a luz no mundo e que, a partir da nossa presença, onde estivermos, na nossa família, na nossa comunidade de trabalho, na nossa comunidade de moradores, na nossa intervenção social, na nossa militância, na Assembleia Legislativa ou nas nossas comissões, façamos a diferença para que este mundo nos entristeça menos quando ligarmos no noticiário diariamente e evolua para um processo de bem viver, que significa colocar-se sempre no lugar do outro e pensar no que é melhor para a coletividade. Muito obrigado.

Palavras do Secretário Moacyr Lobato de Campos Filho

Senhoras e senhores, boa tarde. Antes de saudar os presentes, digo que, de bom grado, cederia alguns dos minutos que me são reservados para podermos ouvir ainda mais o Prof. Ricardo Brisolla Balestreri, mas, como o tema é isonomicamente distribuído do ponto de vista do tempo, desejo saudar o Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, o Deputado João Leite, em cuja pessoa saúdo todos os integrantes da Mesa e todos os presentes ao fórum técnico "Segurança pública: drogas, criminalidade e violência", em especial os integrantes do Sistema de Defesa Social de Minas Gerais: os Oficiais e praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar; os Delegados, Investigadores e Peritos da Polícia Civil; os Defensores Públicos, enfim, todos os que integram o que se convencionou chamar - e foi convencionado em termos de lei - Sistema de Defesa Social.

Se me permitem, antes de entrar no tema e por uma questão absolutamente própria, desejo fazer o registro de que nesta data, 11 de agosto, comemora-se o Dia do Advogado. Como advogado público e servidor público estadual há mais de 27 anos, tendo a minha querida Advocacia-Geral do Estado como minha casa, quero, na oportunidade, saudar a todos os Bacharéis em direito e os que efetivamente exercem essa tão

nobilitante profissão.

Dito isso, assevero aos senhores que o fenômeno da criminalidade, a intensificação do tráfico de drogas e o crescente número de homicídios verificados no País como um todo e, em especial, em Minas Gerais propuseram o desafio da elaboração de um sistema que tivesse - como de fato tem - como mote, como palavra-chave, integração para o enfrentamento devido dos fenômenos de criminalidade. Mas não se restringe a eles, estendendo-se mais um pouco em direção ao bem-estar de nossa sociedade. Daí por que o sistema não é apenas de segurança pública, mas também de defesa social, uma vez que traz para si valores essenciais à nossa qualidade de vida. Isso se deu pelas razões conhecidas e pelo aumento espantoso das taxas de homicídios no Brasil.

Por exemplo, de acordo com o Instituto Sangari, de 30 homicídios por 100 mil habitantes em 1980, esse número passou para mais de 50, em 2007 - e esses dados envolvem jovens de 15, 16 até 25, 28 anos -, enquanto a taxa de mortalidade decorrente de homicídios decaiu no País, no que se refere a outras idades que não aquele grupo específico de altíssimo risco, de 21 para algo em torno de 19 entre 100 mil habitantes. É claro que esta é uma razão específica e preocupante no tocante à necessidade de um enfrentamento moderno, atual, corajoso, com uma perspectiva de sistema, não mais com um enfrentamento da questão por compartimentos estanques, compatíveis, sim, com uma outra época, com outro estágio de desenvolvimento ou situação tão magistralmente descrito pelo Prof. Balestreri, nosso Secretário Nacional de Segurança Pública. É claro que esse desafio demandou o enfrentamento, que não é ainda suficiente.

Não venho aqui, pura e simplesmente, para tecer loas nem para fazer um autoelogio em relação à política implementada em Minas, mas para dizer aos representantes das 67 entidades presentes neste fórum técnico e aos mais de 500 inscritos que refletem corajosamente sobre um tema de tão aguda contemporaneidade como este - violência, drogas e criminalidade - que não há outro meio de enfrentarmos questões como as que são postas nos nossos dias se não estivermos diante de uma situação clara e que tenha na integração a sua mais refinada expressão. Essa é uma integração que não pressupõe apenas a ação conjunta de instituições como as Polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros Militar. É claro que a integração passa por isso, mas se expande e transcende esses limites para atingir outros níveis, para ter sob o mesmo enfoque sistêmico a questão prisional, para ter sob o mesmo olhar de grupo, de conjunto a questão das medidas socioeducativas. E esta é a experiência que se estabelece nos dias de hoje, em Minas Gerais.

Todavia, é claro que essa integração vai além disso, visto que pressupõe a indispensável aproximação do Poder Judiciário, do Ministério Público, das entidades representativas de nossa sociedade civil organizada. É claro que falta ainda uma aproximação maior com a Polícia Rodoviária Federal e com a Polícia Federal. E essa é uma questão que certamente constará nos relatórios hauridos das mais de 20 reuniões especiais e audiências públicas que resultaram neste fórum técnico, que contém um extraordinário subsídio para a formulação de políticas públicas devotadas ao combate à criminalidade e ao tráfico, mas está atento - atentíssimo - à irmã gêmea da repressão, que é a prevenção, estabelecida esta em seus mais diversos níveis: prevenção à criminalidade, com programas específicos como os existentes no âmbito do Sistema de Defesa Social em Minas, como Programa Fica Vivo, que atende menores, adolescentes e jovens carentes em comunidades de alto risco.

Os programas Mediar ou Mediação de Conflitos, estabelecidos nos âmbitos das Polícias Civil e Militar, são outros exemplos. Eles têm não propriamente a roupagem de uma corte arbitral que vá resolver os problemas enfrentados pelos habitantes, pelos moradores daquelas comunidades, mas preocupam-se muito mais com o devido encaminhamento desses temas, com a solução pacífica dos conflitos. Há programas como o Proerd, lembrado aqui pelo Presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputado João Leite, que tem inspiração em medida semelhante nos Estados Unidos. Nele a Polícia Militar se devota ao conhecimento e à penetração em escolas públicas e particulares para mostrar aos nossos jovens em que perigos o consumo de drogas pode resultar. Há programas como a nossa festejada Central de Penas Alternativas - Ceapa -, que, Sr. Presidente, como é do conhecimento de V. Exa., foi objeto de agradecimento e de reconhecimento em iniciativa da ONU, em congresso realizado em Salvador, na Bahia, no mês de maio. Ele não é exclusivo da Defesa Social; muito pelo contrário, expande-se com a participação absoluta da Defensoria Pública, do Poder Judiciário e do Ministério Público. Enfim, há um conjunto expressivo de medidas, um conjunto forte de iniciativas que têm por foco debelar, combater, inibir, sim, da perspectiva da repressão qualificada, das ações que se empreendem conjuntamente pelas forças de segurança pública, o tráfico de drogas.

Percebam, e todos sabem disso, que o tráfico do "crack" obedece a uma lógica diferente de uma situação, quem sabe já estabelecida, como a da cocaína. Ele é miúdo em quantidade e em valor. Só é expressivo no potencial de destruição que carrega com ele mesmo. Assim, é indispensável reconhecer que este fórum terá, sem dúvida alguma, o condão de, associado a tantas conclusões já havidas aqui nos próprios relatórios das audiências públicas, às políticas de Estado que são implementadas no âmbito da defesa social, gerar grandes resultados. Ouso dizer aos senhores que não se trata mais de programas de governo; trata-se de iniciativas de Estado que pertencem à cidadania, porque produziram resultados expressivos, contundentes ao longo do tempo relativamente à redução expressiva, considerável, contínua da criminalidade violenta de maneira geral e dos homicídios em particular.

Secretário Balestreri, se são 45 mil homicídios no Brasil - algo em torno disso no ano passado -, ainda, infelizmente, respondemos com algo próximo a 3.500 casos no Estado de Minas Gerais. Mas todo esforço que vem sendo empreendido já resultou numa redução de fato, objeto de reconhecimento expresso pelo País afora. V. Exa. não tem poupado elogios a uma atuação firme, muito serena e muito contundente do sistema de defesa social em Minas.

Este fórum, em dois dias e meio, de hoje até o dia 13 de agosto, com certeza trará outros subsídios, outros olhares, outras abordagens que, de fato, contribuirão, e muito, para o encaminhamento de soluções.

Do ponto de vista da defesa social, digo aos senhores que está em elaboração o Plano Estadual de Combate às Drogas. Está no início ainda, em fase de formulação, com questionários distribuídos às nossas instituições de segurança pública, à Polícia Militar, à Polícia Civil, ao Corpo de Bombeiros Militar e também à Defensoria Pública, para que as instituições nos tragam seus olhares, sua percepção, a fim de sabermos o que entendem sobre o que está ocorrendo entre nós e quais as soluções que se apresentam. A consciência para a vida, manifestada por meio de iniciativas como este fórum técnico "Segurança pública: criminalidade, drogas e violência", traz a oportunidade de tratarmos de temas tão próximos e tão relacionados entre si e com consequências que são por todos nós conhecidas. Essa contribuição será muito bem-vinda ao sistema, porque nenhum de nós terá a coragem de se entender como titular de determinada ação, inventor dos programas e pai das soluções. Afinal, esse é um problema que atinge a todos. No entanto, este evento representa exatamente a grandeza de compreensão desse fenômeno, aliado à coragem de enfrentamento dos temas. Se, no âmbito do sistema de defesa social, muito foi feito nesse período e se temos programas e iniciativas consistentes que, de fato, nos encorajam a prosseguir, é forçoso reconhecer que ainda temos um longo, árduo e difícil caminho a percorrer. Isso, aqui, pode ser representado com uma imagem clichê, mas reproduz fielmente a disposição aberta que todos nós obrigatoriamente teremos no enfrentamento dessas questões.

Portanto, o que for objeto de discussão aqui será para nós, do sistema de defesa social, em parceria com o Poder Legislativo e com a presença indispensável do Ministério Público, do Poder Judiciário e de todas as instâncias que compõem o referido sistema, os passos seguros, consistentes e firmes no combate a um determinado fenômeno que nos assola, que nos preocupa, que tira a tranquilidade de nossas famílias e que solapa de maneira absurda e absoluta todos os valores conquistados tão arduamente ao longo da evolução de nossa sociedade. O que me impressiona e o que me deixa contente é verificar que não só o Plenário, mas também as galerias estão cheias, plenas. Mais que isso, vemos em cada um a verdadeira preocupação - como já disse - no tratamento corajoso, sem preconceito e sem titularidade de ações. E nós, do sistema de defesa social, queremos isso. A nossa preocupação é que tenhamos mais tranquilidade, mais paz e que os nossos valores democráticos não sejam solapados por práticas ilícitas e por alienação completa, fundamentalmente dirigidas a nossa juventude e adolescência.

Sr. Presidente, por estar sempre atento ao prazo para não ouvir a campainha, que, por certo, me retiraria qualquer possibilidade de concentração, me encaminho para uma conclusão, a qual farei em forma de homenagem a cada um dos presentes neste fórum técnico, bem como à iniciativa de V. Exa. e de todos os parlamentares desta Casa, independentemente de questões ideológicas ou partidárias, de forma a efetivamente contribuir com um tema de tão extraordinária magnitude, participando de sua discussão e enfrentando suas consequências. Homenageio também o Sr. Secretário Balestreri, cuja convivência tão amena e, por que não dizer, tão fraterna serve também de precioso estímulo em nossa caminhada no sistema de defesa social.

Presto homenagem também ao Poder Judiciário, ao Poder Legislativo, ao Ministério Público e a todas as instâncias integrantes do sistema de defesa social, a todos que representam as entidades que têm assento neste fórum e aos cidadãos e cidadãs que individualmente se encorajaram e se dispuseram a discutir esses temas.

Trata-se de uma questão muito simples. Certa vez, um Presidente dos Estados Unidos entendeu que era chegada a hora de enfrentar os problemas relacionados às drogas e o fez com coragem e alegria, pensando que era uma iniciativa efetivamente própria e devida. Ele foi apoiado e aconselhado por seus assessores, que ficaram em dúvida sobre se valeria a pena tratar de um tema tão áspero em razão de um sentimento de frustração que poderia experimentar caso não se conseguissem os resultados almejados. Será que isso, será que aquilo... Foram tantas e tão variadas as ponderações, que fizeram com que esse homem dissesse basta e lhes respondesse da seguinte forma: "Se não formos nós, quem? Se não for agora, quando?". A nossa resposta é que somos nós e que o momento é agora. Muito obrigado a todos.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Presidente - Com a palavra, o Sr. Eduardo Costa, que atuará como debatedor neste painel.

Palavras do Sr. Eduardo Costa

Prepare a campainha, Presidente. Senhoras e senhores, boa tarde a todos. Preciso muito agradecer às 167 entidades que construíram este fórum, pela honra e responsabilidade. Essa responsabilidade foi tão grande, que afetou o labirinto: está uma "zonzeira" só. Eu tinha que vir por alguns motivos, principalmente para dizer que, quando o Secretário Balestreri falou a respeito do Prof. Robert Putnam, de Harvard, sobre o estudo de décadas a respeito das diferenças de pujança econômica e de crescimento entre o norte e o sul da Itália, chamou-me a atenção, quando li esses estudos, o fato de que, na parte desenvolvida, quando há um incêndio, todos os vizinhos correm para acudir, mas, na parte historicamente mais pobre, quando começa a ferver um incêndio na casa do vizinho, o outro corre em busca de água para defender a sua própria casa.

Felizmente, este encontro está mostrando, como também mostrou o comício a que assistimos ontem, na Praça da Estação, que tudo está muito tranquilo, sem estresse e sem ofensas, o que demonstra que o País está realmente mudando e que estamos construindo um capital social, que é a única coisa capaz de, de fato, fazer com que sejamos a 5ª ou 6ª economia do mundo, com igualdade de renda, com mais humanidade e com real combate à violência. É justamente por isso que saúdo este encontro.

Ainda sonho com o dia - sei que isso é difícil para o Secretário Balestreri e para o Secretário Moacyr - em que, depois desse esforço hercúleo, próprio de uma Assembleia que quer representar os anseios de uma sociedade, o Deputado João Leite e os seus companheiros da Comissão de Segurança Pública possam trazer todos novamente até aqui, os Secretários e suas equipes, bem como os profissionais de segurança pública e as comunidades terapêuticas, para falar do seu sufoco, dos seus desassossegos, das suas angústias e das suas aflições.

Faz 32 anos que acompanho a imprensa e é sempre assim. É sempre a autoridade que fala que isso é muito bom, e quem faz só fica ouvindo. Eu sonho com o dia em que vamos inverter isso. Quero dizer ao Secretário Balestreri que conheço alguns dos programas da sua Secretaria Nacional de Segurança Pública. O fato de ele ter realizado a Conferência Nacional de Segurança, e eu estive lá acompanhando, já o credencia a merecer o nosso respeito. Aliás, entre outras coisas, adveio dessa conferência um Conselho Nacional de Segurança Pública mais condizente com a realidade nacional, tanto é que um praça da nossa PM tem assento lá como Conselheiro, o que é muito bom.

Quero dizer para o Secretário Moacyr que o trabalho iniciado pelo Lúcio Urbano e desenvolvido também pelo próprio Anastasia, que continuou depois do Maurício Campos, se resumiria na integração das polícias e no maior investimento, o que inegavelmente também merece o nosso respeito. Mas, como não viemos aqui apenas para dizer que eles são maravilhosos - atentando para as instruções do mestre Armando Nogueira para a gente sempre vigiar, para elogiar sem bajular e criticar sem ofender -, é hora de aproveitarmos a ocasião para destacar alguns aspectos.

Secretário Balestreri, a primeira coisa - e deve ser uma constatação nacional -, que esse repórter de rádio, há trinta e tantos anos, quer dizer ao senhor, no tocante a Minas Gerais, é o seguinte: esses números que são sempre apresentados não incluem a insegurança subjetiva, ou seja, a sensação subjetiva de insegurança. Não aparecem por exemplo os números da pesquisa de vitimização que eu mais conheço, que é a de 2003, do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da UFMG - Crisp -, que é muito respeitado. Esses números indicam que cerca de 73% das pessoas que são vítimas de furto ou roubo não registram queixa. Isso ocorre porque as pessoas estão convictas de que isso não dará em nada, embora o rádio e a autoridade as aconselhem a não agir assim. Na última quinta-feira, às 3 horas da tarde, em um dos cruzamentos mais nobres da cidade, Afonso Pena com Getúlio Vargas, eu vi uma moça ser assaltada por dois rapazes, que levaram a sua bolsa. Eles foram caminhando para um lado e ela, para outro, absolutamente desprovida de interesse em pedir socorro. Ninguém tampouco a socorreu.

Senhores Secretários, além do que acontece e não é registrado e do sufoco que vivemos todos os dias no rádio, com as pessoas nos procurando, pedindo socorro de todas as formas, os índices de homicídios provam que as drogas têm um componente assustador. A situação nas escolas é desesperadora. Os professores perderam a autoridade e não podem sequer questionar um aluno indisciplinado, porque sofrem ameaça. Primeiro, sofrem a ameaça legal, do Conselho Tutelar, depois é a da mãe ou de um namorado, de um amigo ou de um traficante, que avisa que, se ele não se comportar, apanhará e morrerá.

Sr. Secretário, até pouco tempo, não tínhamos - e agora virou rotina - o toque de recolher. Felizmente, na última vez, as duas polícias agiram bem. Mas essa situação estava virando rotina. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, temos uma outra prática inacreditável que é a expulsão da família. O cidadão acha aquele barraco interessante e fala: "Eu ocuparei esse barraco com a minha turma. Cai fora daí". Via de regra, o que faz a nossa polícia? Vai lá para dar cobertura para a pessoa que sairá e se mudará. Isso enlouquece. Onde é que vamos parar?

Sr. Secretário, ainda no âmbito das drogas, no Brasil, que viveu tempos muitos duros até 1988, de lá para cá, tudo é motivo para se ter compreensão com a miséria. O morador de rua merece, sim, a nossa amizade, o nosso respeito, a nossa consideração, a nossa caridade e a nossa solidariedade. Mas, de repente, na porta do nosso prédio - quando digo "nosso", estou me referindo aos ouvintes que me pedem socorro o tempo todo -, surge um grupo de pessoas, começam sentando na praça, no outro dia usam "crack", no outro dia cozinham, no outro, fazem cocô e sexo. Quando nos dirigimos à Prefeitura para reclamar, dizem que não podem fazer nada. Se procuramos a Polícia Militar, somos informados sobre o direito de ir e vir. Eu pergunto: e o direito de quem mora ali?

Srs. Secretários, em nosso Estado, as drogas apresentam uma característica especial, que é a da diferença entre o discursar e o fazer. Aliás,

essa questão é nacional. Em 1990, indicado pelo adido cultural dos Estados Unidos e aqui ratificado pela Embaixada, eu representei o Brasil em um dos fóruns que o governo americano fez na "Voz da América", levando sempre 21 jornalistas dos mais diversos continentes. No meu grupo, havia pessoas do Laos e do Afeganistão. Ouvimos do Procurador-Geral, equivalente ao Ministro da Justiça dos Estados Unidos, a advertência de que aquela grande nação era a única àquela ocasião que não dera conta do combate às drogas. E que o que nos esperava era muito grave.

Sr. Balestreri, até hoje, não por sua culpa ou de Minas, eu não vi uma mobilização efetiva do governo federal com o objetivo de combater isso, com a energia que eu sinto que as pessoas precisam. Agora houve algum anúncio de combate ao "crack", e era hora porque uma reportagem da Globo News hoje mesmo mostrou que números já disponíveis dão conta de que já há 1 milhão de usuários só de "crack" no País, droga que sabemos - isso está provado - levar o cidadão cedo para os três cês: cadeia, cadeira de rodas ou cemitério.

Sr. Secretário Moacyr, se não estou enganado, porque não pensei direito, há apenas três negros no segundo escalão do governo de Minas. Parece que no primeiro não há nenhum. São três que passaram pelo segundo: o primeiro na Subsecretaria de Assuntos Penitenciários, egresso da Polícia Federal, muito prestigiado. Na sequência dele, o Zeferino. Os dois fazem um trabalho inegavelmente brilhante. Acabaram aquelas rebeliões, aquelas farras de churrasco nas penitenciárias. É claro que todos os dias eles enfrentam problemas. Há até advogado de cliente famoso querendo introduzir celular lá dentro; é difícil, sem falar nas modernidades do tráfico. Outro dia um cidadão entrou com dois celulares e vários pacotinhos de drogas introduzidos no ânus. Isso é inimaginável, até mesmo do ponto de vista da física e da estrutura humana, mas há de tudo. Eles estão brilhando, porque têm dinheiro, recurso e prestígio. Pegaram outro escurinho, da minha raça, o Cloves Benevides, e, talvez pelo fato de sua origem ser a favela, colocaram-no na Secretaria de Políticas Antidrogas, sem dinheiro, sem prestígio nas grandes reuniões. Eu é que estou falando, não foi ele quem reclamou, mas não o percebo nas grandes reuniões. O pouco que ele consegue fazer é graças a essas comunidades terapêuticas que Deus protege. Pede socorro daqui e dali.

Há uma Juíza da Vara Infracional pedindo: "Vamos arrumar leito". Mas sobre isso falarei daqui a pouco com o Secretário.

Secretários, vamos pontuar algumas questões para os senhores nos ajudarem respondendo-as nesta tarde única em Minas Gerais. Secretário Balestreri, inicialmente queria dizer que todas as vezes em que o senhor vem aqui o cercam de carinho, como hoje, mas, quando o senhor vira as costas - e perguntamos sobre segurança -, Aécio Neves e Anastasia dizem que o governo federal não manda dinheiro algum. Reclamam do senhor que é uma beleza. Justiça seja feita. O Secretário Genedempsey Bicalho reconhece a ajuda federal, mas o governo estadual não. E ainda há uma informação. É pena que o Maurício Campos não esteja aqui, pois é uma pessoa que respeito muito. A informação é que um dos maiores programas de mudança da realidade brasileira, aquele que mais emociona, o Vila Viva, verdadeira transformação da vila, da favela, teria uma verba do governo federal para a construção de uma polícia comunitária. Isso aconteceria nos 11 Vilas Vivas de Belo Horizonte. A informação que tenho é que o Secretário anterior recusou a verba, provavelmente por questões políticas. Esta é uma boa oportunidade para o senhor esclarecer isso.

Segundo, já falei ao senhor, mas queria reiterar. Por que o governo federal demorou e demora tanto para fazer uma mobilização nacional? Sei, e não podemos negar isso, que o Lula está mexendo nas estruturas. Ele não dá conta de impedir um lucro de R\$3.000.000.000,00 de um banco. Ele não dá conta de impedir que uma mineradora lucre R\$6.000.000.000,00, uma só, enquanto Minas Gerais recebe de "royalties" do minério no ano inteiro R\$67.000.000,00. Mas o Lula está fazendo o Bolsa-Família, está fazendo algumas coisas. Não deu conta da reforma sindical, trabalhista, previdenciária, tributária. Outro dia ele falou que seriam criados leitos, mas cadê?

Sr. Secretário, não consigo entender esse negócio de que a missão constitucional do Exército seja outra. A guerra real que temos é a do tráfico, é a da violência. Então, por que aquele monte de homens no quartel não está nos ajudando? Eu não consigo entender.

Sr. Secretário, à direita do Secretário de Desenvolvimento Social está o Promotor Joaquim, que está denunciando frequentemente, há meses, que existem pelo menos 300 cidadãos vivendo como presos comuns em presídios de Minas, colocando em risco a própria vida. Precisa-se de leitos urgentemente. A Secretaria de Saúde reúne, mas a comunidade é antimanicomial. Antes não existiam manicômios porque eram a porta do inferno, mas hoje temos aversão total à internação. Então, sobra para as famílias e para as ruas. Essa é apenas uma das questões para abordarmos dentro daquela promessa do governo federal de criar leitos especiais para portadores de sofrimento mental e sobretudo para usuários de drogas, pois há muita ligação de um grupo com o outro.

Já há muita cobrança ao Secretário Balestreri, que é visitante. Então vamos cobrar do Secretário de Desenvolvimento Social, que é da casa.

Secretário Moacyr, a Rede Record mostrou ontem que, uma semana após fazer a primeira matéria, retornou ao mesmo lugar para documentar a venda de cheques roubados na Praça Rio Branco, em frente ao Comando das duas polícias. Quer dizer, a televisão denunciou e uma semana depois retornou para dizer: continua. Por exemplo, quero ludibriar o comércio com um documento e um cheque roubados. Pega-se um cheque roubado de alguém que tem ficha limpa. Quando se vai consultar no SPC, vê-se que está tudo certo, mas a loja leva o prejuízo.

Secretário Moacyr, a grande moeda de divulgação do governo Lula é a integração, que é um ganho irreversível. Na verdade, esse era um sonho meu, portanto me sinto muito feliz. No entanto, ela tem de ser vigiada, pois é uma plantinha que está muito tenra e precisa crescer. Aliás, ela existe entre os senhores e os chefes das polícias e entre a maioria dos Delegados e Coronéis, mas como é difícil na base! Estão aqui, pertinho um do outro, o Gonzaga e o Denílson. No entanto, um vem à Assembleia num dia, e o outro num outro. O Denílson quer carreira jurídica para os Delegados, o Gonzaga para os Coronéis. O Gonzaga traz pessoal da Polícia Militar de todos os quartéis para pressionar os Deputados. No outro dia, ligam para a rádio dizendo que há veículo da Polícia Civil em cima do passeio e do sinal. Numa entrevista com a nossa repórter Alessandra Mendes, dizem: "A Polícia Militar fez, por que não podemos fazer?" Quer dizer, vale tudo, como ocupar calçada e sinal.

Secretário Moacyr, poderia citar mil exemplos sobre essa integração. Citei um de ontem. A nossa repórter Camila Dias foi à Pedro II, que é uma avenida muito movimentada da cidade, para entrevistar um Delegado que trabalha na delegacia de uma Área Integrada de Segurança Pública - Aisp. Então ele está aqui e a Polícia Militar ali. A repórter estacionou o veículo e entrou na delegacia. Aproximou-se um guarda, com uma protuberante barriga, como a minha - aliás, deve trabalhar há muitos anos na área administrativa, pois correr atrás de bandido é difícil -, que disse ao motorista da rádio: "O senhor poderia estacionar o veículo do lado de lá?". O motorista respondeu: "Sim. O senhor me desculpe por tê-lo estacionado aqui, pois pensei que poderia". O guarda disse: "Aqui não pode" e, com a mão, avisou: "Aqui é área integrada. Estacionamento para quem visita a Polícia Civil é daqui para cá; a Polícia Militar, daqui para lá". É preciso dizer ao guarda que a integração é real. É preciso treiná-lo.

Secretários Moacyr e Balestreri, falarei sobre um assunto que contrariará muitas pessoas, mas que me incomoda profundamente. É necessário haver um diálogo mais franco com os que fazem a polícia e os profissionais de segurança pública e da defesa social para dizer-lhes o que é possível dar e para que a sociedade possa compreender. Há dois assuntos que me incomodam profundamente, sobre os quais não há uma discussão correta. Por exemplo, acaba de ser aprovada nesta Casa, por orientação do governo do Estado, a aposentadoria para as mulheres policiais aos 25 anos de efetivo exercício. Não que elas não mereçam, mas como entenderei que, num país que tem fator previdenciário, uma gari, ou seja, uma formiguinha ou profissional que limpa a cidade, só conseguirá aposentar-se - aliás, se viva estiver - aos 60 anos, enquanto uma policial se aposentará aos 25 anos? Dizem: "Eduardo, você está se esquecendo da natureza do serviço". Será que estou?

Há um caso concreto em Minas, Sr. Balestreri, de uma oficial cujo nome não citarei - aliás, já o citei muito na rádio, mas aqui não - que passou pelo menos três terços da sua vida militar carregando pastas para um sedutor que foi Governador, que depois se tornou Embaixador em Roma

e que foi Presidente. Ela acaba de aposentar-se com menos de 50 anos com R\$13.000,00, R\$16.000,00 por mês. Isso é justo e correto do ponto de vista da segurança ou é contramão da história? Será que o que se paga a mais a ela falta no salário de um Soldado que está nas ruas trabalhando?

Outra coisa que me incomoda desde a Conferência Nacional de Segurança Pública é o salário de R\$4.500,00 para o Soldado. "Gente, mas ele merece". Agora, alguém precisa dizer que as professoras ganharão pelo menos R\$3.000,00. Neste Estado, se tudo der certo, só a partir do ano que vem ganharão R\$900,00. O salário atual delas é de trezentos e poucos reais. Com um médico do serviço público ganhando R\$1.000,00 e um engenheiro R\$700,00, como podem prometer que pagarão R\$4.500,00 a um Soldado? Não que o Soldado não mereça, mas o engenheiro e o médico também merecem. E o Estado dá conta de pagar esse valor? Queria aproveitar este seminário para propor essa transparência da discussão.

Queria dizer mais coisas, mas estou com medo da campanha. Secretários, estamos cansados de autoritarismo e de violência e carentes de autoridade.

Sinto isso pessoalmente. Digo aos senhores que, pelos "e-mails" e telefonemas recebidos, as pessoas estão com a sensação, com o sentimento de que se está podendo fazer de tudo no Brasil, porque a punição provavelmente não virá e, se vier, será branda. Há poucos dias, Secretário, o motorista, que estava com sintomas de embriaguez, de um caminhão carregado com carga pesando três vezes mais que o permitido desceu a avenida mais complicada de Belo Horizonte em um lugar que é proibido há algum tempo. Mais uma vez a mão de Nossa Senhora do Carmo evitou uma tragédia, mas uma hora ela precisará beber água e, quando isso acontecer, morrerá muita gente. Sabe por que um cidadão faz isso? Porque a multa por esse tipo de infração é de R\$85,00. Dependendo da carga, da empresa e da pressa, vale a pena.

Sr. Secretário Balestreri, o governo Lula trouxe muita coisa para Minas Gerais - pelo menos ele veio mais que o FHC, vamos reconhecer -, mas não vemos uma obra de porte do governo federal, sobretudo na Região Metropolitana. Estamos brigando pelo metrô. De repente o senhor pode até dizer que a culpa é nossa, e concordarei, mas não há metrô, não háanel rodoviário decente. Antes que eu me esqueça, Secretário - esse número é fresco, peguei ontem -, se contarmos o efetivo principal mais o pessoal administrativo e dividirmos férias, folgas - considerando que são quatro turnos - para 6.500km de rodovias federais em Minas, a Polícia Rodoviária Federal, que já se desobrigou de 9.000km, passados para o Estado, tem 100 homens por turno. É mentira dizerem que estão fiscalizando, Sr. Secretário. Eles estão vivendo um drama, porque o guarda que fica sozinho no posto enquanto os outros atendem aos acidentes é assaltado para o bandido levar a arma. Quando acontece um acidente mais grave, como na semana passada aconteceu na Rodovia da Morte, que é uma vergonha para nós, mineiros, e para o Brasil - ela liga todo o Leste do Estado e nos liga à praia, que é nossa paixão -, ficamos 40 horas sem poder passar. Não havia um policial federal na frente que dissesse: "Infeliz, faça o desvio por aqui". Colocaram um cavalete com uma placa improvisada em que estava escrito "desvio". É uma coisa inacreditável.

Sr. Secretário, o senhor terá acesso ao resumo dessas ocorrências regionais, dessas 20 audiências, e verá a situação de Uberlândia, que está com tráfico internacional de drogas fora de controle; de Teófilo Otôni; de Valadares, que sofre com os coiotes. Falta Polícia Federal e Polícia Rodoviária Estadual. Cada vez mais acredito no Hobbes, o inglês do século XVII, segundo o qual a consciência social é a caneta do guarda. Precisamos nos reeducar, mas, enquanto isso não acontece, precisamos da caneta do guarda. Entretanto, não a temos. O sentimento de impunidade é muito grande. Em Belo Horizonte, Secretário, estamos vivendo um vácuo, porque a BHTRANS não pode multar, a Guarda não tem efetivo, a PM não vai. Virou moda avançar sinal vermelho; quando param em fila dupla, acendem o pisca alerta, só para dizerem que acenderam; fecham cruzamentos. Permitam-me, mas tenho de fazer o gesto; ou melhor, não farei aquele gesto famoso que fazem com o dedo e que antes era exclusivo dos homens. Agora uma senhora para o carro em fila dupla e, quando você buzina, mostra o dedo.

A campanha vai tocar, Secretário. Contarei para o senhor a notícia mais fresca de todas: recebi um telefonema ontem à noite de uma moça, que convidei para ir à rádio. Ela ficou com medo de falar e de dar seu nome e, por isso, um amigo falou por ela. Felizmente, antes de eu sair da rádio, havia duas equipes: uma da Corregedoria e outra do serviço secreto da Polícia Militar para checar. Uma moça de 23 anos estava esperando ônibus ontem na Rua São Paulo, esquina com Tupis. Para quem é de fora, ela estava em frente ao shopping mais central da cidade - os shoppings já não são mais aqueles antros de tranquilidade, aqueles recintos são também vítimas de assaltantes - quando se aproximou um cidadão que a agarrou por trás. Ela só conseguiu ver que ele estava fardado, armado e com algemas. Ele pediu a ela que entregasse tudo, e ela deu a ele a carteira e o celular. Eu disse no rádio, às 13h50min, pouco antes de vir para cá, que o fato é grave de todo jeito. Se for um Soldado, é inacreditável; se for alguém que roubou ou comprou uma farda da PM e a está usando, é muito grave. Essa moça fez uma ocorrência na delegacia e não tem a menor esperança de que tomem alguma providência. Por isso ela foi nos pedir socorro. O senhor sabe por que ela o fez?

A Polícia Civil de Minas Gerais defrontou-se com os casos mais graves da história policial do Estado recentemente e brilhou em todos, mas no bom desempenho final, pois, quando vemos os detalhes... Vejamos o caso Bruno: além de algumas derrapadas na investigação, como liberar uma casa e depois voltar lá, ela nos ofereceu algo trágico, até hoje não explicado. Duas Delegadas e dois Agentes, dentro de um avião, fizeram uma filmagem ilegal e indecente e venderam para uma rede de televisão. Dias depois, um Agente Penitenciário fez a mesma coisa com o Bruno, dentro da cadeia.

Houve o outro caso de um maníaco que estava atuando na Região Metropolitana, preso por latrocínio e outros crimes, mas que, em momento algum, figurou como suspeito até que o acaso ajudou. E, quando isso aconteceu, descobrimos que uma de suas vítimas havia morrido nas mesmas circunstâncias em que outras quatro. O corpo ficara três meses na geladeira do IML, vinculado à Polícia Civil, e foi enterrada como indigente, sem que ninguém fosse lá ver se era a moça que estavam procurando.

Houve o caso da gangue que cortava cabeças, em que uma das envolvidas, já em liberdade por ordem de Brasília, fora flagrada aviando receitas de remédios de uso psiquiátrico. À época, ela era estagiária de Medicina e roubou o receituário de uma profissional que a orientava e receitou remédios psiquiátricos para uma moça que não precisava, irmã do principal chefe da quadrilha. Não foram tomadas providências pelo Conselho Regional de Medicina nem pela polícia. Oito meses depois, descobriu-se que estavam cortando cabeças das pessoas.

Há outro caso de uma falha gritante da polícia, mas depois lembro e conto. Quero agradecer ao Secretário Balestreri e ao Sr. Moacyr essa oportunidade única, mas agradeço principalmente a cada um dos senhores que me permitiram desabafar. Meu problema no labirinto até melhorou.

O Sr. Presidente - Esse jornalista está com labirintite. Imaginem se estivesse bom.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia e ficha própria distribuída pelas recepcionistas. Esclarecemos que os interessados já encaminharam as suas inscrições e seus questionamentos durante o transcurso das intervenções. Informamos que também os telespectadores da TV Assembleia poderão participar dos debates. Para isso, basta que acessem o "site" da Assembleia, www.almg.gov.br, e preencham o formulário para o envio de perguntas ou que liguem para o telefone 08007092564.

O Sr. Presidente - Há uma pergunta dirigida a mim, feita pelo Sr. Hélio Emiliano Moreira, da Associação Batista Bem Viver: "Como dinamizar e apoiar, de forma intersetorial e transversal, o esporte para a juventude, evitando o caminho das drogas?". O esporte é, sem dúvida, algo fundamental. Estou vendo a Nísia, do Conselho Regional de Educação Física, e sabemos como essa disciplina é importante para nossas crianças e jovens. É preciso investir na escola. O governo de Minas tem conseguido uma grande vitória no esporte. Hoje está sendo realizada, em Patos de Minas, a etapa final dos Jogos Escolares de Minas Gerais, com uma presença histórica de 609 cidades e de muitas escolas. Tivemos um grande esforço da Assembleia Legislativa, que aprovou para o esporte o projeto estruturador Minas Olímpica. Os jogos escolares são financiados com recursos do Estado, com um grande esforço da Assembleia Legislativa. É importante lembrar que, amanhã, a Secretária Renata Vilhena falará sobre como unir as outras secretarias para apoiar a defesa social na prevenção da criminalidade.

Há uma pergunta para o Secretário Balestreri e outra para o Secretário Moacyr. A primeira veio por "e-mail" do Júnior, de Sabará. Ele diz: "A partir do governo FHC, e até no governo Lula, houve um fortalecimento do projeto neoliberal. Conseqüentemente, há uma precarização das políticas sociais de segurança, assistência social e educação.

Então qual é a influência da onda neoliberal nas políticas públicas de segurança?". A segunda pergunta que faz é a seguinte: "Até então o Brasil não tem fábrica de armas nem plantação de cocaína em larga escala. Por que o governo não investe maciçamente no combate ao tráfico de drogas?".

O Secretário Ricardo Brisolla Balestreri - Antes, Presidente, gostaria de saber se teremos oportunidade de comentar a fala do nosso querido Eduardo, que levantou questões fundamentais.

O Sr. Presidente - Claro. O senhor pode até se manifestar agora, se quiser. Mas, se permite, Secretário, há aqui outra pergunta, do Raimundo Nonato Rodrigues Júnior, que lhe é dirigida e que quero ler de uma vez: "Por que o Pronasci é só para Agentes de Segurança Pública de carreira e não se amplia para os de contratos temporários e Agentes Socioeducativos, a fim de promover a educação?".

O Secretário Ricardo Brisolla Balestreri - Em primeiro lugar, gostaria de fazer um comentário sobre a fala do Eduardo Costa, que achei saborosa. Costumo ser muito transparente e digo claramente a verdade em relação ao que temos hoje em termos de deficiências e de avanços. Penso que o Eduardo expôs muito bem as questões e, com a transparência que tenho, quero dizer que fico feliz em ver um jornalista com muito conhecimento de segurança pública e de temas sofisticados, por exemplo, a leitura do Robert Putnam, um dos autores referenciais da ONU no campo da segurança pública. Isso muito me apraz, porque acho que a mídia brasileira fica muito a dever do ponto de vista de formação em segurança. No Viva Rio, em São Paulo, encontrei um dos Diretores da maior rede nacional de televisão e propus-lhe que pensássemos em, juntos, montar um curso de segurança pública para jornalistas, sem nenhuma cara chapa-branca ou qualquer coisa assim, mas para que tivéssemos mais pessoas com uma formação como a sua, Eduardo. Sem querer fazer média, não é a primeira vez que encontro jornalistas de muita qualidade em Minas, entre eles pessoas que até sofreram perseguições de órgãos jornalísticos exatamente por terem muita qualidade - no meio da mídia, hoje, o excesso de qualidade é também um problema, do ponto de vista dos donos, embora não de todos, evidentemente, mas de parte deles.

À guisa de anedota, quero dizer, rapidamente, que há algum tempo fui entrevistado por uma jornalista de um grande "site" brasileiro que havia assistido a uma palestra que ministrei no Parlamento, sobre direitos humanos e segurança pública. A jornalista, uma pessoa visivelmente bem-intencionada, ficou muito entusiasmada e resolvi conversar um pouco com ela. Nessa 1 hora de conversa, disse-lhe que precisamos reduzir a letalidade policial; precisamos introduzir, ao lado da arma letal, as armas menos letais ou não letais, como queiram defini-las os especialistas; precisamos de um policial que não ande só de viatura, mas que ande a pé, que é uma forma nobre de conviver com a comunidade - não que deva ficar como um poste, na rua, mas andar, andar de bicicleta, enfim, circular, conversar e conviver com a comunidade. Aparentemente, ela achou aquilo uma maravilha e, no dia seguinte, às 16 horas, horário nobre, com direito à participação popular, publicou uma matéria em que dizia, mais ou menos, que o Secretário Nacional de Segurança Pública defende o desarmamento da polícia e a troca da viatura pela bicicleta. Durante aproximadamente um mês fui o sujeito mais xingado do País. Alguns "blogs" de policiais do Rio de Janeiro chegavam a dizer que, quando eu fosse ao Rio, iriam me fardar, me colocar em uma bicicleta e me deixar, desarmado, no Complexo do Alemão, para fazer uma experiência.

Assim, fico muito feliz ao ver jornalistas de qualidade, porque não temos de nos preocupar com o bê-á-bá das coisas de segurança pública. É preciso haver uma formação melhor nessa área. A segurança pública é hoje um tema essencial para a sociedade brasileira, e precisamos que a mídia também forme melhor os jornalistas nessa área. Assim, de todo coração, digo que fiquei encantado em ver o seu conhecimento, a sua coragem e, ao mesmo tempo, o seu espírito leve.

Sobre a sensação de ausência, de impunidade, concordo plenamente com você, como já falei aqui mesmo, em Minas. Ao fazer esse comentário, estarei respondendo a algumas perguntas que me foram dirigidas: acho que essa sensação é oriunda do tipo de modelo de segurança pública que temos no Brasil.

Realizamos muitos trabalhos no governo federal, do ponto de vista de alteração da conjuntura e da cultura de segurança pública. No entanto, o País ainda está nos devendo a reforma da segurança, precisamos fazê-la. Seja qual for o próximo governo, espero que a faça. De maneira bem específica, que faça a reforma das polícias. Concretamente, há a sensação de ausência e de impunidade, não por culpa dos policiais, mas do modelo. O Brasil é o único País do mundo que tem duas meias polícias não interdependentes - se fossem assim, seria bom -, mas intersubmetidas, ou seja, uma atrapalhará a outra eternamente.

Eis uma polêmica, e não é posição do governo federal em consenso, mas todos sabem que é a minha posição: como em todo o mundo civilizado, precisamos trabalhar de forma integrada que não passe pelo casamento, mas passe pelo divórcio absoluto das polícias. Em qualquer país civilizado as polícias atuam de maneira divorciada e por meio de cercos completos de polícia. Às vezes, quando dizemos isso, interpretam como se tirássemos o poder de uma instituição. Aqui no Brasil há uma fissura pelo poder, às vezes nos esquecemos do bom atendimento à população. Este país precisa de instituições nobres e respeitadas, o que chamamos de Polícia Civil e Militar que tenham completeza no seu fazer em áreas diferentes, de forma que uma não entre em competição com a outra. Em diversos países as áreas diferentes são geográficas. Pela complexidade do Brasil, isso não seria permitido; mas, por exemplo, poderíamos atuar num modelo de diferenciação da atuação policial pelo tipo penal de crime. Ou seja, uma polícia atuaria em crimes contra o patrimônio e a outra em crimes contra a vida.

Para não parecer teórico, serei concreto: o cidadão tem a sensação de que não adianta nada denunciar, pois, em que pese a boa vontade e o heroísmo dos nossos policiais, que devem ser aplaudidos, não são eles que estão mal, mas o sistema, que é ruim e não foi repensado. Delitos aparentemente menores, mas altamente lesivos, como, por exemplo, o estelionato, em muitas partes do País são tratados como algo menor. Particularmente conheço casos em que dizem: "Meu amigo, aqui mal conseguimos tratar dos homicídios, como iremos trabalhar com estelionato?". Esse crime destrói a vida das pessoas. Por uma herança do modelo, o cidadão deste país tem a sensação de que não adianta nada ir ao cartório.

Os governos transformaram ou tentam transformar a nossa Polícia Civil, com grande vocação de investigação - apesar do esforço dos nossos policiais civis de não permitirem isso - em polícias cartoriais, ou seja, em policiais ou burocratas responsáveis por registros de ocorrência

atuando por detrás das mesas. Esse cartório é imensamente apastante para uma polícia com pequeno efetivo. Eventualmente é preciso tomar uma decisão: ou investigamos ou cuidamos do cartório, que acaba sendo exclusivo de uma instituição para tratar de todos os crimes. O cidadão sabe que fazer um registro de algo não fundamental em cartório não terá consequência. Vou-me furtar de dizer-lhes, pois não gosto de "ranking" e sinceramente não conheço nenhum caso em Minas, pois é um dos Estados mais sofisticados do País em segurança pública. Conheço imensas qualidades e também devem existir defeitos, pois isso há em qualquer lugar, mas, do ponto de vista de sofisticação, ele é um dos melhores sistemas. De maneira geral e como realidade do sistema policial brasileiro, os cartórios funcionam muito mal.

Eduardo, a média de resolução de crimes de homicídio do País está abaixo de 30%, uma tragédia. Um percentual baixo; significa que o cidadão sabe que 70% dos casos de homicídio não são solucionados. Como acreditará que outros tipos de crimes serão solucionados? É um sistema maluco, que não funciona. Quando propomos reforma, todos ficam muito preocupados em não perder poder e dizem: querem tirar o meu poder. Fiquem com o poder da desmoralização de não fazerem bem o trabalho, não permitam reformas, não tenham ousadia alguma, mantenham tudo como está, não funcionando direito. Apesar do heroísmo e da boa vontade dos Secretários, dos gestores e dos que estão à frente do trabalho, esse é um sistema ruim, que deve ser modificado. Apesar do muito que fizemos, muito ainda precisa ser feito.

O sentimento de impunidade que o jornalista citou não se dá somente na Justiça - e falamos muito da sua morosidade -, mas começa no próprio sistema policial. Volto a dizer: a culpa não é da polícia. Só é sua culpa quando não quer fazer reformas, mas somente manter tudo como está para alcançar diferentes resultados. Aliás, na psicologia, trata-se do princípio da loucura, ou seja, esperam-se diferentes resultados fazendo-se tudo do mesmo jeito.

Quero dizer que o dinheiro para Minas Gerais foi apropriado. Mais uma vez, serei contundentemente transparente. Em relação a esse ponto de vista, Minas esteve bem com o governo federal, se bem me lembro, em 2008, mas decaiu muito em 2009. Houve uma razão para ter decaído. O Pronasci é talvez o único grande programa prático e sistêmico de segurança pública da história brasileira, pois possui grandes virtudes. Mas essas virtudes também trouxeram problemas. Uma das coisas que mais cresceu no Pronasci foi o projeto Bolsa-Formação. Quando disse a vocês que temos o maior programa de formação policial do planeta, disse a verdade, sem nenhum ufanismo. A cada quatro meses, há 200 mil policiais, bombeiros, guardas-municipais e Agentes Penitenciários inscritos. No último, em 24 horas, o sistema "no-break" caiu, pois quase 300 mil pessoas tentaram se inscrever. Estamos pagando R\$400,00 por mês a 174 mil profissionais de segurança pública no País. São policiais que ganham mal, eventualmente guardas e Agentes Penitenciários. Hoje são investidos em torno de R\$800.000.000,00 por mês para melhorar um pouco a vida desses profissionais. Não sei como são os proventos em Minas, mas sei sobre os do Rio Grande do Sul, meu Estado. Pelo que me lembro, no Rio Grande do Sul, um Brigadeiro ganha R\$815,00. E R\$400,00 a mais por mês pagos pelo governo federal parecem pouco, mas fazem uma senhora diferença na vida deles. Mas esse valor não é pago a troco de nada, e sim para o policial estudar.

Quero dar uma notícia, Secretário, que muito nos orgulha a nós, que defendemos a perspectiva de uma polícia não apenas respeitadora, mas também protagonista de direitos humanos. O curso voluntariamente mais procurado pelos policiais brasileiros é o de direitos humanos, e sem que ninguém induza os policiais a fazê-lo. Isso indica o valor da maior parte dos nossos policiais, que são honestos, trabalhadores e dedicados, em que pese haver, como em qualquer profissão de poder, alguns desviados de curso. Esse trabalho que consome R\$800.000.000,00, em 2009, deixou o Pronasci numa baixíssima capacidade de investimentos. Não dá para retirar a bolsa dos policiais. E é porque vai dar grita? Não, é porque estão se qualificando; aliás, esse projeto exige que o policial tenha ficha limpa. Assim, ele vai se esforçar mais para ganhar a bolsa e se qualificar. Disse ficha limpa, denominação que, aliás, também lembra outras coisas. Na realidade, para ganhar essa bolsa, exige-se que o policial tenha ficha limpa também.

Estamos neste momento lutando para aumentar os recursos do Pronasci. No segundo mandato de Lula, o governo federal aumentou os recursos. No primeiro, foi pífio - sou muito franco com o meu ponto de vista em relação a dinheiro. No segundo mandato, foi tão pífio quanto no governo de Fernando Henrique. No segundo mandato do Lula - vejam que sou franco em tudo -, aumentamos em cinco vezes os recursos para a área da segurança pública. No entanto ainda é muito pouco. Temos de nos aplaudir por isso, mas ainda fazemos pouco. Por quê? Porque hoje investimos em torno de R\$2.000.000.000,00 por ano em segurança pública. No primeiro mandato de Lula e no governo de Fernando Henrique, o investimento era de R\$400.000.000,00 a R\$500.000.000,00. Estamos investindo. Precisamos de R\$8.000.000.000,00 a R\$10.000.000.000,00. Aliás, a Bolsa comeu, como disse, a maior parte dos recursos do Pronasci.

Tenho de dar um depoimento aqui. O governo de Minas Gerais, em que pese ser de um partido de oposição ao governo federal, sempre se portou muito bem. Algumas pessoas não pensam se o que estou dizendo é verdade. É época de campanha, mas a verdade está acima de tudo. Não podemos tratar as pessoas como desinteligentes, como burras, é preciso dizer a verdade. O governo de Minas sempre se portou muito bem na relação com o governo federal. Em 2009, o governo federal estava sem recursos para fazer o repasse. A boa notícia é que o Governador fez uma visita ao Ministro Luiz Paulo e, depois disso, nos novos programas, Minas está sendo tratada merecidamente como prioridade, pelo seu esforço para um salto de qualidade histórico na área da segurança pública. Aliás, gostaria de fazer um contraponto. O que define essas coisas não é a situação de oposição.

Minas sempre manteve uma relação extremamente fina com o governo federal, ao contrário de São Paulo, que sempre manteve com ele uma relação extremamente grosseira e desinteligente. Nunca quis nenhum tipo de parceria com ele. Notem que estou sendo imparcial, não estou fazendo campanha para ninguém, pois estou falando de uns e outros e dizendo que têm comportamentos diferentes. Temos que honrar, em São Paulo, a Polícia Militar, no seu trabalho de polícia comunitária, e também a Academia de Polícia Civil, que têm sido antigas parceiras nossas, de qualidade. Entretanto, o governo de São Paulo nunca quis fazer trabalho algum. Criou até dificuldades para os policiais fazerem o curso universitário gratuito que estávamos oferecendo - já que éramos nós que o oferecíamos. E ressaltar que não estávamos pedindo carteirinhas de partido nem queríamos saber de que filiação eram as pessoas; estávamos ali apenas para ajudar nossa polícia. Minas portou-se muito bem e foi até insistente na parceria, mesmo quando tinha pouco dinheiro, e o resultado dessa insistência - cobrem-me se não for verdade, pois estou disponível - será uma grande melhora a partir de agora, pois estamos angariando mais recursos.

A questão relativa a vagas também nos preocupa muito, tanto é verdade que o Pronasci tem presídios para jovens adultos. Sou muito franco ao dizer que o problema do sistema prisional brasileiro não vai se resolver de uma hora para outra. Quero apresentar um dado referente à questão das drogas que interessa a esta plenária: no Brasil, cerca de 80 mil pessoas foram presas por tráfico de drogas. Se vocês não viram essa pesquisa, que foi patrocinada por nós, ficarão pasmos agora: dessas 80 mil, quase 90% foram presas sozinhas, desarmadas, sem cometer violência e são primárias, ou seja, são pequenos traficantes. O problema é que, nos presídios, estão sendo estragadas e cooptadas pelos grandes traficantes. Batemos sempre nessa tecla porque não há outra em que bater. Este país ainda não encara, com a devida seriedade e profundidade, a questão das penas alternativas. Tínhamos que esvaziar os presídios dos pequenos, que se "monstrificam" na vida prisional, já que acabam se submetendo ao poder dos grandes, dos poderosos, dos psicopatas que dominam os presídios. Direi ainda algo polêmico - acredito que concordando com o espírito do jornalista Eduardo Costa: neste país, precisamos aprender a ser muito mais duros com os criminosos poderosos e mais recuperadores com os pequenos, pois, se não os recuperarmos, se tornarão grandes. Uma das situações que deve acabar - e estamos propondo isso fortemente no PAC 2 - é a de presos na delegacia de polícia, pois não é função do policial civil cuidar de preso, ele não entrou na polícia para isso. O PAC destina-se basicamente à construção, mas queremos inserir nele, além da construção de uma malha para as polícias comunitárias, uma solução para o problema de presos em delegacia de polícia.

Quanto aos salários, digo que todos deveriam ganhar bem, mas quero me permitir citar três categorias, sem demérito das outras: professores, policiais, operadores de segurança e agentes de saúde, que deveriam ganhar muito bem, não somente porque seu trabalho é difícil, mas porque é fundamental para a transformação da sociedade brasileira. São as três categorias mais impactantes, as que menos abandonaram a população. Talvez até tenham se portado de forma equivocada, alguma vez, por falta de orientação, mas não abandonaram o povo. Essas três categorias deveriam ganhar muito bem, e eu, particularmente, com alguma ousadia - evidentemente sem a permissão do governo -, tenho defendido - não falarei de nenhum projeto de lei, e posso até perder meu emprego se falar - um piso nacional mínimo, digno para os

profissionais dessas três categorias, e acredito que o Brasil comporta isso.

A Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal precisam de mais efetivo, mas ressalto que, no segundo mandato do Presidente Lula, ele já foi bastante aumentado. Seguramente aumentará mais, pois é preciso.

O Júnior perguntou sobre a questão do neoliberalismo. Sinceramente, Júnior, não creio que tenha havido qualquer influência de neoliberalismo na questão da segurança pública, em que o Estado brasileiro é muito presente, e, na verdade, no Brasil, não se investe pouco. Se juntarmos o que investem os entes federados e o governo federal, é muito. O problema é que passamos trinta e tantos anos investindo muito mal. Estamos começando a investir bem, Deputado, agora, particularmente nos últimos cinco ou seis anos. Quando eu me tornei Secretário, só do governo federal, pedi uma estatística que informasse, em média, quanto investíamos em viaturas e em policiais, guardas municipais, bombeiros, ou seja, em capital humano. Descobri, estarecido, que a média de investimentos em viaturas era de 37%; e a média de investimentos em capital humano, nas pessoas que fazem a segurança pública, era de 3,7%. Se isso fosse uma empresa, estaria fechando as portas, porque não se faz nada de qualidade sem investimento em capital humano.

Orgulha-me muito dizer que hoje o governo federal investe mais de 60% de seus recursos quintuplicados em capital humano. Deixou de investir em viaturas? Não, só que se exigem critérios. Viatura não é para circular tresloucada, em um faz de conta de segurança pública; viatura não é para fazer demagogia, não é para comprar frota, ligar o giroflex e a sirene e desfilar para que a população tenha a impressão de que agora tudo se resolverá. Vocês vão achar que estou dizendo uma bobagem, mas não estou: pela nossa pesquisa, há viaturas, em alguns Estados, que duram de três meses a dois anos e depois viram sucata. A viatura é necessária? É, mas deve ser usada racionalmente, com política de garagem. Não é para policial ficar circulando em um faz de conta, mas para policial estar no meio da população dialogando e tem de ser chamada na hora em que precisar ser usada. O governo federal inverteu totalmente esse paradigma. Isso porque o governo federal hoje tem visão de que segurança pública depende de conhecimento e inteligência. Se truculência, se política de espetáculo, se ilusão do senso comum resolvesse alguma coisa em segurança pública, estaríamos vivendo num paraíso neste país.

Tenho de honrar a nossa última geração de gestores, Secretário Moacyr, porque o Colégio de Secretários é extremamente qualificado. Mas preciso ser contundentemente franco para dizer o seguinte: antes destas últimas gerações de gestores, segurança pública foi o campo ideal neste país para se fazer politicagem, demagogia, ilusão pública; segurança pública sempre foi politizada, sempre foi campo de amorismo, de empirismo, de clientelismo, de patrimonialismo. Havia pessoas que achavam que a segurança pertencia a elas, como governantes, que distribuíam cargos de segurança pública para amigos, e não, para especialistas. Então, estamos invertendo essa lógica hoje. Porém a mudança total de cultura demandará algum tempo, porque cultura é uma coisa que não se muda do dia para a noite.

Quanto à última pergunta, do Raimundo, sobre o Pronasci: o Pronasci foi erigido a partir da Conferência Nacional de Segurança Pública. O Conselho Nacional de Segurança Pública surgiu dos critérios de uma Conferência Nacional democrática, que estabeleceu os critérios de eleição, que estamos seguindo.

Esqueci-me da questão sobre armas e drogas. Nesta semana, uma revista publicou que nós, agora, no governo federal, estamos fazendo política de fronteira para calar a boca de opositores do governo. Não, estamos há meses tecendo, articulando e aplicando uma política de fronteiras. Essa operação ocorreu agora em Mato Grosso com 16 instituições, que não são instituições políticas. Estavam presentes o Ministério Público, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - Gaeco -, enfim, os Conselhos de Segurança, vários participantes. Isso é o laboratório para o novo programa Policiamento Especializado em Fronteiras - Pefron. Já assinamos acordos com dois Estados brasileiros para cuidar das fronteiras em conjunto. Queremos que as polícias estaduais, onde há fronteiras secas, tomem conta delas, não deixem só para as Polícias Federal e Rodoviária Federal, pois obviamente elas sozinhas não conseguirão fazer isso. Há 10 Estados que já assinaram o acordo, só o meu Estado, Rio Grande do Sul, não assinou, mas disse que assinará nos próximos dias.

Em cada Estado de fronteira, constituiremos unidades especializadas. Em Belém do Pará, temos já um curso de especialistas nessa área. Estamos difundindo inteligência em fronteira em todo o País e investindo pesadamente. Nos próximos cinco meses, investiremos um mínimo de R\$90.000.000,00 iniciais para constituir as unidades de fronteiras secas. Já estamos prevendo que os bandidos vão migrar para a fronteira marítima, e, diante disso, há um programa de mais de R\$30.000.000,00 para a compra de equipamentos náuticos, a fim de, em convênio com os entes federados, cuidar do guardamento costeiro. A Constituição brasileira não prevê guarda costeira no Brasil, mas podemos conveniar com os Estados. Estamos em toda a Bacia Amazônica, inclusive onde há pirataria, que pode evoluir, porém não podemos permitir que vá para a área marítima. Estamos constituindo guardamento fluvial, e, para dar-lhes um exemplo, falo que acontece seja em rios ou no mar, como na Baía da Guanabara, onde fundearão navios na Copa do Mundo de 2014. E não é por causa da Copa do Mundo, mas do povo daquela região, mas a Copa ajuda a alavancar com mais rapidez essa política. Vamos dotar a Polícia Militar do Rio de pelo menos duas lanchas de 36 pés e todo o enxame que vai acompanhar para cuidar da Baía da Guanabara. Estou falando aqui de partidos com interesses políticos diferentes. No Estado do Amazonas, por exemplo, estamos comprando várias lanchas de 36 pés, algumas maiores, inclusive, para cuidar de toda a Bacia Amazônica.

Neste país, por influência dos 20 anos de ditadura e por absoluta preponderância das montadoras automobilísticas, contra as quais não tenho nada, pois são importantes para nos ajudar e prezadas por nós, tentou-se fazer segurança pública somente por meio da compra de viaturas e dos meios de comunicação rodoviários. Todo o Brasil profundo ficou abandonado. A maior parte do nosso território constitui o Brasil profundo. Não se chega a lugar nenhum de carro, mas, sim, pelo ar ou pelos rios.

A segunda gestão do governo do Presidente Lula foi dedicada a montar esses programas sistêmicos. Em um ano e meio de nossa gestão, investimos, em parceria com os Estados, em torno de R\$200.000.000,00 na compra de helicópteros e outras aeronaves. Tenho muito orgulho de dizer-lhes que, no nosso governo, hoje, damos condições para que as polícias brasileiras cheguem a qualquer lugar do Brasil profundo. Até dois ou três anos atrás, não podíamos dizer isso, porque não havia como chegar. Em um ano e oito meses, passamos recursos da ordem de R\$200.000.000,00. Hoje temos uma frota de aeronaves, um Conselho Nacional de Aviação de Segurança Pública. Temos um trabalho tão bem feito que reduziu os acidentes por falha humana a quase zero. Fomos convidados pela Força Aérea Brasileira a participar do Cenipa, em função do nosso sucesso contra acidentes aeronáuticos. Só para terem uma ideia, estamos pagando hoje sete pilotos policiais brasileiros para fazerem um curso no ITA, um dos melhores institutos do mundo. No ano que vem, estamos prevendo mais 10 vagas. Queremos criar uma inteligência nacional de pilotos. Isso vem junto com a rede nacional de altos estudos em segurança pública.

Vocês talvez não saibam, mas temos hoje 73 cursos de pós-graduação "lato sensu" - aliás, tivemos ou temos aqui em Minas Gerais -, em que mais de 6 mil especialistas policiais, guardas, bombeiros e agentes penitenciários se formam por ano, gratuitamente, em segurança pública, no Brasil, com transversalidade e com conhecimento de direitos humanos. A polícia tem de ser dura, energética, mas dentro do conceito da moralidade e da legalidade. Não há em nenhum lugar do mundo uma rede desse tamanho.

Saiu uma reportagem em página inteira do "New York Times" sobre o Brasil. O Brasil estar, positivamente, em página inteira desse jornal sobre segurança pública é uma coisa inédita. É por isso que eu dizia, Eduardo, ficar feliz com pessoas como você. A reportagem terminou esplendidamente. O jornalista do "Times" entrevistou um dos nossos policiais, aluno da UnB, e provocativamente disse que olhava para o anfiteatro da UnB e não via ali sentados os torturados. O policial civil do Distrito Federal respondeu-lhe que o curso não era para converter torturadores, mas sim para formar uma nova liderança para a polícia do Brasil, a fim de que nunca mais haja tortura neste país. Assim terminou a matéria do "New York Times". O que é pauta para o "New York Times" não é para a mídia do Brasil, infelizmente. Vejam que não era nem ano eleitoral.

Mais uma vez fico feliz de encontrar alguém da qualidade do Eduardo, que, de maneira muito sensata e correta, levantou uma série de elementos que nos ajudaram na explicação. Optei por falar sobre elementos de fundo, sobre a questão da droga e do crime e sobre o nosso papel como cidadãos. Numa outra oportunidade, falarei sobre elementos mais concretos.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Está inscrito para se manifestar o Deputado Sargento Rodrigues, a quem passo a palavra.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, muito obrigado. Secretário Ricardo Balestreri, diferentemente do jornalista Eduardo Costa, não comungarei com a máxima de que pela frente fala-se bem e, quando se viram as costas, não. Penso um pouco diferentemente de V. Exa. no que se refere aos dados, às ações e, em especial, às políticas públicas do governo federal relativas à segurança pública. Estava aqui atento, acompanhando a sua fala e, portanto, iniciarei pontuando algumas frases ditas de trás para a frente por V. Exa.: "A culpa não é dos policiais". De fato, não é. "O sistema é que é ruim." Mas que sistema é esse? Numa frase anterior, V. Exa. disse o seguinte: "Nós, do governo federal, estamos fazendo a nossa parte". Pergunto-lhe: que parte o governo federal está fazendo? V. Exa. fala também que é um sujeito de pé no chão e que é preciso fazer engajamento de redes populares. Ora, se V. Exa. observar, aqui está repleto de redes populares, associações e conselhos. Todos nós viemos participar de um seminário em que apostamos e do qual, por isso, queremos ver resultado prático. "Sem segurança pública não há desenvolvimento. As drogas propiciam esse clima de violência." Essas frases também foram compiladas da fala de V. Exa.

Sou um ferrenho crítico da forma equivocada com que a União tenta fazer segurança pública. Ela não precisa mais repassar as migalhas aos Estados. A União não tem de comprar viatura. Em vez de se preocupar em comprar viaturas e embarcações para mandar aos Estados, ela deveria estar fazendo o que o jornalista cobrou, que foi a contratação de efetivos para a Polícia Rodoviária Federal. Isso é competência da União. Além disso, deveria estar contratando a Polícia Federal para combater o tráfico de drogas e o contrabando de armas - trata-se também de uma competência da União. O que mais me incomoda na União é essa iniciativa do atual governo. Quero deixar claro que todo o posicionamento que procuro fazer na área de segurança pública é com uma visão técnica, pois detesto posicionamento ideológico. O que me preocupa é o estado de inércia. O governo federal sabe perfeitamente que, há décadas, passa pelas nossas fronteiras pasta-base de cocaína, e, além disso, o contrabando de armas é forte.

No dia 9/1/2007, aqui em Minas Gerais, um policial, Cb. Vandec, tomou um tiro de fuzil 762, em São Gotardo, no Alto Paranaíba. Sr. Secretário, armamentos como a AR-15, AK-47 e metralhadora Uzi não são produzidos aqui no Brasil, mas na Rússia, na Alemanha, em Israel e nos Estados Unidos. Portanto, vemos que o governo federal continua inerte.

No que diz respeito à impunidade lembrada pelo jornalista Eduardo Costa, lembro-me da reforma que fizemos na Lei de Execução Penal e na Lei Processual Penal. Trata-se de uma competência da União, mas não vejo o governo federal se empenhando em buscar uma solução. Não vejo também, de forma clara, a União buscando fazer uma segurança de fronteira, porque vemos quilos de pasta-base passando pela nossa fronteira, a qual não é produzida no Brasil. Já temos laboratórios de refino que produzem a cocaína, que é a droga, o principal assunto do nosso fórum sobre drogas, criminalidade e violência. É essa droga que preocupa a nós e às famílias que aqui se encontram, e foi para isso que viemos participar deste debate.

Sinceramente, Sr. Secretário, gostaríamos de ouvir um pouco mais com profundidade sobre as políticas públicas efetivas. Minas Gerais e os Estados não querem - e não precisam - de recursos repassados com essa política equivocada. Não precisamos da União ditando quantas migalhas vão para o Estado. Precisamos da União cuidando daquilo que é de competência da União. Polícia Rodoviária Federal patrulhando rodovias federais e Polícia Federal cuidando de fronteira e combatendo o contrabando de armas e drogas. Infelizmente, até o presente momento, como acompanhador operante de segurança pública há 26 anos, dos quais 15 anos na prática e há 11 nesta Casa, como Deputado Estadual, é lamentável que a União ainda não tenha acordado. Faço esse desabafo de pé no chão, na condição de pai, de chefe de família e de alguém que mora no conjunto da sociedade e que enxerga que a droga e a arma são duas pernas que caminham juntas, ou seja, não se separam.

Há tempos, a revista "Veja" publicou uma matéria, de forma brilhante, em relação a esse assunto. Conhecemos os danos e os números de armas e drogas que transcendem as nossas fronteiras, e até hoje não vi uma política pública efetiva. Portanto, na verdade, venho aqui fazer esta cobrança do governo federal. Minas tem feito a sua parte, e V. Exa. falou isso aqui várias vezes. A própria redução no número de homicídios contra policiais que se iniciou em 2004, com o pico de 34, chegando a 8 no ano passado, é uma demonstração clara e inequívoca de que Minas Gerais vem fazendo a sua parte. Mas não dá para os Estados e os Municípios continuarem enxugando gelo se a fronteira está aberta.

Se a União quer realmente fazer segurança pública, de forma séria e efetiva, é preciso que ela cuide, única e exclusivamente, da sua competência. Para isso a bolsa-formação seria uma ótima iniciativa. Tenho certeza de que, se essa política de R\$800.000.000,00 estivesse mais bem acertada e direcionada, talvez a nossa cracolândia, no Bairro São Cristovão, não estaria aqui, e as clínicas também não estariam se abarrotando cada vez mais, nem o tráfico, crescendo, e a dependência química, arruinando as nossas famílias.

Faço um apelo a V. Exa. para que leve ao Ministro da Justiça e ao governo Lula a necessidade de se cuidar daquilo que é da competência da União. Muito obrigado pela atenção.

O Sr. Presidente - Daqui a pouco, o Secretário poderá responder às provocações feitas não só nessa pergunta, mas também em várias outras.

Pergunta para o jornalista Eduardo Costa, do Sr. Hélio Emiliano Moreira, da Associação Batista Bem Viver: "Jornalista, a destruição dos campos de futebol, conhecidos como campos de várzea, pela especulação imobiliária pode ter contribuído para o crescimento da dependência química da nossa juventude. Não seria o esporte ou o futebol uma forma de terapia ocupacional?"

O Sr. Eduardo Costa - Não tenho a menor dúvida. Sou um menino que foi criado na periferia e que gastava os seus hormônios e a sua energia jogando pelada num lote vago ao lado da minha casa. Também participava de outras brincadeiras menos publicáveis, porém sadias perto do que acontece hoje. O jovem rico geralmente mora num condomínio e tem algumas opções de lazer, já o jovem pobre só tem duas, o boteco da esquina e a televisão, sendo que nenhuma dessas opções dá futuro.

O Sr. Presidente - Obrigado. Agora, o Secretário Moacyr Lobato terá algumas perguntas para responder.

O Secretário Moacyr Lobato de Campos Filho - Eu começo, ainda que resumidamente, jornalista Eduardo Costa, por algumas ponderações feitas pelo senhor, na qualidade de debatedor, o que evidentemente enriquece esta reunião. Uma delas me chamou muito a atenção, por ser o núcleo de todas as outras que foram feitas, que é a questão da integração, aliada à sua percepção de que ela pode não estar, em níveis mais básicos, tão efetiva quanto se pretende.

O senhor chamou a integração de uma plantinha delicada, e considero essa expressão absolutamente feliz, porque, quando venho ocupar a tribuna da Assembleia Legislativa para defender a integração como política plena de êxito em relação a tudo o que se tem feito em matéria de segurança pública e defesa social no Estado de Minas Gerais, não podemos fechar os olhos e negar que isso seja relação humana, um tanto quanto difícil e delicada. Como tal, encontramos, sim, questões que precisam ser diuturnamente enfrentadas, seja do ponto de vista de uma ou outra aceitação ou não aceitação ou ainda de alguma ausência de compreensão do que efetivamente signifique uma relação posta nesses

termos.

A propósito de quando você - vou tratá-lo assim porque a intimidade de ouvi-lo todos os dias me permite fazer isso - diz e aponta exemplos de condutas às vezes arrogantes e autoritárias e de determinadas posturas, ouvi outro dia alguém citando um grande antropólogo brasileiro - não me lembro se é Roberto DaMatta ou Freire - que disse que a grande diferença nossa em relação ao povo dos Estados Unidos é que, quando há uma abordagem dessa natureza, o abordado diz assim: "Quem você pensa que é?" Ah, foi DaMatta quem disse isso. Obrigado. Agora, quando é com a gente, é o contrário: "Com quem você pensa que está falando?". Isso é bem sintomático. É um traço cultural, como aqui apontava de maneira divertida em relação à mulher que para em fila dupla de carro, etc.

Temos uma falta de educação e de civilidade pronunciada. Vemos essa situação no dia a dia, nos cinemas, nos teatros, nos campos de futebol. A nossa ausência de gentileza é preocupante. Isso reflete obviamente também em condutas ligadas à defesa social. De modo que o que me parece mais essencial é, sim, uma preocupação sua que é compartilhada por todos nós quanto ao fato de que a integração, embora pujante e de resultados expressivos, carece de atenção e de vigilância diariamente, sem o que, não nos iludamos, esse sistema tão exitoso em Minas corre o risco de esgarçar-se, vamos dizer assim.

O Sr. Alan Vinícius de Abreu Louredo me pergunta: "O senhor falou bastante sobre o sistema de integração de defesa social, dando ênfase às Polícias e ao Judiciário. O que o senhor acha dos Conselhos de Juventude ou da Juventude?". Acho - e não é apenas uma opinião minha -, ou melhor, eu compartilho da opinião no tocante a que a sociedade civil organizada, em suas diversas manifestações, tem importância absolutamente fundamental. Se nós trouxermos os elos constitutivos de um sistema, seja de defesa social, seja de justiça, encontraremos no meio dessa articulação a sociedade civil, porque ela é a destinatária de todo esse esforço e partícipe, obviamente, dessa relação. Portanto, toda e qualquer manifestação de Conselhos de Juventude, de Conselhos de Segurança Pública ou de qualquer outra instância que revele um grau de maturidade e de organização da sociedade é claramente instrumento absolutamente fundamental, essencial e mesmo pressuposto de validade no estabelecimento de políticas dessa natureza, meu caro Alan.

Temos outra pergunta formulada por Cláudio Correia: "Modelos de polícia. Como lidar com os conflitos de competência na ação da Polícia Militar e da Polícia Civil na investigação?". Creio que há duas coisas, fundamentalmente, a serem postas. Em primeiro lugar, a observância da Constituição e da lei, as definições de natureza constitucional e infraconstitucional em relação à competência de qualquer das organizações. Em segundo lugar, fundamentalmente, a capacidade de diálogo que as instituições obrigatoriamente têm de ter em um processo de articulação que envolve todo o Sistema de Defesa Social para encaminhar conflitos dessa natureza.

O Secretário Nacional de Segurança Pública externou aqui uma opinião crítica em relação a esse aspecto. Em Minas vivemos uma situação muito específica porque - eu não sei se seria casamento, um divórcio ou uma união estável - temos instituições que são seculares, bicentenárias, com história e tradição, com toda a carga que envolve a elaboração e a existência de cada uma delas.

Portanto, há de ser, sim, sempre considerado como extraordinário esforço aproximá-las com o objetivo final de redução da criminalidade, de maior satisfação do ponto de vista da cidadania. Não temos dúvida de que são questões que demandam e demandarão permanentemente esse esforço, tendo em vista não apenas a situação de reconhecimento constitucional das nossas instituições, mas também tudo aquilo que elas representam e simbolizam em nosso Estado.

Ainda responderia ao meu querido Prof. Aloísio Andrade, que pergunta o que fazer para regulamentar o Fundo Estadual de Prevenção às Drogas, sancionado há 13 anos. Vamos nos reunir, como estamos fazendo hoje neste fórum próprio, não apenas para avançar em matéria de propostas que naturalmente surjam daqui, mas também para recuperar esses passivos eventualmente existentes. De público, comprometo-me com esta luta, da qual o senhor é um dos mais festejados paladinos.

Ainda diria à Rosana Maria, do Conselho Tutelar, que me pergunta se tenho conhecimento de que adolescentes com dependência química e cumprindo medidas socioeducativas estão acautelados em cadeias públicas por falta de local adequado, sem fugir à profundidade e à gravidade do tema, pois esse é um assunto delicado, que o nosso esforço tem sido sempre o de prover, na medida da disponibilidade de vagas, essa situação de modo que não haja uma convivência perniciososa e indevida desses adolescentes. Mais uma vez, recorro à informação trazida pelo Secretário Nacional de Segurança Pública, que apresenta um contingente absolutamente impressionante - são milhares e milhares de pessoas, presumo que sejam adultos, pequenos traficantes presos sozinhos, desarmados - quanto à inconveniência de esses indivíduos serem levados a unidades prisionais e viverem, às vezes, situações indesejadas. Daí por que ressalto, mais uma vez, a importância das medidas alternativas, a validade absoluta da nossa central de penas alternativas - e aí incluiria também, quem sabe, a questão das próprias Apacs, tão caras aos mineiros, e mais uma expressão de parceria existente entre o Sistema de Defesa Social, o Poder Judiciário e o próprio Ministério Público. É uma experiência extraordinária, algo que nos anima e nos encoraja a ir adiante, de modo que, se, em muitos casos, os adultos não têm essa recomendação, o que se poderá dizer em relação aos adolescentes eventualmente em conflito com a lei? Portanto, nosso esforço tem em vista prover essas vagas e debelar por completo uma circunstância como essa.

Faria ainda dois outros registros para dizer ao jornalista Eduardo Costa que recente pesquisa sobre sensação subjetiva de medo, realizada no âmbito do Sistema, revelou que 54% dos entrevistados sentem-se seguros. Esse é um índice expressivo, que tem uma característica muito interessante: tanto mais seguros se sentem quanto mais próximos ou dentro de suas casas, de sua rua, de seu bairro, enfim, da região por eles habitada estiverem. Aproveito para homenagear expressamente a Superintendência de Avaliação e Qualidade, que não só qualifica nossos policiais civis e militares por intermédio de inúmeras iniciativas de cursos, mas também produz verdadeiras referências, que são as pesquisas que apontam o norte, o farol para a atuação do sistema.

Há, portanto, sem dúvida, uma situação razoavelmente boa em termos de sensação subjetiva de segurança.

Tenho mais registros a fazer, mas há outras perguntas que me foram repassadas por meio de "e-mails". Prometo que, amanhã, encaminharei as respostas para que os senhores verifiquem que foram dadas pelo Secretário durante o fórum e assinadas por ele exatamente para esses "e-mails" apresentados e outros que estão com os meus colegas.

Sr. Presidente, farei esta consideração de forma breve, para que V. Exa. tenha maior liberdade na condução final dos trabalhos.

O Sr. Presidente - Realmente estamos caminhando para o final, mas ainda há dois inscritos: o Roges Carvalho, do Sindicato dos Psicólogos, e o Cloves Carvalho, da Câmara Municipal de Andradas, a quem solicito que se aproxime do microfone logo após o Roges fazer uso da palavra.

O Sr. Roges Carvalho - Boa tarde a todos. Parabenizo os membros da Mesa e cumprimento o Deputado João Leite. Eu precisava estar aqui, o fórum está excelente. Com grande satisfação, parabenizo ainda o Secretário Balestreri por sua fala. É muito bom ouvi-lo não somente no rádio, mas também na tevê e nos encontros. V. Exa. deve estar sempre conosco para trocarmos ideias, pois fala com muita propriedade, tem uma escuta muito grande.

Nobre Deputado João Leite, não leio a "Veja", porque a considero muito tendenciosa, mas leio a "Radis", revista da Fiocruz, de alta qualidade, que trouxe uma reportagem excelente sobre o "crack", questão de saúde pública. O que está escrito aqui mostra exatamente o que o Prof.

Balestreri nos disse de forma maravilhosa, esclarecedora, positiva, pé no chão, realista. A questão das drogas - até o momento em que as conhecemos, pois a todo momento surgem outras - passa por um tripé realmente. Temos de estar atentos não apenas à educação, mas também à formação, que deve ser permanente; temos de criar uma política nacional de segurança, pois, sem ela, fica muito difícil. Caímos muito nos chamados programas e campanhas, que são muito paliativos. É necessário ter outra visão.

Pensar num modelo seria apagar tudo o que imaginamos sobre o assunto e recomeçar enxergando o outro como centro de tudo, como vemos as pessoas numa série de relações interpessoais. Na realidade, penso que o uso da droga não é um problema, mas uma consequência. É preciso enxergar a família, as relações interpessoais, o emprego, a presença do Estado, que tem de ser mais atuante, enfim, o desenvolvimento de ações na saúde, na assistência social, na formação permanente em educação, em todos os relacionamentos. Poderemos começar dessa forma. Se houver disputa emancipatória - refiro-me à disputa em todos os lugares, e não apenas àquela relacionada às drogas -, será a melhor coisa do mundo. Precisamos, sim, disputar para sobreviver, mas tal disputa tem de ser emancipatória, não pode ter uma mão pesada, segregadora, dominadora e com o único propósito de exclusão social. Temos de começar por aí e criar uma grande política nacional de segurança pública para os Estados e Municípios. Assim, poderemos avançar.

Parabenizo mais uma vez os membros da Mesa. Fiquei muito feliz com a fala do colega Eduardo Costa, que passarei a ouvir cada vez mais. Bom trabalho para nós e um excelente evento. Obrigada, Deputado João Leite.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Com a palavra, o Vereador Clóvis Carvalho, da Câmara Municipal de Andradas, no Sul de Minas.

O Vereador Clóvis Carvalho - Boa tarde a todos. É uma grande emoção estar aqui mais uma vez para participar desta importantíssima reunião. Na outra vez foi realizada uma audiência pública, mas hoje está sendo realizado um fórum. Ficamos até meio ansiosos. Viajei aproximadamente 600km. Nesta oportunidade, cumprimento os componentes da Mesa na pessoa do Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública - aliás, também faço parte dessa comissão na Câmara Municipal de Andradas. Aproveito a oportunidade para agradecer a todos que estão nos assistindo ao vivo em Andradas; à Câmara Municipal; aos meus companheiros; ao André, Presidente do Consep; ao meu amigo Hamilton, Vereador de Andradas, que me apoiou para que estivesse aqui, assim como ao povo andradense e a minha esposa, Conselheira Tutelar em Andradas, que, neste momento, está cumprindo o seu dever. Cumprimento todos os presentes, o meu filho Lucas, enfim, toda a minha família.

Parabenizo o jornalista Eduardo Costa por sua fala - aliás, tive um imenso orgulho ao conhecê-lo hoje - e o Secretário Ricardo Brisolla Balestreri. Ricardo, fico muito contente pelo seu profissionalismo e por estar aqui hoje à frente de bambambã, conforme dizem no interior de Minas. Na verdade, é assim que pensam no interior, você vai falar com os bambambãs. Fico feliz por estar aqui hoje trabalhando na defesa das pessoas do interior, assim como faço na Câmara, aliás, sempre questiono as teses com as quais não concordo. Conforme bem dito pelo Deputado Sargento Rodrigues, quando ouvimos falar de políticas que são migalhas. Entendeu, Balestreri? Sei que o senhor está desempenhando um excelente papel. Discordo um pouco do Deputado Sargento Rodrigues quando cobra só da União. Nós, Municípios, sofremos muito também com as negações por parte do Estado.

Farei uma leitura para não me esquecer das palavras que quero citar. Secretário Ricardo, fico muito feliz por estar aqui hoje novamente, como Vereador e representante do povo, e poder ouvir do Secretário o porquê de demorarmos tanto para agir preventivamente, pois é provado que é bem melhor nos prevenirmos dos problemas que correr para resolvê-los. Por exemplo, como Vereador, pedi uma cabine policial na praça central da nossa maravilhosa cidade de Andradas, tanto para prevenir quanto para inibir o crime e a violência. No entanto, Secretário, foi esta a resposta que obtive: é muito difícil, por falta de condições financeiras. Volto na tecla de que não seria melhor prevenir e inibir o crime a resolvê-lo? Essa é a minha primeira indagação.

Secretários Ricardo e Moacyr Lobato, a quem aproveito para cumprimentar, esta é a minha segunda pergunta - aliás, trouxe-a também com o auxílio do Conselho: quantas clínicas de tratamento para dependentes químicos há em Minas Gerais? E entre elas, quantas são públicas e oferecem esse tratamento gratuitamente?

Para concluir, gostaria de dizer que, como fiscal do povo, entendo que há esforços a fim de combater esses temíveis tópicos do crime. Ainda há muito por fazer da nossa parte, pois falta muito no quesito prevenção. Deixamos muito a desejar com a falta de clínicas de tratamento para dependentes químicos. É preciso pensar que os nossos detentos, além de custar caro, não são preparados para se reintegrarem à sociedade. Ficaria, então, muito complicado, Secretário, dizer que estamos fazendo a nossa parte. No entanto, fico feliz mesmo por buscarmos o caminho correto. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Hélcio Lúcio Alves Júnior.

O Sr. Hélcio Lúcio Alves Júnior - Boa tarde a todos os presentes neste momento ímpar em que nos reunimos para tratar de um assunto pertinente a toda a sociedade. A minha pergunta é dirigida ao Secretário Balestreri, que disse uma coisa muito importante, que coloco como "slogan": liberdade, oportunidade e verdade. Precisamos falar a verdade.

Tenho muita consideração pelo nobre jornalista Eduardo Costa por ter dado espaço a nós, servidores administrativos da Polícia Civil. Quero questionar também sobre as verbas de cursos, pós-graduações ou graduações para os servidores administrativos da Polícia Civil. Referem-se só às Polícias Militar e Civil, ao Corpo de Bombeiros, aos Agentes Penitenciários, mas nós, que trabalhamos também na segurança, queremos o mesmo direito. É a questão da oportunidade.

Eu e minha esposa temos um pequeno comércio e estamos passando pelo índice Sebrae. Em agosto de 2010, nossa empresa completa cinco anos. A estatística diz que os pequenos empreendedores não vivem mais do que isso. Tivemos várias pessoas sem experiência trabalhando conosco. Minha esposa tinha 13 anos de experiência como gerente no Mercado Central e, depois de muito tempo, adquiriu a loja. Com a graça de Deus, ela se desenvolveu. Criamos emprego e demos oportunidade. O que é mais interessante é que as pessoas a quem demos oportunidade cresceram; outras, que não a tiveram, envolveram-se na criminalidade e nas drogas. Acho fundamental a oportunidade para os pequenos, não só para as grandes potências no comércio, que aqui não citarei. Há até uma discriminação: recentemente um traficante roubou um botijão de gás de meu comércio para vender e adquirir droga. Não apareceu nenhum policial, e até tivemos dificuldades para fazer a ocorrência. Mas, se um supermercado de grandes empresários ou uma drogaria de renome são assaltados, aparecem vários policiais, viaturas, helicópteros. Os grandes comércios são resguardados, e, nós, pequenos, temos essas dificuldades.

Acredito ser interessante finalizar citando uma frase de Francis Huxley, antropólogo. Ele afirma em seu livro "O Sagrado e o Profano" que um homem que busca além das aparências é um homem que busca a verdade. Em síntese, é aquele que descortina horizontes, faz acontecer, constrói, evolui e faz evoluir. Por que estou citando essa frase? A comunidade precisa se dar oportunidade, os gestores públicos dos órgãos do Estado precisam estar presentes para dar apoio incondicional a esses movimentos. Estou aqui não como servidor administrativo da Polícia Civil, estou com um projeto de música que começou com 10, 15 crianças.

Hoje há mais de 100 crianças aprendendo a tocar instrumentos musicais com um professor de música. Gostaria de mostrar à Assembleia como esse projeto é bacana. Um desses meninos que começou a aprender música foi assediado para o outro lado. Eu falei que não queria. Vi o projeto e conversei com ele. Perguntei se gostava de tocar violão e teclado e consegui trazê-lo para esse projeto. Depois de alguns meses,

quando ele tocou a "Nona Sinfonia", de Beethoven, "babe!". Um menino que tinha probabilidade de ir para o crime aproveitou a oportunidade.

Como o projeto nas escolas, que tem o professor, quero oferecer oportunidade aos pequenos. E que as instituições dos governos federal, estadual e municipal tenham a sensibilidade de entender esses pequenos, pois é uma oportunidade para combater a criminalidade. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado e parabéns. Com a palavra, o Sr. Ricardo Brisolla Balestreri, para responder e fazer suas considerações finais.

O Sr. Ricardo Brisolla Balestreri - Realizarei uma façanha para responder tudo. Em primeiro lugar, respeito muito a manifestação do Deputado Sargento Rodrigues, mas discordo radicalmente. O tempo de discutir se é tarefa do governo federal, estadual ou municipal já passou. O advento do Pronaf trouxe uma nova mentalidade de superar o jogo de empurra. A tarefa é de todos. Se o senhor disser que fiscalizar fronteira é só tarefa da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, vou dizer que respeito, mas é um entendimento antigo que não levou o Brasil a nada, somente a 500 anos de insuficiência das atuações na fronteira. Se não envolvermos as Polícias Militares e Cíveis e os Corpos de Bombeiros em ação de fronteira com as Polícias Federais, isso não levará a nada. Essa antiga fórmula "funcionalista" de dividir o que é do governo federal e o que é do governo estadual foi feita até o advento do Pronaf e não resolveu nada. Voltar atrás não é o caminho, é preciso ir para a frente criando integração entre os diversos segmentos.

Preciso discordar de que o governo federal não fez nada. Ele fez muito mais do que jamais se sonhou. Não é tudo, há muito a ser feito. Não sou um sujeito corporativista, aumentamos o Orçamento em cinco vezes, mas precisamos aumentar mais sete ou oito vezes. Não faço defesa corporativa. Os Estados precisam muito da nossa ajuda. Talvez Minas precise menos, mas sempre ouço do Secretário que nenhum Estado dispensa recurso. Um dia, falei que Minas está em situação confortável, que é um Estado rico, mas me disseram que precisa, sim. A maior parte dos Estados brasileiros, paupérrimos do ponto de vista de caixa, precisam muito. O Estado de Alagoas, por exemplo, governado pelo meu querido amigo Teotônio Vilela Filho, grande figura, filho do nosso Senador histórico Teotônio Vilela, é um homem que está sempre humildemente e corretamente em Brasília, reunido e discutindo conosco diretrizes de assessoramento técnico e recursos para Alagoas. Ele é muito franco ao dizer que, se não fosse o governo federal ajudar Alagoas, o Estado, que é miserável, não teria de onde tirar recursos e estaria em situação seis vezes pior.

Mais do que isso: priorizamos Alagoas, que foi um dos Estados que mais recebeu verbas da União, exatamente porque não olhamos o partido governante, não cometemos essa mesquinha. Alagoas foi um dos Estados que mais recebeu e que mais recebe a colaboração federal e, se depender de mim, continuará recebendo colaboração prioritária do governo federal. E poderia citar muitos outros Estados que são pobres, como o Piauí e a Paraíba, e que, sem a colaboração do governo federal, não sobrevivem na área da segurança pública. Então, nós, do governo federal, superamos essa visão de que, como a Constituição diz que esse é um problema do Estado, ele tem de se virar; que, de nossa parte, temos de nos virar com as políticas federais. No início, enfrentei dentro do governo federal o argumento de que deveríamos cuidar da área federal, cheia de carências, e deixar que os Estados se virassem. Não penso assim; somos todos brasileiros e todos temos responsabilidade com tudo.

Rapidamente - apenas lendo a lista, sem argumentar -, quero dizer que, nesse aspecto, demos um salto. Isso não quer dizer que o primeiro mandato do Lula tenha sido ruim - foi uma boa administração, segundo um paradigma, digamos, preexistente -, mas a segunda administração do Lula deu um salto de qualidade. Estou dizendo isso até como professor de História que sou, o que me obriga a olhar para trás e identificar onde houve o salto. O salto foi o surgimento do Pronasci, uma decorrência do Sistema Único de Segurança Pública - Susp. Em 2003, o Luiz Eduardo fez o excelente trabalho, de que até participei como membro, da chamada Arquitetura do Susp. Eu não era do governo; fui contratado como especialista, e produzimos a Arquitetura do Susp, um sistema teórico muito bem-montado sobre segurança pública. Depois, surgiu o Pronasci, que é um sistema pé no chão, prático. E a partir do Pronasci e com a nova visão da Senasp, tivemos algumas conquistas. Vou apenas ler alguns dados que ilustram o que estou dizendo.

Fizemos a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, com a participação de mais de meio milhão de pessoas, com presença muito forte em Minas. Se isso não é algo importante e definidor, não sei o que seja. Até o fim do ano ou início do ano que vem, vamos apresentar os dados da primeira pesquisa nacional de vitimização em segurança pública. Até há pouco tempo, o Brasil ficava em posição de inferioridade na ONU nessa área porque só se pesquisava com base em boletim de ocorrência policial - BOP -, e a comunidade acadêmica internacional acredita que o BOP tem em média uma deficiência de 18 vezes em relação à realidade. Mas os pesquisadores do DataFolha, após o devido processo licitatório, já foram contratados e já estão nas ruas, fazendo, pela primeira vez na história deste país, uma pesquisa nacional de vitimização - não tenho problema em brincar com isso porque de fato é a primeira vez que isso acontece na história brasileira. Assim, poderemos ter um quadro real do que está acontecendo na segurança pública do Brasil.

Como prometi que iria apenas ler os dados, são mais de 700 mil profissionais de segurança pública atingidos pelo ensino a distância; 174 mil com bolsa-formação; 3 mil especialistas por ano, com cursos gratuitos oferecidos pela Renasp, e estamos dando início agora aos cursos de mestrado e doutorado, o que ainda queremos conseguir neste ano, Presidente - estamos em contato com a Capes, para conseguir esses cursos, além do curso de graduação em segurança pública, para deixar uma herança científica. Vocês não sabem, mas o MEC declarou há uns três meses, depois de meses de negociação, para orgulho brasileiro, reconhecer segurança pública como uma área do saber. Hoje a segurança pública pode entrar até em vestibular. Continuando, criamos o Sistema Nacional de Aviação de Segurança e estamos criando agora o Sistema Aquaviário. Ainda este ano vamos investir R\$100.000.000,00 em perícia, área que nunca recebeu recursos da segurança pública. Também temos o banco de DNA de famílias de desaparecidos, no Infoseg - vou dizer só o título, mas em outra oportunidade poderemos conversar sobre isso. Outro dado é a redução dos crimes ambientais, anunciada antealemente em todas as grandes redes de televisão do Brasil. Sabem o que está por trás disso? A Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Força Nacional de Segurança Pública. O crime de desmatamento vem caindo no Brasil porque a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e, principalmente, a Força Nacional de Segurança, com contingente maior, apreenderam, em oito ou nove meses, o equivalente a mais de 8 mil caminhões de toras ilegais de madeira. Repressão qualificada é o nome disso. É a nossa contribuição ao meio ambiente do Brasil, por meio dos nossos bravos policiais.

Agora, com a polícia do Distrito Federal, ultimamos a formação da primeira unidade de proteção a defensores de direitos humanos, antigo pedido da ONU. Entre o governo federal e o Distrito Federal, 60 policiais protegerão os principais ameaçados por defesa de direitos humanos no Brasil. Mais uma vez, aproveito para citar e homenagear o nosso querido Duane, o José Francisco e outros que estão nos ajudando. Neste ano, com a grande ajuda de Minas e por orgulho nosso, cidadãos brasileiros, realizaremos, no final do ano, no Rio de Janeiro, o II Encontro Nacional de Policiais Cíveis e Militares e Militantes do Movimento GLBT. Se fôssemos moradores da Holanda ou da Noruega, isso não seria estranho. Realizamos o 1º encontro nesta cidade, e o 2º tratará de grupos vulneráveis, como está na pauta desta Casa.

Poderia continuar essa lista. Se isso é não fazer nada, não sei o que é fazer. Apenas mais uma coisa: falamos em política de fronteira, mas são mais de 500 anos de abandono das fronteiras. Se não fosse a Operação Sentinela e o Policiamento Especializado de Fronteiras - Prefon -, produtos do nosso governo federal, seriam mais de 500 anos de absoluto abandono de fronteiras, pois ninguém fez nada por elas no País. Apesar de o efetivo ter aumentado razoavelmente na nossa gestão, precisamos aumentá-lo mais. É demais esperar, é impossível que a Polícia Federal dê conta de cuidar de 16.000km de fronteira seca. São necessários outros sistemas. Esse é um trabalho que fazemos.

Ainda há várias perguntas a serem respondidas, mas vejo que o Presidente tem um tempo a cumprir.

O Sr. Presidente - Sei que há muitas perguntas; além dessas, encaminharemos-lhe outras. Solicitamos que responda às perguntas dos "e-mails".

O Sr. Ricardo Brisolla Balestreri - Parabenizo a todos, pois as perguntas que recebi são de altíssimo nível. Algumas, candentes, se referem à unificação de polícias, que, hoje em dia, está na moda da discussão brasileira, assim como as Forças Armadas, que adequadamente o nosso jornalista apresentou e têm papel importante, diferente do da polícia.

Encerro a minha fala agradecendo a oportunidade e pedindo desculpas pela aparente prolixidade. Segurança pública é algo complexo, e o povo brasileiro está cansado de respostas muito simplórias. João Leite, a discussão sobre segurança pública no Brasil - e concordo com algumas coisas que disse - é extremamente rasteira, fundada no senso ordinário, nos escândalos e nas tragédias do momento. Quando ocorre uma tragédia, todos enlouquecem: o Parlamento faz leis, o Executivo fica doido da vida, a população discute e a mídia cai em cima. Está na hora de se discutir segurança pública à luz da complexidade. Não se responde de maneira fácil a questões difíceis. Todos estão de parabéns, pois suas perguntas foram complexas. Parabenizo também os colegas da Mesa, pois, da melhor forma possível, respondemos àquilo que é complexo para sair do espectro da facilidade, da superficialidade e do rasteirismo, como normalmente se tem discutido segurança no Brasil.

Agradeço a oportunidade e, como disse a nossa querida Deputada, fiz questão de abrir espaço na minha agenda, o que era praticamente impossível, Presidente. Estou enfrentando muita dificuldade para viajar, pois vivemos os últimos cinco meses da nossa gestão. A Sesp executa 80% do Pronasci, não o decidimos. Às vezes, pessoas me telefonam e me xingam por decisões que não posso tomar. Esse programa tem uma administração própria, que toma decisões. No entanto a minha Secretaria executa 80% do Pronasci e 100% do Fundo Nacional de Segurança Pública. Dirijo uma Secretaria que está muito bem-colocada no Ministério da Justiça, mas com praticamente o tamanho de um Ministério. Sou responsável pela discussão de cerca de R\$1.100.000.000,00 por ano. Fazemos milagres com pouquíssimas e bravas pessoas, que trabalham em torno de 13 a 15 horas por dia por idealismo, pois realmente acreditamos que o nosso país precisa e a nossa população merece mais segurança.

Levarei para a Senasp e para o Ministério da Justiça a notícia fantástica, bárbara, de que essa gente boa, que reflete com profundidade, que sabe dar as mãos independentemente de questões partidárias ou ideológicas, essa gente de Minas, que tanto tem ensinado o Brasil, mais uma vez, está unida neste momento, ajudando o Brasil a aprender mais sobre segurança pública. Também aprendi muito com vocês. Contem com tudo que pudermos fazer. Se não fazemos mais, é porque realmente está fora do nosso alcance. Continuaremos fazendo tudo que for possível até o fim do nosso mandato. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Secretário. Com a palavra, para suas considerações finais, o Dr. Moacyr Lobato, Secretário de Defesa Social.

O Secretário Moacyr Lobato de Campos Filho - Mais uma vez, cumprimento a todos por esta belíssima tarde, pela demonstração de interesse vinculado à solução de problemas que nos afligem. Tenho uma última consideração a fazer. Não apresentei dados aqui. Entendi que este espaço e momento tinha uma outra destinação. Mas não posso me furtar de dizer aos senhores que o Estado de Minas Gerais, nos últimos anos, investiu em segurança pública, em defesa social, valores inéditos, absolutamente impressionantes em relação aos investimentos que se fazem nessa matéria, em qualquer unidade da Federação. No entanto as demandas dessa área são crescentes. Por mais que se faça esforço orçamentário para a destinação de recursos, sempre será insuficiente. Por essa razão, e reconhecendo, sim, sem soberba, que Minas fez, e praticamente sozinho, gostaria de reiterar uma solicitação e dar um testemunho. A solicitação é que tenhamos crescentemente no âmbito da Senasp e do Pronasci um olhar apropriado para o Estado de Minas Gerais e suas demandas em investimento. Em relação ao testemunho, quero dizer que o Secretário Nacional de Segurança Pública tem sido um leal parceiro e tem reconhecido - o que me parece mais importante - que o tratamento destinado a Minas Gerais, do ponto de vista de investimentos de recursos, está muito aquém do esperado, do desejado. Essa constatação, reconhecida pela própria Senasp, à disposição do Ministro da Justiça, que foi visitado pelo Governador do Estado - quatro dias depois eu estava lá para, mais uma vez, reiterar essa questão, oportunidade em que também se encontrava lá o Secretário Balestreri -, é para dizer que, se muito fizemos, muito faremos. Não dispensamos, em hipótese alguma, a contribuição, os recursos, os aportes que a União possa e deva fazer em prol de Minas Gerais. Cada centavo investido aqui por nós, Secretário Balestreri, está refletido em ações, em resultados objetivamente considerados. A tudo que vier de recursos da União, por certo, daremos o mesmo tratamento rigoroso, sério, vinculado e comprometido com o bem-estar de nossa população, que é, em última análise, a própria razão da existência de qualquer governo e de qualquer instância de poder. Com essas considerações, cumprimento, mais uma vez, todos a Mesa, o Deputado João Leite, o Secretário Nacional e o grande jornalista Eduardo Costa. Disse a ele que faço questão de conversar sobre os tópicos expostos por ele e tantos outros que naturalmente estarão pendentes.

O nosso compromisso é o de absoluta transparência, o de mostrar resultados, o de sermos sensíveis a quaisquer críticas e observações, pois, em um ambiente como este, elas são feitas sempre com o pressuposto da boa-fé, sempre com a vinculação a uma contribuição expressiva. Portanto é nossa obrigação acolhermos as sugestões e tudo o que for fruto do debate aqui experimentado. Desejo a todos, nesses dois dias restantes, que tenham uma atividade muito profícua e importante, que por certo resultará em contribuição expressiva no enfrentamento e tratamento do tema proposto. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o jornalista Eduardo Costa, para suas considerações finais.

O Sr. Eduardo Costa - Estou sinceramente agradecido por esta tarde. Preciso dizer ao Secretário o que o Marco Aurélio da Prefeitura de Lagamar me pediu: se o senhor considera - e está correto - que o álcool é a porta de entrada para as drogas mais pesadas, deve pedir ao governo federal que aperte ainda mais o cerco contra as propagandas que estimulam o seu uso. O senhor ouviu esse apelo em uma cidade que se orgulha de ser a Capital nacional dos bares. Não sei o quanto isso é bom, pois ninguém dorme por perto, e, muitas vezes, não se consegue andar nem pela calçada nem pelas ruas.

Aproveito esta chance única para dizer que três motivos me trazem a uma plenária como esta. O primeiro é a profissão. Quem trabalha no rádio, embora tenha a possibilidade de interação pela internet e pelo telefone, faz um monólogo. Então, quando é chamado para um debate, não pode fugir, pois pode ser chamado eventualmente para uma explicação, como digo em minha terra, "na lata". Segundo, por conta dessa profissão, todos os dias ouço alguém pedir socorro, justiça.

Já que falamos em Forças Armadas; já que queremos ajuda permanente, respeito aos magistrados e ao Ministério Público e socorro para a Polícia Civil poder exercer sua polícia judiciária, não poderia ir embora sem pedir socorro também para a Defensoria Pública, pois é muito difícil para um pobre chegar ao fórum.

O terceiro motivo é o fato de Deus ter sido muito bom comigo. Nascido jacu da roça, filho de caminhoneiro leiteiro, no final do ano, além de ter uma filha estudando em uma das melhores escolas da cidade, tive a alegria de ver a outra, a mais velha, formando-se em medicina. No domingo último, Dia dos Pais, ela me escreveu uma carta muito bonita, em que disse que o que mais a impressiona é o meu desgaste de pensar nos outros. Sendo assim, pensei que, primeiramente, tenho de ser grato a Deus por ter-me dado duas filhas, tanta felicidade e conforto e, por isso, tenho de desejar isso aos outros. Mas, ainda que fosse egoísta, pergunto: em que mundo elas viverão se eu não lutar para que ele melhore? Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradeço ao Sr. Secretário Moacyr Lobato, ao Desembargador Francisco Kupidowski, ao Promotor de Justiça Joaquim Miranda, ao Secretário Ricardo Brisolla Balestreri, ao Cel. PM Genedempsey Bicalho Cruz e à Defensora Pública Luciana Moura. Esta mesa está encerrada. Agradeço a presença de todos os seus componentes. Já vamos constituir a nova Mesa e continuar os trabalhos.

A Assembleia Legislativa manifesta seus agradecimentos aos expositores deste painel. Passaremos às disposições e discussões sobre o tema "Crime organizado, tráfico de drogas e os desafios das políticas de segurança pública".

3º Painel

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa, para o 3º Painel, os Exmos. Srs. Marcelo Eduardo Freitas, Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado, da Secretaria Regional da Polícia Federal em Minas Gerais; e Cel. PM Wilson Chagas Cardoso, Diretor de Inteligência da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; as Exmas. Sras. Andréa Ferreira Silva Araújo, Delegada Chefe da Divisão Especializada de Investigação Antidrogas da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; e Geórgia Ribeiro Rocha, Superintendente de Integração do Sistema de Defesa Social, da Secretaria de Estado de Defesa Social; e o Exmo. Sr. Jerry Antunes de Oliveira, Superintendente Regional da Polícia Federal em Minas Gerais.

Palavras do Sr. Marcelo Eduardo Freitas

Exmo. Sr. Deputado Estadual João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, na pessoa de quem cumprimento todas as autoridades componentes da Mesa; Exmo Sr. Jerry Antunes de Oliveira, Superintendente Regional da Polícia Federal em Minas Gerais, ilustre amigo e Delegado de Polícia Federal, na pessoa de quem cumprimento todo o público presente.

Senhoras e senhores, o tema que nos foi proposto é demasiadamente amplo: "Crime organizado, tráfico de drogas e os desafios das políticas de segurança pública". Procuraremos, no breve espaço de tempo que nos foi outorgado, apresentar, em linhas gerais, a visão da Polícia Federal sobre o tema, procurando demonstrar uma visão técnica sobre o assunto.

Inicialmente esclarecemos que a nossa exposição será subdividida em cinco tópicos. Trataremos do crime organizado, do tráfico de drogas, das atribuições constitucionais da Polícia Federal, mormente das questões relativas às fronteiras, à repressão e à prevenção do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, além das medidas adotadas no combate ao tráfico, a fim de mostrarmos que os trabalhos efetivamente não param. Concluiremos com os desafios para as políticas de segurança pública.

O crime organizado: inicialmente, nesta apresentação, fizemos alarde, já que o crime organizado é um tema bastante complexo e deve ser objeto de amplo e irrestrito debate. Ações como esta, proposta pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, contribuem muito para a sociedade como um todo. Esperamos, certamente, uma sociedade um pouco melhor, com ações como esta que agora apresentamos.

Para que se tenha uma noção, é preciso dizer que não existia no Brasil, até 2004, em nenhuma parte do nosso ordenamento jurídico, a definição de organização criminosa. Somente por intermédio da Convenção da ONU contra o Crime Organizado Transnacional, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 5.015, de 2004, é que se internalizou no ordenamento jurídico brasileiro, ainda que numa visão superficial, o que seria crime organizado. Entendeu a Convenção da ONU como crime organizado um grupo estruturado de três ou mais pessoas atuando com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves - enunciadas na Convenção - ou com a intenção de obter, direta ou indiretamente, benefício econômico ou material. Um detalhe interessante da Convenção de Palermo é que, por intermédio do art. 2º, o crime organizado eminentemente nacional ficou de fora. A consequência disso é que até hoje a definição de crime organizado no Brasil fica a cargo da doutrina e da jurisprudência. O Projeto de Lei nº 6.578, aprovado pelo Senado Federal e hoje em tramitação na Câmara dos Deputados, em grande parte resolveria todas essas questões. A Polícia Federal aguarda, de maneira ansiosa, que esse projeto seja brevemente convertido em lei, para que possamos apresentar investigações calcadas nas mais modernas técnicas.

Como dito, em face da ausência de definição precisa para a organização criminosa no ordenamento jurídico brasileiro, a doutrina e a jurisprudência apresentaram algumas características marcantes. Iniciamos com o claro objetivo de lucro, que é essencial à existência de toda e qualquer organização criminosa nas sociedades contemporâneas. Além disso, a hierarquia estrutural, o planejamento empresarial, o recrutamento de pessoas, a conexão estrutural ou funcional com o poder público ou com o poder político, a oferta de prestações sociais, a divisão territorial de atividades, a alta capacitação para a fraude e para a corrupção, a conexão local, regional, nacional ou internacional com outras organizações são características essenciais fixadas pela doutrina e pela jurisprudência. Por que é importante definir de maneira clara o que vem a ser organização criminosa? É importante, mormente para as organizações policiais, porque se pode fazer uso, nas investigações criminais, do instituto da delação premiada, da lei de lavagem de dinheiro, da ação controlada, do acesso a dados fiscais, bancários, financeiros, além da captação ambiental de sinais acústicos e visuais e da infiltração. Essas medidas, senhores, certamente contribuem muito para todos os órgãos incumbidos da perseguição estatal, a fim de apresentarem ao Estado juiz investigações seguras e demonstrarem a materialidade para o caso concreto. Isso é de suma importância para a polícia no Brasil.

Passaremos ao tráfico de drogas. Iniciaremos com uma contextualização histórica. Para se ter uma noção, o ano de 2009 marcou os 100 anos da Comissão de Ópio de Xangai, que foi a primeira conferência internacional para tratar do tema das drogas. De lá para cá, a ONU editou outras cinco convenções internacionais, especialmente no período de 1961 a 2005. E, a cada ano, por intermédio da UNODC e do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes, a ONU tem apresentado relatório mundial com os principais dados e análise das tendências da produção, do tráfico e do consumo de drogas ilegais em todo o mundo. É exatamente nos dados extraídos do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes que focaremos a nossa apresentação, não calcada - com o devido respeito - em achismo, mas em dados técnicos que nos permitirão apresentar uma conclusão clara sobre as políticas de segurança pública.

Em uma visão geral, é preciso entender que o mercado mundial de drogas movimentava cerca de US\$320.000.000.000,00 por ano. O valor é superior ao PIB individual de quase 90% dos países, segundo o relatório da ONU. O documento diz ainda que cerca de 200 milhões de pessoas - o que representa 5% da população mundial com idade entre 15 e 64 anos - consumiram drogas pelo menos uma vez nos últimos 12 meses. Os números falam por si só.

Este gráfico apresenta as estimativas globais de uso de drogas ilícitas no mundo. O que se percebe é que a maconha ainda é a droga mais consumida, seguida pelas anfetaminas, "ecstasy", opiáceos e cocaína.

No que diz respeito a problemas com drogas e à demanda por tratamentos, penso que isso seja o foco central deste nosso seminário. É preciso deixar bem claro que a América, como um todo, enfrenta um problema terrível em relação à cocaína. Um momento crítico como o de Peru, Bolívia e Colômbia, principais produtores da droga na América. Já a África e a Oceania enfrentam um problema terrível com a maconha; e a Europa e a Ásia, com os opiáceos. Portanto, o principal problema no Brasil em relação à demanda por tratamento refere-se à cocaína, tendência seguida por toda a América, em especial Peru, Bolívia e Colômbia.

Em virtude do tempo que nos foi proposto, trataremos numa visão rápida das atribuições constitucionais da Polícia Federal, muito comentadas pelo Secretário Balestreri, especialmente quanto às questões de fronteiras. Inicialmente é preciso ressaltar que as atribuições constitucionais da Polícia Federal se encontram no art. 144 da Constituição Federal, no capítulo sobre segurança pública. Para ser breve, gostaria de listar apenas

duas das principais atribuições neste evento, que seriam a atribuição de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras e a atribuição de prevenção e repressão ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins. Para se ter uma noção exata do que está acontecendo em nosso país, isso foi objeto de discussão entre o Secretário Balestreri e o Deputado Sargento Rodrigues, anteriormente. A Polícia Federal detém hoje um efetivo de aproximadamente 10 mil policiais. Um efetivo total de 13.166 servidores, incluindo-se nesse número os servidores administrativos, alguns dos quais, evidentemente, não exercem atividade policial. O número é reduzido mormente por se distribuir esse efetivo em toda a dimensão do território nacional, conforme se percebe no mapa, para atuar. Aí entra um ponto interessante: temos uma linha de fronteira linear de mais de 16.000km e mais de 7.000km de costa marítima, e dessa linha de fronteira linear, sem discursos repletos de demagogia e ausência de conhecimento, é preciso esclarecer que mais de 9.000km lineares são de áreas absolutamente inóspitas, sem nenhuma presença do Estado. Abro um parêntese para dizer que não é a Polícia Federal que tem a obrigação de resolver esse problema, mas, sim, o Estado brasileiro como um todo, em sua concepção ampla, ou seja, numa área total de mais de 2.000.000km² de parte de fronteira.

Percebe-se que, com toda essa área, fica realmente complexo para uma instituição, seja a Polícia Federal, seja o Exército, seja a Marinha brasileira, conseguir impedir a permeabilidade das drogas e das armas. O assunto precisa ser encarado com um pouco mais de seriedade. A Polícia Federal muito tem feito com relação ao assunto.

Agora apresentaremos as medidas adotadas no combate ao tráfico, para dizer o que a Polícia Federal tem feito, de maneira singela, em relação a esse assunto. Inicialmente, iremos focar na repressão, que é o que, via de regra, é cobrado das polícias. Para que os senhores tenham uma noção, no ano de 2008 foram apreendidos mais de 19.000kg de cocaína, mais de 187.000kg de maconha e mais de 132.621 comprimidos de "ecstasy", e foram erradicados mais de 3.900.000 pés de maconha.

Os trabalhos não param, e os mesmos números se repetiram no ano de 2009. Parece o mesmo "slide", mas não é. No ano de 2009, a Polícia Federal brasileira, somente ela, apreendeu mais de 18.000kg de cocaína. São mais de 150.000kg de maconha, mais de 2 milhões de pés de maconha erradicados e mais de 28 mil comprimidos de "ecstasy". Percebe-se claramente que as ações têm sido, sim, efetivadas. Apenas para dar uma noção, o último censo carcerário mostra que há 69.049 - o Secretário já disse isso, na casa dos 80 mil - homens e mulheres presos no Brasil por crimes relacionados ao tráfico de drogas, o que representa cerca de 16% da população carcerária total.

É importante destacar neste seminário que a Polícia Federal, agregada ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, tem feito o seu papel, embora ela tenha uma visão diametralmente oposta ao que disse o Secretário, de colocar "pequenos traficantes na rua". É preciso deixar claro que o trabalho tem sido feito e que a repressão, isoladamente, não basta. Na nossa visão, o necessário é associar políticas de segurança pública com políticas de saúde pública, e essa realidade ainda não é sensível não só em nosso país, mas também na América Latina como um todo e nos países em desenvolvimento. Não sei se isso conforta alguns.

Dessa realidade surgem os principais desafios das políticas de segurança pública. Segurança pública que deve ser entendida como um conjunto de ações e políticas públicas destinadas a garantir a incolumidade física e psicológica da pessoa humana num determinado grupamento social, bem como uma convivência social ordenada e pacífica nesse mesmo grupamento. O primeiro desafio particularmente apresentado pela Diretoria de Combate ao Crime Organizado, que chefiou, é que as drogas devem continuar sendo ilegais. Discursos demagógicos e vazios certamente aparecerão no decorrer deste seminário, e é justamente isso o que se percebe na América Latina como um todo.

O controle e a repressão mantêm os preços altos e reduzem o consumo. A título de confronto, 50% da população mundial consome álcool regularmente. São dados extraídos do relatório da ONU. Entre 25% e 30% das pessoas fumam tabaco, enquanto 5% da população mundial consome drogas ilícitas. Não há dúvida de que o controle funciona. O álcool e o tabaco causam mais mortes, justamente porque são legais.

Como em outros desafios das políticas de segurança pública, é preciso ficar claro que o crime organizado não se interessa pelo mercado de drogas em si, mas pelos seus lucros, que são essenciais a toda e qualquer organização criminosa. Se perdessem o mercado das drogas, simplesmente mudariam de atividade. Isso aconteceu, por exemplo, nos Estados Unidos quando se proibiu o uso de álcool. Além disso, ainda não se pode calcular o impacto de uma eventual legalização em termos de saúde e segurança pública.

Falar em descriminalização sem calcular o impacto, especialmente em um país de dimensões continentais como o Brasil, é, em nossa ótica, irresponsabilidade. É preciso analisar ainda o uso, o abuso de drogas sob a perspectiva dos direitos individuais em confronto com os direitos coletivos. Se é certo que, sob a perspectiva individual, é lícito ao cidadão fazer uso ou não de drogas, é mais correto ainda acreditar que é um direito coletivo da sociedade se ver livre das drogas, também.

Como desafio, ainda apresentamos algumas tendências que devem prosperar. Por exemplo, na Argentina, no México, na Colômbia e no Brasil, hoje, há uma nítida diferenciação entre os usuários e os traficantes. É preciso ficar claro que os traficantes têm, sim, de ser encaminhados ao cárcere. Os usuários são pessoas que dependem hoje, no Brasil, de políticas sérias de saúde pública. Isso, efetivamente, repito, não tem ocorrido. O senso comum nos diz isso.

Um ponto interessante: embora o relatório mundial de 2009 sobre drogas demonstre que o mercado global de cocaína, opiáceos e maconha está estável ou em declínio, é necessário vislumbrar, como dito, os usuários de drogas como pessoas que precisam de acesso à saúde. Políticas equilibradas entre saúde pública e segurança pública: é disso que efetivamente o nosso país precisa.

É necessária ainda a concentração de esforços não nos pequenos traficantes, engrenagem facilmente substituível na estrutura do tráfico, mas no crime organizado transnacional e nos financiadores do tráfico, a fim de obter um resultado efetivo no controle das drogas ilegais. É preciso incrementar, ainda mais, ações de prevenção nos moldes estabelecidos nas campanhas do tabaco e do álcool, a fim de desmitificar um pouco mais a questão do abuso de drogas ilegais.

É preciso fortalecer ações integradas entre os países, mormente acordos bilaterais com o Peru, a Bolívia e a Colômbia, principais produtores de cocaína na América, e com o Paraguai, principal responsável pela maconha consumida no nosso país. É preciso ainda - este é papel, sim, da Polícia Federal - aumentar o controle dos produtos químicos, uma vez que, sem produtos químicos, com exceção da maconha, não há drogas. É preciso intensificar ainda o combate ao tráfico marítimo, uma vez que - passem, senhores - 80% do tráfico de drogas no mundo é efetivado via tráfego marítimo, não por via terrestre. É necessário fortalecer também as unidades de fronteira.

É necessária atenção especial à família, ao seu primado em toda a sociedade, e à educação dos jovens. Sem esse requisito essencial, que é um desafio, toda a política de segurança pública será falha. Como dizia Salomão, filho do Rei David, em Provérbios XXII, 6: "Instrui o menino no caminho que deve andar e até quando envelhecer não se desviará dele".

Finalizo, sendo breve já que o tempo é exíguo, tomando como minhas as palavras de Pe. Antônio Vieira ao dizer: "Desculpem-me por ter ido tão longe, mas é que não tive tempo para ser considerado breve". Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

A Sra. Presidente (Deputada Maria Tereza Lara) - Agradecemos ao Sr. Marcelo Eduardo Freitas. Com a palavra, o Cel. PM Wilson Chagas Cardoso.

Palavras do Cel. PM Wilson Chagas Cardoso

Exmo. Sr. Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública, e Exma. Sra. Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública, em cujas pessoas cumprimentamos os integrantes da Mesa e todos os presentes. Inicialmente cumprimentamos a Comissão pela realização deste evento, que, na verdade, é fruto do conhecimento da realidade em que vivem nossas famílias, todos os mineiros nos diversos rincões de Minas Gerais. Temos a certeza de que esse contato com a realidade é que levou à realização deste evento, realidade essa que as Polícias, de uma forma geral, vivenciam nas 24 horas do dia. Portanto, nossos cumprimentos a esta Casa.

Iniciaremos com alguns questionamentos. Gostaria de antecipar que não temos respostas para todos eles, mas acredito que poderemos chegar a diversas respostas no final do evento, após as diversas exposições realizadas. O tráfico de drogas é propulsor da violência e da criminalidade? O tráfico de drogas pode ser visto como fenômeno econômico? Aliás, isso foi dito pelo Prof. Balestreri, Secretário Nacional, quando citou o livro em que nos baseamos para elaborar esta palestra. Quais as vantagens do crime organizado em relação aos governos? Por que é eficiente? Moisés Naím, autor desse livro, diz que o Estado é ineficiente porque é Estado, e o crime organizado é eficiente porque são redes. Como reduzir a oferta e o consumo de drogas? Atacar em ambas as direções é a melhor estratégia? Qual é a importância da ação política? Temos a certeza de que a ação política é extremamente importante para que tenhamos algum sucesso nessa empreitada. Que ações o Poder Legislativo pode adotar para o enfrentamento do problema? Enfim, diversos outros questionamentos poderiam ser feitos, mas o principal é: o que fazer?

Para tentar responder a algumas dessas questões, de forma completa ou não, passaremos por uma breve introdução e falaremos sobre o que fazer com o tráfico de drogas, a dinâmica da oferta de drogas em Minas Gerais, a Teoria da Oportunidade e as estratégias para a prevenção da oferta e da demanda que a Polícia Militar segue ao traçar os seus planejamentos. Falaremos também sobre inteligência de segurança pública e o tráfico, sobre ações de prevenção da oferta e da demanda - seguindo as diretrizes da Polícia Militar -, sobre algumas ações, como o Disque Denúncia Unificado - DDU -, sobre o Grupo de Prevenção em Áreas de Risco, denominado Gepar. Falaremos de outras ações - o Projeto Cinturão de Segurança, o Programa Educacional de Resistência às Drogas, denominado Proerd -, algumas propostas e algumas breves conclusões.

Nesse livro, Moisés Naím trata o comércio ilícito de uma forma global, como um fenômeno global. Um agente inteligente da polícia britânica disse: "Eles estão aqui, ali, em toda parte. Quando o primeiro foguete tripulado pousar em Marte, os homens do espaço serão recepcionados por nigerianos".

Nesse comércio ilícito, que é um fenômeno global, o tráfico de drogas não deve ser visto somente como questão de índice de criminalidade e violência, mas também como situação de instabilidade social, dada a gravidade do problema e a complexidade que é resolvê-lo. Se fosse simples, outros países já o teriam resolvido, considerando os investimentos expressivos na área.

O que fazer com o tráfico de drogas? O autor Moisés Naím diz que o comércio ilícito de drogas evoluiu, porém os métodos para combatê-lo pouco se modificaram. A principal estratégia dos americanos é combater a oferta de drogas, mas ela não se mostrou eficiente. Investimentos em repressão, encarceramento de traficantes, neutralização de redes de distribuição, fechamento de fronteiras, como dito aqui, eliminação de matéria-prima onde é produzida, como fazem os Estados Unidos na Colômbia, ainda não deram os resultados esperados, mas também não podem deixar de ser feitos. Este é o país que mais investe em repressão. A literatura nos mostra que é também o coração da demanda global.

Para combater a oferta, conforme afirma Moisés Naím, talvez seja mais fácil justificar os investimentos, ou seja, é mais fácil jogar a culpa nos outros do que tratar as questões internas de demanda. Temos de enxergar o problema de acordo com a realidade, na forma como ela se apresenta, para conseguir algum êxito. O livro ainda mostra que, quando se prende uma liderança, de gangue ou de facção, há duas notícias: uma boa e uma ruim. A boa é que normalmente se consegue desmantelar uma gangue, uma facção; a ruim é que isso nada significa.

O tráfico é um fenômeno econômico que visa ao lucro motivado pela oferta e procura, risco e retorno. Como reduzir esse lucro pensando como uma empresa? A sugestão é combinar ações de combate à oferta e de redução da demanda, com a participação de todos. Sem isso, a chance de conseguir algum êxito é menor. Qualquer ação será infrutífera se não objetivar reduzir a demanda, diminuir o lucro e aumentar os riscos. Modelos de cartéis e sindicatos de crimes estão mudando para redes flexíveis e descentralizadas, com atuação de células mais autônomas, tendentes até à autossuficiência. Contudo, interconectadas, com diferentes serviços, o que torna difícil saber onde está a nossa frente de batalha.

Há várias formas de comércio ilícito de drogas, de armas, atuando principalmente nas fronteiras, mas essas redes que se formam nos vários tipos de comércio podem estar interconectadas, uma lançando mão da facilidade da outra. Isso torna o nosso combate mais difícil. O comércio ilícito e o comércio lícito estão entrelaçados. Às vezes os traficantes combinam operações ilegais com empreendimentos legais. Essa é uma realidade.

Aí vem a sugestão: união de esforços dispersos, troca de informações e ações integradas para que os resultados sejam efetivos. Acreditamos ser essa uma boa saída. Segundo o Prof. Moisés Naím, uma ação isolada é como combater a lei da gravidade. Imaginem milhares de pessoas querendo comprar e vender. Se pudessemos ter essa realidade dentro do Mineirão, onde todos já vimos a divisão de torcida - uma de um lado, a outra do outro e a polícia no meio - seria mais fácil. No entanto não é assim que funciona. As pessoas que querem vender e comprar estão por aí. Não há como fazer essa divisão. Esse é o difícil trabalho das nossas polícias.

Valor econômico e custo social devem estar no cerne de nossa avaliação e resposta. As ações devem ser realistas para que sejam eficientes. Não adianta também ficarmos pensando em ações mirabolantes, mas inexecutáveis. Isso não nos leva a nada nem à eficiência. Assim a vontade política é fundamental no enfrentamento de um problema tão complexo. Precisamos muito desta Casa. As organizações devem estar fortalecidas com as mesmas ferramentas que tornam as redes eficientes. O combate das nossas polícias é desigual em relação às facilidades que têm as redes. Precisamos equilibrar um pouco mais e dar melhores condições às polícias para que essa balança tenda um pouco mais a favorecer o próprio Estado.

Esta é uma das grandes preocupações: quanto mais as redes acumularem fortunas, maior será seu poder de corromper, de investir em estruturas modernas e em armamento, e mais vulnerável estará o Estado. Antigamente, quando era necessário desvendar um mistério - os filmes mostram isso -, procurava-se pela mulher e conseguia-se entender aquele delito tão complexo. Em relação às organizações criminosas, hoje você procura o Estado que dá respaldo a elas. Precisamos evoluir para procurar não só o Estado, mas também essas redes que estão atrás das organizações.

Há necessidade de investimentos expressivos em inteligência de segurança pública, para aprimorar e desenvolver tecnologias. Acreditamos - e o próprio escritor traz isso - que há diversos tipos de tecnologias hoje em dia que podem minorar o problema nesse enfrentamento.

Falamos agora em fronteiras, como já foi dito aqui. Só para se ter uma ideia, há a tríplice fronteira Argentina-Brasil-Paraguai, hoje uma das

mais vigiadas e que é a de maior preocupação. Lá existe até o grupo chamado Três Mais Um, que são esses três países mais os Estados Unidos, para vigiar esse local. Entretanto, há mais nove tríplexes fronteiras em torno dessa fronteira seca brasileira. Para que seja feita uma pequena avaliação do que significa vigiar fronteiras e se podemos esperar que as ações empreendidas pelo governo federal estancarão o comércio das drogas, aí está o somatório da extensão da nossa fronteira que chega a quase 17.000km de fronteira seca.

Só com a Bolívia são 3.423km de divisa. Há alguma chance de, algum dia, conseguirmos estancar o tráfico que passa por essas fronteiras? Entre a Coreia do Norte, considerada um país hermeticamente fechado, e a China há comércio ilícito, com muito menos extensão de fronteira. E já citaram a fronteira marítima, em torno de 8.000km. Não adianta esperar e jogar a culpa nos outros, porque o Brasil é um País de dimensões continentais.

Há consenso de que as estratégias para diminuição da demanda por drogas têm a mesma importância que as de redução da oferta, e temos que atacar em ambas direções, quem vende e quem compra, reduzindo a demanda; a redução da oferta é considerada um trabalho tipicamente policial; há necessidade de identificação e desestruturação das quadrilhas organizadas que atuam no tráfico de drogas; há elevação dos índices de envolvimento de traficantes tidos como ocasionais e que estão buscando no tráfico uma maneira de galgar patamares de gangues cada vez mais elevados.

Minas Gerais, pela sua posição geográfica e sua vasta malha rodoferroviária, hidroviária e aeroportuária, está inserida na rota do tráfico, principalmente em relação às drogas oriundas dos países produtores da América do Sul e da Região Nordeste do Brasil.

Este gráfico mostra uma breve comparação entre as ações da PMMG de 2005 a 2009: as apreensões de cocaína saltaram de 51kg para 288kg, e já estamos com 142kg em 2010; as apreensões de pasta-base de cocaína saltaram de 48kg para 337kg; as de maconha saltaram de 2.535kg para 10.182kg; as de "crack", de 65 mil pedras para 229 mil pedras; o número de ocorrências de tráfico de drogas saltou de 16 mil para 17 mil; e o número de ocorrências de uso de drogas saltou de 18 mil para 24 mil.

Este gráfico mostra a ocorrência do tráfico de drogas por faixa etária de 2005 a 2010, com envolvimento de 23% de adolescentes e 75% de adultos.

A Polícia Militar trabalha com a teoria das oportunidades, quando procuramos aumentar a nossa vigilância efetiva, trabalhar em cima do ofensor motivado e do alvo disponível para traçar nossas estratégias.

Vamos falar das nossas ações, apesar do pouco tempo, o que é angustiante.

Assim, como tem trabalhado hoje a inteligência da Polícia Militar? Ela interpreta o ambiente criminal e produz o seu conhecimento. Esse conhecimento, produzido de forma científica, vai para os diversos Comandantes nos vários níveis, os quais planejam as ações nesse ambiente criminal.

Entre as ações realizadas pela Polícia Militar, há o Disque Denúncia, que tem um sucesso enorme e, com a participação da comunidade, apresenta soluções para diversos problemas. Participamos do Fica Vivo, de que a Dra. Geórgia ainda deve falar, em uma parceria com o Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco - Gepar. Temos ainda o projeto Cinturão de Segurança de Minas Gerais: a partir de um diagnóstico de incidência de ações de organizações criminosas nas divisas do Estado, principalmente de organizações de roubo de cargas e de estabelecimentos bancários, tráfico de armas e de drogas e outras, fazemos um policiamento para potencializar as ações da polícia em toda a divisa do Estado. Temos, ainda, o Programa Educacional de Resistência às Drogas, um projeto já bem-divulgado, em que atendemos, em 2009, a 456 cidades; de 1998 a 2009, atendemos a mais de 1.600.000 crianças e adolescentes.

Caminhando para o final, apresentamos as propostas que se seguem: normatização da captação de informações em ambientes criminais com a utilização de recursos especiais - essa é uma forma de equilibrarmos um pouco a balança em relação à eficiência do tráfico de drogas; acesso imediato pelos órgãos policiais a dados cadastrais de proprietários de telefones junto às operadoras; acesso imediato à localização de telefones móveis de pessoas em situação de risco; criação de uma rede pública de clínicas especializadas no tratamento de dependentes químicos; ampliação efetiva da política de investimento na escola de tempo integral, especialmente nas localidades de maior vulnerabilidade social; discussão de legislação que determina o fechamento de bares e similares às 22 horas nas localidades de grande incidência criminal; criação e estruturação de agências de inteligência nas companhias orgânicas da Polícia Militar em todo o Estado; e otimização da troca de informações entre as instituições policiais.

Concluindo, a complexidade do problema exige a conexão de várias abordagens técnicas relacionadas ao tema, que, sem embargo, demonstram que somente a Polícia Militar não conseguirá sobressair-se na luta contra as drogas. Na busca por um modelo policial eficaz no combate ao tráfico e na prevenção ao uso indevido de drogas, torna-se fundamental partir da premissa da multidisciplinaridade do tema e da interdependência das ações e iniciativas dos diversos atores sociais que prestam, à sua maneira, valiosas contribuições. Não podemos deixar os interesses do Estado, da nossa sociedade e, por fim, dos mineiros serem sequestrados pelos criminosos. Teremos sucesso se acreditarmos na força das ideias a serviço do bem comum. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Com a palavra, a Delegada Andréa Ferreira Silva Araújo.

Palavras da Sra. Andréa Ferreira Silva Araújo

Boa tarde, senhoras e senhores; Deputado João Leite, na pessoa de quem cumprimento os demais membros da Mesa, agradecendo ao convite que recebemos; colegas policiais civis e militares; e representantes de associações e sindicatos. É um prazer falar para vocês. Espero conseguir acrescentar alguma coisa a essas brilhantes exposições.

Nessa imagem inicial, apenas apresentamos a localização da nossa sede, com sua fachada, na Av. Afonso Pena.

Como bem o disse o Dr. Moacyr Lobato, nosso Secretário, trabalhamos de forma integrada, com os princípios adotados pelo Estado de Minas Gerais; fazemos parte do Sistema Integrado de Defesa Social - Sids -, de que também são membros a Polícia Militar, a Defensoria Pública, o Corpo de Bombeiros e a Subsecretaria de Administração Penitenciária. Nessa gestão integrada, o Departamento trabalha de forma a se coadunar com as ações adotadas pelo Estado: participamos de ações integradas, de reuniões e de operações com os colegas da Polícia Militar; fazemos discussões, planejamento de operações e estratégias de ação.

Essa é uma reunião realizada na sede do nosso departamento, em que tratávamos da execução de uma operação policial, com a presença do Dr. Marcelo, Chefe de Departamento, membros da Polícia Militar e colegas da Polícia Civil.

Na estrutura orgânica do nosso departamento está o Dr. Marcelo Machado, Chefe de Departamento; eu, Chefe de Divisão, as coordenações, os setores administrativos e as delegacias operacionais, que hoje são sete. Somos um departamento que atua na área territorial de Belo Horizonte. Está prevista a 7ª Delegacia, com atuação na região metropolitana e no interior do Estado, mas ainda estamos aguardando a indicação de um colega para trabalhar nessa unidade. A previsão é que isso aconteça em breve. Há hoje 115 servidores.

A malha rodoviária, como disseram os colegas que me antecederam, é o que mais nos preocupa, o que mais influencia, pois Minas Gerais possui em seu território as principais rodovias federais, onde entra e trafega grande quantidade de drogas. Em virtude disso, o Estado é tanto consumidor, receptor de drogas, quanto servidor de trânsito, por sua malha viária, para idas e vindas de cargas de drogas. Além da malha viária, há também a questão territorial, pois somos um dos maiores Estados do País. Enfrentamos, em nossas atividades diárias, questões como veículos adaptados para o transporte de drogas, que nos surpreendem a cada dia, apesar da nossa experiência de mais de 20 anos de polícia. Verificamos que os traficantes estão cada dia mais ousados, mais inteligentes e criativos, a ponto de utilizarem o espaço de "air bags" para armazenamento de drogas, com dispositivos eletrônicos adaptados em veículos. Se não houvesse grande percepção nas buscas realizadas nesses veículos, nunca encontraríamos drogas acionadas por dispositivos eletrônicos criados especificamente com o fim de transportá-las.

Aqui estão demonstrados três exemplos, no volante e no "air bag". Para nós, isso constitui um desafio. A polícia utiliza também o trabalho dos cães farejadores e sempre obtém êxito na localização de drogas.

Apresentamos as estatísticas de apreensão de maconha. Essas estatísticas se referem somente a Belo Horizonte, não trouxemos dados do Estado. O montante de apreensão de maconha é superior ao do ano de 2008. Há também dados de apreensão de cocaína e "crack". O nosso Instituto de Criminalística examina o "crack" como substrato da cocaína, por isso o identifica na vala comum.

Haxixe também é uma droga cuja comercialização é pequena, pelo menos há pouca apreensão em Belo Horizonte. Temos também o LSD e o "ecstasy", droga sintética.

Aí mostramos uma tela relacionada ao Acordo de Resultados, programa do governo de que participamos. Ela demonstra nossa produtividade. Podemos perceber, por meio dessa linha azul, que estamos superando, em muito, a proposta indicada pelo governo. Estamos além do exigido e não fazemos mais que nossa obrigação. Não estamos aqui para cumprir metas, mas para exercer nossa função de polícia judiciária.

Abaixo, trago um quadro com o número de inquéritos instaurados. É notório como o número de investigações vem aumentando. Em 2008 tivemos 2.090 expedientes instaurados, incluindo-se aí apenas inquéritos e flagrantes, já que não lavramos TCOs, que se referem ao uso de drogas; em 2009, foram 2.556; e em 2010, até hoje, quando saí da unidade, foram 1.434 expedientes instaurados para apurar investigações sobre o tráfico de drogas.

Aqui, exponho alguns gargalos encontrados em nossa atividade. Eles foram sugeridos na Comissão Técnica Interinstitucional. É importante reforçar - e isso já foi dito por outros membros da Mesa - a questão da ausência de integração entre a Polícia Civil e as demais instituições policiais. É necessário trocarem informações e fazerem parcerias mais próximas para a troca de informações ser feita de forma mais transparente. Participei de um evento em Cuiabá recentemente para o qual mais seis ou oito Estados foram convidados. A fala comum entre todos os Delegados presentes era a mesma: a falta de integração, a falta de troca de informações entre as instituições policiais, tanto no nível estadual quanto no nível federal. Além disso temos a carência de recursos federais para investimentos em repressão qualificada e inteligente. Temos problemas nesses acessos. Há dificuldades operacionais com operadoras de telefonia, com embaraços no cumprimento e atendimento a ponto de termos de adotar medidas contra elas, o que tem atrapalhado imensamente o nosso trabalho.

Em relação aos telefones celulares em penitenciárias, percebemos que os traficantes são presos e continuam traficando em uma situação muito mais cômoda, já que têm comida, cama, ou seja, um hotel já garantido, sem o risco de serem presos novamente, já que estão acautelados. Com isso, desenvolvem uma rede de contatos muito maior, o que dificulta nossa ação. Temos conhecimento de que esses telefones são levados até mesmo por advogados e familiares. Esse contato do preso com o mundo exterior nos coloca em uma situação ainda mais precária relativamente à investigação. Antigamente, o preso comunicava-se com o mundo exterior por meio de cartas, o famoso catatau, e tudo era monitorado pela administração prisional. Assim, havia um acompanhamento dos contatos, o que hoje já não é possível com o telefone celular. Percebe-se também a liderança dos presos no tráfico, pois continuam mandando matar, ameaçando e capacitando-se ainda mais por meio de contato com presos de outros Estados e regiões, o que lhes permite aprimorar ainda mais sua rede de relacionamento.

Temos também laboratórios domésticos e pulverizados. Atualmente não percebemos mais a existência de grandes laboratórios. Eles podem estar até mesmo em apartamentos, o que dificulta a nossa ação. Já identificamos o "crack" pré-fabricado no Estado, como se fosse aquela sopa Nissin Miojo, que é colocada na panela com dois copos de água fervendo e com tempero. Dessa forma, não é necessário o químico nem uma estrutura específica. O laboratório, além de ser clandestino, não precisa mais de químicos nem de estrutura para poder virar a droga.

Percebemos também a mudança de alguns aglomerados em Belo Horizonte. Cito aqui a Pedreira Prado Lopes, em que não existe tanta disputa territorial. Há plantões de venda de droga, que já não fica armazenada no aglomerado, mas, sim, é levada diariamente e vendida no plantão - uma pessoa tem seu plantão das 9 às 10 horas e vende sua droga, para depois sair e vir um outro colega. Então, trabalhar e investigar esse tipo de crime, identificar e localizar a droga é hoje uma situação muito penosa. Por que isso acontece? Para dificultar ainda mais a ação da polícia.

Há a adequação dos traficantes a novas tecnologias. Eles estão também se adequando, usando equipamentos específicos para suas ações. Há o uso de dialetos e idiomas, que dificultam a tradução. Há pouco tempo, houve um caso possivelmente em tupi-guarani, cuja tradução não foi possível, o que atrapalhou completamente a investigação; e os novos métodos de transporte, como já disse.

Esta é uma operação - Operação Branca -, realizada ontem, na qual foram presas seis pessoas, se não me engano. Foram apreendidos 48kg de "crack", 6kg de cocaína; grande parte encontrava-se dentro da Hilux. Tratava-se de pessoas do Mato Grosso e de São Paulo, que foram presas numa operação deflagrada ontem - creio que será divulgada pela mídia amanhã.

Há mais gargalos a serem enfrentados, como a lavagem de dinheiro, porque o traficante não guarda o dinheiro no colchão: está sempre lavando o dinheiro. Há problema com o Poder Judiciário e o Ministério Público quanto aos pedidos feitos pelos Delegados, tanto de interceptação telefônica como de mandado de busca e apreensão. Os mandados chegam a essas instituições e demoram a ser despachados, o que, para sim ou para não, atrapalha a nossa investigação. Os Juizes das varas de tóxicos não estão mais expedindo mandados renováveis por 15 dias de forma automática, ou seja, dá-se o mandado de interceptação telefônica por 15 dias, e, terminado o prazo, é preciso pedir mais 15 dias, e assim sucessivamente. Como há atraso, há perda do fluxo do controle dessa interceptação. Há dificuldade na obtenção de dados cadastrais por instituições, tanto públicas quanto privadas. Isso é considerado dado protegido constitucionalmente, o que não é uma verdade. Também se negam a prestar informações sobre dados cadastrais. Há inexistência de repasse de informações por parte da Subsecretaria Antidrogas em relação aos bens apreendidos, ao montante desses valores. Então, não temos conhecimento disso. Às vezes temos enfrentado dificuldades no sistema Olho Vivo, principalmente nas investigações realizadas no Centro, onde buscamos as filmagens da ação dos meliantes e acabamos não tendo sucesso em conseguir essas filmagens. Há gangues organizadas para o tráfico, como já dito aqui, hoje, em que um traficante é preso, mas automaticamente substituído, e aquele crime continua acontecendo de forma ininterrupta. Hoje é muito curiosa a participação de mulheres. Recentemente houve reportagem, divulgada pela mídia, sobre esposas, mulheres que ocupam o espaço de

traficantes. Também vemos a banalização da violência, em que, por qualquer questão envolvendo droga, mata-se. Então, se diz hoje que o grande causador, o que merece este mérito do aumento do índice de homicídios, tem ligação com o tráfico de drogas. É sim, mas mais por questão de banalização da violência.

Há a apreensão de escamas de peixe, como eu já disse: aproximadamente 11kg de pasta-base de cocaína em forma de escamas, que foram apreendidos dentro do tanque de combustível de um veículo; e também a sopinha "Miojo", como falei anteriormente, à qual basta adicionar os produtos restantes para virar droga - não é preciso nenhum produto químico, nenhuma estrutura astronômica para poder transformar a pasta-base em "crack". E isso é uma situação que atrapalha ainda mais a nossa atividade diária.

Quanto às soluções propostas, elas são muito bem-vindas. É o caso da comunicação da venda de substâncias químicas utilizadas no preparo das drogas não só à Polícia Federal, mas também à Polícia Civil. Se tivermos acompanhamento de grandes vendas de acetona, de ácido bórico e outras substâncias que são utilizadas no preparo do "crack", da pasta-base, teremos condições de fazer uma atividade mais efetiva. Também, a disponibilização de informações pelas operadoras de telefonia em tempo hábil; e os bloqueadores de celulares em presídios, cuja tese defendemos.

Uma outra solução seria a transferência de traficantes para presídios federais, a fim de que sejam levados para locais mais distantes e percam um pouco o contato com a família e a possibilidade de acesso a telefone celular. Além disso, maior fiscalização da fronteira do País e das divisas estaduais. Sabemos das nossas fronteiras, tanto secas como náuticas, de rios e lagos do Pantanal. Defendemos que não somos produtores de coca; então, ela está vindo de fora. Precisamos, pois, fechar essas portas para que possamos ter mais êxitos em nossas atividades. Uma outra medida seria a integração entre a União e Estados, quanto ao compartilhamento de informações e inteligência, e o repasse da porcentagem das verbas oriundas do perdimento de bens diretamente à unidade responsável por sua apreensão. Se for a Polícia Militar a responsável pela apreensão de veículo, que seja repassado para essa instituição; se for a Polícia Civil, que seja da mesma forma. Isso dá ânimo a quem realiza essas operações, porque vê o resultado de maneira mais efetiva.

Outra solução seria a investigação obrigatória de lavagem de dinheiro para os crimes de tráfico de drogas. Hoje isso depende muito do entendimento do Delegado. Ele faz se quiser. Defendemos que seja obrigatório identificar, apreender, sequestrar esses bens, esses valores e descapitalizar o traficante. Sabemos que a parte do corpo humano que mais dói é o bolso. Não adianta prender o traficante e mandá-lo para a cadeia simplesmente, pois, de lá, ele irá aumentar a sua rede de relacionamento e continuará gerenciando o negócio dele, que é o tráfico de drogas.

Outras medidas seriam o investimento em recursos e equipamentos, primando-se por uma investigação qualificada na repressão ao tráfico; a potencialização das ações do nosso Departamento e da Polícia Civil em geral na repressão qualificada ao tráfico, visando identificar, investigar e prender os envolvidos, apreender bens e valores, além de sequestrar bens imóveis por meio de investigação de lavagem de dinheiro. A Polícia Civil deve continuar, potencializar ainda mais essas atividades. E também que a nossa coirmã, a Polícia Militar, continue primando por sua atuação preventiva, indispensável a um resultado eficaz no enfrentamento do tráfico de drogas.

Um dos avanços da nossa Polícia foi a implantação do nosso laboratório de lavagem de dinheiro, por meio de convênio com a Senasp. Está sendo reformado um prédio para a implantação desse laboratório, que dará suporte às autoridades policiais nesse tipo de investigação policial. Um outro avanço diz respeito ao projeto de remodelagem das unidades policiais. Todas as unidades terão a mesma estrutura física. Terão também um fluxo de investigação inovado. Tenho certeza de que será um avanço no Estado e servirá de modelo para outros Estados da Federação.

Citarei o caso de uma investigação de crime de lavagem de dinheiro, do patrimônio de um traficante, vulgo Barriga, preso no mês passado. Temos, na tela, o filho dele com um maço de dinheiro nas mãos. A mulher dele está foragida, com mandado de prisão decretado. Vemos também alguns dos imóveis identificados. Ele é, inclusive, proprietário de cavalos de raça.

Gostaria de citar também a edição da Resolução Conjunta nº 122, no mês de fevereiro, quando era ainda Secretário de Defesa Social o Dr. Maurício. A Secretaria de Esportes e da Juventude, as Polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros editaram essa resolução, o que foi abordado pelo Secretário Moacyr Lobato na edição do plano estadual de combate ao tráfico. Então, cabe a uma comissão a criação desse plano estadual. É também uma inovação. Tenho certeza de que estamos no caminho certo.

Não poderia deixar de falar do nosso trabalho preventivo, desenvolvido no nosso Departamento há mais de 15 anos. Temos presente aqui o Agente Rodrigo, uma das pessoas responsáveis por esse trabalho. Ele faz palestras, participa de eventos em escolas e empresas e atende partes, levadas por pais e familiares para aconselhamento, isso para um público diversificado. Então, também não nos furtamos à nossa obrigação de ação preventiva nesse combate ao tráfico.

Muito obrigada pela paciência de vocês. Tenho certeza de que fui quem cumpriu o prazo de forma mais correta.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - Parabéns à Polícia Civil. Agradecemos à expositora. Com a palavra, a Sra. Geórgia Ribeiro Rocha.

Palavras da Sra. Geórgia Ribeiro Rocha

Boa noite a todos. É um prazer estar aqui, nesta oportunidade de debatermos temas tão importantes e assuntos que vivenciamos em nosso dia a dia. Ficamos ansiosos por dividir e compartilhar novas ideias com esse nível de representatividade da nossa sociedade.

Na pessoa do Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública, cumprimento os integrantes da Mesa e todos que se encontram neste Plenário, a quem dedicamos a exposição do conteúdo. Tratarei sobre a Integração da Gestão em Segurança Pública - Igesp -, principalmente sobre nosso modelo de Igesp, que é uma metodologia de integração que desenvolvemos desde 2005 com a temática das drogas, ou seja, com as estratégias de prevenção ao uso e também de combate ao tráfico. Dentro da lógica dessa apresentação, é muito oportuno falar por último porque, justamente com base na exposição do Delegado da Polícia Federal, do Coronel da Polícia Militar e da Delegada da Polícia Civil, será muito mais fácil expor a lógica do nosso modelo de integração e, principalmente, discutir a participação da comunidade, dos outros gestores de políticas públicas e das entidades representativas da nossa sociedade, de forma a contribuir nessa dinâmica de modelo. Então, o que abordarei aqui é algo um pouco conceitual sobre o que é a nossa proposta e a nossa filosofia de trabalho. Isso não significa que estamos funcionando da maneira plena, completa, sem problemas e necessidades de ajustes, pois trata-se de uma construção conjunta, e creio que este seja o momento para discutirmos a participação dos senhores e a contribuição que será dada a esse tema.

Primeiramente direi qual é o nosso modelo. Hoje se falou o tempo todo sobre integração. Na verdade, desde a primeira Mesa, todos estão falando sobre isso. Como Minas e a Secretaria de Defesa Social, juntamente com outras instituições - Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Defensoria Pública -, enxergam a visão de integração que temos? Segundo as nossas instituições, integração é um modelo que

propõe um novo arranjo institucional, baseado em mecanismos de governança colegiada e de gestão integrada de ações e informações, e que prevê articulação horizontal e sistêmica dos órgãos envolvidos, por meio do compartilhamento de informações e do alinhamento estratégico e operacional, na busca de objetivos comuns e do alcance de resultados efetivos para a segurança da sociedade.

Não me fixarei aqui em cada termo, pois sei que o conceito é bastante denso, complexo e cheio de termos. Mesmo porque, ao longo da apresentação, terei a oportunidade de me aprofundar em cada um desses termos que compõem esse conceito de integração, e acho muito relevante fazer isso. O primeiro deles diz respeito a essa visão de arranjo. Hoje atuamos de forma sistêmica. Achei muito apropriado o fato de o Cel. Wilson ter citado aqui a visão de que o crime organizado e as organizações criminosas atuam em rede, pois toda política de integração e toda gestão de política pública hoje requer justamente atuação em rede. E a essência desse modelo é essa: agir em rede. Toda a nossa metodologia está embasada nesse conceito de gestão de rede. O primeiro princípio de uma rede é que ela parte de um elemento horizontal; ela não é hierarquizada.

Por isso o nosso modelo trata as instituições com respeito à sua autonomia decisória. No sistema de defesa social, temos uma união de esforços entre Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Defensoria Pública e Secretaria de Defesa Social, que têm total autonomia, autodirecionamento e governabilidade. Isso acontece porque as instituições precisam ter participação intensa e autônoma, a fim de contribuírem com essa gestão articulada e em rede. Essa é a primeira visão desse arranjo, que não é hierarquizado, de subordinação. Trata-se de um arranjo que preza pela coordenação e pela articulação. Esse tem sido o papel da Secretaria. Por isso, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros e a Defensoria estão ali buscando um alinhamento. Logo abaixo, vemos a articulação necessária com o Judiciário, com o Ministério Público e com outras esferas de governo; há aqui instituições federais e municipais. No tocante à segurança pública, temos a Polícia Federal e a Guarda Municipal, mas há também outros órgãos e instituições públicas.

No centro de tudo, conforme dissemos, temos a sociedade civil, que é a destinatária de todo o trabalho, de toda a política pública, mas que é também responsável pela sua construção. Essa é a nossa lógica, o nosso princípio, o nosso ponto de partida. Essa é nossa nova visão, esse é nosso novo arranjo. Dissemos que integração se faz com governança colegiada, porque, se temos autonomia, se cada um define o seu direcionamento, como agiremos em rede e traçaremos objetivos comuns? No caso, precisamos criar instâncias colegiadas de decisão. É isso o que pauta a política de segurança pública hoje, a começar da nossa instância maior.

Ali vemos o grande círculo que representa o nosso Colegiado de Integração do Sistema de Defesa Social, que dá a diretriz de nossa política de segurança pública no Estado. Ele é composto pelo Secretário, pelo Comandante-Geral da Polícia Militar, pelo Comandante do Corpo de Bombeiros, pelo Chefe de Polícia e pelo Defensor Público-Geral. Enfim, a decisão sobre a política, a estratégia é discutida em conjunto, é colegiada.

Tudo o que hoje implementamos resulta dessa decisão conjunta. Então, um não pode atribuir a responsabilidade específica a outro. Trata-se de um espaço comum em que todos podem construir, opinar e posicionar-se. Todas as decisões são tomadas visando ao consenso. Na verdade, o colegiado nem vota, tamanho é o poder de veto que cada instituição possui. Se uma instituição não concorda com algo, não há como as coisas serem realizadas. Se a política está sendo implementada é porque todos decidiram por aquele caminho. É esse o sentido de rede. Possuímos objetivos comuns, alinhamos as nossas estratégias, os nossos investimentos, e isso possibilita o compartilhamento de ideias.

Abaixo, de forma resumida, vamos desdobrando essa ideia de governança colegiada em todos os níveis das instituições, no âmbito de região integrada de segurança pública, de área de coordenação integrada de segurança pública e de área integrada de segurança pública, que é o nosso nível mais local. A nossa área integrada de segurança pública é a junção de uma companhia de polícia e, por vezes, de um pelotão, dependendo da localidade, e de uma delegacia. O Delegado de Polícia e o Comandante de Companhia formam uma instância de governança colegiada e discutirão e decidirão em conjunto suas estratégias. Esse é o espírito da integração. Gestão em rede se faz assim: com autonomia, com respeito ao poder de decisão do outro, com construções conjuntas e com a definição de estratégias comuns.

A nossa política é distribuída em ações que se desdobram em vários eixos. Temos integração no nível estratégico, no nível operacional, no campo do compartilhamento de informações, da tecnologia, desenvolvendo sistemas de informação que possibilitam essa gestão em rede e o compartilhamento, sobretudo no campo do capital humano, porque essa nova filosofia demanda mudança de cultura, de valores e de crenças, enfim, de toda uma concepção que às vezes, no âmbito de cada instituição, foi desenvolvida e precisa também ser alinhada. É preciso criar uma identidade sistêmica e essa noção de cooperação, articulação e equipe. Tudo isso faz parte da nossa política.

Não esclarecerei os pontos específicos dos eixos, mas falarei do operacional, destacando dois grandes projetos que possibilitam essa interação. O primeiro deles é a essência de tudo e se chama Áreas Integradas de Segurança Pública - Aisps. Ele possibilita a governança colegiada e a compatibilização da responsabilidade territorial. É preciso criar a referência de um espaço comum, em que o gestor de política de segurança pública, seja policial militar, seja Comandante de um batalhão, seja policial civil que chefia uma delegacia, seja Comandante de bombeiros, tenha uma referência comum. Essa definição de áreas integradas trata dessa compatibilização. São três níveis: Aisp, menor e mais local; Área de Coordenação Integrada de Segurança Pública - Acisp -, área comum entre um batalhão e uma delegacia regional; e Região Integrada de Segurança Pública - Risp -, que é a compatibilização da área de uma região de Polícia Militar com um departamento de Polícia Civil e a área de Batalhão do Corpo de Bombeiros.

Esse é o nosso mapa atual. Existem 18 Risps no Estado, exatamente as visitadas pela Comissão de Segurança Pública em audiências. O Deputado João Leite disse da interação e da participação dos Comandantes de região, dos Comandantes de batalhão e dos Chefes de Departamento porque têm essa referência comum. Todo esse trabalho permitiu que implementássemos uma metodologia que propicia integração operacional, da atuação no dia a dia, definindo, por exemplo, como a Polícia Militar empregará seu policiamento; como a Polícia Civil investigará; como essas instituições interagirão com outros órgãos e agências para atuação no seu trabalho de prevenção e repressão à criminalidade.

O programa Igesp é uma metodologia de gestão que facilita a integração e o trabalho em rede entre as agências; é inspirado em uma experiência de Nova York, com o sistema Compstat, e em uma experiência de Bogotá. Ou seja, não é algo que partiu do zero, mas que foi totalmente adaptado à nossa realidade. Lembramos que as Polícias Militar e Civil existem apenas no âmbito do Estado, sem contar com a Polícia Federal. Esse modelo de gestão é orientado para resultados e solução de problemas. A metodologia de solução de problemas casa com a visão de rede. Com base na identificação de problemas específicos, parte-se para a análise deles, sobretudo dos seus fatores causais, para se definirem as respostas em função da sua dinâmica. Muitas vezes no setor público, quando se quer alterar uma realidade, passa-se a reproduzir e reaplicar respostas prontas, que, muitas vezes, não dão conta de novas realidades. Estamos vivendo momentos em que mudanças acontecem muito rapidamente, e isso permite um ajuste das estratégias de polícia e da sua articulação com outras agências quanto aos problemas e sua dinâmica.

Por fim, a etapa de avaliação permite um monitoramento contínuo e constante. Será que a resposta solucionou o problema? Se não solucionou, o que está faltando? Será preciso readequar a resposta ou compreender melhor o problema? Trata-se de um exercício bastante rico, que nos possibilita uma melhoria contínua.

No campo da identificação, procuramos problemas de segurança pública. Em algumas áreas, o homicídio é mais relevante; em outras, o tráfico de drogas é mais significativo. Em algumas áreas, como Unai, que citamos aqui, o furto de bicicletas é o problema. Assim, lá foi desenvolvida toda uma estratégia voltada para a solução de furtos de bicicletas. Em outras palavras, não adianta usarmos respostas prontas para resolver o

problema específico que se identifica em Unai. Por outro lado, isso permite que se compartilhem soluções. No caso de arruamentos a residências, por exemplo, determinadas unidades usaram o programa chamado Rede de Vizinhos Protegidos, que foi extremamente exitoso para a solução do problema. Hoje, por meio dessa metodologia e de toda a sistemática de divulgação das instituições, o Rede de Vizinhos Protegidos está extremamente disseminado no Estado. Vejam que ele surgiu como resposta a uma realidade, deu certo e foi estendido para outras regiões em que também se enfrentava esse problema. Assim, podemos fazer uso da mesma estratégia para disseminar boas práticas.

A análise é muito importante e implica compreensão dos problemas e de seus fatores geradores. Estamos falando de problemas extremamente complexos, e vou explicar como enxergamos essa complexidade.

Com relação ao enfrentamento do uso de drogas e do tráfico, há uma série de fatores causais. Não há uma explicação simplista e, portanto, não é possível uma resposta simplista. Esse problema exige também uma resposta articulada por vários atores. É nesse espaço do Igesp que definimos estratégias e táticas, posteriormente implementadas, focadas em dois eixos: prevenção e repressão qualificada. Toda a nossa política é baseada nisso. Integração significa integrar agências, mas também estratégias. Precisamos agir simultaneamente nas frentes de prevenção e de repressão. O que diferencia uma da outra são as estratégias de prevenção, que articulam determinados atores. É uma rede específica a de proteção social. Assim, precisamos articular a saúde, a educação e as políticas urbanas; rever e reconfigurar o espaço urbano, fazendo alterações nessa dinâmica - alterações até mesmo culturais na dinâmica e nos valores de determinada comunidade. Enfim, a prevenção vai articular certo nível de atores.

No campo da repressão qualificada, a articulação já acontece no âmbito das polícias e do sistema de justiça criminal. Aí é questão de interação entre as polícias, o Ministério Público e o Poder Judiciário. Essencialmente, na repressão qualificada se identificam os atores envolvidos em determinada dinâmica criminal - no tráfico, por exemplo, identifica-se quem são os traficantes, como é feito o tráfico, a que organizações está ligado, se há incidência de gangues - e se monitora efetivamente essas organizações. Aí temos recursos para monitoramento dessas gangues; definem-se alvos específicos - pessoas e interesses que estejam envolvidos de forma muito relevante com essa dinâmica - que são intensamente acompanhados, no caso dessa repressão. Identifica-se, então, o traficante - por exemplo, o Barriga, que foi citado hoje e que já foi objeto de discussão em várias reuniões e articulações, até que se consiga alcançar êxito na responsabilização daqueles que estão de fato envolvidos. Essa é a repressão qualificada. Isso exige, ao mesmo tempo, alocação rápida, sincronizada e focalizada de recursos.

Por fim, fazemos um processo sistemático de acompanhamento e avaliação de impactos e resultados. A cada reunião do Igesp, elaboramos planos de metas e ações com periodicidade definida e sistematicamente avaliados pelo conjunto, com responsabilidades claras e definidas entre as instituições.

Aqui, vemos a expansão do Igesp, que começou em 2005, em Belo Horizonte. Em 2006, expandimos para a Região Metropolitana e cinco Municípios do interior. Hoje há 306 Municípios acompanhados por essa metodologia, mas estamos em todos os Municípios com sede de Risp.

Aqui está demonstrada a configuração até o fim deste ano. Em 2011, todas as Aisps estarão com a metodologia implementada. Então o Igesp é um modelo de reunião sistemática, em que são convidados atores e, por meio de diagnósticos e análises, discutimos os problemas, formulamos planos de ação e metas comuns, estabelecemos compromissos e os avaliamos com base em toda essa lógica.

Há algumas ferramentas auxiliares da integração, como o Disque Denúncia Unificado - DDU -, canal de comunicação da população que contribui para o trabalho de repressão qualificada. Essa repressão demanda informação. Para se ter uma ideia, há hoje 90 Municípios com o DDU. Mais de 60% das nossas denúncias dizem respeito ao tráfico de entorpecentes. Vimos anteriormente que, hoje, a dinâmica do tráfico, sobretudo com o advento do "crack", é no varejo, é local. Essa possibilidade da territorialização - temos o monitoramento em nível de delegacia e companhia - nos permite receber informações do local que ajudam, sobretudo, em ações locais e contribuem com as instituições especializadas. Então o modelo de policiamento avançou nesse sentido. Hoje não podemos nos restringir a estratégias de policiamento especializado, que é fundamental. Há também a atuação do próprio departamento, que precisa atacar as grandes organizações, as grandes estruturas. Mas quem olha o varejo, o comércio local, quem faz a informação fluir? É exatamente dinâmica que estabelece o fluxo e o compartilhamento entre todos os atores. Assim, o conhecimento e a inteligência flui; o fluxo de informações é uma rede.

Aqui está demonstrado o uso de tecnologia, que é uma ferramenta que auxilia no monitoramento de gangues, o chamado Sherlock, que ainda não está em funcionamento, mas que foi desenvolvido e precisa ser implementado. Estamos fazendo ajustes técnicos. Isso potencializará o trabalho de monitoramento de gangues para compreendermos a dinâmica de quem as integra, toda a sua estrutura. Essa ferramenta de tecnologia de informação potencializa muito o trabalho da inteligência e do fluxo de informações. Toda essa estratégia nos permite várias experiências exitosas no Estado, relativas ao enfrentamento do uso e do tráfico de drogas. Há o caso da Pedreira Prado Lopes, em que desenvolvemos uma estratégia tanto de repressão qualificada quanto de encaminhamento de usuários para tratamento. Foi um desafio enorme. Identificamos como primordial o aspecto da carência de entidades, estruturas e políticas que pudessem acolher dependentes químicos. Esse foi um gargalo na nossa experiência na Pedreira. Agimos em conjunto; articulamos uma rede com a Subsecretaria Antidrogas e a Polícia Militar, que fez abordagem para encaminhar os usuários para tratamento, e não necessariamente para conduzi-los à prisão, como a nossa legislação prevê. Isso é algo muito significativo, uma mudança importantíssima de filosofia e paradigma, mas esbarramos na ausência de estrutura de entidades para acolher dependentes químicos. Esse é um dos pontos importantes.

No campo da repressão, tivemos também experiências significativas, como a de Montes Claros, que conseguiu realizar um trabalho de repressão a duas gangues que dominavam o tráfico na cidade. Em Teófilo Ottoni e Patos de Minas, também. No campo da repressão é necessário que se intensifique o trabalho com o Ministério Público e o Judiciário, por isso é fundamental para dar suporte às polícias. Realizamos um trabalho para que a legislação facilitasse a quebra do sigilo telefônico dessas organizações. Enfim, no campo da repressão, muitas medidas foram aqui abordadas pelos policiais e Delegados que atuam nessa área.

Em resumo, quero deixar como conclusão que, sem dúvida, esse não é o modelo de uma secretaria ou da cabeça de quem quer que seja: essa construção foi feita em conjunto com as instituições, e esperamos que tenha êxito no avanço da política de integração, que contribui, na verdade, para o fortalecimento de todos nós, para a nossa eficiência e a da própria sociedade. Portanto, essa não é a proposta política de um governo, mas uma estratégia que, a meu ver, é o único caminho possível para se ter mais eficiência no enfrentamento dessa questão. Obrigada a todos. Peço desculpas por ter extrapolado o tempo.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Esclarecimentos sobre os Debates

- A Presidência presta novamente esclarecimentos sobre os debates.

Debates

O Sr. Presidente - Temos aqui a pergunta da Profa. Maria Cristina: "Como fazer para indicarmos adolescentes dependentes de entorpecentes para o tratamento do Proerd? É um tratamento gratuito?". O Proerd não é um tratamento, mas um trabalho que a Polícia Militar realiza de

prevenção e visita às escolas. Temos aqui representantes das comunidades terapêuticas. Alguns ainda devem estar presentes. Eles, sim, fazem tratamento e devem ser contatados. E também estarão amanhã, pela manhã, na Mesa, na intersetorialidade e podem ser procurados. A própria Subsecretaria Antidrogas do Estado pode orientá-los também.

Recebemos algumas questões dirigidas à Geórgia - iremos passá-las - e ao Delegado Marcelo, da Polícia Federal. A primeira pergunta é da Luciana Fontes: "Na definição de crime organizado, não foi considerada a participação do poder público, fundamental para não haver a quebra do ciclo. Não deveria ser esse o elo a ser quebrado?". A outra pergunta é do Alan Vinícius de Abreu Louredo: "O que o senhor pensa, Dr. Marcelo, sobre a criação de um Ministério de Segurança?".

O Delegado Marcelo Eduardo Freitas - Vou começar pela segunda pergunta, relativa à criação do Ministério da Segurança Pública. Nos moldes do que ocorre com os três principais problemas citados pela população brasileira - saúde, educação e segurança pública -, deve haver a criação de ministérios específicos. Então, de maneira clara e objetiva, sou plenamente favorável à criação do Ministério da Segurança Pública para tratar exclusivamente desse tema, uma vez que o Ministério da Justiça, embora tenha empenhado esforços hercúleos, não consegue dar atenção exclusiva ao tema segurança pública.

Em relação à questão da organização criminosa, foi dito que não foi considerada a participação do poder público. Disse que o conceito da ONU, por intermédio da Convenção de Palermo, não definiu especificamente o que é crime organizado.

Apresentei, entre as características essenciais fixadas pela doutrina e pela jurisprudência no Brasil, a necessidade de conexão estrutural ou funcional com o poder público e com o poder político. Essa sim é, sem dúvida, uma característica essencial a toda e qualquer organização criminosa.

Para não deixar de apresentar uma perspectiva, falei vagamente sobre o Projeto de Lei nº 6.578, já aprovado no Senado Federal e em trâmite na Câmara dos Deputados, que absorve exatamente essa questão. A título de esclarecimento, ele define: "Considera-se organização criminosa a associação de três ou mais pessoas, estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza mediante práticas de crime, cuja pena máxima seja igual ou superior a quatro anos, ou que seja de caráter transacional". E também a título de esclarecimento: "Pune-se, ainda severamente, aquele que financia campanhas políticas destinadas a eleição de candidatos com a finalidade de garantir ou facilitar ações de organizações criminosas". Penso que, com a aprovação definitiva do Projeto de Lei nº 6.578, o combate às organizações criminosas em nosso país se tornará um pouco menos árduo, um pouco menos difícil.

O Sr. Presidente - Informo que há três perguntas orais e que as inscrições se encerram neste momento.

As comunidades terapêuticas esclarecem que as entidades estão prontas a atender às pessoas no que se relaciona à "crackolândia". Aliás, quer atender a muitas, pois, naquele momento, havia dificuldade em relação a recursos, pelo início do período eleitoral.

Vou chamar os inscritos. Com a palavra, a Sra. Simone Moura, que quer fazer pergunta oral. Logo após, passarei a palavra ao Sr. Cláudio Corrêa e, em seguida, ao Sr. Gustavo Henrique, que representa a Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude.

A Sra. Simone Moura - Boa noite a todos. Sou do programa "Conexão Periférica", veiculado todas as quartas-feiras no Rádio UFMG Educativa, a 104,5. Nesse espaço, nesse programa, discutimos temas voltados para as periferias e para as favelas da cidade que dizem respeito a cultura, adversidades e participação política. Os temas relacionados à segurança pública e ao combate e enfrentamento às drogas foram apresentados em programas passados. Pelo trabalho que realizamos no programa "Conexão Periférica", temos muito contato com grupos, academias e faculdades, com os quais discutimos a associação constante entre criminalidade, tráfico, uso e abuso de drogas nas favelas. Com muita frequência ouvimos isso no rádio, vemos isso na tv e lemos isso nos jornais. No entanto, observamos nas faculdades e universidades o crescimento do uso e do abuso de drogas pelas classes média e alta, sobretudo pelos alunos, em espaços como "raves", festas e, até mesmo, redes sociais e favelas.

O exemplo disso é uma pesquisa de que participei no ano passado sobre o Vila Viva. Algumas pessoas que entrevistei nas Ruas Bandonion, Doutor Camilo e Capivari falaram sobre as pessoas que moram na região da Serra e do Novo São Lucas e sobem até a favela para comprar drogas. Achei estranho, passei uma tarde nesses três espaços para observar o fato e pude confirmar que, nessas ruas, aparecem carros que não são dos moradores do aglomerado e vão até lá para comprar drogas. Se alguém quiser constatar, pode ir a essas três ruas para ver que, de fato, há a frequência e o consumo de drogas por pessoas de classe média. Diante dessa situação do consumo e até da venda de drogas por parte de uma parcela das classes privilegiadas, faço uma pergunta ao Coronel, até porque, no ano passado, houve uma situação muito constrangedora na UFMG, relativa a um filme exibido sobre a legalização da maconha. Ele teve uma repercussão muito grande no Estado - quem quiser pode pesquisar a respeito. Então minha pergunta é a seguinte: considerando-se o consumo de drogas pela classe média e a classe média alta, quais são as estratégias para a prevenção e a repressão? Também gostaria de saber o que fazer para reduzir o estigma das favelas como espaços de violência, criminalidade e tráfico. Essas são minhas duas questões. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Simone. O Coronel anotou. Agora, passo a palavra ao Cláudio Corrêa, a quem agradeço a presença.

O Sr. Cláudio Corrêa - Meu nome é Cláudio e sou investigador de polícia. Agradeço a oportunidade de participar de um fórum tão importante. A Dra. Geórgia falou sobre a integração. Na imprensa, nesses dias do congresso, temos ouvido que a integração entre as forças policiais e demais órgãos tem sido bem-sucedida. Como investigador de polícia, como operador de segurança pública, ou melhor, como operário da segurança pública, já que sou trabalhador, não tenho visto isso, muito pelo contrário. A própria Dra. Andrea, se não me engano, expôs a dificuldade que temos, às vezes, para conseguir uma imagem de Olho Vivo, pois essas imagens são administradas pela Polícia Militar. Por outro lado, como policial de homicídios há quase 20 anos, tenho observado, nos últimos tempos, uma dificuldade do nosso trabalho no local do crime, por causa da atuação dos chamados P2, que não raro tentam competir conosco no local do crime. Ressalto que, com colaboração, isso já é difícil.

Nesses 20 anos de polícia, procurei especializar-me em investigação de homicídios. Considero que o setor de homicídios trabalha razoavelmente bem. Há um esforço muito grande. Não raro ficamos 36, 48, 72 horas no ar, empenhados em uma operação de forma ininterrupta. Não raro também, a Polícia Militar, por meio dos P2 e policiais que estão no local, dificulta ou não nos repassa informações importantes. Muitas vezes, também, eles retêm essas informações e não vemos nenhum resultado no final das contas, pelo menos traduzido, corporificado no Reds em termos de apuração. Há uma competição. Faço uma comparação: antes de ser policial, trabalhava na área de saúde. Em um bloco cirúrgico, temos pelo menos cinco profissionais diferentes atuando: o cirurgião, o anestesista, o médico assistente, o enfermeiro de sala e o instrumentador. Todos trabalham em um mesmo cubículo, e nenhum entra na sara do outro.

No local do crime, temos o investigador, o Perito, o Delegado, a Polícia Militar - que normalmente chega primeiro -, e agora a figura do P2, que interfere, dificulta e, às vezes, até inviabiliza o nosso trabalho. Por exemplo, quando abordamos uma testemunha em potencial, às vezes é muito difícil convencê-la a colaborar conosco pela razão óbvia de que ela teme as represálias do crime. Então é com muita dificuldade que conseguimos que essa pessoa colabore conosco. E, quando chegamos até a testemunha já abordada pelo chamado P2, não raro ela já foi intimidada, constrangida e ameaçada, por isso temos de desfazer algo que foi feito, a fim de tentarmos fazer o nosso trabalho.

Quero deixar claro que não tenho nada pessoal contra a Polícia Militar. Muito pelo contrário, pois, enquanto permanece ou atua em suas atribuições, ela é excelente - inclusive, tenho grandes amigos na Polícia Militar. Porém, como trabalhador, como profissional que procura fazer um bom trabalho e ter resultado nele, fico indignado e extremamente estressado quando vejo o trabalho ir por água abaixo ou impedido de ser completado por causa de uma atuação indevida e irresponsável. Fico mais chateado ainda quando os policiais me dizem - dialogo sempre com eles - que se trata de uma orientação do Comando para que façam isso. Eles estão ali cumprindo ordens.

Portanto pergunto à Dra. Geórgia se ela tem conhecimento dessa realidade, e o que a Secretaria de Defesa Social pensa ou faz a respeito disso. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Cláudio. No momento oportuno a Dra. Geórgia responderá à sua questão, bem como às outras que lhe foram dirigidas. Com a palavra, Gustavo Henrique Neves Machado, a quem agradecemos por ter-nos acompanhado em várias audiências públicas, dando sua contribuição também na elaboração deste fórum técnico.

O Sr. Gustavo Henrique Neves Machado - Em nome do Deputado João Leite, Presidente da Mesa, cumprimento todos os outros membros. Senhoras e senhores participantes, boa noite. Sou Diretor de Relações Institucionais da Coordenadoria Especial de Juventude da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude.

Deputado João Leite, não tenho exatamente uma pergunta, mas algumas indagações a fazer aqui. Em primeiro lugar, gostaria de falar sobre a satisfação pessoal que tenho em acompanhar a comissão elaboradora deste fórum, de participar de algumas reuniões feitas no interior do Estado, nas Risps e, de uma forma "lato sensu", da própria Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa. Para mim isso foi motivo de engrandecimento pessoal muito grande, pois pude ver questões sociais das quais, até então, tínhamos conhecimento somente por meio de jornais, televisão, ou por conhecer pessoas que tiveram algum problema com droga e com a criminalidade, mas que não conseguíamos vivenciar de perto. Essa Comissão conseguiu dar-me um choque de realidade, mostrar que a violência está instalada na sociedade brasileira - o que não é de hoje - e ainda dar as devidas proporções da criminalidade relacionada ao tráfico e ao uso de drogas.

Farei algumas considerações, mas prometo que não vou me demorar. Queria ter anotado o nome da pessoa que questionou o Secretário Moacyr Lobato sobre os Conselhos Municipais de Juventude, mas no momento não tinha uma caneta em mão. Vejo que a política pública está relacionada diretamente ao meu trabalho na Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude, especialmente onde trabalho, na Coordenadoria da Juventude, de fundamental importância para, a longo prazo, ajudar na questão da diminuição da violência do uso e do abuso de drogas.

Infelizmente a juventude é o foco da questão do uso de drogas, e a maioria da população carcerária e das pessoas que são tratadas nas clínicas de dependência química são jovens. Então, quando temos um conselho municipal em que a própria sociedade daquele Município consegue ter uma proximidade com as políticas públicas de juventude, isso nos favorece sobremaneira para que possamos tratar da questão com mais pontualidade e mais ênfase dentro do Município. As políticas públicas de juventude são muito importantes nesse sentido.

Temos de quebrar esse paradigma. A política de juventude vem posteriormente ao ECA. Temos de ter políticas para os jovens que são problemáticos na sociedade, sim. Temos de ter políticas de prevenção ao uso de drogas, mas temos de ter políticas também para aqueles jovens que são empreendedores, militantes e dispõem de seu tempo em benefício da sociedade. Temos de ter políticas públicas afirmativas para possibilitar à juventude que a sua ação social seja expandida, garantindo "lato sensu" que tenhamos cada vez mais uma juventude próxima aos objetivos de igualdade social, de distribuição de renda, de geração de renda, de trabalho e de várias outras questões locais e pontuais, inerentes à sociedade. Estamos em um fórum estadual, mas temos de entender que todas as políticas têm de ser pontuais nos Municípios. Por isso, eu falo da importância das políticas públicas de juventude no Estado e nos Municípios e da criação dos conselhos municipais de juventude.

Aprofundando-se no tema de drogas, violência, criminalidade e, principalmente, segurança pública, muito foi dito aqui sobre a questão de fronteiras secas e marítimas. Eu tive oportunidade de ler alguns tratados. E, ouvindo o Dr. Marcelo, da Polícia Federal, notamos que essa Polícia tem um efetivo aquém da necessidade para cuidar das fronteiras. Imaginem cuidar do tráfico de drogas, da emissão de passaporte, etc. É uma questão preocupante.

Foi dito várias vezes que Minas Gerais não produz maconha, cocaína ou armamento pesado, mas isso está chegando aqui e vem de algum lugar. Obviamente, a polícia sabe perfeitamente de onde isso vem. Isso passa pelas nossas fronteiras - estaduais e internacionais. Temos de repensar toda a política brasileira e, conseqüentemente, a política mineira das nossas fronteiras com os outros Estados, mas tem de ser repensada a política brasileira na questão de controle de fronteiras.

O Dr. Balestreri falou, mas eu acho que é uma ação ainda tímida em relação às nossas necessidades. Não adianta. É muito espaço territorial para poucos policiais, pouco controle e pouca fiscalização. Este fórum é extremamente positivo para levantar a discussão, aqui no Estado e no Brasil, de que temos de ter uma política mais eficiente, rígida e pontual nos locais de fronteira. A polícia às vezes sabe onde estão essas fronteiras. Não adianta, se o tráfico passar por aqui, deslocarem o contingente policial para cá, pois os traficantes andam mais 200km e passam por outro caminho. A Polícia Federal não tem efetivo para ficar nesse vai e volta. É preciso repensar a questão das fronteiras.

Durante as reuniões das CPIs da Assembleia - mudando um pouco de assunto -, preparamos as propostas que devem ser votadas depois de amanhã, no fórum. Deputado João Leite, eu defendi - acredito que a proposta não tenha sido propriamente minha, que eu não seja o autor, porque foi criada por várias pessoas - uma proposta para que o governo do Estado ofereça nas escolas uma disciplina ligada à cidadania, aproveitando o fato muito positivo de as escolas necessitarem ser de tempo integral, porque, se o menino estiver dentro da escola, ele terá menos possibilidade de ser abordado por um meliante, marginal ou pessoas que lhe tragam malefícios. Eu acredito que deve haver nas escolas de tempo integral - não sei o nome porque não sou técnico na área de educação - uma disciplina em que o menino, desde o primeiro ano do ensino fundamental, agora iniciando-se aos 6 anos, e até o ensino médio, aprenda durante toda a vida acadêmica a prevenção ao uso de drogas, o seu papel em relação à sociedade.

O Sr. Presidente - Gustavo, amanhã, com a presença da Secretária Renata Vilhena, será o momento oportuno para essa sua colocação. Eu peço que o senhor conclua o seu pensamento.

O Sr. Gustavo Henrique Neves Machado - Vou concluir. Gostaria que os expositores falassem mais claramente a respeito das ações efetivas de segurança pública nas comunidades. Fala-se muito em números, mas gostaria de ter um contato com experiências positivas. Até tenho alguns, mas gostaria que falassem aqui. E gostaria que colocassem na pauta de amanhã a justiça restaurativa. A pessoa que comete um delito de menor periculosidade, é imputada a pena de restaurar a sociedade ou terceiros do malefício que gerou. Isso é muito importante e não foi abordado. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado. Com a palavra, o Cel. PM Wilson Chagas Cardoso.

O Cel. Wilson Chagas Cardoso - A Polícia Militar faz o combate diuturno a partir do conhecimento que lhe chega de uma notícia-crime, seja em flagrante ou por solicitação. Ela tem o dever de comparecer em qualquer local, seja em um aglomerado, seja em um ambiente de classe alta,

média ou baixa. Ela age em todos os locais, sem nenhuma avaliação. É o nosso dever. A Polícia Militar tem uma doutrina operacional que deve ser obedecida em todas as ações.

Quanto à possível atuação de alguns P2, colocada como obstáculo que pudesse dificultar a apuração de um delito, consta o contrário. Com as boas relações que temos com os Delegados Wagner e Marcelo, da Delegacia de Crimes contra a Vida, as informações da Polícia Militar chegam à Polícia Civil, de modo a contribuir e aumentar a taxa de elucidação de crimes. A orientação é no sentido de o policial ir ao local do crime captar todas as informações, colocar no boletim de ocorrência e levar até a delegacia.

Quanto a possível constrangimento, desconhecemos. Se existe algum fato que caminhe nessa direção, solicito que nos seja encaminhado formalmente. A Polícia Militar não se coaduna com qualquer transgressão ou ação que fira os seus princípios de atuação e doutrina. Isso nos deve ser passado formalmente para que sejam tomadas providências, caso exista.

Para aumentar essa taxa de resolução de crimes, enviamos um projeto à Senasp para a criação de um centro integrado de prevenção e repressão a homicídios, em que teríamos analistas das Polícias Civil e Militar, que fariam um trabalho de inteligência e enviariam informações para as Polícias, uma, para fazer prevenção e outra, para fazer repressão, por meio da apuração dos delitos. Isso é só para terem uma ideia desse trabalho, que foi conduzido por dois Delegados e dois Oficiais.

Tenho aqui uma pergunta do Sr. Ernani Ferreira Leandro: "Combater a oferta é uma forma de justificar a despesa? Inteligência da PPMG com o Gepar, Fica Vivo, Cinturão, equilíbrio na repressão ao tráfico. Como é a resposta à constatação da necessidade de integração com os demais órgãos policiais?". A troca de informações, a integração, é fundamental; aliás, é uma política de Estado que seguimos. Existe hoje o chamado Gabinete Integrado de Segurança Pública - Gisp -, onde há um Delegado, um Oficial, vários Agentes da Polícia Civil e vários praças e Sargentos da Polícia Militar, como analistas que produzem conhecimento de forma conjunta. A Polícia Civil traz informações da Polícia Civil; a Polícia Militar traz informações da Polícia Militar, especialmente informações de inteligência; e há também as informações do sistema prisional. É produzido um conhecimento único, e, a partir daí, motivam-se ações. Esse conhecimento é passado aos comandos e aos Delegados para que sejam tomadas as devidas providências. Acreditamos nesse trabalho integrado, que dá bom resultado e torna o Estado e as Polícias mais eficientes.

A Maria Cristina fez a seguinte pergunta: "Ciente de todas as dificuldades enfrentadas pelas Polícias no combate ao tráfico, o senhor acredita que o melhor caminho para esse enfrentamento é a educação?". Há outra pergunta, que também se refere à educação, sobre policiamento nas dependências das escolas públicas. Acredito - e até citei isso em nossa proposta - na ênfase que deve ser dada pelo Estado à escola de tempo integral, que é uma forma, principalmente em locais de vulnerabilidade social, de não se expor a criança e o adolescente ao tráfico. Penso ser essa uma grande medida; deveria haver atenção, em termos de investimento, por parte do Estado. Educação, sem dúvida alguma, é uma grande saída e deve ser uma das grandes estratégias do Estado para resolver ou pelo menos minimizar o problema das drogas.

Há aqui outra pergunta: "Diante da situação, acredito que a única saída é investir em prevenção. O que o senhor propõe para as crianças e para os adolescentes que são vítimas em potencial?". Acredito na escola de tempo integral como uma boa saída.

O Sr. Presidente - Obrigado, Cel. PM Wilson. Com a palavra, a Dra. Geórgia Ribeiro Rocha, que tem algumas questões. Peço que a senhora as responda, por favor.

A Sra. Geórgia Ribeiro Rocha - Primeiramente, há uma pergunta da Fernanda, da Associação Mineira de Comunidades Terapêuticas: "Como a Defesa Social avalia o trabalho desenvolvido pelas comunidades terapêuticas?" De fato, em todo trabalho que tivemos, e cito o caso específico da Pedreira Prado Lopes, que acompanhamos mais de perto, primeiramente vemos como fundamental a perspectiva e a possibilidade de encaminhamento do dependente químico para tratamento. É lógico que há toda uma discussão acerca do tipo de solução, sobre o que o Brasil precisa refletir.

O próprio Eduardo Costa apresentou aqui uma questão fundamental. Vimos de um movimento antimanicomial, mas, agora, nos deparamos com um problema, que é o "crack", e com o tipo de tratamento que ele requer. E não estamos preparados para oferecer uma solução para esse problema. Estamos diante de um dilema; precisamos, de fato, de desenvolver saídas. Tenho certeza de que a mobilização e o trabalho das comunidades terapêuticas têm sido de fundamental importância. Se não fossem elas, estaríamos diante de um problema ainda mais grave.

É preciso pensar a questão de forma mais ampla, para além das soluções; é preciso potencializar essa solução, mas também oferecer outras. A própria atuação dos Caps-AD precisa ser trabalhada em conjunto com várias estratégias e em várias frentes. Conforme eu disse, um problema complexo não pode ter uma solução simplista: precisamos do esforço de todos. Portanto, acredito que as comunidades terapêuticas têm papel fundamental como parte da solução. Considero a pergunta respondida.

As outras perguntas são semelhantes. O Marcelo e o Fabiano, do Sindicato de Agentes Socioeducativos, perguntam o que fazer para que o sistema socioeducativo participe efetivamente da integração do sistema de defesa e se existe integração entre o sistema socioeducativo e o restante dos sistemas. O sistema socioeducativo é parte da defesa social. Aliás, o próprio Subsecretário Ronaldo Pedron tem assento no colegiado todas as segundas-feiras. Isso significa fazer parte do colegiado, poder decidir junto, discutir, debater, colocar as questões, propor, avaliar e se posicionar. Portanto, efetivamente o sistema socioeducativo é parte do Sistema de Defesa Social. A maneira de potencializar isso diz respeito, uma vez que temos a condução do Subsecretário, ao modo como ele fará com que tudo o que foi decidido conjuntamente flua e como essas interações serão promovidas.

Exemplificarei citando o ambiente Igesp. Os Diretores de unidades socioeducativas têm assento no Igesp. Vários deles apresentam a realidade de suas unidades, discutem e debatem os problemas de determinado adolescente ou menor. Há a possibilidade de se verificar o que acontece com aquele menor no dia a dia. Então, o sistema socioeducativo é parte ativa. Agora, dentro de uma lógica e de um modelo - aliás, entrarei um pouco na resposta dirigida ao Cláudio, que abordou um assunto que considero muito importante e delicado, de modo que vou deixá-lo para o fim -, a integração, de fato, é uma planta que precisa ser regada não por um, mas por todos. Apesar de eu ocupar hoje a função de Superintendente de Integração, não carrego o peso da responsabilidade desse processo sozinha; não me sinto a única responsável. Acredito que a responsabilidade é de todos nós.

Não tenho necessidade de ver apenas os aspectos positivos ou elogiosos desse processo. É por meio do debate e da discussão dos problemas que podemos avançar, por isso tratar desse assunto é importante. Temos o princípio fundamental: a autonomia. Esse é o princípio da gestão em rede. Criamos espaços de governança colegiada em que cada um precisa ocupar o seu espaço; cada um precisa assumir a sua responsabilidade, as consequências daquilo que decide e de como se posiciona. O mérito do processo é criar uma mesa em que todos tenham assento em pé de igualdade. Isso começa em um colegiado em que se assentam, todas as segundas-feiras, o Comandante-Geral, o Chefe de Polícia, o Chefe dos Bombeiros, o Defensor Público-Geral e o Subsecretário do Sistema Socioeducativo e do Prisional. Entendo que esse é o mérito do processo: se se cria esse espaço, permite-se que as questões sejam apresentadas, discutidas e encaminhadas da forma como esse colegiado entende ser melhor.

Falamos da sensibilidade do processo, pois é um processo sensível, mas não podemos dizer que aconteça sem percalços. Temos que nos permitir colocar as questões na mesa, debatê-las e discuti-las. As soluções que implementamos hoje são fruto, gostando-se ou não, de

decisões consensuais e conjuntas. Aí é que precisamos saber se a dinâmica, no âmbito de cada uma das instituições, está fluindo bem.

Será que o ajuste do estratégico, que é a chefia, o comando e a base, flui bem? Será que aquilo que é decidido no comando chega, de fato, à ponta como decisão tomada estrategicamente pela instituição? Será que a base compreende o porquê daquilo? Ressalto a importância desse processo, que requer amadurecimento e responsabilidade. Estabelecer protocolos específicos facilitaria muito. Quando dividimos competências, estamos em processo de mudança, e os problemas complexos nos exigem respostas diferentes. Como foi colocado, muitas vezes o entendimento da Polícia Militar é que, ao se estruturar uma inteligência e se fazer esse trabalho, a intenção ou o objetivo é contribuir com mais informações para a Polícia Civil. Será que esse é o entendimento da Polícia Civil? Será que isso é o que acontece na prática? Esses espaços servem para isso.

Faço essa citação para justificar o porquê de o Projeto 48 Horas, em Pouso Alegre, ser exitoso. O que acontece nessa cidade, onde as Polícias Militar e Civil conseguem ajustar-se, definir seus papéis nos locais de crimes e agir de forma eficaz e onde o nível de esclarecimento de homicídios é de 90%? A disposição das pessoas em definir seus protocolos permitiu isso. Então, o que podemos fazer? Por que conseguiram formatar essa solução? Isso acontece em outros lugares, pois depende de outras lideranças, das instâncias, do comando e da chefia do local.

Falaram sobre o acesso às imagens do Olho Vivo. Coordeno essa área e desconheço isso. Existe uma instância colegiada que trata do acesso às imagens desse sistema. Por que isso não foi levado a essa instância? Agora, tomando conhecimento disso, certamente tratarei desse assunto na instância pertinente. No colegiado técnico cooperativo do Ciad, a coordenação da Cepol, do Cicop e do Cobon se reúne todas as semanas; essas são as instâncias responsáveis por isso. Verificarei por que esse assunto não foi resolvido.

Não há soluções prontas e mágicas; acomodamos os conflitos e as questões à medida que acontecem e depositamos, num ambiente colegiado de busca de consenso, a nossa esperança de respeito, de autonomia. Não é saudável para o processo que a Secretaria assuma a posição A ou B, tome partido de tal ou qual instituição. Precisamos promover e mediar os conflitos, fazer com que venham à tona e dar condições às instituições de se posicionarem para resolvê-los. Tenho certeza de que, apostando nessa lógica, nessa sistemática, acomodaremos as questões e certamente propiciaremos um serviço de maior qualidade à sociedade. Enquanto perdemos tempo nas discussões sobre até onde vamos ou sobre o fato de que o outro está entrando em outra seara, quem perderá é a sociedade. Não estou dizendo que não devemos colocar o problema em discussão; se ele existe, devemos debatê-lo. Devemos fazê-lo logo para resolvermos as questões e prestarmos sempre o melhor serviço à sociedade. Espero ter contribuído de alguma maneira.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Andréa Ferreira Silva Araújo, para as suas considerações finais. Agradeço-lhe muito a sua contribuição.

A Delegada Andréa Ferreira Silva Araújo - Deputado, retomo a leitura da Lei nº 11.343, a lei antidrogas: "É responsabilidade da União, dos Estados, dos Municípios e da sociedade ações referentes tanto à prevenção quanto à repressão". Vendo aqui órgãos que cuidam da repressão, as polícias, e da prevenção, sinto-me muito à vontade, pois vemos que Minas Gerais inova mais uma vez e não se preocupa em jogar nos ombros das instituições policiais todo o trabalho referente a essa árdua tarefa. Como sempre somos inovadores e pioneiros, penso que estamos no caminho certo. Com a realização deste evento, muita coisa deve mudar e acontecer, pois estamos aqui dividindo o bolo em fatias corretas para cada uma das partes envolvidas nesse processo.

Mais uma vez, agradeço o convite. Espero ter contribuído de alguma forma neste evento tão grandioso. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado. Com a palavra, para suas considerações finais, o Delegado Marcelo Eduardo Freitas, a quem agradeço a participação.

O Delegado Marcelo Eduardo Freitas - Ilustre Deputado João Leite, em minhas considerações finais, gostaria apenas de focar um ponto efetivamente debatido neste fórum, o qual diz respeito às fronteiras. Reforço que vários acordos bilaterais estão sendo efetivados mormente entre o Brasil, Peru, Bolívia e Colômbia, além do Paraguai. A Polícia Federal do Brasil efetiva ações em território paraguaio na erradicação da maconha. Muitos são os trabalhos efetivados em comum acordo com a Força Aérea, a Marinha e o Exército brasileiros, mas fechar fronteiras é algo absolutamente complexo. Se isso fosse fácil, os Estados Unidos não seriam o principal consumidor de drogas do mundo. E, para se ter noção, esse país somente faz fronteira na parte Sul com o México. Se isso fosse fácil, o Rio de Janeiro conseguiria impedir o ingresso de armas e drogas em seu - desculpe-me a expressão - minúsculo Estado. Fechar fronteira é uma tarefa quase impossível. Trata-se de uma utopia. É desconhecimento de alguns acreditar que uma instituição qualquer, seja a Polícia Federal, seja o Exército do Brasil, seja o Ministério da Aeronáutica, consiga fechar fronteiras. Esse é um trabalho que tem de ser feito com muito cuidado.

Em relação à questão do investimento em saúde pública e recuperação dos usuários, de maneira diametralmente oposta ao que disse o Secretário Balestreri, acredito que não podemos trabalhar hoje com a aplicação de medidas socioeducativas e com a descentralização dos pequenos traficantes, ou seja, com a colocação dos pequenos traficantes nas ruas. O Estado brasileiro tem de, prioritariamente, cuidar dos usuários de drogas. Somente após o controle da situação, poderemos colocar os chamados pequenos traficantes nas ruas.

Agradeço ao Deputado João Leite a oportunidade de participar deste evento. Em nome da Polícia Federal, coloco-me à disposição para esclarecimentos posteriores e também à disposição da coletividade como um todo. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradeço ao Sr. Marcelo Eduardo Freitas, Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado da Secretaria Regional da Polícia Federal em Minas Gerais. A fala do Dr. Marcelo sobre essa experiência da Polícia Federal é interessante. Ele mencionou até acordos bilaterais com outros países. Como ouvimos anteriormente, não é simples para as Polícias Civil e Militar agir em relação ao tráfico internacional de drogas e ao contrabando de armas. Se esse entendimento na fronteira depende de acordo bilateral, essa competência é da Polícia Federal. Procurei pesquisar sobre isso e verifiquei que a Polícia Federal brasileira tem hoje 9 mil efetivos. Lembro-me de que a Polícia Federal da Argentina tem 32 mil efetivos. Realmente a nossa Polícia Federal precisa de efetivo para que tenha condições de combater o tráfico. Seria bom compararmos os territórios, que são bem diferentes. O território brasileiro tem 9 mil homens e mulheres. Faço uma referência à Luciana, da Polícia Federal, que nos acompanhou na elaboração. O território brasileiro não se compara ao argentino. Esses 9 mil homens e mulheres estão cuidando dessa fronteira e exercendo todo o trabalho da Polícia Federal. Prestamos as nossas homenagens aos policiais federais e agradecemos a sua grande contribuição neste nosso trabalho. Com a palavra, o Cel. Wilson Chagas Cardoso, para as suas considerações finais.

O Cel. Wilson Chagas Cardoso - Agradeço a oportunidade de vir aqui trazer uma contribuição a este tema tão complexo, que é o problema das drogas. Se fosse fácil, alguém já o teria resolvido por nós. A Inteligência da Polícia Militar vem trabalhando para propiciar cientificidade às ações do policiamento ostensivo da instituição. Seguindo essa linha, a Polícia Militar tem investido no seu sistema de inteligência para tornar as ações ostensivas mais eficientes e científicas. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Coronel. Devo fazer uma provocação à Geórgia Ribeiro Rocha, Superintendente de Integração do Sistema de Defesa Social da Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais. Geórgia, em Minas Gerais, você disse que existem 19 Centros de Apoio Psicossocial Álcool e Drogas, sendo que apenas dois estão situados em Belo Horizonte e somente um possui estrutura. Existem 300 comunidades terapêuticas no Estado de Minas Gerais, ou seja, uma presença um tanto quanto robusta.

Você tem oportunidade de acompanhar a situação das drogas e sabe que precisamos de uma ação. Não acredito que esses 19 Centros de Apoio Psicossocial sejam suficientes para cuidar de 20 milhões de habitantes nem que apenas dois, em Belo Horizonte, sejam suficientes para cuidar de 2 milhões e 500 mil habitantes. É um grande desafio, ou melhor, um sério problema de saúde pública. Existe uma verdadeira epidemia de drogas no Estado de Minas Gerais.

Antes de passar a palavra à Geórgia, para as suas considerações finais, gostaria de deixar esse número preocupante. Essa é a política do Ministério da Saúde, que não chega ao dependente e ao usuário.

A Sra. Geórgia Ribeiro Rocha - Inclusive, Deputado, quando falei sobre a importância das comunidades terapêuticas e me referi aos Caps AD, foi para falar da complementariedade necessária à consistência de uma política pública. Abordei a importância e a necessidade de não só potencializar o trabalho das comunidades, mas também de expandir e melhorar a situação desses Centros de Apoio para o enfrentamento dessa questão. De resto, ressaltai toda a necessidade de outras soluções no campo da saúde e da prevenção, como é o caso da Central de Apoio e Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas - Ceapa -, com seus grupos temáticos que propõem a reflexão dessa questão aos usuários aos quais é atribuída a pena alternativa. Enfim, é um conjunto de ações, e certamente as comunidades têm um papel fundamental nessa solução.

Concluindo, agradeço-lhes a oportunidade, porque entendemos que é assim que devemos fazer segurança pública. Existe um grande equívoco na cultura brasileira, qual seja, pensar que a solução da segurança virá como uma mágica do Estado e das polícias. Atribuir a segurança à responsabilidade única e exclusiva da polícia.

Sem sombra de dúvida, as polícias são fundamentais. Precisamos de polícias capacitadas e estruturadas, mas segurança pública se faz com a participação e o envolvimento de todos. É preciso nos perguntarmos, a cada dia, qual é a nossa contribuição para a segurança pública. Fazemos isso a todo momento, no âmbito da nossa família, na nossa comunidade, observando o que está acontecendo, reforçando a cidadania, as regras de convivência. Às vezes entendemos que segurança pública é apenas evitar crimes, mas não é isso. Segurança pública é toda a nossa atitude de civilidade, de respeito às regras, de tolerância ao outro, de solução pacífica dos conflitos. Quando discutimos no trânsito, estamos contribuindo para a insegurança. Estamos num momento de repensar nossos valores, nossas posturas, nossas atitudes. Temos de assumir nossas responsabilidades. Segurança cidadã passa por essa discussão: qual é a responsabilidade de cada um? Certamente o Estado não pode esquivar-se do seu dever. Tivemos a oportunidade de ouvir o quanto se tem feito, mas que não é suficiente se não houver uma mobilização de todos em torno dessa questão. Isso é algo que nos diz respeito. Todos esses seminários e audiências são passos fundamentais para essa conscientização, e desde já agradeço a oportunidade e a contribuição de todos. Sucesso no evento. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Quero lembrar que recentemente tive a oportunidade de presidir a Comissão Especial da Execução das Penas no Estado de Minas Gerais, quando constatamos que havia 1.880 pessoas cumprindo pena nas comunidades terapêuticas por designação de Juizes. Muito obrigado.

ATA DA 25ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 12/8/2010

Presidência da Deputada Maria Tereza Lara

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - 1º Painel: Composição da Mesa - Palavras da Sra. Presidente - Palavras da Secretária Renata Maria Paes de Vilhena - Palavras do Subsecretário Cloves Eduardo Benevides - Palavras do Sr. Luís Flávio Sapori - Palavras do Sr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Palavras do Sr. Aloísio Antônio Andrade de Freitas - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - 2º Painel: Composição da Mesa - Palavras do Sr. José Gregori - Palavras do Coronel PM Fábio Manhães Xavier - Palavras da Sra. Olívia de Fátima Braga Melo - Palavras do Sr. Jorge Sarsur Neto - Palavras do Subtenente PM Luiz Gonzaga Ribeiro - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Agostinho Patrus Filho - Doutor Ronaldo - João Leite - Maria Tereza Lara - Padre João - Rômulo Veneroso - Sebastião Costa - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

Abertura

A Sra. Presidente (Deputada Maria Tereza Lara) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Padre João, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

A Sra. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do fórum técnico "Segurança pública: drogas, criminalidade e violência", com a apresentação dos seguintes painéis: 1 - "Criminalidade e drogas: estratégias de prevenção, intersetorialidade e tratamento à dependência química"; 2 - "Direitos fundamentais, grupos vulneráveis e violências".

1º Painel

Composição da Mesa

A Sra. Presidente - Convidamos a tomar assento à Mesa para o 1º Painel o Exmo. Sr. Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa; a Exma. Sra. Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão; e os Exmos. Srs. Cloves Eduardo Benevides, Subsecretário de Políticas Antidrogas da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude; Luís Flávio Sapori, Professor Coordenador do Centro de Estudos e Pesquisa em Segurança Pública da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG - e Secretário Executivo do Instituto Minas Pela Paz; Ronaldo Ramos Laranjeira, Professor do Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp - e Pesquisador Coordenador do Instituto Nacional de Políticas Públicas do Álcool e Drogas; e Aloísio Antônio Andrade de Freitas, Presidente do Conselho Estadual Antidrogas.

Palavras da Sra. Presidente

Dra. Renata, ainda bem que há uma mulher na Mesa. Em toda mesa de debates, fazemos questão de contar com a participação das mulheres que têm um trabalho destacado sobre o tema. Convidamos, ainda, Dr. Cloves Eduardo Benevides, Subsecretário de Políticas Antidrogas da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude de Minas Gerais; Dr. Luís Flávio Saporì, Professor Coordenador do Centro de Estudos e Pesquisa em Segurança Pública da PUC-MG e Secretário Executivo do Instituto Minas Pela Paz, um estudioso, especialista em segurança, que tem dado uma grande contribuição ao Estado de Minas Gerais; Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Professor do Departamento de Psiquiatria da Unifesp e Pesquisador Coordenador do Instituto Nacional de Políticas Públicas do Alcool e Drogas.

Em breves palavras queremos dizer que ontem, como informado pela Mesa de abertura, foi comemorado o Dia do Advogado. Foi comemorado também o Dia do Estudante. E como a maioria dos estudantes são jovens, eles têm tudo a ver com a questão de segurança pública, com a discussão do uso das drogas. Eles são o foco principal da segurança, do combate às drogas, da educação de qualidade, dos direitos fundamentais, principalmente da vida. Temos visto vários jovens morrerem, mas também vemos jovens dando grandes contribuições para a construção e garantia da vida em nosso Estado. Queremos, então, prestar uma homenagem, não só aos advogados mas também aos estudantes.

Agradeço, mais uma vez, a presença de todos porque não adiantaria nada que esta Casa, esta Comissão decidisse fazer este debate tão atual e tão importante se não fosse a presença das entidades e de cada pessoa que quer dar a sua contribuição. Sem eles estaríamos falando sozinhos. Vamos ouvir os nossos ilustres expositores.

Com a palavra, a Secretária Renata Maria Paes de Vilhena, para a sua exposição sobre o tema "Criminalidade e drogas: estratégias de prevenção, intersetorialidade e tratamento à dependência química".

Palavras da Secretária Renata Maria Paes de Vilhena

Bom dia a todos. Cumprimento a Deputada Maria Tereza Lara; o meu caro amigo Deputado João Leite; o Cloves Benevides, Subsecretário Antidrogas; o Saporì, nosso colega de governo que, por muito tempo, foi grande idealizador de vários programas na área social; e o Ronaldo Laranjeira, professor da Unifesp. Em primeiro lugar, gostaria de dizer que nós, da Secretaria de Planejamento e Gestão - Seplag -, consideramos o momento muito oportuno para a realização deste ciclo de debates. Estamos no período de revisão do nosso planejamento para 2011, levantando todas as propostas, o que deve ser revisto e acrescido, e a conclusão dessa revisão será encaminhada a esta Casa até 30 de setembro. Então, participar de um fórum em que o governo, a Assembleia e a sociedade civil tratam de tema tão delicado e apresentam propostas é muito bem-vindo, porque podemos nos embasar nele para a revisão das ações do próximo ano.

Coube-me, em 20 minutos, apresentar o que o governo tem feito em ações preventivas e corretivas na área antidrogas. Mas, antes, apresentarei rapidamente a forma como trabalhamos o planejamento estratégico do governo, para ficar mais fácil compreender a participação das diversas áreas governamentais. Hoje, para se alcançar resultado numa determinada política pública, é necessária a participação de diversas áreas, e é dessa forma que trabalhamos no planejamento estratégico, que consta do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - e do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG -, aprovado e amplamente debatido nesta Casa, assim como anualmente o fazemos com as suas revisões.

Este é o mapa estratégico do governo. Definimos todas as nossas ações e políticas públicas baseados no Plano, em que está definida a visão de futuro para Minas Gerais, o planejamento a longo prazo para 2023, traduzido no indicador da melhoria do IDH do Estado. Para alcançarmos essa visão de futuro, foi definida uma série de objetivos estratégicos, a qual consta da parte superior do quadro, com a perspectiva integrada de capital humano, investimentos e negócios, equidade e bem-estar e meio ambiente. Para que seja alcançado cada um desses objetivos, há um conjunto de ações necessárias. Todas as ações estão definidas no quadro abaixo, chamado de Estado para Resultados, que possui 13 áreas e é amparado por 2 pilares: o da esquerda, da qualidade fiscal; e o da direita, da qualidade e inovação na administração pública.

Na parte de baixo do nosso planejamento estratégico, estão os destinatários das políticas públicas, que são aqueles grupos de pessoas que receberão todo o resultado das nossas ações: pessoas instruídas, saudáveis e qualificadas; os jovens protagonistas - equidade entre pessoas e regiões -, as empresas e as cidades seguras e bem cuidadas. Para cada área de resultados, há um conjunto de ações e de indicadores finalísticos, um conjunto de projetos estruturadores e uma agenda setorial do choque de gestão, na qual constam todas essas áreas, que são ações necessárias. Quando forem executadas, poderemos alcançar os nossos objetivos estratégicos e, assim, a nossa visão de futuro. Desse modo, a concepção da área de resultados muda todo o enfoque com que o governo vinha trabalhando até 2006. Antes ele trabalhava de forma institucionalizada, verticalizada, definindo os papéis de cada secretaria de Estado, mas, a partir desse planejamento estratégico, entendemos que, se quisermos alcançar determinados resultados, precisaremos das ações de várias secretarias e de várias políticas públicas. Então, as áreas de resultados são justamente isto: trabalhar de forma matricial, com o objetivo de alcançar um determinado resultado, um determinado indicador finalístico.

Sempre que apresento o nosso planejamento estratégico, gosto muito de dar o exemplo da área de defesa social, que é muito típica. Para se alcançar a diminuição da criminalidade, precisamos não só de uma ação repressiva da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros e da atuação da Secretaria de Defesa Social, mas também, por exemplo, da participação da Secretaria de Educação nas escolas que se localizam em áreas de grande vulnerabilidade social; da Secretaria de Esportes e da Juventude, com os programas preventivos; e da Secretaria de Saúde, cujo enfoque é regionalizado, é voltado para onde há também uma vulnerabilidade maior. Essa é uma área que deixa bem clara a questão da intersetorialidade e de como precisamos de ações de várias políticas públicas para alcançar um determinado resultado finalístico, como, por exemplo, a diminuição da criminalidade. Este é o objetivo da área de resultados: ser o núcleo focal de concentração de todos os esforços, incluindo-se aí os resultados finalísticos, que trarão a transformação que buscamos. Esse grupo de projetos estruturadores fará com que os resultados sejam alcançados, bem como a ação conjunta de várias secretarias de Estado.

Acredito que entenderão melhor a concepção dessas áreas de resultados quando eu entrar nos exemplos da área de defesa social, pois, a partir dos desafios setoriais, desdobre-as em objetivos estratégicos - o que se quer alcançar - e em resultados finalísticos - quanto se quer alcançar desse desafio e qual a meta que se quer atingir. Defino uma carteira de projetos estruturadores como todas aquelas ações que terão de ser desenvolvidas para que se possa alcançar aqueles resultados.

Os projetos estruturadores contêm o conjunto dos investimentos do Estado. Trata-se de projetos traduzidos através de indicadores, cada um deles com um Gerente designado pelo Governador, e passam por um monitoramento intensivo. Assim, tem-se a convicção de que, se todas aquelas ações forem implementadas, vai-se conseguir alcançar o resultado. Como ali estão alocados valores expressivos de investimentos para o governo do Estado de Minas, os resultados passarão por toda essa metodologia de gerenciamento de projetos de forma intensiva e serão acompanhados mensalmente pela Seplag e pelo Governador. Para o alcance desses resultados finalísticos, criamos uma agenda setorial do choque de gestão. Seguindo a orientação do Governador, o choque de gestão teria de chegar até a população; por isso, identificamos que muitos entraves precisam ser superados para que um determinado resultado seja alcançado. Isso é focado, então, em uma agenda setorial do choque de gestão que contém um conjunto de entraves que precisam ser superados para se alcançar o resultado.

Vou entrar aqui na área que nos interessa: a de defesa social. O nosso desafio, definido em nosso planejamento, é manter a reversão dos

índices de criminalidade conquistada pelo Estado nos últimos anos, a qual reduziu substancialmente tais indicadores. Sei que é difícil para quem está aí embaixo acompanhar, mas o primeiro gráfico mostra a taxa de homicídios em Minas Gerais por 100 mil habitantes. Fazemos um acompanhamento desde 1986, época em que a taxa era baixa. A partir de 1997, ela começou a subir substancialmente até 2003 e chegou ao pico máximo em 2004, com 200 homicídios para cada 100 mil habitantes. O nosso objetivo, então, é fazer a reversão dessa curva, fazê-la voltar aos patamares de 1998, em que o índice era mais baixo.

O segundo quadro mostra a taxa de roubos em Minas Gerais por 100 mil habitantes, também de 1996 até hoje, sendo o seu pico em 2002, época em que o índice de roubos era muito grande. O gráfico já mostra uma reversão dessa curva, mas ainda de forma muito tímida. É claro que sempre comemoramos esses resultados, mas sabemos que precisamos trabalhar muito para voltar aos patamares de 1987 e 1988, cujas taxas eram mais baixas. Estou mostrando esses números porque, a partir deles, foram traçados os nossos desafios e construídos os objetivos, como a busca da redução da violência nas áreas urbanas e rurais e a pacificação das comunidades de risco por meio de programas de prevenção integrados com a área de desenvolvimento social e com parcerias com Municípios e o terceiro setor. Esse é um objetivo fundamental para nós, pois sabemos da importância da parceria com a sociedade civil nos programas de prevenção. Começamos a trabalhar fortemente com ela. Acredito que o Saporì e o Cloves Benevides também a apresentarão. Citarei aqui alguns exemplos, mas entendemos que a sociedade civil organizada tem uma experiência muito grande nessa área, a qual poderá se somar a uma definição de política pública do governo. Com essa parceria, alcançaremos resultados mais rápidos e objetivos que se o governo estivesse trabalhando sozinho. Outros objetivos são a integração e a melhoria da qualidade da ação policial e a criação e o fortalecimento das ações de inteligência policial. Objetivamos ainda o incentivo da participação crescente dos Municípios e do setor privado, visando ao desenvolvimento e à manutenção dos diversos programas de governo. É um pouco do que falei: a parceria não só com a sociedade civil organizada, mas também com o setor privado e os Municípios. Também será necessário fortalecer as ações da Corregedoria, com a criação de núcleos de avaliação e controle da qualidade do trabalho policial; modernizar o sistema prisional e acabar com as carceragens da Polícia Civil.

Esses foram os objetivos definidos a partir do desafio traçado para a área de defesa social. Para isso, definimos nossos indicadores e os resultados que queremos alcançar. Queremos diminuir as taxas de crimes violentos. Em 2006, época da elaboração do nosso planejamento, o "status" era de 349. Em 2001, atingimos 300 e ainda temos que definir aonde chegar em 2023. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes, que era de 17,2, foi para 16,5 e, em 2023, queremos fazê-la chegar a apenas 5 pontos. Outro indicador é a taxa de crimes violentos contra o patrimônio e a reentrada no sistema prisional, ou seja, o percentual de vidas reentrantes no sistema de defesa e o percentual de pessoas que afirmam ter medo da vitimização, ponto muito importante para nós, que é a sensação de medo da população em relação à vitimização.

Essa é uma pesquisa realizada anualmente com o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública - Crisp -, da UFMG, cujos resultados temos acompanhado. São metas bastante ousadas, bastante desafiadoras. Quando traduzimos as ações do governo, o nosso planejamento, o nosso orçamento e os indicadores com metas, os resultados que o governo vem alcançando e os seus objetivos ficam mais claros para a sociedade. Queremos dar essa transparência porque não adianta dizer que o governo aplica 13% do seu orçamento na área de defesa social, pois isso não é visível para a sociedade. Mas, a partir do momento em que falo o quanto quero alcançar de redução na taxa de crimes violentos, na taxa de homicídios, a visibilidade é maior; então, acreditamos que a sociedade poderá exercer mais controle social das atividades do governo.

Como disse, são essas as ações do nosso planejamento de longo prazo, que é o PPAG, desdobrado em planejamento anual, que é a Lei Orçamentária, todos ampla e previamente discutidos a cada votação na Assembleia Legislativa, que vem acompanhando e aprimorando todo esse debate e todas as nossas ações.

No que se refere a políticas de combate às drogas, temos uma ação muito expressiva da área de defesa social, da Secretaria de Saúde, da Secretaria de Educação e da Secretaria de Esportes e da Juventude, onde está inserida a Subsecretaria Antidrogas. Vou falar rapidamente de alguns programas, porque tenho certeza de que, depois, isso será abordado de forma mais apropriada pelos meus colegas, principalmente o Subsecretário Cloves. Na área de prevenção social à criminalidade, temos programas da Secretaria de Defesa Social, da Polícia Militar e da Polícia Civil, como, por exemplo, a Central de Penas e Medidas Alternativas, projeto feito em parceria com o Tribunal de Justiça, que determina penas alternativas, como a distribuição de cestas básicas ou o trabalho comunitário. É a Secretaria de Defesa que faz a distribuição e o acompanhamento das penas alternativas, dizendo onde os apenados devem trabalhar. O projeto vem sendo executado desde 2006 e já atingiu mais de 6 mil pessoas. Atualmente 13 instituições executam esse projeto em nove Municípios onde o Programa de Apoio às Penas Alternativas - Ceapa - atua. Em 2009, o projeto abrangeu 2.619 pessoas, e, até junho deste ano, contemplamos 1.657 pessoas, e o investimento foi de cerca de R\$500.000,00 por ano. Ou seja, é um projeto que ainda tem muito a crescer e realmente deve ser expandido nos próximos anos, porque as penas alternativas são uma opção muito interessante.

Outro projeto que deve ser conhecido por muitos que militam nessa área é o Fica Vivo. Ele é executado em parceria com uma Oscip, e o seu objetivo é o controle de homicídios baseado na implantação de programas preventivos em áreas de vulnerabilidade social, consideradas de risco, com altos índices de homicídio e a presença de tráfico de drogas. Esse programa está presente em 27 núcleos de prevenção à criminalidade e atende regularmente a cerca de 15 mil jovens entre 15 e 20 anos por ano, com mais de 600 oficinas realizadas a cada mês em 2010. São oferecidas oficinas de "hip-hop", de esportes e outras, e o objetivo é dar ocupação a esses jovens e afastá-los do risco da criminalidade. No Fica Vivo, temos o Grupo Especializado de Patrulhamento em Áreas de Risco - Gepar -, criado em 2005, com ação preventiva. Os policiais moram na comunidade e são identificados por ela, que os conhece pelo nome. Conseguem-se, assim, uma proximidade maior, pois ele é uma pessoa amiga, que está ali para trazer proteção. Hoje, há 43 grupos em funcionamento.

A partir de 2008, por meio de pesquisas, identificou-se que um alto número de homicídios nas regiões do Fica Vivo ocorre em razão do uso e tráfico de drogas. Logo, estamos investindo cerca de R\$10.000.000,00 na reestruturação das delegacias antidrogas.

Na Secretaria de Saúde, temos programas preventivos nas unidades básicas, com identificação de casos de adicção em estágio inicial. As equipes de médicos do Programa de Saúde da Família - PSF - sensibilizam as pessoas em suas casas e promovem o tratamento para que os usuários de drogas se recuperem. Existe ainda o atendimento especializado por meio dos Centros de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas, os Caps-AD. Hoje, existem apenas 18, em Minas Gerais, em parceria com o governo federal. O resultado é expressivo, mas é preciso expandi-lo. Na Educação, existe o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, o Proerd, que é uma iniciativa da Polícia Militar, em parceria com a Secretaria de Educação. Os profissionais vão às escolas e às áreas de risco para fazer um trabalho de educação preventiva com as crianças. A ideia é mostrar o que significa usar drogas e os prejuízos que isso traz à saúde. O programa já atende 1.700.000 jovens, em 394 Municípios, envolvendo 4 mil escolas. Esse é o programa preventivo mais importante dessa área, porque realmente mostra ao jovem os riscos do uso de drogas antes que ele o faça. Existe ainda o Escola Viva, Comunidade Ativa, programa em que as escolas localizadas em áreas de risco e de maior vulnerabilidade social permanecem abertas nos finais de semana. Assim, a comunidade pode utilizar o espaço físico das escolas, as quadras poliesportivas, os espaços de música e arte, fazendo com que as crianças tenham uma ocupação e permaneçam afastadas do risco da criminalidade e do uso de drogas. Há 503 escolas que participam do projeto, o que significa 480 mil alunos atendidos.

A Subsecretaria Antidrogas integra a Secretaria de Esportes e da Juventude, porque entendemos que o tema é muito próximo ao jovem, devendo ser tratado de forma preventiva com jogos olímpicos e jogos escolares, que já atendem a mais de 40 mil pessoas. Existe, ainda, o investimento em instituições parceiras e a realização de campanhas de prevenção e capacitação.

Por fim, o gráfico mostra os gastos do Estado com o tratamento de dependentes químicos, entre 2004 e junho de 2010. O crédito inicial é o que está em azul, e o crédito autorizado é o de cor vermelha.

Em 2010, o que foi aprovado no Orçamento, cerca de R\$6.500.000,00, já foi suplementado por nós, e agora R\$7.730.000,00 foram destinados a essa área, o que demonstra que até hoje, desde que a Secretaria foi criada, os investimentos, principalmente para prevenção e combate, têm aumentado de forma significativa. Entendemos que muito já foi feito, mas ainda temos uma longa trajetória a percorrer.

Como disse, o governo conta muito com as colaborações e sugestões oriundas deste debate. Agradeço a oportunidade e peço desculpas por extrapolar o meu tempo, mas realmente era importante mostrar como o Estado concebeu o combate à utilização de drogas com a participação de várias secretarias de Estado. Muito obrigada a todos.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Palavras do Subsecretário Cloves Eduardo Benevides

Muito obrigado. Saúdo a Presidente, Deputada Maria Tereza Lara. De fato, sou amigo de sua Comissão, que me fez viajar por todo o Estado. Todos os dias o Deputado João Leite me ligava e dizia: "Cloves, aqui também tem 'crack'. Ven, que precisamos discutir". Ele desenvolveu um trabalho profícuo e grande, que merece o nosso respeito e elogio e que hoje se desdobra neste fórum técnico. Saúdo o Deputado João Leite, Presidente da Comissão, nosso amigo e colega na sustentação desse projeto em Minas; a Dra. Renata Vilhena, nossa Secretária de Planejamento e Gestão, em cuja fala puderam perceber um novo olhar sobre política pública e uma nova forma de entender os negócios da população, com referência na qualidade, na "expertise" e no referencial orientado por resultados - de certa forma, Minas Gerais ocupou - e não poderia ser diferente - uma posição de vanguarda no cenário nacional quando definiu metas e resultados nas ações públicas -; o Sr. Ronaldo Laranjeira, que é sem dúvida o maior especialista no tema e dirige também o Instituto Nacional de Políticas Públicas do Álcool e Drogas, do CNPq; e o amigo Prof. Luís Flávio Sapori.

Fiz algumas pequenas transparências, com menos dados e subsídios do que os da competente Secretária Renata Vilhena, mas me atreverei a expor alguns pensamentos.

Este é o texto do "Manifesto dos Mineiros". Quando os temas são complexos como o das drogas, é natural que entendamos que as respostas únicas e simples são equivocadas. Sempre será necessário entender ou buscar entender o todo do fenômeno. De certa forma, isso depende da convergência, resumida em união. O "Manifesto dos Mineiros" dizia isto: "Segundo pensamos, união é harmonia espontânea, e não, unanimidade forçada". A lógica da transversalidade só pode ser concebida quando essa harmonia dos diferentes e das concepções às vezes antagônicas consegue entender um resultado prático no final do seu trabalho. As áreas de resultados na gestão das políticas de Minas mostraram isso, ou seja, que, muito embora o entendimento às vezes seja repressivo no âmbito de uma área da defesa e preventivo no âmbito da educação, essas políticas são convergentes, pois convergem para um mesmo resultado, estão focadas sobre uma mesma população e, se somadas e potencializadas, podem oferecer os resultados que o cidadão, sujeito de direitos, demanda. E esses resultados são importantes. Então, pensamos em como conceber a política pública. Temos dito que é uma política de prevenção, tratamento e reinserção social para os indivíduos que a demandam, sobretudo com a construção das políticas públicas sob nova dinâmica. Volto a dizer: Minas, numa posição de vanguarda, criou a Subsecretaria em 2003, e ela ainda é o único órgão do Brasil para tratar desse tema em nível estadual. A premissa é a organização dos serviços a partir da parceria com a sociedade civil e do referencial da academia. A construção de políticas públicas, como o Dr. Ronaldo fala em todo o Brasil, tem que ser baseada em evidências sociais e científicas.

Temos de entender quais são as boas práticas para o enfrentamento desse fenômeno. Construir essas políticas pressupõe um diálogo com vários setores. Todas as políticas, em qualquer lugar, foram estruturadas, e as gestões são feitas no corte estrutural. Elas foram concebidas com uma visão de toda a população e da complexidade do fenômeno.

No cenário nacional, entendemos a política de drogas assim: Departamento de Polícia Federal; Gabinete de Segurança Institucional, em que está o Conad e a Senad, e dois outros enfoques, que são o Ministério da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento Social. Podemos desdobrar isso no âmbito dos Municípios e dos Estados, nos Cras, nos Creas, nos serviços de atendimento, como disse a Secretária; na Rede Caps-AD, na Rede Saúde da Família, na ação da Polícia Federal, nos desdobramentos das polícias dos Estados e também na ação da Senad, que, em tese, organiza e articula essa rede. É preciso estabelecer a política nacional de drogas, sobretudo em relação ao financiamento, pois os Estados e os Municípios ainda não conseguem perceber essa lógica de pactuação com o governo federal. Além disso, também são importantes o aprazamento e a definição de metas.

Na discussão de ontem, ouvimos várias vezes que é preciso agir setorialmente. É preciso multidisciplinaridade e transversalidade para a construção dessas políticas. No entanto, é necessário entender quem fará, quando fará e qual é o resultado buscado. É importante que se faça uma reorientação da política nacional em relação à instrumentalização, à organização do serviço e à definição de metas que precisam ser alcançadas. Falo sobre o corte setorial porque trabalho nessa área desde 2005. Ele é um reflexo claro dessa relação com o governo federal.

Quero falar sobre a experiência de Minas Gerais. A premissa sempre foi a responsabilidade compartilhada, o desafio e a construção de uma rede. É possível fazer uma construção coletiva. Aqui estão algumas questões que buscam suporte na sustentabilidade. Temos de pensar na promoção da autonomia dos indivíduos a partir dos programas de assistência especializada, das ações de promoção em saúde e de reinserção social, construindo um ambiente preventivo a partir dos vários programas.

A Secretária citou o Proerd, que é o maior programa de prevenção da história do Brasil. Os números do Proerd de Minas são os mais robustos do Brasil: 1.700.000 crianças. Durante muito tempo, as pessoas questionaram se o programa tinha referência metodológica e embasamento científico. Buscou-se uma construção. Todos os conteúdos absorvidos a partir da parceria internacional foram readaptados à realidade do Estado. A PM conta com uma retaguarda muito sólida, no âmbito da própria Polícia Militar, com a capacitação continuada desses policiais, que se dedicam voluntariamente à construção dessa alternativa e encontram a necessária instrumentalização para potencializar essa situação. Essa ação encontra-se com os programas Poupança Jovem e Escola Aberta, com uma campanha preventiva do conselho municipal, enfim, com um ambiente preventivo. Essa nova concepção de compreensão do problema é que consegue construir as bases para promover a mudança do paradigma na relação com o uso de drogas. É o que chamamos de promoção da autonomia, porque as adversidades às vezes estão ainda muito presentes, as pessoas estão frente aos problemas - problemas de violência -, que, embora estejam em franca redução, de acordo com os números apresentados em todas as ações de âmbito estadual, ainda assim conseguem oferecer às pessoas uma sensação subjetiva - hoje é fácil dizer isso - de que a situação ainda é complexa, e o é, mas a promoção da autonomia faz com que sobretudo os jovens fiquem encorajados a dizer sim, um sim orientado para as boas práticas e a boa convivência.

Quando se discute política de drogas, o que estamos buscando? O que é preciso ampliar? Aqui temos algumas questões interessantes. É necessária a ampliação dos serviços especializados. De certa forma, ainda é muito acanhada a rede de serviços especializados no Brasil, como os Caps - Álcool e Drogas - Caps-AD -, que precisam ter melhores instrumentos, sobretudo na sua abrangência territorial e na sua capacidade de atendimento. Leitos psiquiátricos em hospital geral: disseram-nos que o Ministério está dobrando o número de leitos, mesmo assim volto a dizer que, no aprazamento e nas metas, é preciso que isso seja visualizado no território. Equipes do Saúde da Família: Minas tem contrapartida na estruturação das equipes, o que fez com que elas cobrissem uma maior parte do território e tivessem mais capacitação, estrutura e "expertise" para fazer esse atendimento.

Algumas outras ideias e programas estão sendo pensados e precisam ser avaliados, como o Consultórios de Rua, programas de redução de

danos e o Casas de Passagem. É preciso dizer que o Casas de Passagem, os projetos de geração de renda, os grupos de apoio, os centros de convivência e as políticas de habitação especiais foram quase todos construídos a partir da relação com a sociedade civil organizada, daí o exemplo das comunidades terapêuticas e instituições afins que podem ser percebidas nessa grande rede. Pensar uma rede de serviços é pensar que todas essas ações, com pesos, aprazamentos e concepções filosóficas diferentes, são convergentes na construção de uma política pública efetiva. É claro que os programas oficiais, como o Fica Vivo e o Mediação de Conflitos, e várias outras iniciativas criam essa rede de múltiplas possibilidades, porque o dependente químico é um indivíduo diferente em cada estágio de seu caminho, necessita de uma abordagem diferente e do diálogo, da concepção de relação entre todas essas abordagens à disposição.

Quero falar um pouco do controle social. A Secretária Renata foi muito humilde quando falou sobre a criação da Subsecretaria, muito embora sejamos os primeiros a reconhecer que ela a fez. Mas ainda há necessidade de ampliação. Todas as políticas que alcançam esse nível de fenômeno na sociedade nunca terão abrangência territorial e condições de definir o atendimento de toda a demanda, até porque esse fenômeno sofre mudança a cada episódio, daí o advento, o uso e o crescimento do consumo de "crack", que é uma demonstração clara disso. A relação de controle social com a academia deve pautar essa nossa orientação. Uma das orientações do governo é, desde o início, partilhar responsabilidades. Fizemos encontros com as instituições, foram mais de 50 eventos temáticos, 4 conferências estaduais, 317 conferências municipais, enfim, um conjunto de atividades, sempre em parceria com o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas. Está aqui o Dr. Aluísio Andrade, que também coordena o Fórum Nacional Antidrogas. É importante dizer também, Secretária, em tese de reconhecimento, que as grandes instituições brasileiras estão atualmente com a sua representação sustentada em Minas Gerais: a Coordenação Nacional da Pastoral da Sobriedade, a Federação Brasileira de Comunidades Evangélicas e o Fórum Brasileiro de Conselhos. Há o reconhecimento de que essa relação do controle social com o terceiro setor faz toda a diferença. A política pública deve ser entendida no âmbito da legitimidade, a partir dessa discussão e da certificação social acerca de sua positividade, baseada em evidências que a comunidade científica produz e, de certa forma, monitora.

Aqui são mostrados os desdobramentos dos eventos e a Carta de Minas. Quando a lei mudou, em 2006, Minas sediou um grande fórum que discutiu o tema com os magistrados. Houve encontros nacionais do terceiro setor. Também realizamos um seminário sobre o "crack" há poucos meses, e a discussão foi ampla, com representantes da ONU, de conselhos de outros Estados e participação do Prof. Saporì, quando se desmitificaram muitas das discussões acerca do fenômeno do consumo dessa substância.

Existem estratégias de prevenção, e aqui eu me atrevo a mostrar alguns números do Programa Papo Legal, que tem mudado a concepção de programa de prevenção. Ele foi realizado em parceria com uma Oscip. Esse programa representa muito mais que uma intervenção da política pública, é uma construção coletiva, algo diferente. Hoje ele existe em sete localidades, onde estamos organizando os planos locais e preparando as comunidades. O Estado faz primeiro uma escuta da comunidade, capacitando-a, construindo os mecanismos para a implementação dos projetos locais de prevenção, e financia aquilo que foi partilhado com a comunidade. Agora vamos evoluir para outros espaços do Estado, em parceria com os conselhos municipais.

Também realizamos concursos de frases e desenhos, anualmente, e já estamos na 12ª edição. Esse concurso foi criado pelo Conselho Antidrogas, um dos Conselhos mais antigos e atuantes no Brasil, e mais de 120 mil alunos participam dessa discussão. Também há o concurso de vídeo e animação e outros projetos, como as grandes campanhas que ocorrem anualmente na época do carnaval e da Semana Santa. São campanhas com um diferencial e também com convergência, procurando manter uma relação com os Municípios e com as outras instituições para potencializar nossa capacidade de chegar ao cidadão com informações preventivas relacionadas às políticas antidrogas.

Na assistência, um dos desafios era construir uma rede. Trago alguns números, Secretária, que vão além do que vemos normalmente. Quando falamos de rede assistencial e das iniciativas da comunidade, percebemos que os números são significativos. Foram mapeados pelo governo do Estado mais de 1.500 pontos de atuação das políticas públicas, englobando mais de 300 comunidades terapêuticas, mais de 204 conselhos, 600 grupos de mútua ajuda, entre Amor Exigente e Pastoral da Sobriedade, e 400 coordenações do Proerd. Esses 1.500 pontos de atuação também atendem aos indivíduos em parceria com o Estado. Uma parceria interessante foi a criação do Projeto Rede de Suporte Social, em que, por meio de edital, consolidou-se a parceria com 31 entidades. Mantemos uma parceria regular que disponibiliza mais de 2 mil vagas à comunidade. Numa parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Social - Sedes - e a rede assistencial, com as instituições, foram criadas mais de 5.100 vagas em conformidade com o art. 28. Também há o encaminhamento da Ceapa e 120 vagas de atendimento com a Vara Infracional, além de 20 projetos de pesquisa em curso e 27 projetos de reinserção social selecionados.

Hoje, em nossa rede, há 204 conselhos criados, com 107 Municípios conveniados para financiarem a estruturação dos conselhos municipais. Esse é um diferencial de Minas Gerais. Há 21 Conselhos equipados, que receberam financiamento do Estado para estruturar sua ação no Município.

Há um vigoroso programa de capacitação em curso. Em uma primeira turma, 31 pessoas receberam uma bolsa de especialização, e 76 Agentes receberam uma bolsa de capacitação técnica.

Hoje, a partir de uma parceria com a Universidade Federal de São João del-Rei, esse número significa 300 bolsas de especialização em cursos: 300 indivíduos, militantes ou profissionais, dos diversos serviços estão se capacitando em um curso em que 300 bolsas foram oferecidas integralmente, subsidiadas pela ação do Estado, para melhorar a capacidade do técnico, do gestor, do operador, do militante que estrutura os serviços. Para construir uma política, é preciso definir os panoramas traçados no campo da política nacional e da política estadual e definir as estratégias de articulação. Minas não tem faltado a esse compromisso; daí, esta parceria positiva com a Assembleia Legislativa, com a sua Comissão de Segurança Pública, que, de certa forma, tem percebido as perspectivas para o alinhamento dessas ações. O enfoque é o serviço, a pessoa, a família. Responsabilidade compartilhada tem sido a nossa forma de entender esse problema, de entender essa ação.

Aí, alguém diz que é um caos. Responderei com uma frase de Rui Barbosa: "Um povo cuja fé se petrificou é um povo cuja liberdade se perdeu". Se este é o Estado da liberdade, acreditar e estruturar essas políticas, sobretudo colocando esses números - volto a dizer que a Secretária tem razão: até o mês de julho, o Centro de Referência em Álcool e Drogas - Cread - atendeu a 42 mil casos encaminhados a todas as modalidades de serviço aqui descritas -, é perceber que o exercício da liberdade vai nos levar a estruturar cada vez mais políticas de prevenção, tratamento e reinserção eficientes, capazes de mudar o cenário e de contribuir para os indicadores de melhoria da qualidade de vida em Minas Gerais. Muito obrigado a todos. Bom dia e bom trabalho.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

A Secretária Renata Vilhena - Deputada Maria Tereza Lara, demais participantes da Mesa, peço desculpas por ter de me ausentar: tenho um compromisso com o Governador às 11 horas e gasto algum tempo para chegar à Cidade Administrativa. Mas gostaria de participar dos debates, com que já havia me comprometido não só pela importância que o governo dá ao tema, como também pela oportunidade de o discutirmos neste momento. Peço desculpas aos colegas da Mesa por não poder ouvir as suas apresentações, mas desejo a todos boa sorte. Espero recebermos contribuições muito positivas, que tenho a certeza de que estão sendo feitas desde ontem. Mais uma vez, minhas desculpas. Peço licença.

A Sra. Presidente - Agradecemos a presença e a contribuição da Sra. Renata Vilhena. Com a palavra, o Prof. Luís Flávio Saporì, que é uma referência estadual e nacional, estudioso de segurança pública e tem contribuído muito para o debate desse tema tão importante. Certamente, sua presença enriquecerá o nosso debate.

Bom dia a todos e a todas. Meus cumprimentos especiais à Mesa. Agradeço à Deputada Maria Tereza Lara as palavras extremamente benevolentes. Amigo Deputado João Leite, muito obrigado pelo convite. Cumprimento os demais membros, o Prof. Ronaldo Laranjeira, Aluísio e Cloves.

Parabenizo a Assembleia Legislativa por mais esta iniciativa de problematizar o tema da segurança com foco nas drogas. O momento é realmente oportuno, porque estamos às vésperas de uma eleição para Governador e Presidente. Os nossos políticos, mais do que nunca, precisam perceber que hoje segurança pública é tão importante quanto saúde e educação. Todas as pesquisas qualitativas nos mostram isso. É hora de tratarmos segurança pública com qualidade, maturidade e com a competência técnica que ela merece. Há muito tempo, segurança pública deixou de ser somente questão de polícia.

Parabenizo a Assembleia por este debate, porque o momento não é apenas para a formulação de propostas, como a do fórum técnico, mas também para a conscientização. A nossa expectativa é de que os próximos eleitos para Governador de Minas e Presidente da República assumam um compromisso sério com o tema, porque neste momento todas as condições são favoráveis para construirmos uma sociedade mais pacífica. O Brasil vive um contexto absolutamente singular na sua história recente. Estamos com um processo alvissareiro de redução da pobreza, da desigualdade social, como nunca houve antes na história do País. É chegada a hora de se construir uma sociedade de paz, reduzindo a violência. Se alguém acha que reduziremos a violência só com a redução da pobreza e com o crescimento econômico, está muito enganado. O momento é o de construir políticas públicas de segurança. Minas Gerais - inegavelmente, um dos principais Estados brasileiros nessa área - tem feito isso muito bem. Além de Minas Gerais, quem mais tem feito a lição de casa? Pernambuco, mais recentemente; São Paulo, há aproximadamente 10 anos, e, por incrível que pareça, o Rio de Janeiro, que agora começa a entrar nos trilhos, com a política de segurança pública começando a percorrer um caminho muito promissor. Fora isso, estamos em crises gravíssimas no Paraná, no Rio Grande do Sul, na Bahia, infelizmente; no Pará, que vive uma situação muito preocupante, e em Alagoas. O cenário nacional não é nada promissor. Diria que as drogas têm muito ou tudo a ver com isso. Não há como separar a nossa conjuntura de violência e de deterioração da ordem pública da consolidação do tráfico de drogas no Brasil. Não é o fator único e exclusivo a explicar a nossa violência cotidiana, mas há claros sinais de que é o fator mais influente nesse processo. O tráfico de drogas no Brasil não é recente, não é da década de 90 nem desta década. Precisamos ter clareza quanto a isso. O comércio da maconha no Brasil vem de décadas atrás. O que há de novo no cenário nacional é a entrada da cocaína em pó, na década de 1980, que permitiu a massificação do seu consumo devido à mudança do perfil. Do atacado da produção e do atacado nos países andinos, essa droga chega mais barata, massifica-se e começa a ser vendida nas principais periferias e favelas brasileiras. Chega ao Rio, a São Paulo e depois vai-se espalhando pelo Brasil. Isso gera a inserção do Brasil no narcotráfico internacional, num comércio mais empresarial. Isso foi definindo certo perfil de criminalidade mais sofisticado e mais violento nas décadas de 80 e 90. Depois da cocaína em pó, o momento brasileiro é o do "crack". O "crack" é a droga que está conformando o tráfico no País, não é que esteja substituindo as drogas anteriores. Continuamos a consumir maconha, cocaína em pó e as drogas sintéticas. Os poucos dados que temos disponíveis nos permitem apenas afirmar que o "crack" é mais um produto nesse mercado. Um produto que alcançou um público consumidor maior e diferenciado. Há indícios claros - o Prof. Ronaldo Laranjeira deve chamar a atenção para isso, porque, no meu ponto de vista, ele é um dos principais estudiosos sobre o tema no Brasil - de que o "crack" tem um público consumidor de várias classes sociais, mas, preferencialmente, das camadas mais pobres. Não me canso de dizer que o "crack" é a cocaína do pobre brasileiro. Permitiu o acesso do pobre não à cocaína cheirada, mas à fumada, porque o "crack" é isso. Ele oferece benefícios, êxtase, satisfações proporcionadas por qualquer droga, numa intensidade única. Traz também vários problemas. Além disso, tem efeitos perversos, como um grau maior de dependência química, tema que não discutirei aqui.

O "crack" está ocupando um grande espaço no Brasil, de Norte a Sul. Ainda não existem dados consistentes sobre isso, estamos falando com base em indícios, em sinais assistemáticos. Não existem dados que nos permitam afirmar quantos brasileiros estão fumando "crack". Essa é uma pergunta de difícil resposta. Creio que o Prof. Ronaldo não conseguirá responder a essa pergunta. No Brasil ninguém conseguirá responder a essa pergunta. Quantos mineiros estão fumando "crack"? Podemos afirmar - os Deputados estão constatando isso no interior do Estado - que o "crack" está praticamente em todos os Municípios de Minas, grandes, médios e pequenos, e nas áreas urbanas e rurais. É utilizado em maior quantidade em algumas áreas, em outras é consumido em menor quantidade. Qual é a consequência disso para a segurança pública?

Finalizei um grande estudo sobre o impacto do "crack" na saúde e na segurança públicas. Esse estudo foi financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq. Farei uma grande divulgação nacional desse trabalho na última semana de agosto. Por isso não adiantarei aqui os resultados. Para toda a equipe técnica que realizou esse estudo está claro que o "crack" não pode ser dissociado de violência. O "crack" gera violência. No meu ponto de vista, é o fator determinante da violência urbana brasileira. Refiro-me a dois tipos de crimes: roubos e homicídios. Uma verdadeira epidemia de homicídios tomou conta do Brasil na última década. Estou falando de 48 mil homicídios. O número de homicídios no Brasil não está caindo; continua crescendo, ao contrário do que dizem algumas pessoas. Na maior parte dos Estados e das Capitais, o índice de homicídios está em ascensão. Devemos ter clareza desse fenômeno.

Esse índice está caindo em alguns Municípios de Minas Gerais, mas está subindo em outros. A situação de Belo Horizonte está relativamente controlada, mas isso não ocorre em Sabará. A situação de Betim melhorou muito, mas ainda é problemática. O mesmo acontece em Contagem, Ibirité e Ribeirão das Neves. A situação de Uberaba também é problemática. O Município de Montes Claros continua com graves problemas advindos do uso de "crack". A mesma situação é constatada em Teófilo Otôni e Governador Valadares. Não há motivo para ficarmos satisfeitos com a realidade de Minas Gerais, porque a situação é muito grave. Os patamares de homicídios são muito elevados.

Por que o "crack" gera homicídios? Por que o "crack" gera violência? Isso não acontece pelo efeito farmacológico da droga, que eventualmente pode ocorrer. Deixarei que outros especialistas abordem esse tema. O nosso estudo revelou que a relação entre "crack" e violência se deve ao comércio da droga, à ilegalidade desse comércio. A violência se insere no âmbito da comercialização da droga, no âmbito das disputas territoriais entre os vendedores da droga no varejo. A pesquisa revelou que o nível de conflitos, de divergências no comércio, no tráfico do "crack" é infinitamente superior ao da cocaína em pó e ao da maconha. Não há comparação.

O comércio e o tráfico do "crack", pelas características, pelo preço e pelos efeitos farmacológicos, geram consumidores muito compulsivos e endividados, que acabam formando um contexto social muito conflitivo e, conseqüentemente, violento, com tentativas de homicídios, homicídios e roubos. É por aí que vamos começar a entender o fenômeno. Mais do que isso, é preciso entender que a relação entre drogas e violência extrapola os limites do comércio. Alguns teóricos internacionais norte-americanos estão-me chamando a atenção para um fator muito relevante. Eles dizem que o tráfico de drogas tende a gerar violência também por um efeito de difusão desta, por um grau de desorganização social, nas regiões, bairros, favelas e cidades em que se instala. A violência não é apenas entre traficantes, entre traficantes e consumidores, entre consumidores, mas acaba se espalhando entre outros grupos sociais onde esse tráfico se insere. Os indivíduos passam a andar mais armados, fazem uso mais intensivo de armas de fogo. Quando estas passam a ser mais usadas no cotidiano pelos indivíduos do mal e pelos indivíduos do bem, conflitos banais passam a ser mais violentos e letais, gerando-se homicídios e violência.

Então, temos um efeito-dominó, um círculo vicioso, que vai perpassando a sociabilidade cotidiana. É esse o aspecto do tráfico de drogas, do tráfico do "crack" que temos de começar a compreender. A sociedade acaba-se tornando mais violenta nas relações cotidianas de vizinhança, no trânsito, nas relações entre marido e mulher, nas relações familiares, nas relações de trabalho. Essa violência, numa espiral, vai perpassando e se institucionalizando no cotidiano, gerando verdadeiras epidemias de homicídio.

E aqui começamos a entender o porquê dessa recorrência de crimes graves que passaram a marcar o cotidiano brasileiro. Muitos homicídios devem ter motivos extremamente banais, como divergências por uma namorada, um esbarrão, uma vingança, um acerto de contas, e isso acaba impregnando o cotidiano de uma sociedade. Do meu ponto de vista, é isso que está acontecendo com a sociedade brasileira como um

todo, é isso que está acontecendo com os mineiros nos últimos 15 anos. Como a Secretária Renata Vilhena mostrou, cresceram abruptamente os homicídios a partir de 1996, coincidindo com a chegada do "crack" a Minas Gerais. Minha pesquisa vai mostrar o crescimento dos homicídios em Minas Gerais, particularmente em Belo Horizonte, e como isso está "pari passu" com a entrada do "crack" no Estado. Mais do que demonizar o "crack" como uma droga do mal, não gosto muito dessa expressão, pois pode gerar situações de preconceito social e estigmas perversos, temos de ter clareza em relação a essa nova realidade que está presente no cotidiano brasileiro. É uma droga diferente das drogas anteriores, é cocaína, mas uma cocaína diferente, que vai gerar problemas graves para a saúde pública. Ele é um tipo de cocaína que vai ser fumada e que vai gerar situações ainda mais dramáticas para a segurança pública no Brasil e em Minas Gerais.

O que fazer? Não podemos assistir passivamente a isso. É uma realidade, é um fato, é o destino. Temos apenas de acompanhar o desfecho dos acontecimentos. Não me parece ser essa uma postura adequada diante dessa realidade. Se estamos convencidos de que o "crack" gera tantos problemas para a saúde pública e para a segurança pública, precisamos de políticas públicas consistentes para lidar com o problema. É, sim, um grave problema social. Não dá mais para postergarmos ações. O governo federal finalmente reagiu, no primeiro semestre, com o plano nacional. Do meu ponto de vista, é um bom plano, um ótimo começo. Precisamos agora que os governos estaduais e municipais assumam mais decisivamente planos específicos. Vejam bem o que estou defendendo. Não me parece que devamos ter uma política ampla de combate às drogas, mas planos específicos para o "crack", uma política audaciosa de prevenção e repressão ao "crack", dado o seu malefício. Não entendo que um programa amplo, para todas as drogas, consiga atingir o problema. Nosso objetivo, nos próximos anos, tem de ser reduzir o comércio do "crack" no Brasil, como os Estados Unidos conseguiram na década de 1990. Podemos discutir depois, no debate, como eles conseguiram isso. Esse me parece um grande e importante desafio. Precisamos dar um jeito de tirar essa droga do tráfico. Não sei como, mas ela não pode continuar sendo comercializada da maneira como é.

Parece-me que três caminhos são fundamentais para lidar com esse problema. Primeiro, precisamos mudar a estratégia de repressão ao "crack". A ação repressiva do âmbito policial e judiciário precisa focar-se no problema. Poderíamos pensar até na possibilidade de forças-tarefas específicas com a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Ministério Público, com o foco no atacado do "crack", mas não para continuarmos prendendo os usuários e pequenos revendedores das pedras. Estamos enchendo as nossas cadeias com pequenos vendedores de pedras de "crack", o que é de uma inutilidade atroz, sem nenhum resultado concreto sobre o comércio da droga. O foco tem de ser o atacado, o "locus" da produção, de preferência os laboratórios clandestinos. Do conhecimento que adquiri em conversa com vários policiais mineiros do Departamento de Tóxicos e Entorpecentes e também com outros policiais brasileiros, certamente há indícios de que não todos, mas boa parte dos laboratórios de produção de "crack" está incrustada em território nacional. Minas tem vários laboratórios de produção de "crack". Uma boa política repressiva tem de focar-se nesse segmento. Em segundo lugar, precisamos de uma grande campanha educativa junto a jovens e adultos mostrando o que é o "crack" e os problemas que ele provoca. Precisamos de uma campanha massiva, clara e objetiva, que não pode ser de uma semana ou de um mês, mas que dure alguns meses, de preferência alguns anos. O objetivo é reduzir a demanda pela droga. Uma boa maneira de causar impacto no tráfico é tentar reduzir a demanda. Talvez tenha sido por aí que os norte-americanos conseguiram reduzir, em boa medida, o comércio do "crack" nas principais cidades daquele país. É outro caminho fundamental.

O terceiro aspecto é o tratamento do dependente químico, que ainda tem sido feito de maneira muito incipiente no Brasil afora. Quem o tem levado a cabo basicamente são as comunidades terapêuticas, de maneira altruísta e sem o apoio devido do poder público. Precisamos de projetos mais consistentes para atendimento ambulatorial, para internação, para atendimento às famílias que sofrem e são destruídas pelos usuários e dependentes do "crack". A conjugação dessas três dimensões me parece o caminho que o próximo Governador de Minas e o próximo Presidente da República devem seguir.

Por fim, se me permitem, defenderia uma proposta, e vocês estão discutindo propostas no âmbito da política antidrogas no fórum técnico. Não sei se é verdade, mas comentaram a proposta de criação de uma secretaria estadual de políticas públicas antidrogas. Eu queria problematizar essa ideia e trazer uma sugestão à reflexão do grupo. Não me parece o caminho mais adequado criar mais uma secretaria de Estado antidrogas ou de políticas públicas para o setor. Uma subsecretaria antidrogas é mais do que suficiente, desde que tenha equipe técnica e dinheiro. Essa secretaria já avançou bem. O Cloves tem feito um trabalho maravilhoso, mas ele precisa muito mais do que R\$7.000.000,00 por ano; precisa de R\$15.000.000,00 a R\$20.000.000,00. Para isso não precisamos criar uma secretaria de Estado, basta vontade política na alocação orçamentária. Quero sugerir que a Subsecretaria Antidrogas seja inserida no âmbito da Secretaria de Defesa Social. Defendo isso desde quando participava do governo. Entendo que a política antidrogas compõe a política de contenção do crime, a política de prevenção do crime em qualquer cidade, em qualquer Estado e em qualquer país. Não me parece adequado que a Secretaria Antidrogas fique na Secretaria de Esportes; ela está ali como um filho perdido. Não é o seu "locus"; ela precisa pertencer a uma secretaria forte. E hoje a secretaria forte que lida com repressão ao crime e com prevenção ao crime é a Secretaria de Defesa Social. Sugiro que o fórum faça essa discussão e, quem sabe, surja uma proposta para o próximo Governador de Minas Gerais.

Eram essas as minhas palavras. Muito obrigado pela oportunidade.

A Sra. Presidente - Agradecemos ao Prof. Luís Flávio Saporì sua exposição. Com a palavra, o Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. Prof. Ronaldo, é muito importante o senhor vir de outro Estado para contribuir conosco neste debate, o que agradecemos desde já.

Palavras do Sr. Ronaldo Ramos Laranjeira

Agradeço o convite e saúdo os membros da Mesa. Para mim é um privilégio estar nesta Casa, que representa a democracia brasileira. Tentarei falar um pouco sobre o modelo que São Paulo está tentando desenvolver relativamente ao combate ao uso do "crack". Concorro com o Dr. Saporì quando diz que precisamos de uma política específica em relação ao "crack", outro patamar em termos de consequências sociais. Há três anos o Governador Serra reuniu-se com alguns especialistas - e eu tive o privilégio de ter sido um deles - e falou que o Estado de São Paulo precisava criar um modelo, uma resposta da sociedade a esse problema. O Brasil tem tecnologia para resolver problemas complexos. Desenvolvemos um programa em relação à aids que é modelo no mundo inteiro.

Em relação ao cigarro também obtivemos uma ótima resposta. Entre os países em desenvolvimento, temos um número de fumantes menor do que muitos países. Temos capacidade técnica e massa humana para responder a esses problemas.

Em relação às drogas, estamos perdendo de goleada. Somos um dos poucos países em que o consumo de droga está aumentando. A UNDCP, que é um órgão das Nações Unidas, vem apontando o Brasil com um dos poucos países do mundo em que o consumo de maconha está aumentando, além do consumo de cocaína e "crack". Temos de reconhecer -infelizmente o governo federal não reconhece - que estamos muito aquém das necessidades brasileiras. Os nossos modelos em relação à cocaína e ao "crack" estão ultrapassados. A insistência do governo em relação ao "crack" beira o absurdo. Adotar política de redução de danos como a única política de tratamento parece-me inadequado para esse tipo de população. O governo de São está tentando mover esse modelo um pouco mais para frente.

Para nós o modelo ideal é semelhante ao que vocês fizeram em Minas, com a criação da Subsecretaria Antidrogas. Ainda não tivemos a capacidade de criar uma organização institucional como vocês. Mostraremos um pouco do modelo paulista, mas, de qualquer forma, ficaremos com um olho em Minas e outro em São Paulo, tentando nos inspirar em Minas e desenvolver modelos apropriados para São Paulo.

Vale a pena salientar com o que estamos lidando. Como falei mais sobre tratamento, temos de saber o que é dependência. É uma doença cerebral crônica e complexa. Quando alguém fuma "crack", o seu cérebro se modifica substancialmente. As imagens mostram que o cérebro de um dependente químico fica diferente. Pode ser recuperado, mas leva tempo. Como em qualquer outra doença, a dependência pode ser

gerenciada, a pessoa pode viver sem a droga, o tratamento funciona. A grande questão é como fazer o tratamento funcionar. No modelo a ser buscado, existe essa pirâmide de serviços. O pensamento de que apenas o Caps resolverá o tratamento de doença tão complexa como o "crack" é muito simplório, não leva em consideração a sua complexidade. Há ainda os grupos de autoajuda, que, na prática, fazem o tratamento da dependência química no Brasil: os Alcoólicos Anônimos e os Narcóticos Anônimos. A Secretária disse que, em Minas Gerais, há cerca de 20 Caps-AD. Em todo o Estado de São Paulo há 57, com um número de atendimento absolutamente irrisório, se levarmos em consideração as centenas de grupos de Narcóticos Anônimos e de Alcoólicos Anônimos do País. Se for feita, como deseja o Ministério da Saúde, uma política de tratamento sem a inclusão dos grupos de ajuda mútua, teremos uma política de exclusão absolutamente inadequada para a dimensão do problema. Tem de ser criada uma rede de tratamento, o que obviamente está longe de existir. Investir recurso público apenas em Caps é inadequado. Muitos Prefeitos, pelo menos em São Paulo, criaram Caps e tiveram de arcar com o seu custo, pois o Ministério da Saúde parou de financiá-los, e o custo de um é de R\$100.000,00 a R\$120.000,00 por mês. A maioria dos Municípios não possui os recursos necessários. Um exemplo clássico é Mogi das Cruzes, rico Município paulista que possui um Caps - deveria haver dois -, mas não tem recursos para oferecer esse tipo de tratamento.

Tenho grande expectativa de ver a pesquisa do Dr. Saporì, porque há alguns anos pesquisamos os Caps. Compartilho com ele a ideia de que violência está relacionada a "crack". Fizemos acompanhamento dos primeiros 130 usuários de "crack" em São Paulo. O uso dessa droga começou na cidade há cerca de 15 anos. Concluímos que um terço dos usuários morreram ao longo dos primeiros cinco anos, sobretudo de morte violenta. Quase 60% dessas mortes foram devidas a homicídios pela polícia ou pelos traficantes. O "crack" mata um terço de seus usuários ao longo de cinco anos. Quando fizemos o acompanhamento dos usuários ao longo de 12 anos, constatamos que pouco mais de 25% haviam morrido; quase 16% estavam em prisões. Quase metade dos usuários de "crack" acabam morrendo ou parando em prisões.

Então, você não pode lidar com essa doença, com essa condição de usuário de "crack" da mesma forma como lida com o usuário de maconha, por exemplo. O usuário de maconha pode, às vezes, usá-la por alguns anos, pois as consequências demoram a aparecer. Ou o "crack" mata grande quantidade de usuários ou a sociedade acaba tendo uma resposta com o encarceramento dessas pessoas. A boa notícia é que uma parte significativa dessas pessoas, ao longo dos anos, fica abstinente do "crack", o que desmistifica um pouco aquela ideia de que todo usuário dessa droga morre. Não. Uma parte vai parar de usá-la e outra vai continuar a usá-la, é mais ou menos isso. Quer dizer, um terço morre, um terço continua a usá-la mesmo depois de 12 anos e um terço para de usá-la. Quando conversamos com as famílias dessas pessoas que pararam de usar o "crack", vemos a intensidade do seu sofrimento e o custo familiar e social desse vício. Vemos o quanto elas buscaram uma rede de tratamento, mas ela não existia, no Estado de São Paulo.

É interessante mostrar que a maioria das mortes ocorreu nos primeiros cinco anos de uso de "crack". Então, se temos um milhão de usuários de "crack" - é difícil sabê-lo ao certo -, se essa pesquisa for válida para todos os usuários de "crack", corremos o risco de ter 300 mil mortes nessa população, no Brasil, nos próximos anos. Por isso, devemos ter uma resposta muito mais consistente em relação ao tratamento do usuário de "crack". Não oferecer tratamento a essa população é ter esse alto custo de mortalidade.

Por isso, a primeira ação que tivemos no governo de São Paulo foi a criação da primeira unidade pública de tratamento de dependentes químicos, uma enfermaria especializada de 30 leitos que foi inaugurada, há um ano e meio, pelo Governador Serra. Qual a sua proposta clínica? Combinar várias estratégias terapêuticas de reconhecida eficácia científica. Há acolhimento e humanização, usamos a estratégia chamada terapia cognitiva comportamental, a técnica com maior evidência de funcionamento. Há grupos de prevenção de recaída e de psicoeducação, usamos medicação, há também quatro psiquiatras contratados, uma equipe bastante completa, cuidados de enfermagem e educação física. Serão ainda contratados três conselheiros de narcóticos anônimos e alcoólicos anônimos. Então, há uma integração do modelo formal de tratamento, que possui psiquiatras, psicólogos e terapeutas ocupacionais, com os grupos de ajuda mútua. A função desses conselheiros é estimular os pacientes a darem continuidade ao tratamento com os grupos de narcóticos anônimos. Há ainda a abordagem familiar e a espiritualidade. Do que os pacientes mais gostam é da espiritualidade.

Então, o tratamento é complexo. O paciente é exposto, nos 30 ou 40 dias em que está internado, a essas várias tendências de tratamento com mais evidências de dar certo. Nos poucos horários vagos, os pacientes assistem a uma série de vídeos relacionados à dependência química. Há a ressocialização. Queremos mostrar dados sobre o que aconteceu depois que a pessoa ficou um ano nessa enfermaria. É importante dizer que internamos, em um ano, 233 pessoas com idade média de 35 anos. O tempo médio de internação é de 45 dias. A maioria era homem e trabalhava. Não são pessoas destituídas de posse que usam "crack". Obviamente, é a população mais pobre que usa "crack", mas a classe média e até a classe média alta também o usam. Muitas das famílias ficaram sem condições de pagar clínicas particulares e acabaram por recorrer à enfermaria pública. É importante dizer que um terço desses pacientes tinha história forense, tinha sido condenado de alguma forma, o que mostra, mesmo que indiretamente, a correlação do "crack" com a criminalidade.

É interessante também registrar que 80% desses pacientes tinham outro diagnóstico além do de dependência química: depressão, surto psicótico, transtorno bipolar. Então, acaba sendo uma população bastante doente, que deve beneficiar-se de uma enfermaria mais sofisticada. Além disso, 90% dos familiares e pacientes aprovaram o tratamento recebido. É uma equipe grande, e praticamente todos têm curso de especialização em dependência química. É uma clínica relativamente cara: cada paciente custa R\$100,00 por dia, e o tratamento de um mês custa R\$3.000,00. É importante salientar que esse dinheiro é do governo do Estado. O Ministério da Saúde não deu nenhum tostão para a implementação nem dá nenhum dinheiro para o custeio. O governo do Estado paga o tratamento, e a universidade é responsável pela parte técnica. Essa é a parceria: o governo não faz o tratamento, que é feito pelos setores que têm mais talento e conhecimento técnico para tal. É fundamental que o custeio venha do governo, pois a população não terá condições para pagar tudo isso. Esse é um modelo interessante, e em seu primeiro ano de existência mostra que todas as capitais do Brasil deveriam ter, no mínimo, uma unidade igual. Defendemos isso, assim como o próprio Governador Serra tem defendido o compromisso de ampliar esse tipo de modelo. Não conheço nenhuma Capital no País que não se beneficia se possuir uma unidade sofisticada como essa.

Fizemos outro modelo, que é um pouco mais barato: R\$60,00 por paciente ao dia. Essa é uma enfermaria em uma unidade no interior de São Paulo. Ela se assemelha a uma comunidade terapêutica. É uma unidade espírita no Hospital Bairral, em Itapira. São 105 leitos. A grande diferença em relação ao modelo anterior é que a pessoa fica praticamente exposta aos 12 passos, quase que exclusivamente. Ela tem um período de 30 a 40 dias de estabilização psiquiátrica - receberá a medicação necessária - e fica exposta aos 12 passos. É um lugar bastante confortável em termos de hotelaria, com campo de futebol, piscina, quadras. Tudo isso é SUS. É uma fundação espírita, mas poderia ser qualquer outra. Com R\$60,00 por dia, o paciente recebe uma assistência de qualidade. Isso não é possível com os R\$30,00 que o Ministério da Saúde envia para os hospitais psiquiátricos, mas, quando aumentamos o valor, conseguimos dar uma assistência de qualidade, de primeira linha. O importante é preparar o paciente, enquanto estiver internado, para o próximo passo, que é mais longo: a reabilitação psicossocial, que obviamente ocorrerá fora do ambiente de internação.

Lembro aqui que internação não é tratamento, mas o seu começo; ela oferece uma estabilização, mas temos de criar estruturas. Os Caps serão apenas uma parte dessa reabilitação psicossocial. Se não houver integração com grupos de autoajuda e se não criarmos outros modelos de reabilitação psicossocial, as pessoas continuarão recaído, e veremos aumentarem os problemas. Para oferecermos outra estratégia além das internações, criamos a Moradia Assistida, que é como uma comunidade terapêutica no meio urbano; é uma casa que abriga até 15 pessoas em recuperação. A regra de ouro é a abstinência total.

Esse é outro modelo. O inicial é mais caro: R\$100,00 ao dia por paciente, e o segundo é um pouco mais simples: R\$60,00 dia. Essas moradias custam R\$10.000,00 para abrigar 15 pacientes. Então, o custo-benefício delas é muito bom. A ideia é as pessoas ficarem por alguns meses para se reabilitarem, voltarem a estudar, a trabalhar, mas abrigadas, já que não podemos desconsiderar que, muitas vezes, a família está absolutamente extenuada por ficar com o dependente químico. Queremos que o dependente químico fique com a família pode ser um estresse para o próprio dependente e para a família. Temos de criar essas estruturas com regra de ouro para a abstinência total e a participação diária

em grupos de AA e NA. Esse é um modelo novo no Brasil, que já existia na Califórnia. É uma casa bem confortável, uma casa grande com uma cozinha, uma sala confortável, quartos confortáveis para abrigar até 15 pessoas. É importante resumir que temos de desenvolver modelos que vão além dos Caps. Pelo próprio custo e pelo baixo nível de assistência, os Caps não são a única resposta para o tratamento. Temos de criar várias formas de tratamento. Temos de desafiar o Ministério da Saúde por querer fazer prevalecer a política de redução de danos para toda a assistência ao dependente químico no Brasil. A meu ver, isso foi um absurdo, um erro histórico, excluiu do modelo assistencial do governo federal toda a comunidade de recuperação. Chamo os grupos de AA, NA, Amor Exigente e as próprias comunidades terapêuticas de comunidades de recuperação. Ao adotar redução de danos, você exclui essas comunidades do processo político, praticamente excluindo todas as pessoas que vivem cultivando a busca da abstinência no seu dia a dia. O acerto histórico de Minas foi a inclusão das comunidades terapêuticas dentro de uma política estadual. Esse deveria ser o futuro da política de álcool e drogas no Brasil: incluir as comunidades de recuperação no setor formal de tratamento, como tentei mostrar. Precisamos dessas clínicas especializadas, precisamos financiar comunidades terapêuticas que tenham qualificação técnica. Se não tiverem qualificação técnica, o Estado tem que fornecer. Acredito que venha a ser desenvolvido esse modelo num governo mais sensível a essas questões sociais. Os últimos oito anos foram um desastre porque não houve um senso de urgência para responder a essa questão. O que o governo propôs recentemente, ou seja, R\$400.000.000,00 para uma reação ao "crack" pode conter boas ideias, mas a implementação ainda deixa muito a desejar. Concordo que tem de haver uma política focada no "crack", mas, se não houver uma integração com essas novas formas de tratamento, morreremos na praia. Obrigado pela atenção e desculpem ter me estendido.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

A Sra. Presidente - Com a palavra, o Dr. Aloísio Andrade, representante do Presidente do Conselho Estadual Antidrogas, que fará considerações a respeito de suas experiências, sobretudo no envolvimento da sociedade civil.

Palavras do Sr. Aloísio Antônio Andrade de Freitas

Bom dia a todos. Quero agradecer a oportunidade e vou me limitar aos 5 minutos. Não quero fazer considerações filosóficas, mas falar sobre questões práticas e bem objetivas, consideradas até como boas notícias. A primeira delas, aproveitando a colocação do Dr. Ronaldo, é que há 15 dias tivemos uma reunião no Ministério da Saúde, na Secretaria de Assistência à Saúde, instância do Ministério que coordena as várias áreas de tratamento, inclusive a saúde mental. Depois de 12 anos, as comunidades terapêuticas foram convidadas, a Febract, a Feteb, todas as federações, inclusive as espíritas. Nessa reunião com o Dr. Alberto Beltrame, Secretário Nacional de Assistência à Saúde, definiu-se, conforme nossa proposta no Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Políticas sobre Drogas, que o Ministério da Saúde deve considerar o modelo terapêutico de tratamento das comunidades válido e contributivo no enfrentamento às várias questões que a dependência química envolve. A reunião ocorreu há 15 dias em Brasília. No próximo encontro, discutiremos como o SUS irá remunerar as vagas de internação em comunidades terapêuticas. Há duas etapas: primeiro, é preciso considerar o modelo válido e contributivo; depois, é necessário discutir a forma de remuneração. Estão em processo de revisão duas regras básicas no funcionamento do tratamento, que estão na Resolução de Diretoria Colegiada da Anvisa nº 101 - RDC -, que define os critérios para o funcionamento de comunidades terapêuticas. Houve duas reuniões, a das federações e o Fórum Nacional de Conselhos, propondo o detalhamento da Resolução nº 101, há sete anos em vigor, pois foram necessários dois anos para que as instituições se adaptassem. A Anvisa, com a contribuição de todas as federações e do Fórum, publicará esse detalhamento, chamado de Manual de Procedimentos da Resolução nº 101.

É necessária a revisão da Lei nº 11.343, que completa quatro anos de implantação em outubro, pois ela tem dois problemas graves. O primeiro é o seguinte: no art. 28, quando o usuário condenado à prestação de serviços à comunidade não a cumpre, recebe aplicação de uma multa pelo Juiz. Como o valor é abaixo de R\$10.000,00, a Advocacia-Geral da União não cobra, e acaba não dando em nada. Logo, trata-se de algo questionável, pois o não cumprimento das medidas socioeducativas não acarreta nenhuma punição. Já o § 3º do art. 33, que trata da punição pelo tráfico, diz "ceder, ainda que gratuitamente, substância psicoativa para pessoa de seu relacionamento para juntos compartilharem". O que isso quer dizer? Se dois amigos usam uma substância proibida, isso pode ser colocado no caso de associação para o tráfico, o que dá pena de prisão. Muitas vezes, no momento da apreensão, quando o policial entende que não dará em nada incluir o jovem no boletim de ocorrência no caso do art. 28, ele opta pelo art. 33. A comissão do Conselho Nacional Antidrogas optou por unanimidade levar o § 3º do art. 33 sobre tráfico para o art. 28, que diz respeito ao uso. Essa discussão está em andamento.

Há boas notícias. Primeiro, o reconhecimento do Ministério da Saúde em relação às comunidades terapêuticas; segundo, a revisão da Lei nº 11.343. Lembro que a Lei nº 6.368 demorou 30 anos para ser revista. Por fim, encerro meu raciocínio da seguinte forma: entre o real e o ideal, temos muitas opções e buscamos a melhor possível. Uma característica peculiar do "crack" é a rápida dependência e a rápida demenciação, ou seja, os usuários da droga com uso um pouco mais longo já apresentam déficit. A imagem mostrada pelo Dr. Ronaldo Laranjeira é bem típica. Ocorre uma grande mudança cerebral e destruição celular. Há uma expressão do folclore popular que diz estarmos criando um exército de mulas sem cabeça que soltam fogo pelas ventas, ou seja, pessoas demenciadas, que não terão a menor condição de crítica, de livre arbítrio ou de consciência. Entre os modelos para enfrentamento, temos o da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac -, que tem a base nos Alcoólicos Anônimos com os 12 passos. Entendo que deveriam ser criadas associações de proteção aos usuários de "crack" e que teríamos de contar com modelos de internação involuntária, pois, como a dependência química é um adoecimento da vontade, não podemos ter essa ilusão e essa ideia enganosa de que temos de depender da vontade da pessoa de se tratar e de se curar, já que justamente é a vontade que está doente. Enquanto família, sociedade e governo, temos de oferecer atendimento e tratamento, mesmo que não seja desejado pelo usuário, pois está, como um depressivo, doente em sua vontade. Encerro a minha exposição e deixo a minha expectativa em relação ao financiamento, que já foi mencionado aqui, o qual reitero. Minas Gerais foi o Estado do País que mais investiu nessa área em 2009. Investimos pelo menos dez vezes mais do que os outros Estados. Isso é muito louvável, no entanto, quando verificamos os números absolutos, vemos que Minas Gerais investiu em torno de R\$12.000.000,00 na área da dependência química no ano passado e, na área da cultura, R\$143.000.000,00. A cultura é fundamental, pois traz a questão histórica das nossas raízes, mas, quando vemos que foram aplicados 12 vezes mais dinheiro nessa área do que na de dependência química, entendemos que realmente precisamos dessa revisão, mencionada pela Secretária Renata Vilhena, do planejamento do Orçamento para o ano que vem, pois temos de aumentar o volume de dinheiro, que não garante a felicidade, mas sabemos que a sua falta garante a infelicidade. Se tivermos dinheiro para financiar, não serão garantidos os bons resultados, pois temos de contar com tecnologia adequada e de ponta. No entanto, sem esse volume básico de dinheiro, acabamos ficando somente no teórico e no filosófico. Agradeço a atenção de todos e deixo essa expectativa esperançosa de que a dependência química, enquanto desafio da humanidade, pode fazer com que nós, tanto individualmente quanto coletivamente, vençamos ou possamos ir vencendo os obstáculos para melhorarmos a qualidade de vida como um todo e para revermos o sentido que temos de ter para a nossa vida. Muito obrigado.

Esclarecimentos Sobre os Debates

A Sra. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates com o Prof. Ronaldo Laranjeira, que precisará voltar para o seu Estado, para que responda às questões a ele dirigidas e para as suas considerações finais.

Debates

A Sra. Presidente - Com a palavra, o Sr. Ronaldo Ramos Laranjeira.

O Sr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Obrigado. Há uma pergunta da Alessandra Ratz, que diz que há críticas sobre o tratamento do dependente químico baseado em medicamentos e internação. Ela gostaria de saber se é possível tratar do dependente químico sem essas ferramentas clínicas tão criticadas pelo movimento antimanicomial. Deveríamos caminhar menos para uma ideologia e mais para uma assistência baseada

em evidência. No mundo todo há a tendência de se considerar a dependência química como uma doença complexa. Como toda doença complexa, são necessários vários níveis de cuidado. Privar um dependente químico das medicações de última geração e de, em alguns momentos da sua doença, uma internação voluntária e até mesmo involuntária, seria privar esse cidadão de um direito, pois a população que tem dinheiro pagará os melhores profissionais, comprará os melhores medicamentos e internará os seus filhos, voluntária ou involuntariamente, nas melhores clínicas. Por que a população de baixa renda precisa ter os seus cuidados pautados pelo movimento da luta antimanicomial? Para mim, isso é privar uma pessoa do direito constitucional a uma melhor assistência à saúde mental. Não tenham dúvida de que, em alguns momentos, a pessoa precisa realmente da internação na melhor clínica possível, com dinheiro público, em instituições que disponham de talentos para lidar com dependente químico, seja nas comunidades terapêuticas, evangélicas, cristãs e espíritas, seja nas universidades, financiadas com o dinheiro do Estado. Esse é o modelo adotado no Estado de São Paulo. As famílias cujos filhos receberam essa assistência mostram a sua gratidão. Temos que sair dessa luta antimanicomial, dessa ideologia que não contribui para a busca de soluções para uma doença tão complexa quanto a dependência química.

A outra pergunta é da Vandemilda: "Os agentes comunitários de saúde podem auxiliar a comunidade em sua microárea, já que lidam de perto com os familiares e com as suas necessidades?". Não tenho a menor dúvida disso. O ideal é treinarmos todas as equipes do PSF, todos os agentes comunitários para lidar com a maioria dos casos de dependência química. Não poderemos internar todos os dependentes químicos em enfermarias ou em comunidades terapêuticas como essas que mostrei aqui. O custo disso é inviável. Temos que integrar e capacitar grupos de ajuda mútua, como os Alcoólicos Anônimos e os Narcóticos Anônimos, assim como os agentes comunitários e a base da sociedade. É preciso haver uma integração dos agentes comunitários com algum nível de especialização, quer seja um Caps mais ativo, quer sejam essas clínicas, quer sejam outros modelos. A solução não será obtida somente com a enfermaria de especialização, que é necessária para os casos mais graves, cujo número, infelizmente, cresceu muito depois da vinda do "crack". Precisamos de um ambiente protegido para essas pessoas se estabilizarem, devido à desorganização trazida pelo "crack". Na psiquiatria, o que mais queremos é tratar o indivíduo dentro da sua comunidade e da sua família. Esse é um princípio válido, mas algumas vezes a doença precisa de outro nível assistencial. O desafio é criarmos modelos para integrar os diferentes níveis de assistência. Espero que o próximo modelo trate seriamente desse tipo de integração. Terei que me ausentar, mas estarei disponível para as próximas perguntas por intermédio do meu "e-mail": laranjeira@uniad.org.br. Minha apresentação estará disponível no "site" da Assembleia Legislativa, mas há várias informações no "site" da minha equipe, www.uniad.org.br, que também está disponível para outras perguntas.

A Sra. Presidente - Dr. Ronaldo, antes da sua despedida, temos uma última pergunta, que é do Carlos Pereira, do Centro de Estudos em Psicologia: "Por que o Caps é um modelo assistencial ruim?".

O Sr. Ronaldo Ramos Laranjeira - O Caps é uma ideia boa, mas a sua operacionalização é muito ruim. Em primeiro lugar, porque se baseou somente na redução de danos, tornando-se um modelo engessado e que exclui a maior parte dos grupos de Narcóticos Anônimos e Alcoólicos Anônimos. Em São Paulo, por exemplo, a minha equipe coordenava um Caps e nos foi proibido permitir que grupos de autoajuda lá se reunissem. Isso é um absurdo. Os grupos de AA e NA não custam nada para os cofres públicos. As pessoas cultivam a recuperação por generosidade, mas o gestor municipal proíbe a reunião delas nos Caps. Isso serve para vermos o tamanho da ideologia, quando começa a beirar a insanidade. O Caps não tem uma cultura de atendimento. Se pegarmos o número de atendimento do Caps, veremos que é muito pequeno. Raramente um Caps atende mais de mil consultas por mês. Então, o custo de uma consulta no Caps por mês é em torno de R\$100,00, por isso, o Caps custa mais de R\$100.000,00 por mês. Do ponto de vista do custo-benefício, é uma estratégia ambulatorial cara e ineficiente. Por que não treinar agentes comunitários de saúde com esse dinheiro e ter Caps mais eficientes e integrados às comunidades? Defendo a existência do Caps, mas ele deveria ser muito mais ágil, menos ideológico e mais integrado a sua comunidade. Esse deveria ser o futuro do Caps. O Conselho Regional de Medicina fez uma pesquisa no Estado de São Paulo com os Caps e chegou à conclusão de que parte deles não tem médico psiquiatra e que há uma certa desestruturação. Há o prédio, o nome Caps, mas o seu potencial de atendimento é muito baixo e possui baixa qualificação técnica. O fato de o Ministério da Saúde divulgar que há uma política não significa que o atendimento está sendo feito. Defendo que tenhamos planos e metas. Minas é um exemplo. Quantos atendimentos cada Caps tem de fazer? Qual a integração que têm de fazer? Há casos mais graves em que os dependentes recusam atendimento. As famílias nos procuram falando que o Caps não o atendeu porque o indivíduo não aceitou se tratar. E isso é crime, crime de omissão de socorro. Essa é uma população, como o Dr. Aluísio falou, que requer uma intervenção mais proativa, o que o Caps não faz. Por isso precisamos de internações não voluntárias. O próximo passo do governo de São Paulo são as internações involuntárias. O Governador Serra se comprometeu a abrir pelo menos mais 100 leitos, dos quais 20 serão para internações involuntárias. Isso é legal, há uma lei que permite essa internação quando a família e o médico concordam. Acredito na resposta. Fico muito frustrado por ver o governo federal muito tímido e hesitante, sem a sensação de urgência. Eu, que sou das pessoas que ficam na linha de frente, converso com os pacientes e os trato, quando os vejo morrerem fico com uma sensação de urgência diferente. Acompanho as famílias em tudo. Se meu paciente morre, faço questão de ir ao velório dele dar toda assistência para essa família. É das experiências mais dolorosas da minha profissão. Isso muda a sensação de urgência completamente. Como falei, a mortalidade em razão do "crack" é grande, a destruição de vidas é grande. Precisamos ter uma sensação de urgência e uma articulação muito maiores do que estamos tendo. Realmente espero que o próximo governo, independentemente de quem seja, tenha essa sensação de urgência e de resposta. Senão continuaremos a enterrar nossos mortos, e o custo social disso é muito penoso para todos nós. Desculpem ter-me alongado muito e sair dessa forma. Gostaria de deixar essa mensagem de esperança. Acredito que possamos ter uma resposta mais coordenada da sociedade. Ficamos aguardando as pesquisas que são feitas porque precisamos de mais dados para ver o tamanho do estrago, para caminhar à frente dele. Acredito em soluções, como falei. O Brasil teve a solução da aids e uma boa resposta em relação ao tabaco. Sabemos como lidar com questões complexas, mas temos de nos organizar para dar essa resposta.

A Sra. Presidente - Prof. Ronaldo, agradeço a sua presença. Como o senhor terá de sair agora, permita-me uma consideração. Acompanhamos a questão dos Caps: se, em São Paulo, ocorre a sua ideologização, em Minas não. Deixo registrado que, nacionalmente, não existe a definição de que os Caps sejam ideologizados. Pelas informações recebidas do Ministério da Saúde, afirmamos que é importante realizar esse debate. Também não aceitamos que nenhum órgão público seja ideologizado. Temos realizado esse importante debate em Minas Gerais, independentemente de partido político. Estamos em uma Mesa suprapartidária, e as questões positivas ou negativas são importantes. Temos o maior respeito por sua posição e agradecemos a participação do senhor, mas queremos que sejam ouvidas as duas partes, para exercermos a democracia. Agradecemos a sua presença e deixamos as suas palavras registradas nesta Casa. Muito obrigada.

2º Painel

Composição da Mesa

A Sra. Presidente - Convidamos a tomar assento à Mesa para o 2º Painel os Exmos. Srs. Deputado João Leite; Cloves Eduardo Benevides; Luís Flávio Saporí; Aloísio Antônio Andrade de Freitas; José Gregori, Ministro de Estado da Justiça no período de 2000 a 2002, Secretário Especial de Direitos Humanos e Presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo; e Coronel PM Fábio Manhães Xavier, Delegado para as Forças de Polícia da América Latina e Caribe pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha no período de 2006 a 2008 e Comandante da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais; a Exma. Sra. Olívia de Fátima Braga Melo, Delegada Chefe da Divisão de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente de Belo Horizonte, em substituição à Sra. Silvana Fiorilo Rocha de Resende, Delegada Chefe da Divisão Especializada da Mulher, Idoso e Deficiente da Polícia Civil de Minas Gerais; os Exmos. Srs. Jorge Sarsur Neto, Diretor-Geral do Hospital da Polícia Civil de Minas Gerais; e Subtenente PM Luiz Gonzaga Ribeiro, Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais; e a Exma. Sra. Célia Cristina Whitaker, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Com a palavra, o Sr. José Gregori, para a sua exposição sobre o tema "Direitos fundamentais, grupos vulneráveis e violência".

Preliminarmente, manifesto a imensa honra que sinto por estar nesta Assembleia. Esta não é a primeira vez, já vim aqui outras vezes e sei o quanto aqueles que acreditam nos direitos humanos devem a Minas Gerais e aos Deputados desta Casa do povo, que se interessam por esse tema. Mais uma vez agradeço por terem se lembrado do meu nome. Gentilmente o Deputado João Leite me convidou. Larguei tudo porque penso que Minas produz resultados nessa área. Nada aqui cai no vazio da indiferença. Foi assim sempre, através dos séculos, e continua sendo. Sou um homem dos direitos humanos e, como tal, vejo tudo por esse prisma. Por um lado, só tenho motivos de ser otimista porque, afinal de contas, contemplando a história dos direitos humanos, verificamos que durante os séculos ela ajudou, ela impulsionou, ela pôs a humanidade para a frente, no sentido civilizatório, no sentido de fugir das cavernas de onde proviemos. É difícil imaginar esta Casa democrática funcionando com representantes do povo, uma Assembleia como esta, onde estão mulheres, em que estão homens procedentes de todas as classes, de todos os setores, e não saber que tudo isso que vivemos nesta manhã, aqui em Minas Gerais, é também produto da luta dos direitos humanos, impulsionou a identificação da pessoa como portadora da dignidade humana e, como tal, credora de certos direitos que não podem faltar para que se corporifique essa ideia de dignidade humana. Portanto, o homem deixou de ser um ser biológico e passou a ser um ente capaz de uma identidade, em grande parte por causa dos direitos humanos. Não haveria a libertação dos escravos, em nenhum lugar do mundo, se não fossem os direitos humanos. Não haveria a emancipação da mulher, cada vez mais próxima de uma posição digna, embora ainda falte um tanto para isso, se não fossem os direitos humanos. Não haveria proteção para as crianças, nem para a terceira idade, nem para o estrangeiro, nem para o trabalhador, se não fossem os direitos humanos. Portanto, contemplar a realidade hoje é contemplar o quanto os direitos humanos têm contribuído no sentido da humanização, no sentido da civilização, no sentido da conciliação do ser humano com seus valores mais sagrados e fundamentais. Quem adere à minha visão dos direitos humanos não pode deixar de ser otimista e de registrar o quanto os direitos humanos avançaram.

Para não ir longe, há alguns anos não teria sido possível uma reunião como esta. Se esta Assembleia estivesse funcionando, estaria funcionando por favor dos donos do Poder, que decidiriam, mais ou menos, o que deveríamos ou não falar aqui, dentro dos muros dos quartéis. Assim era o Brasil. Assim como muitas pessoas que estão aqui neste Plenário, também vivemos essa realidade. Felizmente, outras pessoas só ouviram falar dessa época, porque hoje o Brasil é diferente. Para que houvesse essa diferença, acreditem, os direitos humanos contribuíram muito. Houve um momento em que a bandeira dos direitos humanos era o que tínhamos para lutar pela volta da democracia e pelo término do arbítrio. Portanto, nesta Casa, em que as coisas germinam, fiz questão de fazer essa profissão de crença e de confiança nos direitos humanos. Mas, exatamente em nome desses direitos humanos, é preciso lembrar que ainda falta muito em nosso país para nos darmos ao luxo de dizer que já atingimos um patamar satisfatório. As injustiças ainda são muito grandes; as desigualdades, sem conta; e a violência, muito grande. Sei que há muitos especialistas que estudam a natureza e o caráter da evolução brasileira, mas, infelizmente, concluo que o Brasil ainda é um país violento. Canudos e a Revolta da Chibata nos mostram isso. Com certeza, o jornal de hoje - quando for lido por todos os meus amigos e amigas quando voltarem para casa - também registra fatos demonstrativos de que somos um país violento. Diante disso, não podemos nos satisfazer com os avanços e as vitórias que os direitos humanos obtiveram neste país, mas devemos continuar a utilizá-los porque é um grande instrumento, insubstituível em muitos aspectos, para, exatamente, combatermos a violência e repormos uma série de valores que, de certa maneira, estão sendo agredidos diariamente no nosso país. Quero aproveitar o tempo que me resta para dizer que, com os meus cabelos brancos e com a minha vivência nesse campo, acho que uma das tarefas mais urgentes num encontro como este, sobretudo em Minas Gerais, é refletir como colocamos os direitos humanos, a mensagem dos direitos humanos, os valores dos direitos humanos naquele espaço estruturante, acolhedor e formativo em que colocamos a semente e ela dá os primeiros sinais de vida: o espaço doméstico. Nós, da minha geração, cometemos um pecado, ou seja, não valorizamos a questão doméstica, espaço em que vivenciamos as relações com aqueles que nos deram vida, com filhos e parentes, porque julgávamos ser esse um tema superficial diante de nossos sonhos de revolução social, de mudança das estruturas, de modificação de todas as coisas. Demos, então, um grande apoio a tais mudanças, tudo era o social. Muitos pagaram caro por isso. Foram além e caíram na ilusão de pensar que tudo é no Estado, tudo é pelo Estado, tudo é com o Estado: fora do Estado não existe salvação.

Diante de tudo o que vivi, de tudo o que a minha geração sofreu e de tudo o que aprendeu - foi capaz de colaborar na retomada democrática do País, como podemos verificar na liberdade manifestada neste encontro realizado em Minas Gerais -, chamo a atenção para algo importante: devemos enfatizar novamente o espaço inicial, o primeiro elo da corrente, ou seja, a família, palavra pouco usada ultimamente. Não importa a sua constituição, estou falando daquele núcleo que gera outro ser. Devemos dar atenção a esses momentos estruturantes. Dando lugar à criatividade, saberemos como promover a conscientização sobre direitos humanos nesse núcleo inicial.

Estamos recebendo contribuições valiosíssimas sobre drogas. Constatamos o grande conhecimento que o Saporí e o Laranjeira têm sobre o "crack". Devemos saber lidar com esse grave problema. Existe uma fase anterior ao uso do "crack", ou seja, aquela fase em que a pessoa não foi tomada pelo vício. Como chegam as influências de entidades ligadas a direitos humanos nesse espaço em que as pessoas recebem as primeiras noções sobre várias questões? Em primeiro lugar, é necessário devolver o tema às cogitações, aos pensamentos, às reflexões de entidades de direitos humanos, de luta pela segurança, de luta contra a violência. Devemos saber agir nesse núcleo central, na família, sobretudo nas famílias que geraram filhos. É importantíssimo refletirmos sobre se determinadas ações serão positivas ou negativas ao funcionamento desse núcleo. Em São Paulo, na Comissão de Direitos Humanos, estamos criando unidades de conscientização doméstica. Estas devem ter assistentes sociais, sociólogos, preparados para influir na formação e na mediação dos conflitos desse núcleo estruturante, que é o ponto a partir do qual vamos definir a figura que vamos ocupar na sociedade. Há muito tempo, quando se falava desse tema, nós, que fomos de uma geração pouco ideológica, dizíamos que isso era coisa da direita. Quem se interessava pela família era a direita. A esquerda tratava da revolução social. Estamos vendo, diante desses problemas, como é importante restaurar a ideia de que há um ponto insubstituível a que o Estado não chegou, a que a Justiça não chegou, a que polícia não deve chegar, que é a família. Essas pessoas devem ter recebido algum tipo de influxo da maternidade, da paternidade, que devem ser responsáveis. Isso vai influir na conformação de toda a sociedade brasileira.

Fica o meu registro de apoio a uma reflexão que está sendo feita aqui, pessoalmente e na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos de São Paulo. A partir de um encontro como este, que não percamos de vista, entre todas as outras medidas que deverão ser tomadas, que, se não aplicarmos os direitos humanos na base, onde nasce a vida, poucos resultados colheremos. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Dr. José Gregori, não resisto ao desejo de lhe dizer da importância da sua fala. O nosso Presidente, Deputado João Leite, resolveu sentar-se a sua frente para ouvi-lo, para aproveitar suas valiosas palavras. A nossa Comissão, ao viajar por todo o Estado de Minas Gerais, ouviu Juízes e autoridades sobre o que foi falado pelo senhor. Pensávamos que eram tão importantes que não se dignariam de debater sobre isso. Essas pessoas reforçaram o que o senhor diz aqui. Valeu a pena o senhor vir de São Paulo, de tão longe, para falar sobre algo tão simples. Pela simplicidade, talvez tenha sido uma das intervenções mais importantes. Devemos voltar às origens para cuidar das famílias. Não resisti ao desejo de manifestar isso. Penso que o nosso Presidente, esta Casa e as pessoas presentes gostariam de falar também sobre isso. Depois do debate, as pessoas terão oportunidade de mostrar como valorizar nossa origem e voltar a ela. Agradeço sua presença.

O Deputado João Leite - Quero fazer algumas considerações a respeito do Ministro Gregori, que sabe da admiração que tenho por ele. O Ministro foi muito importante num determinado momento para o Brasil e para Minas Gerais. Para quem não sabe, o Ministro Gregori lutou muito pela demarcação das terras dos maxacalis. Ele estava no governo federal, e Minas Gerais lutava muito para que os maxacalis pudessem ter suas terras novamente. Foi o Ministro Gregori quem constituiu o primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos no Brasil, que é uma peça que merece uma reflexão.

Queria fazer uma saudação a ele. É uma pessoa por quem tenho muita admiração e que novamente nos surpreende com uma peça dos direitos mais fundamentais, aquela vida que nasce e que tem de ser cuidada. Agradeço por ter aceitado o convite, permitindo-nos rever esse brasileiro tão importante na nossa história. Muito obrigado.

Obrigado. Bom dia a todos e a todas. É uma satisfação especial estar na Assembleia Legislativa. Agradeço o convite do Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública. Aos membros da Mesa, os nossos cumprimentos.

Para a PMMG, é uma honra fazer essa exposição sobre o tema da violência e sobre grupos vulneráveis. Nesse assunto, particularmente, e em direitos fundamentais, temos institucionalmente um papel importante a desempenhar. Assumimos um papel que envolve um paradoxo muito grande. Considerados como os que deveriam defender, proteger, respeitar e promover esses direitos, ao mesmo tempo somos reconhecidos como os seus principais potenciais violadores. Esse dilema permanente da profissão policial faz com que reflitamos bastante sobre as nossas atividades.

É bastante oportuno que tenhamos condições de falar para os senhores nesta Casa, porque estamos passando agora justamente pela revisão de um documento interno chamado Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública. A Diretriz nº 8 trata da política interna de direitos humanos, ou seja, como o tema é tratado na PMMG. É importante que nós nos conheçamos de maneira genérica, e esta Casa é o ambiente mais agradável, mais permeável e mais capilarizado para que esse conhecimento se desenvolva.

Falar depois do Ministro Gregori é um desafio muito grande, naturalmente, e faço coro com todos os cumprimentos que já foram feitos. O senhor é uma referência nacional e internacional para todos nós. Particularmente hoje, em que desempenho o cargo de Diretor-Geral de Educação da Polícia Militar, que é o cargo do Comandante da Academia, temos um papel igualmente referencial no desenvolvimento do tema sobre violência, grupos vulneráveis e direitos fundamentais.

Tentarei fazer uma apresentação bastante objetiva, trazendo a vocês o que existe hoje na nossa PMMG sobre essa temática. Eu já dizia que temos uma diretriz específica de produção de serviços de segurança pública, que trata da política interna de direitos humanos, enfim, como isso é tratado, e aí inserimos a questão da violência, naturalmente, e o problema dos grupos vulneráveis.

Falando um pouco dessa diretriz, que está em fase de atualização, na sua terceira versão, vamos dizer qual é a postura institucional da PMMG com relação a essa temática. Para nos lançarmos nessa perspectiva, é importante dizer aos senhores e senhoras que a PMMG se estabeleceu como um paradigma diferenciado no tocante à sua declaração de missão institucional. A missão de uma instituição reflete a razão de ser dessa instituição. Temos hoje na PMMG, com muito orgulho, uma declaração de missão institucional das mais modernas, alvissareiras e talvez das mais contemporâneas da América Latina. Hoje se declara como missão do Polícia Militar assegurar a dignidade humana, os direitos e garantias fundamentais, contribuindo para a paz social. Quero reforçar essas palavras, porque declarar a missão de uma força pública focada na dignidade das pessoas, nos direitos e garantias institucionais é algo "novedoso", é algo que traz uma postura de vanguarda. Nas declarações de missão de forças públicas, geralmente temos a inevitável terminologia voltada para a manutenção dos poderes constituídos, a manutenção da ordem pública e o restabelecimento da segurança pública. Na nossa declaração de missão aqui em Minas Gerais, definimos a razão de ser do policial militar, por isso temos farda, armas, viaturas, treinamento, capacitação para assegurar a dignidade da pessoa humana nos seus direitos e garantias fundamentais, contribuindo para a paz social. Essa é uma mudança forte de paradigma que irá ditar todo o pano de fundo do desenvolvimento da nossa política interna de direitos humanos. Somos sabedores de que essas referências programáticas demandam um tempo para serem consolidadas, mas é nesse sentido que temos que trabalhar.

Apontarei alguns dados factíveis, pragmáticos de como essa política tem se desenvolvido. Temos a missão de assegurar dignidade humana - verifiquem que houve o cuidado de colocar dignidade humana, e não fazer citação específica sob o ponto de vista da vida -, pois sabemos que a vida humana não teria sentido sem a própria dignidade. A PMMG tem o seguinte "slogan": "Nossa profissão, a sua vida". É um "slogan" muito ambicioso, que projeta uma responsabilidade muito grande. E agora, na declaração de missão, entramos com essa vertente da dignidade humana, entendendo que a vida não teria sentido sem ela e caberia a nós, funcionários públicos, assegurá-la.

Nesse sentido, quero trazer aos senhores um item importante: foi alterado institucionalmente o juramento prestado pelos nossos policiais. O rito de formação de um policial passa por uma série de itens, principalmente no aspecto militar, e tem um valor muito pesado, muito forte, que impregna a nossa carreira. E somos uma das poucas instituições que prestam juramento com o sacrifício da própria vida. Então, na declaração do nosso juramento, como uma das demonstrações de mudança de paradigma, foram instituídas as seguintes palavras: "Ao ser declarado Sargento, Tenente, Soldado da Polícia Militar de Minas Gerais assumo o compromisso de...", e aí decorremos uma série de situações de valores. Entre os compromissos, está definido assegurar a dignidade humana, as liberdades e os direitos fundamentais servindo à sociedade em toda a sua diversidade.

Saibam, senhoras e senhores, que a inserção desses ditames no nosso juramento dá amplitude e paradigma diferenciados, principalmente pela forma como colocamos para esses funcionários da força pública, da PMMG, que presta serviços à sociedade em toda a sua diversidade. E aí conseguimos, de maneira mais direta, mostrar a esse candidato a policial que se está formando esse paradigma do serviço sem restrições para toda a sociedade, incluindo-se os grupos vulneráveis.

Quero também dizer que, sob o ponto de vista da nossa estrutura, a diretriz de direitos humanos da polícia está estruturada em quatro eixos principais, e o primeiro é a educação policial. Tratamos a educação policial como referência importantíssima para a estruturação dos nossos serviços, não só a educação entendida como aquela parte da formação dos jovens que viram policiais, mas também a educação continuada, o treinamento daqueles que já são policiais. Essa educação continuada é um paradigma nacional. Temos o melhor sistema de treinamento policial instituído para as polícias militares. Posso dizer isso pelo conhecimento das pesquisas e estudos desenvolvidos. A formação dos policiais passa por toda uma grade curricular muito bem-estruturada, em que os direitos humanos, principalmente como cadeira isolada, têm a sua identidade reforçada na formação. Mas direitos humanos, no currículo da PMMG, não estão definidos como cadeira isolada no primeiro, no segundo ou no terceiro ano de formação ou nos cursos mais rápidos, com 60 ou 30 horas-aula. Direitos humanos estão internalizados de maneira transversal no nosso currículo. Lidando com cursos para policiais há algum tempo, percebemos que não basta haver uma matéria de direitos humanos. É preciso mesmo que todas as disciplinas do currículo policial permeiem o conhecimento de direitos humanos. Não pode haver contradição na nossa escola em relação a essa temática. Qualquer docente que ministrar aulas para policiais militares em Minas Gerais precisa internalizar esses conceitos de direitos humanos. E o currículo precisa exigir isso de maneira transversal. Entre as medidas adotadas, falava sobre a exigência da docência. Dos policiais professores ou dos professores civis contratados pelas nossas academias e escolas em Belo Horizonte e em mais 20 cidades do interior é exigido esse conhecimento de direitos humanos, para que sejam entendidas a razão e a identidade organizacional do estudante que está sendo formado. Para ministrar matérias relativas a uso de força ou de arma de fogo, o docente é obrigado a ter formação em direitos humanos. Assim podemos assegurar-nos de que, além da técnica desenvolvida pelo docente, haverá por trás disso, permeando o conhecimento, uma filosofia de direitos humanos de proteção à vida. Essa iniciativa, essa exigência muito contribuiu para a formação do escopo de proteção de direitos humanos da nossa instituição.

Há ainda algumas atividades extensionistas, como o projeto Educadores para a Paz, que levam os nossos docentes a realizarem uma série de atividades junto a entidades de proteção de direitos humanos, para conhecerem o trabalho realizado por essas entidades e não terem postura refratária, defensiva em relação a essas atividades. Os oficiais e sargentos ali formados, quando estiverem no interior, deverão articular as suas atividades com as entidades protetoras de direitos humanos. Na terceira fase do projeto, os policiais vão a escolas públicas de periferia e participam de um projeto de desenvolvimento de direitos humanos para os jovens alunos. Num testemunho rápido e direto, posso afirmar que o policial formado nessa perspectiva é diferente. O aspirante, o sargento não é mais o mesmo quando passa pela experiência de ir aonde as coisas ocorrem. Ele vivencia as carências das escolas e das crianças e se reconhece como protetor, defensor, promotor de direitos humanos dos que mais precisam. Precisamos mais que arma, equipamento e autoridade policial, quando a legitimidade dos alunos é retratada junto à

comunidade que o policial deve efetivamente proteger.

Falamos do primeiro eixo, o educacional. O segundo refere-se à reformulação da doutrina policial. Hoje estamos reformulando completamente a maneira de atuação, a doutrina de contato do policial com a população, desde uma "blitz" a uma intervenção mais perigosa, em locais de maior risco, que envolve a polícia comunitária. Todas essas doutrinas estão sendo revisadas, com essa matriz transversal de direitos humanos. Há procedimentos específicos no que diz respeito a grupos vulneráveis. Estamos avançando até mesmo em relação a detalhes, definindo, por exemplo, o procedimento, as palavras que o policial deverá adotar quando, numa "blitz" policial, houver crianças no veículo ou pessoas idosas, grupos vulneráveis de maneira geral. Essa revisão doutrinária compõe o segundo eixo da nossa diretriz de direitos humanos.

O terceiro eixo da diretriz de direitos humanos refere-se aos direitos humanos dos policiais. É necessário reconhecer que a pessoa que presta segurança precisa estar seguro. Não podemos entender direitos humanos como instrumento de fragilização do policial. A firmeza, a justiça com que o policial patrulha reflete o seu profissionalismo. Preocupar com esse eixo específico de direitos humanos para os policiais é o que reflete a amplitude maior de dar segurança necessária a quem tem de prestar segurança. Não estamos falando apenas sobre equipamentos e assistência, mas sobre capacitação. É preciso que esses policiais se sintam dignos e merecedores de treinamento e de capacitação que lhes deem segurança para atuar, e assim entendemos esse terceiro eixo como a valorização do próprio policial. São os direitos humanos internos, direitos humanos dos policiais.

Finalizando, quero dizer que o quarto eixo é o de relacionamento com as demais entidades protetoras de direitos humanos e, naturalmente, vinculadas à proteção dos grupos vulneráveis. Precisamos, na Capital e no interior do Estado, em cada momento fazer desse policial um vetor de convergência com essas entidades. Precisamos nos encontrar por meio delas, desejar que nos vejam como uma instituição pública, com potenciais violadores e efetivos defensores, que pode contribuir para promover o direito das pessoas de grupos vulneráveis em Minas Gerais. Reafirmamos, então, a missão institucional que alicerça todo esse processo; mudamos a matriz voltada à defesa do Estado para uma sociorreferenciada, colocando a comunidade como eixo principal. A missão do policial militar em Minas Gerais é assegurar à dignidade humana direitos e garantias fundamentais e contribuir para a paz social. Obrigado pela oportunidade. Quero dizer aos senhores que os itens debatidos serão levados, como política interna, para a reformulação da nossa diretriz de direitos humanos da Polícia Militar. Sou o responsável pela elaboração desse trabalho e muito agradeceria a contribuição de todos. Obrigado pela atenção.

A Sra. Presidente - Obrigada ao Cel. Fábio Manhães. Quero dizer a ele que realmente a Polícia Militar de Minas Gerais - e pudemos observar isso em todo o Estado, nas 20 reuniões que realizamos - tem avançado muito na discussão de direitos humanos e na polícia comunitária. Queremos, de público, cumprimentar a Polícia Militar de Minas Gerais, os profissionais de segurança pública, tão importantes. Com a palavra, a Delegada Olívia de Fátima Braga Melo. Gostaria de lhe dizer, Olívia, que você também tem o papel importante de representar nesta Mesa a mulher mineira. Sempre que realizamos debates nesta Casa, fazemos com que haja na Mesa de discussão pelo menos uma mulher, pois já somos mais de 50% da população e queremos efetivamente participar da construção de uma sociedade mais justa e fraterna. Obrigada, Olívia.

Palavras da Sra. Olívia de Fátima Braga Melo

Quero saudar a Mesa, a Deputada Maria Tereza Lara, o Deputado João Leite e os demais componentes, ilustres pessoas de palavras muito sábias, e todos os presentes e agradecer a oportunidade de participar deste evento. Falarei sobre o trabalho e a atuação da Polícia Civil no combate à violência contra a mulher, o idoso, a pessoa com deficiência, a criança e o adolescente, que estão inseridos em grupos vulneráveis. Gostaria também de aproveitar este momento para destacar a fala do Ministro José Gregori sobre a família. Ficamos muito preocupados com a alta taxa de homicídios, o "crack", que também está nas famílias, mas não podemos nos esquecer de que tudo começa nelas; elas são a base de tudo. A família é o berço da Nação: essa frase é muito antiga e muito verdadeira. Assim, Ministro, as suas palavras foram de grande sabedoria. O Departamento de Investigação, Orientação e Proteção à Família foi uma criação recente da Polícia Civil, em 2008, ano em que pude perceber que a polícia tinha voltado seus olhos para as questões da família e que ela estava realmente sensível à situação da violência doméstica familiar. A Divisão de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente, de que sou Chefe, e a Divisão Especializada da Mulher, Idoso e Deficiente - Demid - estão subordinadas a esse Departamento, assim como a Divisão Especializada do Meio Ambiente. A Demid foi criada pela Resolução nº 6.215, de 1997, e alterada pela Resolução nº 6.357, de 1999, e funciona na Rua Aimorés, no Barro Preto. Ela tem atualmente uma estrutura boa, mas não é ainda a ideal. Em sua estrutura estão a Delegacia de Mulheres, com quatro unidades que funcionam das 8h30min às 18h30min e também um plantão que funciona 24 horas com cinco equipes que se revezam, e a Delegacia Especializada de Atendimento ao Idoso e à Pessoa com Deficiência. No Brasil, quase 2.100.000 mulheres são espancadas por ano: 175 mil por mês, 5.800 por dia, quatro por minuto e uma a cada 15 segundos. Em 70% dos casos, o agressor é uma pessoa com quem ela mantém ou manteve algum vínculo afetivo. Segundo a Sociedade Mundial de Vitimologia, o Brasil é o País que mais sofre com a violência doméstica - infelizmente, nosso país está no "ranking". Uma pesquisa recente da Senasp mostrou que 78% dos entrevistados sabiam da agressão de alguma mulher e lhe indicaram a Delegacia de Mulheres. Isso mostra a credibilidade das pessoas em relação ao trabalho desenvolvido por essa delegacia. Há 10 anos, uma pesquisa semelhante foi feita pela Universidade Federal de São Paulo, e mais de 40% da população dizia que nem sequer tinha conhecimento da existência desse equipamento. Em todo o território brasileiro há apenas 410 Delegacias da Mulher, e a maioria delas se concentra nas grandes cidades, na Região Sudeste. Essas delegacias exercem a atividade de polícia investigativa nas infrações penais praticadas contra a mulher - violência doméstica e sexual -; oferecem acolhimento psicológico gratuito; e encaminham as vítimas aos órgãos da rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

Temos realmente de estar inseridos nesse contexto. Precisamos de uma rede fortalecida, com órgãos efetivos no combate a esse tipo de violência. As delegacias estão divididas em regiões. Apesar de estarem concentradas na delegacia do Barreiro, as ocorrências são distribuídas por equipes em razão da área. A primeira atua na região Centro-Leste, com duas Delegadas, dois Escrivães e seis Agentes; a segunda, na região Noroeste e em Venda Nova, com esse mesmo quadro; e a terceira, no Barreiro, com três Delegadas, seis Escrivães e dois agentes. A Lei nº 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, trouxe aspectos conceituais e educativos que a tornam uma legislação avançada e inovadora, seguindo a linha de um direito moderno; caracteriza a violência doméstica e familiar como violação dos direitos humanos; e permite a inclusão das ações de prevenção, proteção e assistência às mulheres em situação de violência, o atendimento disciplinar, a criação dos juizados de violência doméstica contra a mulher, além da previsão do afastamento do agressor do lar e sua punição - essa é uma possibilidade. É importante ressaltar que, por meio da Lei Maria da Penha, houve, pela primeira vez em nossa sistemática, o reconhecimento jurídico da entidade familiar no âmbito das relações homoafetivas. Isso também foi muito significativo, um grande avanço. Vejamos dados da Deam de Belo Horizonte. No primeiro semestre de 2010, foram presos 368 agressores em virtude de autos de prisões em flagrante delito, alcançando uma média mensal de 61 APFDs. O total de 2.300 inquéritos foram concluídos e remetidos à justiça nos primeiros sete meses. Em junho de 2009 foi criada a Delegacia de Plantão, que atua 24 horas nas ocorrências que envolvem a mulher em situação de violência doméstica e sexual. Essa delegacia há muito tempo já estava sendo pleiteada pela sociedade. É composta por cinco equipes, cada equipe é composta por um Delegado, dois Escrivães e cinco Agentes que se revezam a cada 24 horas. Essa delegacia atua não só nos flagrantes mas também na lavratura dos Expedientes Apartados de Medidas Protetivas - EAMPs - em que a mulher tem a oportunidade de pedir o afastamento do agressor, tem a oportunidade de solicitar ao Juiz uma autorização para se retirar do lar sem prejuízos, além de várias outras medidas. De janeiro a julho de 2010, a delegacia lavrou 4.682 EAMPs.

Avanços e aplicações da lei em Belo Horizonte. Criação da primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher em regime de plantão no Brasil; posto médico legal dentro da unidade de Delegacia de Mulheres, então a mulher não precisa se deslocar para fazer o exame de corpo de delito; atendimento às mulheres por servidores policiais capacitados; divisão interna em circunscrições territoriais por bairros; aquisição gradativa de recursos materiais e humanos; ampliação do número de conselhos municipais da mulher, totalizando 72 no Estado de Minas Gerais; criação da coordenadoria especial de políticas públicas para a mulher em 2007, uma coordenadoria muito atuante. Projetos em andamento. Construção de um novo espaço de atendimento à mulher vitimizada, com a inauguração prevista para 10/12/2010, que contará com equipes multidisciplinares compostas por psicólogos, assistentes sociais e advogados, situado no centro da Capital mineira, idealizado nos moldes do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente, de que falarei daqui a pouco.

A Delegacia Especializada de Atendimento à Pessoa com Deficiência e ao Idoso foi criada em 1997, sendo a Delegacia do Idoso de Belo Horizonte a primeira do Brasil. Foi alterada pela Resolução de 2009 e exerce atividades de polícia investigativa nas infrações penais praticadas contra o idoso e contra a pessoa com deficiência, sempre se baseando no Estatuto do Idoso e na lei específica dos crimes praticados contra a pessoa com deficiência. Essa unidade especializada é composta por um Delegado, quatro Escrivães e 12 Agentes. Ela trabalha na lavratura de TCOs afetos à Lei nº 9.099 e nos inquéritos policiais remetidos à justiça comum. Então, de 1º de janeiro a julho de 2010 ela produziu 94 inquéritos policiais e 416 TCOs.

Mediação de conflitos. Programa inserido em março de 2009. É a proposta da metodologia em mediação de conflitos no contexto das delegacias. Tem como foco promover mudança no tratamento dado pela Polícia Civil às relações conflituosas, buscando um enfoque restaurativo que se fundamenta nos princípios de autoridade e ecologia humana, ou seja, fazer com que a pessoa se coloque na posição do outro e valorize o outro. A mediação de conflitos na Delegacia do Idoso e da Pessoa com Deficiência visa, por meio do diálogo, buscar uma solução pacífica e extrajudicial de conflitos, fomentando assim a criação de novos canais de inter-relacionamento e confiança entre a polícia e a comunidade. O resultado disso está superando as nossas expectativas.

Temos a Divisão de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente, que foi criada por meio da Resolução nº 6.357, em maio de 1999. Já a Delegacia de Menores existe há mais de 20 anos. A Divisão é subordinada ao Departamento da Família e possui unidades de expediente de plantão e a Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente. As demais atuam com menores infratores. A Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente exerce atividade de polícia investigativa nos crimes praticados contra a criança e o adolescente. Entre os exemplos, temos a violência sexual, maus tratos, abandono, favorecimento à prostituição. Hoje, a exploração sexual de crianças e adolescentes em Minas Gerais é crítica. A Delegacia oferece acolhimento psicológico gratuito e encaminhamento aos órgãos da rede de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Em Minas Gerais, há um Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, 843 Conselhos Tutelares e 853 Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, ou seja, quase todo o Estado está contemplado. A equipe é composta por três Delegados, 7 Escrivães e 18 Agentes. De janeiro a julho, 25 inquéritos e 840 TCOs foram concluídos e remetidos à Justiça. Há outros expedientes em andamento.

A Delegacia Especializada de Apuração de Ato Infracional exerce a atividade de polícia investigativa nas infrações penais praticadas por menores em ocorrências em que estão envolvidos, mas não foram apreendidos em flagrante. Ao todo são três delegacias, e cada uma tem um Delegado, dois Escrivães e nove Agentes. Nos sete primeiros meses do ano, ela produziu 769 Procedimentos de Apuração de Ato Infracional - PAAI -, que equivalem ao inquérito policial. Já a Delegacia Especializada de Plantão Interinstitucional atua 24 horas nas ocorrências envolvendo menores infratores em estado de flagrante. Após a lavratura do procedimento especial, os menores apreendidos são encaminhados imediatamente ao Juiz. Há cinco equipes, e cada uma tem um Delegado, três Escrivães e sete Agentes, que se revezam a cada 24 horas. De janeiro a julho, foram enviados 625 Autuações em Flagrante por Ato Infracional - Aafai - e 3.125 Boletins de Ocorrência Circunstanciados - BOC -, que tem o valor do TCO, ao Juizado da Infância e Juventude.

O Centro de Atendimento Integrado ao Adolescente Autor de Ato Infracional - CIA - é modelo para todo o Brasil. Todos os dias, recebemos Juizes, Promotores e policiais de outros Estados que desejam conhecer o nosso modelo, que foi criado em 2008. O próprio ECA fala do trabalho conjunto entre Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria e polícias, que deve ocorrer preferencialmente no mesmo local, conforme previsto em lei. No CIA, há sete Juizes, cinco Promotores, quatro Defensores, a Polícia Civil com as cinco equipes e as Subsecretarias de Atendimento às Medidas Socioeducativas. O funcionamento é 24 horas. Já o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria atuam de 8 horas às 22 horas. A Polícia Civil e a Suase atuam 24 horas sem interrupção. O objetivo do CIA, criado para dar maior agilidade à apuração da prática de atos infracionais e efetividade na aplicação e execução das medidas socioeducativas é: garantir a responsabilização imediata dos adolescentes autores de ato infracional que de fato acontece; reinserir o adolescente no convívio familiar e social; prevenir a reincidência; e contribuir para a diminuição dos índices de criminalidade. Olhem para isso, que é muito importante e diz respeito ao ano de 2009: atos infracionais. Tipificação. Quais são os primeiros do "ranking"? Vejam que são as drogas. O uso e o tráfico de drogas, juntos, representam 44,5% do total de atos infracionais praticados. Com certeza, o furto, o roubo, a lesão corporal e os demais, como porte ilegal de armas, também estão envolvidos com drogas.

Rapidamente falarei sobre a Suase. Ela foi criada em 2007 e, atualmente, possui 12 unidades em Belo Horizonte: duas para adolescentes do sexo feminino e, no interior do Estado, há mais oito. São aplicadas as medidas socioeducativas, sanções com finalidade educativa, visando à reinserção familiar e social do adolescente autor de ato infracional. O objetivo das medidas socioeducativas é: responsabilizar o jovem pela prática de um ato contrário à lei e à harmonia social e socioeducar o adolescente, de forma que não volte a cometer outros atos infracionais. A foto do CIA ficou um pouco escura. No 1º andar do prédio atuam a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Suase; o 2º andar foi dividido entre a Defensoria Pública e o Ministério Público; e o 3º andar ficou para o Poder Judiciário, que atua de forma integrada.

Elaborei os desafios de forma muito genérica, já que são tantos. Apesar de todos esses equipamentos mencionados, ainda há muitos desafios. A construção de uma sociedade mais justa e igualitária pressupõe o enfrentamento ao fenômeno da violência contra grupos vulneráveis, principalmente no âmbito familiar. Os grandes desafios são: superação de padrões culturais, preconceitos da sociedade - isso é muito difícil; colocar em prática ações que promovam o empoderamento feminino e assegurem um atendimento qualificado e humanizado às mulheres em situação de violência; ampliação e criação de equipamentos direcionados à defesa dos direitos da mulher, do idoso, da pessoa com deficiência e da criança e do adolescente; maior integração entre o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública com os órgãos de defesa social; e desenvolvimento de políticas públicas que acelerem a redução das desigualdades. Nesse combate, não há armas, e a mira não é a criminalidade: o alvo é o preconceito. Obrigada pela atenção de todos.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Palavras do Sr. Jorge Sarsur Neto

Cumprimento a Deputada Maria Tereza Lara e todos os componentes da Mesa. Em especial, gostaria de agradecer ao Deputado João Leite, principal responsável pelo meu encorajamento e pela minha ousadia de trazer à discussão um tema com tamanha complexidade: escolhi falar sobre a vitimização secundária do profissional da segurança pública. Início minha fala sobre o tema de pronto, sem conceituar a segurança pública, pois, pelo adiantado da hora, o relógio de pulso passa a ser superado pelo cronômetro biológico que atua sobre o estômago. Serei breve em minha exposição. Não gosto de definições, pois às vezes são polêmicas e transitórias, mas a vitimização é um dano causado a qualquer pessoa, seja do ponto de vista físico, seja mental, seja material, restringindo seus direitos fundamentais. Ela é dividida em primária, secundária e terciária.

A vitimização primária ocorre quando o profissional sofre a conduta do criminoso, podendo causar danos, como já expus. Apresentarei o exemplo de um crime de estupro para desenvolver o meu raciocínio. A vitimização primária ocorre quando a vítima do estupro sofre a autoria do infrator. No decorrer do processo de investigação, ela se expõe novamente a uma réplica do que aconteceu. Diante de pessoas desconhecidas, ela é forçada a repetir todos os atos e cenas que envolveram a vitimização. Nesse momento, nas agruras dessa apuração, ela é novamente vitimizada. Não é raro que as vítimas de estupro tenham crises de choro diante do depoimento feito na Delegacia, diante da ocorrência e perante o policial. Essa é a vitimização secundária. A terciária é aquela ocorrida na vida da pessoa, quando convive no seu ambiente de trabalho, com a família e com os amigos, que começam a olhá-la com olhos diferentes, questionando a veracidade dos fatos e discriminando a vítima de uma determinada atitude criminal. Atevi-me a mostrar um aspecto pouco conhecido e pouco divulgado da vitimização secundária do servidor da segurança pública. A primária é mais fácil de ser conhecida. São aqueles heroicos policiais, os heroicos defensores da segurança pública que morrem no exercício de sua atividade ou ficam sequelados definitivamente, presos a uma cadeira de

rodas ou a um leito. Sabemos quais são e quem são esses. Existem estatísticas a seu respeito, há nomes em suas caras. E as vítimas da agressão secundária? Quem são elas? Onde estão? Fazendo o quê? Do que padecem? Infelizmente, não há estatísticas a respeito da vitimização secundária do servidor da segurança pública. E, se existem, não têm confiabilidade. Direi o motivo disso. O perfil da vitimização é geral. Como Diretor do Serviço de Saúde da Polícia Civil durante 25 anos, não estou sendo traído quando falo do policial civil. Sei que o perfil é igual. Ele é o mesmo, ele é semelhante em todos os servidores que lidam com a segurança pública. Estou falando de todos, e não somente daquele que está na frente do exercício da atividade policial. Falo sobre um quadro administrativo que também está inserido nesse contexto. Ao verificarmos a agressão e a violência sobre o servidor que atua, não podemos nos esquecer de que o servidor administrativo não está imune a essas agressões nem isento delas. Não é o atentado sobre a unidade da Polícia ou sobre uma viatura da Polícia que separa quem está ali dentro. Estão ali só os policiais da frente operacional ou estão também administrativos de suporte? O que ocorre com essa vitimização secundária? Ela é insidiosa, ela é diária, ela é desprezada, ela é desconhecida. E tem razões para isso.

Quando digo "inexistência de dados estatísticos" é porque a vítima secundária está dentro da segurança pública e só é conhecida se procura atendimento de saúde e se está afastada para tratamento. E os demais? E os que estão nas delegacias tomando remédio para pressão arterial, tomando antidepressivos, tomando ansiolíticos? Ninguém conhece. São muitos? Não sabemos, mas devem ser. Analisamos através de alguns dados estatísticos que, "grosso modo", refletem essa situação. Sabemos também que o estresse profissional da atividade policial é considerado o terceiro de todas as profissões pela OMS. Perde somente, em primeiro lugar, para o controlador de voo, em segundo lugar para o mergulhador profissional e para o cirurgião. Depois, em terceiro lugar, está o profissional da segurança pública. E esse estresse se traduz no agravamento ou no aparecimento de doenças do ponto de vista orgânico ou psíquico, às vezes irreversíveis. Nós, da Polícia Civil, fizemos junto com o Ipsemg, em uma parceria muito produtiva, uma pesquisa nas delegacias seccionais da Região Metropolitana de Belo Horizonte, oferecendo atendimento. E o "feedback" que tivemos foi extremamente interessante ao ser analisado. Foi possível diagnosticar, em tempo hábil para cura, doenças que estavam absolutamente silenciosas e caladas. Foram identificados muitos portadores de câncer de próstata, muitas mulheres com nódulos de mama foram identificadas como portadoras de câncer, foram identificados muitos diabéticos, e muitos hipertensos não conheciam a gravidade da doença que incidia sobre eles. Todos foram identificados em tempo hábil e encaminhados a tratamento. Essa é a vitimização secundária, é o estresse atuando sobre o indivíduo. É preciso que tenhamos muito cuidado com todos eles, porque eles estão desprezados, abandonados e ignorados.

Vou relatar algumas doenças. Vou falar mais especificamente sobre a obesidade. A obesidade é causadora, na maioria das vezes, de problemas de pressão arterial, é causadora do diabetes tipo 2, o diabetes de adulto. E traz, além de uma baixa estima, problemas de convívio social. Sem muitos detalhes, falarei das doenças psíquicas, dos transtornos mentais. Deixarei os detalhes a cargo de um especialista, porque sou médico, mas não sou psiquiatra. Mas não precisa ser psiquiatra para saber da incidência dessas doenças. Se pegarmos a estatística de afastamento para tratamento de saúde de um servidor policial e analisarmos o percentual de licença por transtornos mentais, podemos concluir que é em torno de 33%. Um terço de todos os doentes estão doentes por transtornos mentais. E se pegarmos esses transtornos mentais e analisarmos a incidência das diversas doenças incluídas, veremos que 46% dos afastamentos são devidos à ansiedade; 35%, à depressão. O que concluímos? Concluímos que não basta a unidade policial possuir viatura bonita, prédio adequado ou equipamentos modernos, é necessário ter os olhos voltados para o que de mais importante todas essas instituições têm: o material humano. O Secretário Ricardo Balestreri disse ontem com muita propriedade que qualquer instituição que não investir em material humano está fadada à falência. Essa verdade deve nortear nossos pensamentos.

Na tentativa de ser conciso, trouxe algumas propostas, que apresentarei. A primeira é sobre a implantação de um programa de controle médico da saúde ocupacional para todos os servidores da segurança pública. Sei que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais contam com o PCMSO. Minha pretensão é que ele seja não apenas o primeiro programa a ser implantado, mas a porta de entrada para que desenvolvamos outros que abranjam todos os servidores da segurança pública. Ele não pode ficar restrito. A Polícia Civil também precisa ter um programa como esse, assim como as Guardas Municipais, os Agentes Penitenciários, os Defensores Públicos, todos os que estão envolvidos nesse sistema. Por meio do PCMSO estabeleceremos a obrigatoriedade de um exame médico periódico, quando serão detectadas e diagnosticadas essas doenças que vimos em uma amostragem na região metropolitana, extensiva a todo o Estado. Todos os portadores dessas doenças devem ser tratados em tempo hábil para a cura, e não diante das complicações manifestas. Esperamos que esse profissional procure o atendimento voluntariamente. A procura do atendimento tem conotações que precisam ser lembradas, como o fato de o indivíduo se expor a um profissional de saúde hierarquicamente superior. Isso pode trazer constrangimento. Ele não se sente à vontade para falar de sua intimidade diante de um superior. É uma visão que precisamos ter na hora de analisar esses fatos.

Há também o preconceito de que todo aquele que procura por um psiquiatra está doído. Isso dificulta a procura pelo psiquiatra em um momento útil para que a doença de que ele é portador seja tratada. Costumo fazer uma comparação grosseira com quem tem uma perna quebrada e precisa do apoio de uma muleta ou de uma bengala para recomeçar a andar. A doença psiquiátrica faz com que seu portador precise de uma muleta ou de uma bengala psicológica ou farmacológica para depois caminhar sozinho. É preciso que essa visão não fique distante. Também proponho que a assistência à saúde seja realizada de forma prioritária, que o profissional da segurança tenha o atendimento à saúde diferenciado, exclusivo e privilegiado para contemplar todas essas necessidades. A implantação de um programa de prevenção de doenças deve ser extensiva aos familiares dos policiais, pois estresse é contagioso. Para mim estresse é o desprazer. O indivíduo que chega em casa estressado contaminará sua família.

Sabemos do caso de uma criança de 8 ou 9 anos que entrou em crise de pânico e só depois, no atendimento, pôde relatar ao psiquiatra o que estava acontecendo. Foi na época em que aquela criança foi jogada de uma janela, em São Paulo, pelo pai. No caso da queixa dessa criança, o pai chegava em casa, colocava uma arma em cima da mesa, e a criança temia que o pai também fosse matá-la. A família do policial precisa ser assistida.

Na tentativa de melhorar a autoestima e de baixar o estresse profissional, proponho também a implementação de um programa de atividade física regular, o esporte e o lazer.

Farei o relato de um fato ocorrido na cadeia pública de Sorocaba em 1999, onde 500 detentos estavam em dependências com capacidade para abrigar apenas 98 pessoas. A cadeia pública foi transferida para outra cadeia recém-construída. E 15 dias depois houve uma rebelião ocasionada pela entrada de uma Carcereira que atuava como enfermeira em uma ala onde estavam 13 ou 15 presos em condições disciplinares. Ela foi dominada, e outro Carcereiro, que estava próximo, atirou em direção aos detentos, não na tentativa de atingi-los - e não atingiu ninguém. Em consequência, foi morto a pancadas. Essa rebelião se estendeu por todo o presídio, e os três Carcereiros foram feitos reféns. Posteriormente, o acompanhamento desses Carcereiros mostrou que a mulher se tornou alcoólatra; ao retornar em férias a sua cidade natal, embriagada, teve um desentendimento com um policial, foi presa, submetida a processo administrativo e quase foi excluída. Só não o foi em razão da doença que manifestava pela vitimização secundária. Um dos outros Carcereiros se transformou em facilitador de fugas, vendedor de drogas e de telefones celulares. O terceiro deixou completamente a atividade. Eleito Vereador em sua cidade natal, nunca mais foi Carcereiro. Este é um exemplo da vitimização primária, com a morte de um, secundária e terciária dos demais. Esse é o aspecto que quero realçar. Não se pode mais esconder, negligenciar e deixar em segundo plano a assistência à saúde desses servidores. Minha fala expressa uma dicotomia imperativa: a vertente da denúncia, que não preciso pormenorizar, e a da reflexão sobre um assunto tão grave. Grato a todos.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

A Sra. Presidente - Obrigada, Dr. Jorge. Percebemos que as próprias Polícias Civil e Militar se preocupam com a vitimização dos profissionais. É importante garantir seus direitos à saúde. Gostaria de informar que está sendo divulgado um curso de pós-graduação em dependência química, que se realizará na PUC Betim. Esse curso é importante para os profissionais de segurança, professores e representantes de entidades.

Boa tarde, Deputada Maria Tereza Lara, Presidente desta Mesa, na pessoa de quem cumprimento os demais integrantes da Mesa; Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública, idealizador deste fórum; cumprimento todos os presentes e todas as entidades coorganizadoras deste evento.

Para nós, da Associação dos Praças, Policiais e Bombeiros Militares, é extremamente gratificante participar deste fórum, trazendo a nossa contribuição e tendo a oportunidade do aprendizado, principalmente com a sociedade civil organizada, que muito tem contribuído e nos ensinado, quando provoca as mudanças necessárias para que as instituições policiais cumpram o seu papel de defender a cidadania. No nosso entendimento, a ditadura militar nos impôs o papel de defensores do Estado e a nossa transformação em defensores da cidadania.

Queremos dizer da nossa satisfação em vivenciar essa história com a perspectiva de contribuir um pouco para que a nossa organização, tanto do ponto de vista institucional quanto do ponto de vista dos trabalhadores, se adapte - e está adaptando-se, passando por profundas transformações e avanços - para continuar desempenhando o papel histórico de 236 anos de atendimento à sociedade. E, como foi ressaltado pelo Dr. Ricardo Ballesteros ontem, com a perspectiva de garantir o desenvolvimento econômico, a paz social e a governabilidade deste País.

Peço permissão ao Dr. Sarsur para me apropriar da sua fala, principalmente das suas considerações finais, porque essa é uma realidade que todos vivenciamos. Coube-nos fazer uma análise, talvez um breve relato, sobre as condições de vitimização a que são submetidos os trabalhadores da segurança pública como um todo. Por mais contraditório que seja, temos de nos inserir nesse contexto de segmento vulnerável. A nossa entidade de classe tem o orgulho de ter criado a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos dentro da Associação dos Praças, que é reconhecida por esta Casa, pela Câmara Federal e pelo Coned e que nos permitiu avançar e compreender a perspectiva de direitos humanos da sociedade como um todo e ao mesmo tempo nos legitimar para defender os direitos humanos, especialmente dos policiais e bombeiros militares, e os direitos de todos os trabalhadores da segurança pública.

Quanto à vitimização, não temos apenas um foco. Somos vitimizados pelos bandidos - permitam-me dizer assim -, que, em nome do lucro, não têm a mínima dificuldade de ceifar a vida de um policial. Na maioria das vezes, isso acontece quando o policial está enfraquecido e menos protegido, fora do seu horário de trabalho, na sua residência e não numa guarnição. Grande parte desses policiais foram assassinados fora do seu horário de serviço, mas, na maioria das vezes, agiram e reagiram como policiais militares, civis ou Agentes Penitenciários. No nosso entendimento, essa situação de vulnerabilidade, como já foi colocado aqui para os demais segmentos, é resultado da ausência do Estado para complementar o trabalho do policial. O policial militar, que está diariamente na rua, é tido pelos grupos criminosos como aquela pessoa que está mais próxima de interromper a sua atividade econômica. A ameaça é permanente. Percebemos que o policial vai convivendo com tal situação. No momento em que sua família também é atingida por essa ameaça, ele se desestrutura. Constatamos que a maioria dessas mortes foram cometidas por pessoas que haviam sido presas várias vezes pela Polícia Militar ou pela Polícia Civil. Entretanto, nesses casos, o Estado brasileiro não havia concluído sua participação, ou seja, encerrado a apuração do crime ou levado o réu a julgamento. Não me lembro, nesses quase 18 anos em que presto serviços à associação, de pessoas serem julgadas por assassinato de policiais. É uma grande irresponsabilidade do sistema, da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Poder Judiciário e do Ministério Público. Isso nos coloca na condição daqueles que devem ser eliminados para que as práticas dos bandidos não sejam interrompidas. Aqueles que mais perturbam os bandidos devem ser eliminados. A ausência do Estado, que tem a obrigação de complementar a ação do policial, responsável pela primeira autuação e prisão desses bandidos - faz isso diversas vezes com a mesma pessoa -, tem reforçado a visão de que é necessária a eliminação de quem interrompe lucros. O policial militar é o profissional que está mais próximo desse tipo de ação. Não somos vítimas apenas de ameaças feitas por bandidos - permitam-me usar tal expressão -, que estão dispostos a tudo para garantirem seus lucros. Somos vítimas também de discriminação por parte da sociedade. Ao longo do tempo, talvez em função do papel que nos foi dado pelo Estado, ou seja, defender o próprio Estado, e diante de um processo de criminalização da pobreza e de proteção do poder, a sociedade vem discriminando policiais. Eles são bons quando chegam, atuam e resolvem os problemas, mas não são vistos como integrantes de um segmento importante da sociedade.

Existe também a negativa de direitos. Não estou falando somente da situação dos policiais de Minas Gerais. Ao final da minha exposição, abordarei algumas ações que contribuíram muito na redução da "vitimização" desses profissionais. Embora o número de assassinatos de policiais militares, policiais civis, bombeiros militares e Agentes Penitenciários seja muito alto, está decrescendo. Acreditamos que algumas ações contribuíram para que isso acontecesse. De modo geral, em todo o Brasil são negados direitos a policiais e bombeiros. Falo com naturalidade maior sobre policiais militares. No Brasil, com exceção de Minas Gerais, a pena de prisão por faltas disciplinares impera e é o principal instrumento de controle interno utilizado pelas polícias. A prisão é a síntese, o regulamento disciplinar é um instrumento de controle interno humilhante e degradante para os policiais, que têm a responsabilidade de garantir cidadania às pessoas. Se o direito de cidadania de um policial não é respeitado, ele não terá consciência de que deve respeitar os direitos dos cidadãos.

O Dr. Sarsur abordou o tema "saúde". No caso da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, existe uma rede conveniada que, por comparação, é considerada muito boa, mas o conjunto da instituição enfrenta dificuldades com a administração de profissionais que são acometidos de doenças. O afastamento dessas pessoas é um grande problema. Creio que nos especializamos na administração de efetivos, mas, de alguma forma, não nos especializamos na administração de pessoas. Como ele colocou, caso se quebre uma perna, vemos o gesso e a muleta. Se dermos um chute na canela, a pessoa vai gritar. Na questão psicológica, não há como ter essa percepção. Para nós, leigos, é muito difícil entender e identificar se há um problema. No Estado, não é o caso somente das polícias, esse servidor não se afasta da instituição. Na iniciativa privada, ele se afasta, e o INSS cuida dele, do ponto de vista da remuneração e dos seus direitos. No Estado, ele continua fazendo parte do efetivo. Na maioria das vezes, ele é tratado como um lixo, como algo que perturba e que não deveria estar naquele lugar. Ele é um ser afastado, um ser improdutivo, ele não serve. O Estado de Minas Gerais demorou muito a reconhecer o direito mínimo desses policiais. Os bombeiros e os outros militares, em razão do serviço, tomam tiros, facadas, ficam com problemas psiquiátricos. Se mantinham capacidade laboral, ainda assim eram impedidos de fazer um curso, de ter uma promoção. Eles não passavam no exame de saúde, não podiam fazer um curso para a valorização na carreira. Nós, durante muitos anos, criamos um grande número de pessoas desmotivadas e improdutivas, porque são tratadas, quando da doença, como seres que não servem mais. Em 2005, conseguimos, por meio de uma lei aprovada na Assembleia, mudar a situação, permitindo que esses cidadãos - vítimas de um acidente ou de uma doença, que tivessem perdido parte de sua capacidade de produção - fossem promovidos, fizessem um curso, fossem valorizados. Isso é extremamente importante para reduzir o sentimento de ser um lixo que essas pessoas tinham, de algo que não servia, pois não tinham direito a ter uma promoção. Se a pessoa tivesse se machucado como Tenente-Coronel, não serviria para ser Coronel, não teria direito a uma progressão. Se ela tivesse se machucado como Coronel, serviria para ser Coronel. É uma incoerência. Essa discussão com a Assembleia e com a sociedade permitiu-nos caminhar.

Há outra vitimização, que é o assédio moral. E, dentro desse tema, voltamos a um projeto que está nesta Casa, buscando regularizar a atuação administrativa e disciplinar nos casos de assédio moral. É importante que caminhemos também nesse assunto. Temos de trabalhar essas questões, pois acontecem pela falta de financiamentos e pela politização das ações dos policiais. Na maioria das vezes, o limite da atuação não é a lei, mas quem praticou essas ações. Isso decorre de um financiamento precário feito pelo Estado, que impõe isso às prefeituras e à sociedade civil. Já temos como passar algumas informações sobre isso. De 1970 a 2006, 523 militares, entre policiais militares e civis, Agentes Penitenciários e bombeiros, foram assassinados em Minas Gerais. Em 2003, 41 policiais foram assassinados. De 2003 para cá, houve um decréscimo. Identificamos alguns fatores que têm contribuído para isso. Entre eles, a questão salarial, pois houve um aumento significativo em 2000. O Código de Ética também acabou com a pena de prisão e implantou outros direitos para os policiais. Tenho convicção de que isso melhorou também com o início de treinamento para os policiais, por meio de TPDs. Está aqui o Cel. Fábio, um dos idealizadores e coordenadores desse programa, que obriga os policiais a terem um treinamento padrão no Estado. E, por fim, a implantação do programa Lares Gerais. O Dr. Saporì é testemunha de que, em 2003, reivindicamos que o policial ameaçado tivesse amparo por parte do Estado, para que este garantisse sua vida.

Dessa discussão surgiu a proposta, e foram adquiridos 138 imóveis funcionais, onde estão os policiais vítimas de ameaça de morte. Para concluir, fazendo um esforço para avançarmos mais, está tramitando na Casa o Projeto de Lei nº 4.655, que propõe criar um programa de proteção aos policiais vítimas de ameaça de morte em razão do serviço. Essa questão é fundamental. O Deputado João Leite era Secretário de Estado quando recebemos um policial ameaçado e expulso de sua casa. Levamos o caso até ele, a fim de tentar uma ação do Estado para incluí-lo, por exemplo, num programa de proteção. Apesar de todo o esforço, ele não conseguiu atender ao pedido, porque a legislação não permite que o servidor público tenha direito a essa proteção. O esforço, então, é para que, por meio de uma lei específica, possamos criar um programa de proteção aos policiais, Agentes Penitenciários e bombeiros ameaçados de morte em razão do serviço. A proteção implica uma corresponsabilidade de quem está entrando no programa e também do Estado, com ações específicas do Ministério Público e atuação específica do Poder Judiciário, para que de fato reduzamos esse problema ao máximo. O juramento que fazemos de, mesmo com o sacrifício da vida, defender a sociedade tem de estar restrito às nossas ações policiais e não estendido às nossas famílias, que, em razão do trabalho dos policiais, ficam reféns dos bandidos na mesma proporção. O nosso juramento está mantido, mas na função constitucional de fazer polícia. Não podemos admitir que essa insegurança seja permanentemente estendida às famílias, por uma total ou irresponsável ausência do Estado em garantir condições efetivas de trabalho para esses profissionais.

Desculpem-me pelo tempo excedido. Eu ainda tinha algumas informações estatísticas. Trata-se de um levantamento feito pelo Ministério da Justiça, que subsidiou a Conferência Nacional de Segurança Pública, que traz dados interessantes e relevantes sobre a vitimização de policiais no Brasil, mas, infelizmente, o tempo acabou. Mais uma vez, muito obrigado.

A Sra. Presidente - Obrigada, Subten. Luiz Gonzaga. No final da sua fala, você se referiu à Conferência Nacional de Segurança. Sua presença no evento, entre outros representantes de Minas Gerais, foi importante. Naquele momento, a sociedade brasileira definiu que não se faria mais segurança pública sem a sociedade civil. Parabenizamos todas as entidades da sociedade civil aqui representadas, além dos profissionais de segurança, que, até agora, estão presentes e são importantíssimos para esse processo.

Esclarecimentos Sobre os Debates

A Sra. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia e ficha própria distribuída pelas recepcionistas. Esclarecemos que os interessados já encaminharam as suas inscrições e seus questionamentos durante o transcurso das intervenções. Informamos que também os telespectadores da TV Assembleia poderão participar dos debates. Para isso, basta que acessem o "site" da Assembleia, www.almg.gov.br, e preencham o formulário para o envio de perguntas ou que liguem para o telefone 08007092564.

Debates

A Sra. Presidente - Vamos passar agora aos debates. São várias perguntas escritas, e cada expositor poderá resumi-las. Se não for possível responder todas, poderão fazê-lo por "e-mail". Temos ainda seis inscritos para questionamento oral, a quem solicito que se restrinjam ao tempo de 2 minutos e sejam objetivos na pergunta, porque não será possível que sejam feitas maiores considerações. Agradeço desde já às pessoas que contribuíram para a elaboração deste fórum, às várias entidades e representantes de órgãos públicos. O Gustavo, da Secretaria Estadual de Juventude e Esportes, vai falar daqui a pouco. Estamos vendo também a Sandra, a Terezinha, a Kátia e os representantes do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres. A Cristina estava conosco e deve ter saído por alguns minutos. Vejo ainda representantes do Pronasci de Betim, o nosso amigo Ricardo Alexandre, e, na sua pessoa, agradeço aos representantes de outros Municípios. Com a palavra, o Sr. Cláudio, da Polícia Civil.

O Sr. Cláudio - Boa tarde. Minha pergunta é para o Dr. Saporì. Sou Investigador de Polícia da Homicídios há quase 20 anos e vi que, entre as medidas que o senhor citou como importantes ou que devem ser tomadas, está a incrementação de forças-tarefas. Dentro desse contexto, ouvimos falar sobre a integração das polícias e, também durante este encontro, ouvimos falas muito bonitas e profundas filosoficamente, sociologicamente, como a do Cel. Fábio. Queira Deus um dia tudo isso se traduza em realidade nas relações das polícias com a sociedade.

Dr. Flávio Saporì, considerando que o senhor já atuou no governo, como o senhor vê a realidade da segurança pública? É uma integração que não está ocorrendo. Por outro lado, paralelamente ao respeito aos direitos humanos e a todos esses direitos sagrados, temos de promover um combate real e efetivo às pessoas que estão fazendo do tráfico de drogas e de outras modalidades criminosas o seu negócio, que são pessoas que na maioria das vezes não usam drogas. Como o senhor acha que deve ser feita essa integração efetiva sem usurpação de função pública e, ao mesmo tempo, com um combate efetivo a esses agentes poderosos da criminalidade?

A Sra. Presidente - Antes de conceder a palavra ao Dr. Saporì para responder a pergunta, concederei ao Dr. Aloísio Andrade, que precisará retirar-se, por problemas familiares urgentes. Dr. Aloísio, desde já agradecemos a sua presença. V. Exa. muito tem contribuído, não só neste fórum técnico, mas também na nossa Comissão de Segurança. Esperamos continuar contando com sua brilhante contribuição.

O Sr. Aloísio Andrade de Freitas - São três perguntas distintas que se complementam. A Camila de Carvalho pergunta se seria a depressão que leva as pessoas a usar drogas. Camila, podemos dizer que são três fatores principais: a busca, a fuga e a influência externa. A busca acontece quando a pessoa tem um vazio existencial intensificado que gera um sentimento interno de angústia que pode transformar-se em depressão. Aí, ao buscar um processo de sentido para a vida, a pessoa pode vir a usar substâncias psicoativas. A fuga é quando a pessoa, não dando conta de enfrentar sua vida, muitas vezes por falta de condições básicas, por falta de condições mínimas, usa a droga como uma forma de anestesiamento. Por último, a influência externa, que é a pressão do grupo ou a influência de pessoas mais experientes, que trazem esse mau exemplo.

A outra pergunta é feita pelo Saulo Lacerda da Silva, que fala que de dentro de presídios, penitenciárias e cadeias os traficantes fazem os seus contatos através de telefone celular ou de algum agente da própria polícia. Saulo, toda instituição tem os seus precários, tem os seus inadequados. E hoje todos os órgãos têm a sua ouvidoria, que tem por função escutar esse tipo de denúncia ou de queixa e providenciar a apuração. Vou dar ao Saulo o telefone da Ouvidoria de Polícia do Estado: 08002839191. O "e-mail" é: faleconosco@ouvidoriageral.mg.gov.br.

Todos devem acionar as ouvidorias, pois são responsáveis pelos encaminhamentos. Aliás estamos discutindo no Conselho de Criminologia que a separação das Corregedorias do seu órgão de origem lhes dará mais autonomia.

Por último, uma indagação do Marco Aurélio de Almeida, de Lagamar, sobre investimento para a recuperação de dependentes químicos. Ele afirma que muitas vezes isso é utilizado como forma de manobra política e que muitas casas de recuperação estão fechando suas portas. Marco Aurélio, está sendo encaminhada ao Presidente da República proposta do Conselho Estadual e do Fórum Nacional de criação de contribuição social a ser retirada da venda de bebida alcoólica e de produtos de tabaco e destinada ao Fundo Nacional Antidrogas - Funad - e aos fundos estaduais. Para exemplificar, em 2008, ano em que os dados foram configurados, o lucro líquido da Ambev, produtora de cerveja e detentora de 65% do mercado brasileiro, foi de R\$19.600.000.000,00; no primeiro trimestre de 2009, o lucro aumentou 7,8%, ou seja, quase 8%. Essa contribuição social incidirá sobre a arrecadação das empresas produtoras de bebida alcoólica e de tabaco, isto é, não dirá respeito à população em geral, mas aos consumidores de bebida alcoólica ou de produtos de tabaco. Com a capitalização do Funad e o plano de ação de cada Estado, de cada Município, a situação poderá ser combatida. Vivemos basicamente - o Secretário Cloves pode detalhar isso um pouco mais - do leilão dos bens dos traficantes, após a sentença ser transitada em julgado, ou seja, anos depois, quando os bens, muitas vezes, estão

sucateados. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Obrigada, Dr. Aluísio. Queremos agradecer ao senhor a presença e a sua valiosa contribuição. Com a palavra, o Sr. Milton Henrique de Oliveira, representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, para apresentar a sua pergunta oral.

O Sr. Milton Henrique de Oliveira - Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento, por intermédio do nobre Deputado João Leite, todos os membros da Mesa. Queria ponderar algumas questões, mas não há tempo. Questiono a ausência dos policiais militares nas ruas. Digo da Polícia Militar, pois é mais fácil de ser identificada. Moro em uma cidade com 220 habitantes e raramente, à noite, vemos a polícia nas ruas. O meu irmão, que é garçom e mora num bairro de periferia, diz que conta com a proteção de Deus quando retorna a sua casa, à noite. Não há policial em lugar algum, como antes. Por quê? Eles estão recuando? Trata-se de estratégia? Acredito que isso não seja o melhor para a população. Como sou deficiente visual, vocês podem imaginar o que passo. Também sou hipertenso; aposentei-me, mas faço há 25 anos faço um trabalho social. Almocei ontem às 20 horas, em Contagem, pois fiquei com medo de me expor nos arredores desta Assembleia. Quando fui para a casa da minha irmã, presenciei um movimento na praça da Cemig, por causa de um assalto. Coincidentemente, o assalto envolveu o sobrinho da minha irmã, que teve sua moto foi roubada. Quero fazer outra pergunta: se no Rio de Janeiro foi confirmado que o policiamento pacificador deu certo, por que em Minas Gerais não se realiza trabalho semelhante nas áreas de maior risco, nas favelas e até mesmo nos pontos mais críticos do interior?

Sobre a questão do uso do álcool, uma droga lícita, a partir do Código de Trânsito foi criado o uso do bafômetro. Nas regiões de bares, principalmente na minha cidade, não estão usando o bafômetro. Por quê? O seu uso não está previsto? Não tinham de estar fazendo isso? Será que essas ações são antipolíticas, ou seja, o uso do bafômetro nas regiões dos bares? Vemos as pessoas beberem, saírem embriagadas e provocarem acidentes. Dirijo uma instituição com mais de 6 mil filiados, sou voluntário há 19 anos e conheço vítimas do trânsito, principalmente relacionadas à questão do alcoolismo. São muitos os que possuem sequelas por causa dessa questão. Então penso que podíamos copiar o que deu certo, por exemplo, em outros Estados e implantar isso em Minas Gerais, porque realmente estamos abandonados na questão da segurança. Obrigado.

A Sra. Presidente - Obrigada, Sr. Milton. Passo a palavra à Rosimeire, da Associação Mineira de Comunidades Terapêuticas e Instituições Afins. Quero dizer à Rosimeire que a Comissão de Segurança Pública, cujo Presidente é o Deputado João Leite, quer efetivamente apoiar as comunidades terapêuticas e fazer uma ampla discussão. Se ainda existe alguma entidade ou alguns profissionais de saúde que desejam fazer uma integração, queremos propiciar espaço para essa discussão, pois pensamos ser extremamente importante o papel das comunidades terapêuticas. Estas devem receber apoio de técnicos e recursos, porque são vocacionadas e dão a vida por esse trabalho. Também, é lógico, respeitamos os trabalhos dos Caps, que têm seu papel, mas sozinhos não resolverão, de forma alguma, os problemas. Contudo eles podem e devem dar a sua contribuição. Assim, de público, queremos falar do nosso compromisso. Estejam conosco, continuem lá e cobrem da nossa Comissão o efetivo papel de apoio às comunidades terapêuticas, que conhecemos e nas quais acreditamos. Pode haver algumas dificuldades e alguns desvios, mas estes são exceções. De modo geral, devemos reconhecer, no Brasil e em Minas Gerais, o importante papel das comunidades terapêuticas. Então, com a palavra, a Rosimeire.

A Sra. Rosimeire Marques - Na realidade, Deputada, agradecemos sua consideração e compartilhamos dessa posição. Não queremos fazer um questionamento, porém uma observação. Participaremos do debate no grupo temático, mas queremos aqui fazer a defesa para que as políticas antidrogas estejam afinadas a todas as políticas intersetoriais, uma vez que existe a necessidade de uma correlação com as políticas de educação, saúde e esporte. Não concordamos com a posição do Dr. Saporì de estarmos ligados à Secretaria de Defesa Social, uma vez que o seu perfil está mais afeto à questão da criminalidade e da própria segurança. Entendemos que as comunidades e o trabalho da política antidroga estão mais relacionados às políticas de assistência e saúde. Então precisamos fortalecer esse órgão para que haja uma intersetorialidade maior entre as políticas.

A Sra. Presidente - Obrigada, Rosimeire. Com a palavra, o Sr. Gustavo Henrique, representante da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude, que, como já disse, participou efetivamente de todo o processo de construção deste Fórum. Sua palavra será em relação ao Dr. José Gregori, que está representado pela Secretária Executiva da Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo, Sra. Célia Cristina Whitaker.

O Sr. Gustavo Henrique Neves Machado - Boa tarde, Deputada Maria Tereza Lara e meu amigo Cloves Benevides, de muitos anos, na pessoa de quem cumprimento toda a Mesa. Senhoras e senhores, minha pergunta é muito simples e sintética. Ouvi o Dr. Gregori falando de direitos humanos, questão que me toca muito. Acompanho o seu trabalho. Sou militante dos direitos humanos desde o tempo da Dra. Helena Grecco, uma grande militante nessa área. Gosto de trabalhar nesse segmento e procuro entendê-lo bem. Convivemos com pessoas nas ruas e, infelizmente, percebemos que em Belo Horizonte se criou um estigma ruim em torno desse tema. Ressalto que os Deputados João Leite, Maria Tereza Lara e Durval Ângelo e vários outros parlamentares são grandes defensores desses direitos. Ouvi algumas pessoas esclarecidas, com formação superior, dizendo que os direitos humanos existem apenas para favorecer bandidos em vez de ajudar pessoas de bem. Particularmente, sou radicalmente contrário a esse posicionamento, pois os direitos humanos precedem qualquer política pública existente. Então, Dra. Célia, pediria que a senhora nos dissesse como quebrar esse paradigma e informar à sociedade que os direitos humanos não existem apenas para defender pessoas em conflito com a lei. Certamente, existem questões penitenciárias, de pessoas apreendidas, de drogas, mas não é só isso. Como poderemos quebrar esse paradigma e orientar a sociedade para os direitos humanos verdadeiros, que favorecem todos os setores da sociedade? Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Com a palavra, a Sra. Teresinha Oliveira da Rocha, do CVI, que esteve junto da Kátia o tempo todo. Ela quer pedir um esclarecimento a respeito da Lei Maria da Penha.

A Sra. Teresinha Oliveira da Rocha - Obrigada, sou Teresinha, do Movimento de Pessoas com Deficiência e também de todos os movimentos populares, que são interesse de todos nós, cidadãos brasileiros. Parabeno a Mesa pela organização deste evento, que vimos acompanhando há alguns meses. Todos conhecem a minha preocupação quanto à aplicação da Lei Maria da Penha. Não é possível esse direito ser de todos, em nível mundial? O que poderemos fazer para não haver uma diferenciação? Para mim, ser humano e cidadão são iguais, indiferentemente de raça, situação financeira etc. Agora, porém, vimos uma diferença, que não sabemos se é verdade, pois ouvimos pela imprensa a questão do direito negado àquela moça, a ex-esposa do Bruno, que está sumida até hoje. Queremos saber o que fazer. Até hoje não vimos o corpo. O caso está sendo julgado. Queremos esse esclarecimento. Além disso, queremos garantir os direitos aos grupos. Queremos também recursos para os trabalhadores da polícia e da área da saúde. É preciso conseguirmos que a saúde seja uma grande parceira, principalmente na área psiquiátrica, de que precisamos muito. Parabéns a todos.

A Sra. Presidente - Obrigada, Teresinha. Antes de passar a palavra aos membros da Mesa, queria registrar a presença do Sr. Lincoln, que participou de todo o processo. Ele é do Consep Hipercentro de Belo Horizonte, e, em sua pessoa, quero parabenizar todos os outros Conseps, que são extremamente importantes como espaços para a sociedade civil discutir segurança pública. Temos contado com uma participação efetiva deles em todas as reuniões a que temos ido com a Comissão de Segurança Pública.

Passo a palavra agora para as considerações finais e para resposta às perguntas pelo prazo máximo de 5 minutos. Se não der para responder a todas as perguntas, pedimos ao expositor que as faça depois através de "e-mail". Não será mais possível conceder a palavra para considerações orais porque já passou o prazo, pois às 14 horas abriremos a reunião ordinária. Se alguém ainda quiser fazer alguma pergunta, poderá fazê-la por escrito para ser respondida por "e-mail". Amanhã teremos um debate, e as pessoas que não conseguiram falar hoje poderão inscrever-se para amanhã. Passo a palavra ao Dr. Cloves Eduardo Benevides, Subsecretário de Políticas Antidrogas da Secretaria de Esportes e

da Juventude, para resposta às perguntas a ele destinadas e para suas considerações finais. Desde já agradeço muito sua presença sempre efetiva na Comissão de Segurança Pública e neste fórum. Muito obrigada, Dr. Cloves, por sua valiosa contribuição. A palavra está com o senhor.

O Subsecretário Cloves Eduardo Benevides - Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara, Deputado João Leite, toda a Comissão, pela participação aguerrida de todos já com o adiantado da hora. Tenho aqui algumas questões. Primeiro a Virgínia Menezes, que não considera a pena alternativa que penaliza o indivíduo com a entrega de cestas básicas como algo efetivo; em seguida, a Elaine Santos pergunta acerca do trabalho para implantação dos Caps I; outra pergunta, de Isabela de Miranda, que diz: "Como a comunidade pode ter acesso às ações de prevenção e tratamento de dependentes, haja vista que os usuários buscam a internação e há inexistência de serviços?". Vou responder a essas três perguntas agora e todas as outras serão respondidas por "e-mail". Faço esse compromisso.

Primeiro, a própria Secretaria de Defesa Social tem entendido que as penas alternativas são uma série de possibilidades, e não apenas a destinação de cestas básicas. Aliás os grupos reflexivos nasceram dessa articulação, em especial no campo das drogas, conosco e com o Judiciário, com o objetivo de oferecer melhores oportunidades para que a reversão daquele caso pudesse acontecer a partir de um melhor atendimento, a partir de uma reflexão mais aprofundada. Concordo contigo. Não apenas a cesta básica ou a pena pecuniária, mas uma possibilidade de várias outras medidas pode surtir efeito.

Implantação dos Caps I. É um equipamento necessário e importante, mas é preciso dizer que tantos os Caps-AD, os Caps Gerais ou o Caps I demandam uma articulação do Município. Os Municípios precisam participar mais ativamente dessa discussão. Como disse, são múltiplas as possibilidades, mas também múltiplas necessidades. Então, os conselhos municipais devem trabalhar junto aos Municípios para que haja a criação desse serviço. O Caps I é um dispositivo importante, daí a necessidade de uma articulação com o Município, como também é o Caps-AD e todos os elementos que podem ser combinados nesse sentido.

A última pergunta é a questão da dificuldade do acesso. Dificuldade do acesso nesse tipo de atendimento, sobretudo no viés especializado, é significativo não em Minas, mas em todo o Brasil; não em Belo Horizonte, mas em todos os Municípios. Temos tentado dizer que a melhor prática é a entrada no SUS. Se há uma invenção positiva no Brasil, é o elemento SUS. Às vezes, em um caso de crise, temos o Samu, o pronto atendimento, ou, em um caso regular, em uma questão associada ao padrão de uso de drogas daquele indivíduo ou na orientação básica do posto de saúde, essa é uma porta de entrada, além de múltiplas outras possibilidades existentes. Uma dinâmica que também precisa ficar clara é que, às vezes, a pessoa ou a família buscam a internação como única solução para aquele problema, mas em muitos casos não é a medida mais positiva a ser ofertada àquele indivíduo. Há grupos de ajuda mútua, como Al-Anon, Amor Exigente, Pastoral da Sobriedade, bem como uma série de outras iniciativas, como serviço público de saúde, equipes de orientação dos Cras, equipes de orientação dos Creas. Então, várias são as possibilidades de atendimento nessa área, que devem ser buscadas. No mais, agradeço à Deputada Maria Tereza Lara, ao Deputado João Leite e a todos os participantes. Gostaria de falar da nossa felicidade em contribuir e do nosso entendimento de que, para uma política ser efetiva, é necessário esse movimento de legitimação a partir da relação com a sociedade civil organizada, com os movimentos aqui representados, com especialistas e gestores. Gostaria ainda de falar da felicidade de ver aqui o Cap. Ferraz, Coordenador Operacional do Proerd de Minas Gerais, um programa que, de fato, tem atendido também pais e adolescentes. Quero ainda dizer que é necessário cada vez mais uma articulação com esse tipo de intervenção, porque ele é muito positivo. Obrigado, boa tarde, foi um prazer estar com vocês.

A Sra. Presidente - Muito obrigada, Dr. Cloves. Creio que esse Fórum só reforça o grande desafio que é o combate à droga no Brasil e em Minas Gerais, mostra a contribuição e a responsabilidade das três esferas de poder - federal, estadual e municipal -, assim como da sociedade civil nessa guerra, que, com certeza, acreditamos que seremos vitoriosos contra essa situação dramática, mundial, que é o combate à droga e à violência. Mais uma vez agradecemos a presença de V. Exa.

Com a palavra, o Prof. Luís Flávio Sapori, para responder as questões a ele formuladas e tecer suas considerações.

O Sr. Luís Flávio Sapori - Informo que dividi as perguntas em bloco. O primeiro diz respeito ao enfrentamento ao "Crack" do ponto de vista da saúde pública. Creio que o Dr. Cloves Benevides, assim como o Sr. Ronaldo Laranjeiras já chamaram a atenção, e concordo plenamente com eles. A estratégia tem de ser atendimento ambulatorial, Caps AD e, em alguns casos, a internação. Embora em alguns momentos ela possa ser voluntária, não devemos abrir mão da ideia de internação compulsória, se, no meu ponto de vista, envolve a condição de clínica. A experiência de São Paulo parece-me referencial, creio que Minas Gerais poderia seguir esse caminho. Também parcerias, convênios exaustivos com as comunidades terapêuticas devem compor essa rede estadual de atendimento ao dependente ao "crack". Creio ser esse o caminho, não há mistério e isso pode dar certo, dar bom resultados. Como alguns perguntaram, em relação à ideia de campanha de prevenção ao "crack", como a pergunta do Sr. Ricardo Ribeiro, creio que tem de atender ao dependente, ao usuário, à família, mas tem de prevenir, evitar o surgimento de novos usuários. Devem-se fazer campanhas exaustivas nos meios de comunicação, principalmente nas escolas públicas e particulares, que são fundamentais. Certamente o Proerd já incorporou isso, mas entendo que o processo deve ser mais massificado, como uma grande campanha nacional nos próximos meses, nos próximos anos, contra o "crack". Isso deve envolver muito dinheiro e muita disposição.

Quanto às perguntas referentes à repressão ao "Crack", o José Paulino, por exemplo, do Sindicato dos Delegados, pergunta como vamos fazer essa repressão se temos de considerar os pequenos distribuidores, os varejistas da droga. José Paulino, entendemos que não há como evitar a repressão ao pequeno varejista que se encontra nas favelas, na periferia, mas focar nele certamente é um engano. Sei que o Departamento de Tóxico e Entorpecente de Minas não está fazendo isso, e sim focando no atacado, com outra diretriz, que me parece absolutamente correta, mas volto a defender: o "crack" merece atenção especial, apesar de ele ter conexões com a cocaína em pó. Parece-me premente, fundamental uma força-tarefa estadual com as duas polícias e com o Ministério Público, e com foco muito claro de desmontar, em boa medida, o atacado e os laboratórios clandestinos. Parece-me esse o caminho mais relevante.

Cláudio, Investigador da Polícia Civil, concordo que isso envolve integração, não tenha dúvida. Sou um pouco mais otimista do que você na análise da integração das polícias em Minas. Creio que ele avançou muito mais do que imaginamos. Se formos comparar 2010, na linha de frente, com o que havia há 10 anos, ou seja, se compararmos 2000 com 2010, veremos que mudou demais. Há muitos percalços e problemas. O maior problema da integração ainda reside na baixa autoestima da Polícia Civil e na pouca atenção que tem sido dada a essa polícia em Minas Gerais. A Polícia Civil precisa de um tratamento diferenciado. Esta é a sugestão que faria ao próximo Governador: trate a Polícia Civil com mais carinho, senão teremos problemas no futuro.

Acredito que respondi todas as perguntas. Há perguntas isoladas. O Alan, meu ex-aluno, que está ali, me fez uma pergunta sobre a cracolândia, que é um problema complicado. Alan, você sabe muito bem que a situação é complicada, mas as Prefeituras têm de assumir essa tarefa. A cracolândia significa ação de polícia, mas também significa ação da área da saúde e da assistência social. Isso deu certo na experiência em Belo Horizonte e em São Paulo, cuja Prefeitura tem realizado um belíssimo trabalho na cracolândia do Centro. Tenho acompanhado isso de perto.

Rosimeire, não concordo, mas respeito o seu argumento. Não acredito que valha a pena criar mais uma secretaria. Tenho dúvidas quanto a isso, pois muitas secretarias se perdem e acabam perdendo orçamento e poder político. A defesa social em Minas é absolutamente articulada e intersetorial. É muito difícil fazer a intersetorialidade. Esse negócio de Secretário de Segurança conversar com Secretários de Saúde e Educação é complicado, pois, depois que é realizada uma reunião com o Governador, todo mundo esquece. Essas coisas não funcionam. Por isso, prefiro uma Secretaria Antidrogas, uma grande secretaria de integração e repressão às drogas. E a Defesa Social está preparada para isso. Obrigado. Até a próxima.

A Sra. Presidente - Obrigada, Dr. Luís Sapori, que dedicou o seu tempo, por toda manhã e agora à tarde, para colaborar conosco, juntamente com os outros ilustres expositores. Mesmo saindo do governo, continua com o seu compromisso. É importante que todos nós continuemos juntos nessa árdua luta, para construirmos a cultura da paz. Trata-se de um projeto que vai muito além de qualquer disputa partidária. É um projeto de País, de Estado e de Municípios com qualidade de vida. Isso nos une. Com a palavra, a Dra. Célia Cristina Whitaker, para responder os questionamentos e para as suas considerações finais.

A Sra. Célia Cristina Whitaker - Gostaria de agradecer a presença e de pedir desculpas, pois o Gregori teve de se retirar para um encontro. Além da grande surpresa que me causou este debate, gostaria de falar um pouco em nome do Conselho de Direitos Humanos. Viemos de São Paulo, de uma comissão que possui um balcão de atendimento, onde acolhemos e exercemos realmente os direitos humanos. Realmente você tem razão quando diz que a grande imprensa e a maioria das pessoas dizem que os direitos humanos são bons para os bandidos. E ainda dizem que bandido bom é bandido morto. Em São Paulo, temos trabalhado muito com as agendas positivas dos direitos humanos, fazendo questão de mostrar como se faz para ser um verdadeiro cidadão e para que as políticas públicas possam ser articuladas nesse viés. Isso é uma luta, e todos estamos discutindo possibilidades para um melhor Estado Democrático e para uma democracia que chegue mais perto de nós. Quando ouvimos falar das Polícias Militar e Civil - e vimos tantos guardas metropolitanos -, percebemos que há um esforço para conseguir o que os direitos humanos desejam, ou seja, trabalhar de acordo com a sua universalidade e indivisibilidade. Há um pouco de cada cidadão e de cada esforço pessoal para se fazer essa agenda comum. Em São Paulo temos trabalhado nessa perspectiva, e o Dr. Sapori deu dois ou três exemplos disso. Mesmo na comissão, que hoje é denominada Secretaria Especial de Direitos Humanos, trabalhamos com esse foco, na promoção e no fomento dos direitos humanos. Muito obrigada.

A Sra. Presidente - Obrigada pela contribuição num tema extremamente importante para todos os que são ligados à temática dos direitos humanos.

Com a palavra, o Cel. Fábio Manhães, para responder aos questionamentos e fazer as suas considerações finais.

O Cel. Fábio Manhães Xavier - Muito obrigado. Serei bastante objetivo. Estamos com alguns questionamentos específicos relacionados à polícia ostensiva, de manutenção da ordem pública. A Polícia Militar, por excelência, desenvolve essa atividade.

Responderei à pergunta relacionada à polícia pacificadora do Rio de Janeiro e a possibilidade de implementação aqui em Minas Gerais dessa ideia. Cumprimentamos a iniciativa da Polícia Militar do Rio de Janeiro com essa atividade vitoriosa num ambiente extremamente complexo, que reconhecemos ser a situação da segurança pública naquele Estado. As nossas realidades são, de maneira geral, diferenciadas. Há mais de seis anos temos o Grupo Especial de Policiamento em Área de Risco - Gepar -, que trabalha com uma metodologia, de certa forma, semelhante à das polícias pacificadoras, com alguns ingredientes mais adequados à realidade específica de Minas Gerais e dos nossos aglomerados urbanos, onde vive uma população com uma condição de risco social mais elevado.

Esses grupamentos chamados Gepar têm a ação dividida num tríplex apoio: a repressão qualificada, a ação social dirigida a essa população voltada para a inteligência policial e a prevenção ativa. Essa fórmula tem dado um resultado bastante efetivo, com a expansão desses grupos de policiamento especializados em outras áreas de risco.

A questão da presença dos policiais nas ruas é um dilema antigo. Temos uma realidade de uma cidade de 2.500.000 de habitantes, em Belo Horizonte, e, na região metropolitana, superando a barreira dos 5 milhões de habitantes. Temos um efetivo hoje de 48 mil policiais para Minas Gerais inteira, incluindo os 853 Municípios e seus respectivos Distritos. São mais de 200 estabelecimentos. Temos um investimento seguro do governo do Estado na recomposição desse efetivo, mas é preciso que todos os senhores saibam que hoje a PMMG tem uma evasão mensal em torno de 80 a 100 policiais. Quer dizer que, ao final de um ano, temos aproximadamente 1.200 policiais a menos por saídas diversas. Acabamos de entregar, agora, dia 30 de julho, 1.400 novos policiais para a região metropolitana. Estamos com mais 1.160 para o interior do Estado. Existe, então, esse esforço de recomposição. Seria ilusório transmitir a ideia de termos um policial em cada esquina ou que os senhores, a qualquer hora ou a qualquer momento em que estiverem transitando, verão um policial ostensivo. A nossa alocação de efetivo responde a critérios técnicos de horário, incidência criminal, onde teremos mais ou menos concentração de efetivo e a qualificação desse pessoal, principalmente no que se refere ao policiamento a pé, esse que é visível, acessível, direto. O policiamento motorizado também atende a esses critérios de horários e incidência criminal.

Com referência a duas perguntas muito práticas do colega da Polícia Civil, no que diz respeito ao que é o discurso e ao que é a prática, o que expus aos senhores, com muita sinceridade, com muita humildade e com muita transparência, é o que estamos efetivamente trabalhando. A relação entre a polícia e a comunidade precisa ser dessa forma. O que temos de questionar é o porquê de ela ser diferente e qual é a nossa parcela de contribuição, como policiais, para fazer essa diferença.

Levo uma mensagem idealista e otimista. Como o colega da Polícia Civil assim também se manifestou, acredito que seja dessa linha, podemos fazer a diferença. O que cabe a nós, policiais, fazermos precisamos fazer. Essas seriam políticas públicas da instituição PMMG bastante efetivas.

Assim, respondi, de forma bastante sintética, as perguntas que me foram encaminhadas. Agradeço a atenção dada a nossa instituição. Muito obrigado. Boa tarde.

A Sra. Presidente - Queremos agradecer ao Cel. Manhães, aos representantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e dos Guardas-Municipais. Tenho reafirmado que, em todo o Estado de Minas Gerais, por onde a Comissão passou, as polícias e os profissionais de segurança estiveram sempre presentes. Isso é importante como uma contribuição. É lógico que não pode ser a única. Precisamos da contribuição da sociedade civil, da contribuição das três esferas de poder nas decisões. Vocês, como profissionais, são fundamentais para o trabalho da segurança pública.

Com a palavra, a Delegada Olívia de Fátima Braga Melo, para suas considerações finais.

A Delegada Olívia de Fátima Braga Melo - Terezinha, não entendi a sua pergunta. Ela foi dirigida a mim? A Terezinha é minha companheira e amiga de comissão técnica do fórum. Não entendi a sua pergunta. Estou sendo sincera. Você citou o caso do Bruno. Depois eu posso te esclarecer, em razão do adiantado da hora, porque teremos oportunidade de estar aqui à tarde, nos grupos de trabalho.

O caso do Bruno foi investigado pela Homicídios, uma delegacia extremamente competente e que fez um trabalho maravilhoso. Não tive acesso aos autos e não vi nenhum tratamento diferenciado em relação a ele e aos demais envolvidos. O inquérito policial foi encaminhado a Contagem, onde será julgado pela Justiça daquela Comarca. A Lei Maria da Penha sendo aplicada ou não no caso, não entendi. Depois podemos esclarecer isso.

Quero parabenizar esta egrégia Casa pela iniciativa deste fórum. Parabenizo principalmente a Comissão de Segurança Pública e a Comissão de Direitos Humanos. Tivemos a oportunidade de discutir pontos muito importantes. O momento atual da segurança pública, não somente em Minas mas em todo o Brasil, merece toda a atenção, porque é muito crítico. Há grandes ações e movimentações sendo realizadas para combater a criminalidade e o crime organizado. Sabemos que muita coisa precisa ser feita. Este momento é importante, hoje haverá várias

discussões. Muitas já foram feitas, e amanhã votaremos as propostas. Que Deus ilumine aqueles que têm direito a voto, para que votem nas propostas que realmente têm possibilidade de um dia serem efetivadas no combate à criminalidade. Muito obrigada.

A Sra. Presidente - Obrigada, Olívia. Como disse, você está representando aqui a mulher mineira nessa Mesa de debates. Para nós, é importante que ela seja representada em todos os assuntos que dizem respeito a nossa sociedade. Agradecemos a sua contribuição. Com a palavra o Sr. Jorge Sarsur Neto, para suas considerações finais.

O Sr. Jorge Sarsur Neto - Quero agradecer a oportunidade de ter participado deste fórum, uma demonstração de democracia. Houve um crescimento individual e institucional para cada um de nós que participamos. Parabênzo a Mesa, a Comissão de Segurança Pública, por meio de seus representantes, a Deputada Maria Tereza Lara e o Deputado João Leite. Desejo que esses trabalhos continuem sendo produtivos e brilhantes, como foram até o momento. Muito obrigado a todos.

A Sra. Presidente - Obrigada, Dr. Jorge. O senhor esteve presente nesta Mesa e durante a preparação deste fórum, como outros expositores e debatedores, que também contribuíram para a organização dele.

Com a palavra, o Subten. Luiz Gonzaga Ribeiro, para suas considerações finais, representando aqui sua categoria e a organização desses trabalhadores tão importantes para a segurança pública de Minas Gerais e do País.

O Subten. Luiz Gonzaga Ribeiro - Há uma pergunta dirigida a mim, muito embora seja relativa às Polícias Civil ou Militar, e é da Associação dos Profissionais do Sexo de Belo Horizonte: "Qual é a proposta de mudança do tráfico na zona boêmia de Belo Horizonte, que a cada dia cresce mais?".

Entendi a pergunta como tráfico de drogas. É isso? A polícia naturalmente não tem projeto de mudança de local de tráfico, a proposta é de combate e eliminação de qualquer ponto de tráfico. Em qualquer realidade mineira e brasileira, a zona boêmia, pela atividade desenvolvida, é sempre um espaço de preocupação das polícias na prevenção e possível repressão a qualquer tipo de crime, inclusive, ao tráfico. Com certeza há planejamento específico da polícia, no caso específico da 6ª Cia. do 1º Batalhão, para atuação permanente, não de mudança de local, mas de combate efetivo.

Em nome dos trabalhadores da segurança pública de Minas Gerais, agradeço a deferência e a oportunidade de estar aqui falando em nome de todos e da associação específica. Mais uma vez, agradeço a oportunidade de nossa manifestação e do aprendizado com todos aqui. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Muito obrigada, Subten. Luiz Gonzaga, presente não só agora, mas na organização do fórum junto à Comissão de Segurança Pública, sempre defendendo os trabalhadores de segurança pública, seus direitos, reivindicando, fortalecendo e incentivando aqueles que têm contribuído para a segurança pública em nosso Estado.

Mais uma vez, agradeço a presença das ilustres expositoras e dos ilustres expositores, dos representantes de entidades, da assessoria desta Casa e da Comissão de Segurança Pública, do Presidente, Deputado João Leite. É um momento ímpar podermos fazer com que as três esferas do poder - federal, estadual e municipal - e a sociedade civil não só expressem sua opinião, mas também se comprometam cada vez mais com os encaminhamentos votados neste fórum, para continuarmos cobrando dos órgãos públicos, do próprio Legislativo, do Executivo, das entidades e da sociedade civil, e para dar nossa contribuição. Quando contribuímos, temos mais direito de cobrar posições firmes e claras, porque é um grande desafio. Durante todos os encontros regionais da Comissão de Segurança Pública, comprovou-se a gravidade da situação, não apenas estadual e nacional, como também mundial. Não podemos descer a qualquer tipo de disputa político-partidária relativamente a um tema tão grave, tão importante. Todos somos convocados. Quem não responder será omissor. Convocamos todos a participar, cada um em sua função, para que nossa sociedade se torne de fato livre da violência, a fim de construirmos uma cultura da paz. Muito obrigada. Que Deus abençoe nosso trabalho, nossa luta, para que dê muitos frutos, preservando inúmeras vidas, sobretudo da nossa juventude e das crianças, que sofrem as consequências deste problema perverso da nossa sociedade que é o tráfico de drogas, que é a violência. Muito maior do que o problema é nossa esperança, porque a sociedade está-se rebelando, está dando sua contribuição. A maior prova disso é esta Mesa e os demais participantes, todos presentes desde as 9 horas da manhã. Foram inúmeras reuniões das comissões técnicas, muitos debates. Todos os que participaram sabem de sua responsabilidade. Muito maior do que o problema certamente é o compromisso que tem demonstrado nossa população mineira, as lideranças, com esse problema tão grave. Vamos continuar unidos em torno desse objetivo comum que é a construção de uma sociedade, de uma cultura de paz.

Encerramento

A Sra. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 26ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/8/2010

Presidência do Deputado João Leite e da Deputada Maria Tereza Lara

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Destinação da reunião - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Suspensão e reabertura da reunião - Composição da Mesa - Apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho - Apresentação das propostas e dos pedidos de destaque - Votação do documento final, salvo destaques; aprovação - Apreciação dos destaques - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Carlos Gomes - Gustavo Valadares - João Leite - Maria Tereza Lara.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Às 9h9min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Atas

- O Deputado Gustavo Valadares, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do fórum técnico "Segurança pública: drogas, criminalidade e violência", em sua plenária final, com a apresentação, discussão, votação, aprovação e priorização das propostas por tema e a eleição da Comissão de Representação.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente - A Presidência informa aos participantes que esta plenária terá a seguinte dinâmica: leitura pelos participantes do documento de propostas dos grupos de trabalho; apresentação pelos coordenadores dos relatórios dos grupos de trabalho; leitura pela Mesa das propostas do documento; apresentação dos pedidos de destaque. A Presidência vai anunciar o número de cada proposta e a Mesa receberá, proposta por proposta, os pedidos de destaque, os quais deverão ser feitos oralmente, através dos microfones do Plenário. Os destaques podem ser feitos para suprimir ou modificar. A fim de agilizar os trabalhos, a Presidência solicita aos participantes que as alterações propostas sejam substanciais, de conteúdo, evitando-se mudanças pouco significativas. Aprovado o relatório, salvo destaques, será concedida a palavra por até 2 minutos aos participantes para a apresentação dos destaques, alternando-se um favorável e outro contrário à proposição, se houver divergência. Iniciado o regime de votação, não será permitida apresentação de questões de ordem. Votação das novas propostas e moções, se houver, desde que sejam formalizadas por escrito e subscritas por, no mínimo, 30% dos votantes presentes (§ 3º, inciso X, do art. 17 do Regulamento). Esgotados os destaques e a votação das novas propostas, serão priorizadas até 5 propostas por tema (grupo de trabalho), levando-se em consideração as propostas discutidas e aprovadas (§ 6º, inciso X, do art. 17 do Regulamento).

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 35 minutos, para que os votantes façam a leitura da proposta do Documento Final. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Maj. Márcio Ronaldo de Assis, da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais, e Rodrigo Pascoal Ulhoa Cintra, da Polícia Civil de Minas Gerais, respectivamente coordenador e relator do Grupo 1 – Crime organizado, tráfico de drogas e os desafios às políticas de segurança pública; Frederico Garcia Guimarães, do Núcleo Jurídico de Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; e a Exma. Sra. Dilma Abreu Rocha, do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, respectivamente coordenador e relatora do Grupo 2 – Estratégias de prevenção à criminalidade e ao uso de drogas e sua intersectorialidade com as políticas sociais; as Exmas. Sras. Rosimeire Marques, da Associação Mineira de Comunidades Terapêuticas e Instituições Afins, e Fernanda Pinto Araújo, da Comunidade Reviver – Jaboticatubas, respectivamente coordenadora e relatora do Grupo 3 – Drogas: tratamento e reinserção do dependente químico; Sandra Mara Albuquerque Bossio, do Centro pela Mobilização Nacional, e Kátia Ferraz Ferreira, do Centro de Vida Independente de Belo Horizonte, coordenadoras do Grupo 4 – Direitos fundamentais, grupos vulneráveis e violências; e a Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa.

Apresentação dos Relatórios dos Grupos de Trabalho

O Sr. Presidente - Neste momento, farão uso da palavra os coordenadores de grupos de trabalho, para apresentação do relatório de atividades. Cada um disporá de até 5 minutos para sua intervenção.

O Maj. Márcio Ronaldo de Assis - Na pessoa do Exmo. Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública, cumprimento os demais parlamentares, aproveitando para parabenizá-lo pela iniciativa de realizar este fórum, que discute um tema que merece atenção especial de todos os governantes de todas as esferas e também da sociedade civil. Cumprimento os colegas coordenadores de grupos de trabalho e demais membros da Mesa e, com especial carinho, a plateia deste plenário. O nosso cordial bom-dia a todos.

Ontem, o Grupo 1 teve grandes desafios. Primeiro, porque o tema principal é muito complexo, desafiante, e merece muito mais tempo e empenho nas discussões. Atréados a ele, havia nove subtemas, cada um mais complexo do que o outro, o que foi outro desafio. Tivemos praticamente 10 questões grandiosas para avaliar. Inicialmente, o grupo conseguiu desenvolver 17 propostas. Surpreendeu-nos o volume de propostas pertinentes ao grupo de trabalho que foram oriundas de audiências públicas realizadas no interior do Estado. Chegaram 55 para apreciação, conforme o regulamento estabelecido pelo Fórum, incluindo o tempo para a apresentação de destaques. Para cada proposta, houve 4, 5 ou 6 pessoas inscritas para discutir. Como o assunto é complexo, tivemos mais 17 propostas feitas pelo grupo. Iniciamos os trabalhos por volta de 16 horas e terminamos às 23h30min. Tivemos muito trabalho, mas é muito satisfatório constatar a participação e o empenho de todos. Conduzimos os trabalhos de maneira independente e democrática, procurando ouvir todos os presentes. Muitas vezes o assunto precisava ser mais discutido, mas o regulamento não nos permitia fazê-lo. Ainda assim, conseguimos contornar isso, ouvir todos e dar voz àqueles que estavam muito interessados em participar. Dessa forma, de quase 80 propostas, com muito esforço, conseguimos priorizar 10. Encarecidamente, pedimos a todos os membros que estavam participando que priorizassem aquelas propostas que realmente estivessem focadas no tema geral do nosso seminário e que pudessem ajudar no combate às drogas e no seu impacto na criminalidade e na violência.

Com todo esse esforço democrático, conseguimos aprovar 10 propostas, apesar de entender que 5 delas fogem um pouco do alvo geral do nosso objeto de discussão. Apesar disso, elas foram inseridas para a plenária final avaliá-las. Prevaleceu um pouco a busca de melhorias para algumas instituições e segmentos, mas entendo que isso não deve ser tratado ainda neste fórum. Peço encarecidamente à plenária final que proceda a uma avaliação, para que possamos chegar às propostas pertinentes ao tema, a fim de avançarmos no combate às drogas e reduzirmos a violência e a criminalidade. Farei um reparo de ordem técnica, para não termos de realizar uma discussão mais amíúde, já que tivemos o cuidado de fazer a redação final. Na Proposta nº 8 há uma palavra que tem de ser trocada, e já informei isso à coordenação dos trabalhos: consta inclusão na grade curricular dos Estados, mas seria das escolas. Isso foi solicitado ontem pela autora da proposta, que foi aprovada pelo grupo. É somente de uma questão de redação, para o que não seria necessário um pedido de questão de ordem. Seria preciso fazer somente essa alteração na redação para darmos sequência aos nossos trabalhos.

As Propostas nºs 1 a 55 do nosso grupo de trabalho foram exaustivamente debatidas, com pedido de destaque, réplicas e tréplicas na discussão e votação. A partir disso foram apresentadas novas propostas, e passamos a trabalhar durante a noite. O grupo ficou menor, e ao final do dia havia cerca de 18 pessoas em nosso grupo de trabalho. Dessas propostas finais, aprovamos cinco, que estão aqui. Duas delas, para

as quais chamo a atenção, diz respeito ao aumento do armamento e à ampliação do uso da arma de fogo por parte tanto da Guarda Municipal quanto dos agentes socioeducativos. Foram tantos os que participaram dessa discussão, e uma pessoa do nosso grupo, grandiosamente, ressaltou que, recentemente, votamos pelo desarmamento. Todos os brasileiros apoiaram isso, e essa tem de ser a regra, e não a exceção. Agora estamos vendo todos querendo armar-se cada vez mais. Temos de avaliar até que ponto cada segmento deve estar armado. A atuação do agente socioeducativo é relevante, fundamental, mas se estiver armado, daqui a pouco todos vão querer estar armados também, e estaremos armando toda a população de todas as instituições e segmentos. Temos de refletir sobre isso.

O outro assunto diz respeito à unificação e desmilitarização das polícias. Esse é um assunto grandioso que está em debate há muito tempo no Congresso Nacional, ainda sem uma conclusão, e há uma matéria dessa natureza em votação nesta plenária que merece uma reflexão e no mínimo uma discussão profunda. Digo a todos que esse tema não faz parte do foco do nosso projeto e que já foi amplamente discutido não no apagar das luzes, com uma reduzida composição, como foi feito ontem em alguns segmentos, simplesmente para a aprovação. Faço somente uma ressalva, pois a matéria não foi suficientemente discutida ontem, mas está aqui para votação. Deputado, muito obrigado.

O Sr. Presidente - O Maj. Ronaldo expôs uma questão de redação. Caso identifiquem alguma impropriedade na redação, peço que se dirijam à Mesa para fazermos essa correção, a fim de agilizarmos os trabalhos. Com a palavra, o Sr. Frederico Garcia Guimarães, do Núcleo Jurídico de Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Estado de Minas Gerais e coordenador do Grupo 2 - Estratégias de prevenção à criminalidade e ao uso de drogas e sua intersectorialidade com as políticas sociais, que terá o prazo de 5 minutos para apresentar o relatório do grupo de trabalho.

O Sr. Frederico Garcia Guimarães - Bom dia, Deputado, senhores, colegas coordenadores e participantes do fórum. Farei um resumo rápido sobre os nossos trabalhos. Eu e a Dra. Dilma coordenamos os trabalhos desde a CPI, cujo tema era o que o Deputado mencionou; foram cinco reuniões ordinárias e duas extraordinárias. Isso reflete uma discussão muito intensa sobre a prevenção e a intersectorialidade de políticas públicas para o combate às drogas. Eram 200 pessoas inscritas no nosso grupo, com a captação de 100 pessoas. Não ficamos reunidos tanto tempo quanto o Grupo 1, mas ficamos das 15 horas até por volta das 20 horas debatendo todas as 37 propostas: 20 foram apresentadas pela CPI; 17 apresentadas nas reuniões realizadas no interior; e mais 4 ou 5 são propostas novas. Todas foram debatidas, algumas acabaram aglutinadas, outras, excluídas, e outras, ainda, modificadas. Apenas 2 ou 3 propostas não sofreram nenhuma modificação, nem mesmo em relação à redação. Entre as 37 propostas, destacamos 10, que refletem a necessidade de uma política pública estadual estruturada e articulada com as entidades da sociedade civil. Preferimos dizer entidades não governamentais, diante de uma nova perspectiva de relação entre o Estado e a sociedade, numa comunhão das entidades já existentes de prevenção e de políticas públicas intersectoriais, ou seja, aglutinando-se todos os interessados no combate ao uso de drogas. O Prof. Saporì falou muito bem sobre o uso do "crack", que gera aumento da violência. Priorizamos uma ideia muito importante, que é o olhar atento para a educação. Aí vale a reflexão - que é bater na mesma tecla pois todos já sabem disso - de que qualquer país se desenvolve e se torna socialmente justo por meio da educação. Não devemos retirar isso do nosso enfoque. Temos que pensar nos nossos filhos e netos para que a educação seja plena e para criarmos a prevenção presente e a futura. A apresentação de diversas propostas com enfoque na educação é muito importante. Nunca poderemos perder isso de vista, caso contrário criaremos apenas políticas paliativas. Então, temos que nos direcionar para a educação. As demais propostas visam à reinserção do detento, bem como ao fortalecimento das entidades e dos programas que já têm caráter de prevenção. De acordo com a nossa experiência e com a demonstração dos programas, há um caráter humanitário em relação à prevenção e à reinserção. É importante destacarmos isso porque somos todos seres humanos e cidadãos contribuintes. Gostaria, então, de agradecer a confiança depositada nesta coordenação e desejar boa sorte quanto à aprovação das propostas apresentadas. Muito obrigado.

A Sra. Rosimeire Marques - Não vamos precisar de todo esse tempo. Nosso grupo conseguiu fazer uma discussão bastante específica do tema "Drogas: tratamento e reinserção do dependente químico". Fizemos alguns destaques. Houve uma participação bastante interessante da plenária. Éramos 80 pessoas presentes para discutir 21 propostas. Conseguimos eleger as 10 propostas prioritárias, considerando a participação efetiva de todos. O grupo elegeu como prioridade, como era de esperar, a ampliação e o financiamento da prestação de serviços tanto pela iniciativa privada quanto pelos serviços públicos, incluindo a capacitação e a ampliação do atendimento a todos os segmentos, à população especial, à população carcerária etc. Como o grupo era bastante homogêneo, a discussão ocorreu de forma tranquila, Sr. Presidente.

A Sra. Sandra Mara Albuquerque Bossio - Bom dia a todos. O nosso grupo tratou do tema "Direitos fundamentais, grupos vulneráveis e violências". É muito importante frisar que, apesar de não ser nada homogêneo - havia pessoas com interesses diferenciados e até antagonizados -, quem trouxe muitas propostas para as mulheres, as crianças, os idosos e os adolescentes foram basicamente as Polícias Civil e Militar. É interessante ressaltar que, pela primeira vez, conseguimos inserir uma audiência pública para tratar da questão da vitimização do profissional da segurança pública. Além disso, conseguimos inserir também um subtema para tratar desse assunto. Não podemos ter segurança se não tratarmos também os nossos profissionais. Sou sociedade civil, mas defendo que a segurança precisa de bons equipamentos e do aparelhamento das polícias. Precisamos enxergar também o Agente Penitenciário e o Agente de Medida Socioeducativa, e os Guardas Municipais também precisam ser vistos e tratados como profissionais da segurança. Precisamos cuidar dos nossos recursos humanos. Isso foi importante e se constitui como subtema do Grupo 4. "A violência contra a mulher" e "A violência contra a criança e o adolescente" são outros dois subtemas. O terceiro subtema é "A violência contra os idosos, os LGBTs e deficientes".

O nosso grupo enriqueceu os debates. Elaboramos 25 propostas. A Kátia vai falar sobre elas. Ficamos muito tristes porque duas propostas pela quais lutamos muito não foram aprovadas. Mesmo assim, vamos tentar passá-las agora.

A Sra. Kátia Ferraz Ferreira - Recebemos 25 propostas para discutir, resultantes das reuniões do nosso grupo. Foi grande a presença de pessoas que deram sua colaboração. Inicialmente, pensamos que não encontraríamos problemas em aprovar as propostas que haviam sido analisadas. Nada melhor que a colaboração das pessoas presentes para nos ajudar nos conceitos de funcionamento e de estruturação de todo o sistema, e também no que diz respeito ao profissional de segurança pública e às pessoas em situação de vulnerabilidade.

Procuramos estabelecer prazos para que as medidas fossem cumpridas, o que foi acatado pelo grupo. Isso nos dá uma referência e uma base para que a Comissão de Representação, que será eleita futuramente, trabalhe com mais legitimidade.

Foram apresentadas algumas questões interessantes em relação aos lugares que acolhem pessoas vítimas de violência, seja mulher, pessoas com deficiências ou idosos. De acordo com as propostas, essas pessoas teriam acesso a instituições transitórias ou de permanência mais prolongada, e demos a isso uma previsão. Essas propostas foram bem votadas.

Outra proposta que apresentamos, muito interessante, foi em relação à vitimização secundária com a contratação de profissionais de assistência social para o atendimento da família, advogados e psicólogos para resguardar a saúde física e mental dos profissionais de segurança. Essa questão também foi bem votada. Obrigada, Deputado.

O Sr. Rodrigo Paschoal Ulhoa Cintra - Bom dia a todos e a todas. Na pessoa do Exmo. Deputado João Leite cumprimento a todos os presentes nesta egrégia Casa. É uma satisfação estar aqui e testemunhar este importante acontecimento. É um exemplo vivo de democracia que precisa ser praticado para que se torne uma constante no nosso dia a dia.

Solicitei a palavra, Sr. Deputado, para fazer a defesa de todos aqueles que participaram da nossa Comissão, de todas as pessoas engajadas e interessadas que ficaram conosco até tarde. Fui eleito democraticamente como redator desta Comissão e sou testemunha de que várias pessoas ficaram até tarde da noite para conseguir chegar a essas 10 propostas que serão apresentadas para votação.

De forma diametralmente oposta ao meu Coodenador, digo que todas as propostas são importantes e devem ser colocadas para apreciação do Plenário. Obrigado. Talvez esta não seja a ocasião de defender uma ou outra proposta. Em respeito a todos que ficaram até o tardar da noite, temos de dar atenção e carinho a todas as propostas apresentadas. Elas deverão ser votadas de forma democrática, porque é na democracia que se chega ao consenso. Por isso é importante tratar todas as propostas, independentemente de posicionamentos corporativistas ou pensamentos pessoais. Hoje, aqui, a palavra será dada aos representantes e aos que compõem esta plenária. Por meio do voto, daremos a palavra final. Clamo a todos que participem e votem com consciência. A partir de agora, com as propostas que serão votadas, traçaremos o futuro não apenas dos nossos jovens, da nossa família e deste grande Estado, mas também de todo o Brasil. Espero que Minas Gerais, mais uma vez, seja protagonista das transformações sociais, como sempre o foi. Muito obrigado.

A Sra. Dilma Abreu Rocha - Bom dia a todos. Gostaria de agradecer a contribuição do nosso grupo e de todos que participaram das nossas imensas reuniões, sobretudo das extraordinárias. Constato a necessidade de uma política de prevenção ao uso de drogas. Por várias vezes, discutimos o tema com a educação e a segurança pública. A Dra. Olívia falou muito bem sobre o uso de drogas por crianças e adolescentes. Parafraseando o Cap. Ferraz, que está presente, "é preciso mais um dedo de prosa entre os órgãos e as instituições". Precisamos conversar mais para construirmos uma política objetiva e efetiva. Muito obrigado.

A Sra. Fernanda Pinto Araújo - Gostaria apenas de agradecer a presença de todos, inclusive na construção junto às CPIs. Ontem a reunião foi muito tranquila e democrática. Como disse a Rose, terminamos bem mais cedo que o esperado.

Apresentação das Propostas e dos Pedidos de Destaque

O Sr. Presidente - A Presidência fará a leitura das propostas e, a partir disso, os destaques poderão ser requisitados levantando-se o cartão de votação. Favor anunciarem seus nomes ao microfone, para que o registro seja feito. A Presidência identificará o nome de cada proposta recebida pela Mesa. Os pedidos de destaques deverão ser feitos oralmente por meio do microfone do Plenário. Os destaques poderão suprimir as propostas ou modificá-las. A fim de agilizar os trabalhos, a Presidência solicita aos participantes que evitem propor mudanças pouco significativas, enfim, que façam apenas alterações substanciais, de conteúdo. Faremos a composição do quórum. Há 200 votantes presentes. Serão necessárias, no mínimo, 60 assinaturas para apresentação de novas propostas.

- Procede-se à leitura das propostas e à apresentação dos pedidos de destaque.

Votação do Documento Final, salvo Destaques

O Sr. Presidente - Em votação, o documento final, salvo destaques. Quem for favorável, levante o cartão. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o documento final deste fórum técnico, salvo destaques.

Apreciação dos Destaques

O Sr. Presidente - Daremos início à discussão e votação dos destaques. Solicitamos ao participante que se identifique, falando seu nome, sua entidade e cidade onde mora.

- Procede-se à apreciação de destaques.

Encerramento

A Sra. Presidente (Deputada Maria Tereza Lara) - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 27ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/8/2010

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho e da Deputada Maria Tereza Lara

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Prosseguimento da apreciação de destaques e priorização de propostas - Entrega do Documento Final - Palavras do Sr. Presidente - Eleição da Comissão de Representação do Fórum - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Alberto Pinto Coelho - Lafayette de Andrada - Maria Tereza Lara.

Abertura

A Sra. Presidente (Deputada Maria Tereza Lara) - Às 14 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Lafayette de Andrada, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

A Sra. Presidente - Destina-se esta reunião à realização da fórum técnico "Segurança pública: drogas, criminalidade e violência", em sua plenária final, com apreciação de destaques, priorização das propostas por tema, entrega do Documento Final e eleição da Comissão de Representação.

Composição da Mesa

A Sra. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Major Márcio Ronaldo de Assis, da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais, e Rodrigo Pascoal Ulhoa Cintra, da Polícia Civil de Minas Gerais, respectivamente Coordenador e Relator do Grupo 1 - Crime Organizado, Tráfico de Drogas e os Desafios às Políticas de Segurança Pública; as Exmas. Sras. Dilma Abreu Rocha, do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, Relatora do Grupo 2 - Estratégias de Prevenção à Criminalidade e ao uso de Drogas e sua Intersetorialidade com as Políticas Sociais; Rosimeire Marques, da Associação Mineira de Comunidades Terapêuticas e Instituições Afins, e Fernanda Pinto Araújo, da Comunidade Reviver - Jaboticatubas, respectivamente Coordenadora e Relatora do Grupo 3 - Drogas: Tratamento e Reinserção do Dependente Químico; Sandra Mara Albuquerque Bossio, do Centro pela Mobilização Nacional, e Kátia Ferraz Ferreira, do Centro de Vida Independente de Belo Horizonte, Coordenadoras do Grupo 4 - Direitos Fundamentais, Grupos Vulneráveis e Violências.

Antes de iniciar os trabalhos, gostaria fazer um registro, a pedido de uma participante, a Gleids. Ela me lembrou que hoje é comemorado o dia das pessoas privadas de liberdade, os encarcerados. Sabemos que no Brasil, e também em Minas, o sistema penitenciário está praticamente falido. Todos precisamos contribuir para que a lei seja cumprida, a fim de que aconteça a ressocialização. Esse é o compromisso de todos, da Comissão de Segurança Pública e das entidades envolvidas. Além disso, é preciso haver o compromisso dos órgãos públicos, nas três esferas de Poder, porque esse é o grande desafio do Brasil. Da forma que está atualmente, o sistema penitenciário alimenta a violência. Combater a violência e a criminalidade é uma questão importante que não pode ser jogada para debaixo do tapete. Devemos trabalhar nisso. Aliás, esta Casa já realizou uma ampla discussão, e houve até mesmo uma comissão especial para tratar da questão penitenciária. O Deputado João Leite foi o Presidente dessa comissão e o Deputado Durval Ângelo, o relator. Considerando que, na Casa, há um trabalho muito importante, precisamos contribuir para que as propostas sejam encaminhadas, e isso compete ao Executivo. De fato, nós, entidades civis e população, que trabalhamos com segurança pública, devemos contribuir para encontrarmos uma saída para o sistema carcerário no Brasil e em Minas Gerais. É impossível continuar da forma como está. O custo "per capita" de um preso é em torno de R\$2.300,00 por mês, e a ressocialização, de apenas 10 a 15%, enquanto na Apac é de 85%. Portanto esse projeto alternativo tem dado resultado positivo. É bom todos saberem desse fato para sairmos dessa situação. Não queremos jogar a culpa em A, B, ou C. Vivemos essa condição há dezenas de anos, mas nem por isso queremos que continue. Almejamos verdadeiramente uma mudança radical no projeto de privação de liberdade existente no Brasil e em Minas Gerais. Aliás, ressalto que hoje é o Dia do Economista.

Prosseguimento da Apreciação de Destaques e Priorização de Propostas

A Sra. Presidente - Neste momento, passaremos à continuação da apreciação dos destaques. Solicitamos ao participante que se identifique, falando seu nome, sua entidade e cidade onde mora.

- Procede-se à apreciação dos destaques.

A Sra. Presidente - A Proposta nº 32 recebeu o maior número de votos, 98; em segundo lugar, está a Proposta nº 33, com 80 votos; em terceiro lugar, a Proposta nº 37, com 78 votos; em quarto lugar, a Proposta nº 38, com 73 votos; e, em quinto lugar, a Proposta nº 36, com 71 votos. A Proposta nº 48 ficou de fora, com apenas 67 votos. Repetindo: quinto lugar, Proposta nº 36, com 71 votos; quarto lugar, Proposta nº 38, com 73 votos; terceiro lugar, Proposta nº 37, com 78 votos; segundo lugar, Proposta nº 33, com 80 votos; e primeiro lugar, Proposta nº 32, com 98 votos.

Entrega do Documento Final

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Boa tarde a todos. Gostaria de agradecer aos colegas do Parlamento mineiro e, de maneira muito especial, aos membros da Comissão de Segurança Pública, na pessoa do seu Presidente, Deputado João Leite, e da Vice-Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, que estiveram à frente da coordenação deste importante fórum técnico da Assembleia.

A Deputada Maria Tereza Lara - Convidamos os coordenadores dos grupos de trabalho para, em nome de todos os participantes, fazer a entrega do documento final ao Presidente da Casa. Este fórum foi solicitado pela Comissão de Segurança Pública - que tem como Presidente o Deputado João Leite, que esteve conosco todo o tempo e que só não está presente neste momento porque, como ele mesmo disse, teve de fazer uma viagem; esta Deputada como Vice-Presidente e os Deputados Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio -, mas é um fórum institucional da Casa. Por isso, os coordenadores dos grupos vão entregar o documento final para o Presidente da Assembleia, Deputado Alberto Pinto Coelho. Peço a todos os coordenadores que se aproximem para entregar ao Deputado Alberto Pinto Coelho o resultado deste fórum técnico.

Sr. Presidente, agradecemos a importante acolhida da Casa à brilhante proposta do Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública, com efetiva participação de todos os membros. O Deputado João Leite, Presidente da Comissão, eu, Vice-Presidente, e os Deputados Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio percorremos as 18 Risps do Estado e mais duas cidades. Parabenizamos a sociedade civil e os órgãos públicos por sua efetiva participação. Contamos com representantes do governo federal - Secretaria Nacional de Segurança -, do governo do Estado - Secretarias de Defesa Social, de Esportes, de Educação e outras - e com representantes dos Municípios mineiros. Nosso Presidente tinha um compromisso no interior, mas ficou o tempo todo aqui. Convido um representante da sociedade civil para, juntamente com os coordenadores, entregar o resultado ao Sr. Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho. Esperamos que o governo do Estado, o governo federal e os Municípios aproveitem este trabalho para avançarmos na segurança pública no nosso Estado e construirmos uma cultura da paz. Gostaria de convidar o Dr. Cloves Benevides para participar da entrega do resultado. Receba o documento final deste fórum, Sr. Presidente. Muito obrigada.

Sr. Presidente, gostaria também de elogiar e agradecer a competente assessoria da Comissão de Segurança Pública e a assessoria da Casa, que ficou até de madrugada organizando os trabalhos.

- Procede-se à entrega do Documento Final ao Sr. Presidente, cujo teor é o seguinte:

documento final do FÓRUM TÉCNICO

"SEGURANÇA PÚBLICA: DROGAS, CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA"

Propostas Priorizadas na Plenária Final

Grupo 1

Crime Organizado, Tráfico de Drogas e os Desafios às Políticas de Segurança Pública

1 - Gestão, junto ao Congresso Nacional, para a regulamentação dos §§ 7º e 8º do art. 144 da Constituição Federal, com vistas à necessária definição da competência dos órgãos que compõem o sistema de segurança pública no País, e para a inclusão de inciso, no referido artigo, acrescentando as guardas municipais no rol dos órgãos de segurança pública. Da mesma forma, empenho em buscar a aprovação dos projetos de lei que contêm a organização básica das Polícias.

2 - Inclusão, na grade curricular dos Estados, nos ensinos fundamental e médio, do conteúdo "Educação e cidadania", para abordar matérias relativas à prevenção da violência, ao uso de drogas, à criminalidade, bem como questões acerca da segurança no trânsito e da reafirmação da importância da família, sendo que essa matéria deverá ser ministrada por profissional especializado.

3 - Instrumentalização e modernização das forças policiais com equipamentos de última geração, recursos materiais e humanos aprimorados, observada a esfera de competência de cada instituição, para nortear as ações de combate às organizações criminosas.

4 - Reestruturação do Conselho de Defesa Social para torná-lo órgão consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador de iniciativas e ações voltadas para a defesa social no Estado e tripartite, nos moldes do Conselho Nacional de Segurança Pública - Conasp -, mediante a apresentação, por esta Casa Legislativa, no prazo de 120 dias a contar da aprovação desta proposta, de projeto de emenda à Constituição Estadual e de projeto de lei para alteração da Lei Delegada nº 173, de 2007, que dispõe sobre o funcionamento do Conselho.

5 - Aumento do quadro de pessoal em órgãos que atuam na área de segurança pública, por meio de concursos anuais, associado a uma política de remuneração, valorização e capacitação dos servidores e de aquisição e qualificação de materiais, instalações e equipamentos necessários ao trabalho.

Grupo 2

Estratégias de Prevenção à Criminalidade e ao Uso de Drogas e sua Intersetorialidade com as Políticas Sociais

6 - Intensificação, mediante ampliação das campanhas educativas antidrogas em todos os meios de comunicação, inclusive em horário nobre, de campanhas de prevenção ao consumo do álcool, do tabaco e de outras drogas e de conscientização de que a dependência química é uma doença que tem tratamento, com possibilidade de reinserção social.

7 - Reformulação, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Educação, da grade curricular das escolas públicas estaduais e municipais e das particulares, abrangendo, em caráter transversal e disciplinar, conteúdos relativos à prevenção do uso de drogas e à difusão de uma cultura democrática, pluralista e cidadã, mediante a abordagem de temáticas como: direitos humanos, sociais e políticos, mediação de conflitos, princípios e garantias fundamentais, cidadania, meio ambiente, respeito às diferenças religiosas, de gênero e sexuais, entre outros temas correlatos, fundamentais para a consolidação do Estado Democrático de Direito brasileiro.

8 - Garantia de recursos orçamentários para criação e ampliação de estabelecimentos de tratamento destinados a crianças, adolescentes, mulheres e pessoas com deficiência, vítimas da dependência química, e para ampliação e fortalecimento das parcerias com os órgãos que identificam os potenciais consumidores de drogas, como o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros Militar, as guardas municipais, bem como com os agentes prisionais e socioeducativos.

9 - Fortalecimento e estruturação da Defensoria Pública, mediante repasse orçamentário em aporte compatível com as necessidades institucionais, possibilitando, com isso, reforço na atuação extrajudicial, com extensão do Núcleo Criminal de Urgência, bem como do projeto de prevenção à criminalidade nele desenvolvido, às comarcas mais representativas do interior do Estado.

10 - Ampliação das políticas públicas de forma a garantir a dotação financeiro-orçamentária para a contínua implementação de estratégias, programas e projetos de prevenção primária, secundária e terciária às drogas e à violência.

Grupo 3

Drogas: Tratamento e Reinserção do Dependente Químico

11 - Criação e ampliação de serviços especializados, com valorização de equipes multidisciplinares, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - e da Rede Social Complementar de Atenção ao Dependente Químico, tais como Caps-AD e Caps-I, comunidades terapêuticas, moradias assistidas e hospitais, entre outras organizações da sociedade civil atuantes no tratamento dos dependentes químicos mediante efetivação de parcerias com o poder público, de forma a potencializar redes de atendimento, acolhimento, tratamento e reinserção desse público em todo o Estado, priorizando o sistema prisional, crianças e adolescentes e populações especiais, de forma regionalizada.

12 - Criação e implementação de cursos de capacitação, destinados a profissionais das diversas áreas envolvidas nas políticas públicas para usuários de álcool e outras drogas, que abranjam os vários aspectos - prevenção, tratamento e reinserção social, pesquisas e vigilância epidemiológica, rede de educação, saúde e assistência social -, priorizando a capacitação, nesta ordem, dos profissionais da área de educação, dos operadores de segurança pública e dos demais profissionais que atuam na abordagem dos dependentes químicos e de seus familiares.

13 - Criação da Secretaria de Estado de Políticas Públicas sobre Drogas, em substituição à Subsecretaria de Estado de Políticas Públicas sobre Drogas.

14 - Realização, pelas Coordenadorias Municipais Antidrogas, supervisionadas pelos conselhos municipais - Comad e CMAS -, coordenadas pelo Conselho Estadual Antidrogas - Conead - e assessoradas por instituições de ensino superior, de diagnóstico sobre a prevalência do uso e do abuso de substâncias psicoativas pela população, visando à implantação e à implementação de programas e políticas públicas nos Municípios. Onde não tiverem sido criados esses conselhos e coordenadorias, o diagnóstico poderá ser viabilizado por entidades específicas que atuem na prevenção, quanto a álcool e drogas, e no atendimento ao dependente químico, contando também com a participação de redes de engajamento cívico.

15 - Inclusão na dotação orçamentária, de forma permanente, da pactuação das esferas estadual e federal relativamente a recursos para custeio de políticas públicas sobre drogas.

Grupo 4

Direitos Fundamentais, Grupos Vulneráveis e Violências

16 - Criação, em todo o Estado, no prazo máximo de 120 dias contados da data da aprovação desta proposta, de instituições de acolhimento para mulheres, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade social e egressos do sistema prisional, capazes de atender em qualquer dia da semana e horário, tanto de forma transitória quanto pelo período necessário à reestruturação dos acolhidos, bem como criação de instituições para acolher, com as mesmas possibilidades, pessoas em risco de morte, resguardando sempre o sigilo do acolhimento e contemplando, em ambos os casos, o segmento LGBT.

17 - Concessão de aposentadoria integral aos profissionais da área de segurança pública, ao pessoal dos quadros administrativos, aos técnicos da defesa social e aos agentes de segurança penitenciários e socioeducativos, vinculados ao Estado sob o regime de contrato de trabalho, vitimados por doenças adquiridas em razão do exercício da função, de acidente de trabalho ou da carga horária exaustiva.

18 - Estabelecimento, no prazo de 180 dias a contar da data da aprovação desta proposta, da obrigatoriedade da presença de equipe interdisciplinar, composta por psicólogos, assistentes sociais, advogados e defensores públicos, nas delegacias de atendimento especializado a mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, visando ao acolhimento com escuta técnica e mais humanizada.

19 - Apresentação, no prazo de 120 dias contados da data da aprovação desta proposta, de projetos de iniciativa desta Casa Legislativa para implementação dos princípios e das diretrizes aprovadas na etapa de Minas Gerais e na etapa nacional da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, observada a competência legislativa do Estado.

20 - Criação e implementação, no prazo de 180 dias a contar da data da aprovação desta proposta, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO - para os policiais civis, agentes penitenciários, agentes socioeducativos e pessoal dos quadros administrativos e técnicos dos órgãos de defesa social, guardas municipais e conselheiros tutelares do Estado.

Propostas Aprovadas na Plenária Final

Grupo 1

Crime Organizado, Tráfico de Drogas e os Desafios às Políticas de Segurança Pública

1 - Realização de gestão, junto ao Congresso Nacional, para a regulamentação dos §§ 7º e 8º do art. 144 da Constituição Federal, com vistas à necessária definição da competência dos órgãos que compõem o sistema de segurança pública no País e inclusão de inciso, no referido artigo, acrescentando as guardas municipais no rol dos órgãos de segurança pública. Da mesma forma, empenho pela aprovação dos projetos de lei que contêm a organização básica das Polícias. (Priorização: 88 votos.)

2 - Atualização eficiente e segura do Sistema Infoseg, a ser disponibilizado em todas as delegacias de polícia de Minas Gerais, havendo compartilhamento de informações entre todos os Estados. (Priorização: 52 votos.)

3 - Ampliação dos programas de financiamento habitacional Lares Geraes e Promorar Militar para os agentes de segurança pública, com isonomia da taxa de juros para a aquisição da casa própria, e criação de programas sociais e culturais para os servidores da área de segurança pública e para servidores da área administrativa e técnicos da Secretaria de Estado de Defesa Social. (Priorização: 12 votos.)

4 - Unificação das Polícias Civil e Militar, com a desmilitarização da PMMG, tendo a nova polícia estadual um segmento uniformizado para realização do policiamento ostensivo e preventivo e outro segmento para investigação e questões administrativas. (Priorização: 64 votos.)

5 - Realização de mudança constitucional para aprovação de leis que amparem as guardas municipais na utilização de armas de fogo, para que estas se somem às Polícias Civil e Militar no trabalho de segurança pública, no que tange ao combate à violência, à criminalidade e às drogas. (Priorização: 41 votos.)

6 - Instituição de auxílio-periculosidade para os servidores da segurança pública. (Priorização: 58 votos.)

7 - Instrumentalização e modernização das forças policiais com equipamentos de última geração e recursos materiais e humanos aprimorados, observada a esfera de competência de cada instituição, para as ações de combate às organizações criminosas. (Priorização: 75 votos.)

8 - Inclusão na grade curricular dos Estados, nos ensinos fundamental e médio, do conteúdo Educação e Cidadania, para abordar matérias relevantes com vistas à prevenção da violência, do uso de drogas e da criminalidade, bem como questões relativas à segurança no trânsito e à reafirmação da importância da família, o qual deverá ser ministrado por profissional especializado. (Priorização: 88 votos.)

9 - Aumento do quadro de pessoal em órgãos que atuam na área de segurança pública, por meio de concursos anuais, associado a uma política de remuneração, valorização e capacitação dos servidores e de aquisição e qualificação de materiais, instalações e equipamentos necessários ao trabalho. (Priorização: 67 votos.)

41 - Reestruturação do Conselho de Defesa Social para torná-lo órgão consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador de iniciativas e ações voltadas para a defesa social no Estado e para dar-lhe organização tripartite, nos moldes do Conselho Nacional de Segurança Pública - Conasp -, mediante a apresentação, por esta Casa Legislativa, no prazo de 120 dias a contar da data da aprovação desta proposta, de proposta de emenda à Constituição e de projeto de lei para alteração da Lei Delegada nº 173, de 2007, que dispõe sobre o funcionamento do Conselho. (Priorização: 75 votos.)

42 - Ampliação e melhoria do fluxo de informações entre as Polícias, observadas as competências e atribuições constitucionais de cada uma, de modo que, por exemplo, havendo necessidade de expedição de mandados, a Polícia Militar encaminhe a solicitação à Polícia Civil para instauração imediata de inquérito policial e encaminhamento da demanda ao Poder Judiciário, visando fortalecer a Gestão Integrada de Defesa Social. (Priorização: 50 votos.)

Grupo 2

Estratégias de Prevenção à Criminalidade e ao Uso de Drogas e sua Intersetorialidade com as Políticas Sociais

11 - Ampliação das políticas públicas de forma a garantir a dotação financeiro-orçamentária para a contínua implementação de estratégias, programas e projetos de prevenção primária, secundária e terciária às drogas e à violência. (Priorização: 86 votos.)

12 - Integração das políticas públicas de prevenção, tratamento e reinserção social relacionadas às drogas com as políticas públicas para a juventude. (Priorização: 21 votos.)

13 - Garantia de recursos orçamentários para criação e ampliação de estabelecimentos de tratamento destinados a crianças, adolescentes, mulheres e pessoas com deficiência, vítimas da dependência química, e para ampliação e fortalecimento das parcerias com os órgãos que identificam os potenciais consumidores de drogas, como o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros Militar e as guardas municipais, bem como com os agentes prisionais e socioeducativos. (Priorização: 94 votos.)

14 - Oferecimento de cursos profissionalizantes, mediação de conflitos, atividades esportivas e assistência psicossocial, educacional e espiritual, especialmente no que diz respeito a projetos de prevenção ao uso de drogas, aos detentos das penitenciárias estaduais e das associações de proteção e assistência aos condenados - Apacs -, aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, bem como às suas famílias. (Priorização: 45 votos.)

15 - Destinação privilegiada de recursos pelo Estado para fomentar as medidas socioeducativas, conforme a política estadual, bem como para implementar seus projetos político-pedagógicos com atuação de profissionais qualificados e capacitados. (Priorização: 57 votos.)

16 - Estímulo à organização da comunidade para criação de conselhos comunitários de segurança pública - Conseps - e garantia de fortalecimento e de estruturação desses conselhos em todo o Estado, com previsão de recursos para o fomento dessas instituições no Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG. (Priorização: 59 votos.)

17 - Transformação da política de prevenção social à criminalidade, integrada pelo Programa de Reinserção do Egresso do Sistema Prisional - Presp - e pelos programas Fica Vivo, Mediação de Conflitos e Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas - Ceapa -, em uma política de Estado, visando seu fortalecimento, manutenção e ampliação para outras localidades do Estado. (Priorização: 45 votos.)

18 - Criação de comissão permanente composta pela Secretaria de Estado de Saúde, pela futura Secretaria de Estado de Políticas Públicas sobre Drogas, caso seja aprovada sua criação, ou, em não o sendo, pela Subsecretaria Estadual Antidrogas, pelo Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, pela Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas, pela Federação das Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil, pela Associação Mineira das Comunidades Terapêuticas, por instituições afins e por instituições de ensino superior, a fim de construir e monitorar uma rede integrada de assistência médico-hospitalar, no âmbito da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig -, para atendimento ao usuário de drogas. (Priorização: 36 votos.)

19 - Regulamentação do Fundo Estadual Antidrogas, destinando a esse fundo os recursos e bens apreendidos do tráfico de drogas, com vistas à implantação de coordenadoria de políticas públicas sobre drogas, para que desenvolva ações municipais para prevenção, tratamento e reinserção social, de forma a estimular as secretarias municipais a se responsabilizarem pelo desenvolvimento de projetos voltados para a qualidade de vida (lazer, esporte, cultura e atividades de trabalho) e para a atenção integral aos usuários e familiares. (Priorização: 62 votos.)

20 - Reformulação, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Educação, da grade curricular das escolas públicas estaduais e municipais e das particulares, de modo a abranger, em caráter transversal e disciplinar, conteúdos relativos à prevenção do uso de drogas e à difusão de uma cultura democrática, pluralista e cidadã, englobando temáticas como: direitos humanos, sociais e políticos, mediação de conflitos, princípios e garantias fundamentais, cidadania, meio ambiente, respeito às diferenças religiosas, sexuais e de gênero, entre outros temas correlatos, fundamentais para a consolidação do Estado Democrático de Direito brasileiro. (Priorização: 95 votos.)

45 - Fortalecimento e estruturação da Defensoria Pública, mediante repasse orçamentário em aporte compatível com as necessidades institucionais, possibilitando, com isso, reforço na atuação extrajudicial, com extensão do Núcleo Criminal de Urgência e do projeto de prevenção à criminalidade nele desenvolvido às comarcas mais representativas do interior de Minas Gerais. (Priorização: 89 votos.)

46 - Aumento do orçamento aplicado pelo governo do Estado nas políticas públicas de juventude geridas pela Coordenadoria Especial da Juventude, dada a importância desse estrato da população nas políticas de segurança pública. (Priorização: 32 votos.)

47 - Intensificação, mediante ampliação das campanhas educativas antidrogas em todos os meios de comunicação, inclusive em horário nobre, de campanhas de prevenção ao consumo do álcool, do tabaco e de outras drogas e de conscientização de que a dependência química é uma doença que tem tratamento, com possibilidade de reinserção social. (Priorização: 109 votos.)

Grupo 3

Drogas: Tratamento e Reinserção do Dependente Químico

21 - Criação e implementação de cursos de capacitação, destinados a profissionais das diversas áreas envolvidas nas políticas públicas para usuários de álcool e outras drogas, que abranjam os vários aspectos do tema - prevenção, tratamento e reinserção social, pesquisas e vigilância epidemiológica, rede de educação, saúde e assistência social -, priorizando a capacitação, nesta ordem, dos profissionais da área de educação, dos operadores de segurança pública e dos demais profissionais que atuam na abordagem dos dependentes químicos e familiares. (Priorização: 105 votos.)

24 - Criação e ampliação de serviços especializados, com valorização de equipes multidisciplinares, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - e da Rede Social Complementar de Atenção ao Dependente Químico, tais como Caps-AD e Caps-I, comunidades terapêuticas, moradias assistidas e hospitais, entre outras organizações da sociedade civil atuantes no tratamento dos dependentes químicos mediante efetivação de parcerias com o poder público, de forma a potencializar redes de atendimento, acolhimento, tratamento e reinserção a esse público, em todo o Estado, priorizando o sistema prisional, crianças e adolescentes e populações especiais, de forma regionalizada. (Priorização: 110 votos.)

25 - Inclusão na dotação orçamentária, de forma permanente, da pactuação das esferas estadual e federal relativamente a recursos para custeio de políticas públicas sobre drogas. (Priorização: 65 votos.)

27 - Criação da Secretaria de Estado de Políticas Públicas Sobre Drogas em substituição à Subsecretaria de Estado de Políticas Públicas Sobre Drogas. (Priorização: 94 votos.)

28 - Efetivação das propostas de criação de taxas sobre atividades das indústrias de bebida alcoólica e de tabaco para financiar tratamento, recuperação, reinserção social e ocupacional de dependentes químicos e familiares. (Priorização: 47 votos.)

29 - Realização, pelas Coordenadorias Municipais Antidrogas, supervisionadas pelos Conselhos Municipais - Comad e CMAS -, coordenadas pelo

Conselho Estadual Antidrogas – Conead – assessorada por instituições de ensino superior, de diagnóstico sobre a prevalência do uso e do abuso de substâncias psicoativas pela população, visando à implantação e à implementação de programas e políticas públicas nos Municípios. Onde não foram criados esses conselhos e coordenadorias, o diagnóstico poderá ser viabilizado por entidades específicas que atuam na prevenção de álcool e drogas e no atendimento ao dependente químico. Que se inclua também a participação de redes de engajamento cívico. (Priorização: 68 votos.)

30 - Estímulo, por meio de incentivos fiscais, às empresas que desenvolverem programas permanentes de prevenção ou estabelecerem um percentual de vagas para a reinserção socioprofissional do dependente químico. (Priorização: 56 votos.)

Grupo 4

Direitos Fundamentais, Grupos Vulneráveis e Violências

31 - Garantia de adicional de insalubridade e periculosidade, equivalente a 20% do salário-base, aos profissionais da área de segurança pública que exerçam a atividade-fim. (Priorização: 59 votos.)

32 - Criação, em todo o Estado, no prazo máximo de 120 dias após a aprovação desta proposta, de instituições de acolhimento para mulheres, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, em situação de risco ou vulnerabilidade social e egressos do sistema prisional, capazes de atender, em qualquer dia da semana e horário, tanto de forma transitória quanto por um período necessário à sua reestruturação, bem como criação dessas instituições para acolher, com as mesmas possibilidades, pessoas em risco de morte, resguardando sempre o sigilo do acolhimento e contemplando, em ambos os casos, o segmento LGBT. (Priorização: 98 votos.)

33 - Concessão de aposentadoria integral aos profissionais da área de segurança pública, ao pessoal dos quadros administrativos, técnicos da defesa social e aos agentes de segurança penitenciários e socioeducativos, vinculados ao Estado sob o regime de contrato de trabalho vitimados por doenças adquiridas em razão do exercício da função ou acidente de trabalho e da carga horária exaustiva. (Priorização: 80 votos.)

34 - Prestação de assistência médica especializada aos profissionais de segurança pública e ao pessoal dos quadros administrativos e técnicos da defesa social, respeitando-se os servidores que são vitimados por doenças adquiridas no exercício de suas funções. (Priorização: 47 votos.)

35 - Fomento a programas de atividades físicas, esporte e lazer, com o objetivo de prevenir a vitimização secundária dos profissionais da segurança pública, profissionais administrativos e técnicos da Seds, principalmente o estresse, a ansiedade e a depressão, no âmbito municipal e estadual. (Priorização: 19 votos.)

36 - Criação e implementação, no prazo de 180 dias a contar da aprovação desta proposta, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO – para os policiais civis, agentes penitenciários, agentes socioeducativos e pessoal dos quadros administrativos e técnicos dos órgãos de defesa social, guardas municipais e conselheiros tutelares do Estado de Minas Gerais. (Priorização: 71 votos.)

37 - Estabelecimento, no prazo de 180 dias a contar da aprovação desta proposta, da obrigatoriedade de presença de equipe interdisciplinar, composta por psicólogos, assistentes sociais, advogados e defensores públicos, nas delegacias de atendimento especializado a mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, visando ao acolhimento com escuta técnica e mais humanizada. (Priorização: 78 votos.)

38 - Apresentação, no prazo de 120 dias contados da aprovação desta proposta, de projetos de iniciativa desta Casa Legislativa para implementação dos princípios e das diretrizes aprovadas na etapa estadual de Minas Gerais e na etapa nacional da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, observada a competência legislativa do Estado. (Priorização: 73 votos.)

39 - Inclusão de agentes penitenciários, profissionais administrativos e técnicos da área de defesa social e guardas municipais em programas de financiamento para a aquisição de casa própria. (Priorização: 9 votos.)

40 - Alteração do art. 9º do Decreto nº 43.703, de 2003, para inserir no Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – um representante da Polícia Civil, um da Subsecretaria de Administração Prisional e um da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas. (Priorização: 10 votos.)

48 - Inclusão dos guardas municipais e dos agentes socioeducativos no regime de prisão especial, para assegurar-lhes a integridade física e a vida. (Priorização: 67 votos.)

Palavras do Sr. Presidente

Na minha fala de abertura, tive a oportunidade de ressaltar que o êxito de qualquer iniciativa de uma casa de leis passa, com toda certeza, pela contribuição efetiva da sociedade civil organizada, das suas instituições. O sucesso de qualquer empreitada nossa está na razão direta da contribuição que recebermos para enriquecer o nosso trabalho. Particularmente fiquei muito feliz, quando, após um ano de incursão pelo interior do Estado, na primeira etapa deste trabalho, a Comissão pôde colher contribuições valiosíssimas para dar o formato da proposta. Mas o que me deixou mais feliz, por ocasião da promulgação de uma proposta de emenda à Constituição da Polícia Militar, quando ressaltei que logo a seguir realizaríamos este fórum, foi o número de entidades que aderiram a essa questão, aos temas propostos, e ainda, posteriormente, o número de entidades que se habilitaram a participar e o de pessoas que se inscreveram para também participarem deste fórum. Ao longo desses dois dias de intenso trabalho, naturalmente era realimentado no transcorrer das atividades e, conforme o nível dos palestrantes, da participação efetiva de contribuição de cada um dos senhores e das senhoras, não tenho dúvidas de que temos aqui uma joia preciosa, democraticamente trabalhada e elencada às prioridades. Este é um trabalho que enriquece demais, pois tira a visão individual, ficando efetivamente como resultado a visão coletiva. E cada um vê que aquilo que pensa, muitas vezes, não é o que prevalece, mas se curva diante do que se busca por meio do processo democrático.

Portanto quero, neste momento, agradecer a cada um dos senhores e das senhoras, aos coordenadores de grupo, aos representantes da sociedade civil organizada e do Poder Executivo, os quais estão à frente das áreas aqui escolhidas. Como ressaltado aqui, esta Casa de leis destaca-se no contexto dos parlamentos do País, estribada no assessoramento que recebe, na qualificação e na dedicação dos seus funcionários. Ao final e ao cabo, estamos com a certeza e a convicção da valiosa contribuição que estamos dando para a sociedade como um todo. Os temas tratados são recorrentes, preocupantes e alarmantes. É fundamental que as propostas eleitas não tenham apenas conteúdo precioso, mas também aquilo que cada uma retrate seja acompanhado, implementado e efetivado com as devidas ações, seja as de aprimorar leis, seja com o enriquecimento de novas leis ou mesmo com ações efetivas dos governos e do Estado. Portanto, ao encerrar as minhas palavras, quero ressaltar que esta jornada marcará a história da Assembleia, e, mais do que isso, os temas aqui tratados são de grande relevância para o avanço da nossa sociedade e para o futuro das próximas gerações. Muito obrigado.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, permita-me abordar mais duas questões. Primeiramente, não mencionei os profissionais de segurança. Durante a interiorização da Comissão, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal e a Guarda Municipal sempre estiveram presentes. Os Guardas-Municipais estão batendo as mãos. Alguns órgãos públicos e a sociedade civil também acompanharam todo o processo, não apenas aqui, mas em todas as regiões. Quero aproveitar para pedir às pessoas que ajudaram a organizar este fórum que se levantem. Vejo o Gustavo, da Secretaria de Esportes. O Rodrigo, representando a Secretaria de Defesa Social. Estão presentes o Conselho Estadual de Mulheres; a associação, o Gonzaga; o representante do Consep; além de outros. Por favor, levantem-se. Repito: foram vários órgãos, vários profissionais da segurança e da sociedade civil que construíram o processo. Eles foram a quase todas as audiências públicas do interior. Vemos também a Kátia e a Sandra. O SindGuarda também esteve presente. Portanto, o evento contou com muita participação.

O Sr. Rodrigo Pascoal Ulhoa Cintra - Representando a Polícia Civil, está aqui o Valente.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sim, com certeza. Já me referi à importante presença da Polícia Civil, à do representante dos Delegados. Foi uma construção coletiva. Constatamos que em alguns aspectos ainda temos de avançar muito em âmbito federal e estadual. Após a Conferência Nacional de Segurança Pública em 2009, a segurança pública só poderá avançar com o apoio das três esferas do poder e com a sociedade civil. E esta Casa construiu esse processo na mesma linha, com a participação das três esferas do poder, com a sociedade civil e com os profissionais de segurança. Realmente, só podemos afirmar que o fórum está sendo um sucesso por estar sendo construído a várias mãos. E o povo de Minas está comprometido com assuntos que são extremamente atuais e importantes: segurança pública, cultura da paz e combate às drogas. Vimos que uma das principais causas da criminalidade são as drogas. A contribuição é coletiva. Queremos mais uma vez agradecer a cada um o esforço. Não adiantaria a vontade da nossa Comissão, do Presidente e da própria Casa, que é importante, se não fosse a participação efetiva de cada um. Estamos aqui desde 9 horas, firmes, nessa construção coletiva. Parabenizo a todos. Como disse o Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho, essa é uma característica da Assembleia de Minas. Não tenho dúvida de que ela é referência nacional nesse espaço de participação. Mas essa referência só é possível porque os senhores estão presentes cumprindo exatamente esse papel, que é nosso dever, mas é direito de todos. Muito obrigada a todos.

O Sr. Presidente - Parabéns, Deputada Maria Tereza Lara, pela dissertação que complementa e enriquece as nossas palavras. Quero encerrar dizendo que, após 16 anos nesta Casa, tenho renovado a cada dia a minha fé e convicção na política e nos políticos, com a certeza de que esta Casa é efetivamente o templo, o santuário da democracia. Muito obrigado.

Eleição da Comissão de Representação do Fórum

A Sra. Presidente (Deputada Maria Tereza Lara) - A Presidência vai prestar alguns esclarecimentos sobre a comissão de representação. Em função das inscrições feitas e do número de vagas para cada categoria, previsto no regulamento, a comissão de representação terá a composição que se segue. Pelo poder público do Estado de Minas Gerais: Polícia Civil de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Defesa Social, Superintendência Regional de Ensino Metropolitana A e Defensoria Pública de Minas Gerais. Esses já estão definidos. Cada órgão vai indicar o membro representante.

- Procede-se à eleição da Comissão de Representação, cujos membros são os seguintes:

I - Poder Público Federal

Previsão: 2 vagas institucionais

Lista de Candidatos: não houve inscritos

2 vagas não preenchidas

II - Poder Público do Estado de Minas Gerais

Previsão: 10 vagas institucionais

1 - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

2 - Secretaria de Estado de Defesa Social

3 - Superintendência Regional de Ensino Metropolitana-A da Secretaria de Estado de Educação

4 - Defensoria Pública do Estado

6 vagas não preenchidas

III - Poder Público Municipal ou Entidade Representativa de Municípios

Previsão: 2 vagas institucionais

1 - Guarda Municipal de Mariana

2 - Guarda Municipal de Uberaba

IV - Representativas dos Trabalhadores nas Áreas de Segurança Pública e de Justiça

Previsão: 8 vagas institucionais

1 - Associação dos Guardas Municipais de Mariana

2 - Associação dos Guardas Municipais de Nova Lima

3 - Associação dos Oficiais da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais

4 - Associação dos Praças Policiais Bombeiros de Minas Gerais

5 - Centro Social dos Cabos e Soldados de Minas Gerais

6 - Sindicato dos Guardas Municipais do Estado de Minas Gerais

2 vagas não preenchidas

V - Conselhos Comunitários de Segurança Pública – Conseps

Previsão: 3 vagas institucionais

1 - Conselho Comunitário de Segurança Pública de Barbacena – Consep – 03

2 - Conselho Comunitário de Segurança Pública de Itapeçerica

3 - Conselho Comunitário de Segurança Pública de Nepomuceno

VI - Entidades Representativas das Comunidades Terapêuticas

Previsão: 3 vagas institucionais

1 - Associação Mineira de Comunidades Terapêuticas e Instituições Afins

2 - Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas

3 - Pastoral da Sobriedade – Coordenação Nacional

VII - Instituições da Sociedade Civil Organizada ou dos Movimentos Sociais

Previsão: 6 vagas institucionais

1 - Associação de Proteção e Assistência ao Condenado - Nova Lima

2 - Centro de Vida Independente de Belo Horizonte

3 - Centro pela Mobilização Nacional

4 - Estado, Profissionais da Área de Segurança e Sociedade Organizada - Espasso Conseg

5 - Nova Central Sindical de Trabalhadores de Belo Horizonte

6 - Projeto de Música

VIII - Entidades Empresariais

Previsão: 2 vagas institucionais

Lista de candidatos: não houve inscritos

2 vagas não preenchidas

IX - Instituições Acadêmicas

Previsão: 2 vagas institucionais

Lista de candidatos: não houve inscritos

2 vagas não preenchidas

X - Participantes Inscritos Individualmente

Previsão: 2 vagas

1 - Lilia Mirian Vinhol

Vagas totais previstas: 40; vagas preenchidas: 26; vagas não preenchidas: 14.

A Sra. Presidente - Antes de encerrar, queremos, mais uma vez, agradecer, primeiro, a Deus, por nos dar a vida e nos propiciar tantas oportunidades de colocarmos nosso talento a serviço da comunidade, de uma sociedade mais justa. Agradeço ainda a todos e a todas que participaram - entidades, profissionais da segurança, órgãos públicos, assessoria da Casa, Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública, assim como seus membros - a oportunidade de estarmos aqui, juntos. A Presidência quer também dizer que temos de continuar acompanhando os trabalhos. Agora a comissão permanente tem o papel fundamental de fazer acontecer, na prática, as propostas tiradas deste fórum, extremamente representativo no Estado de Minas Gerais. Esse é o compromisso de todos e de todas nós.

Encerramento

A Sra. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 16, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 58ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 1º/9/2010

Presidência dos Deputados José Henrique e Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Suspensão e reabertura da reunião - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 120; discurso do Deputado Padre João; votação secreta do veto; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; suspensão e reabertura da reunião; renovação da votação secreta do veto; manutenção - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.489/2010; requerimento do Deputado Zé Maia; aprovação do requerimento - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.640/2010; requerimento do Deputado Padre João; aprovação do requerimento - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.958; manutenção - Questões de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

José Henrique - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 9h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 20 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 120, que altera a Lei Complementar nº 84, de 25/7/2005, a Lei nº 5.406, de 16/12/69, e transforma os cargos que menciona e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João - Votamos pela manutenção do veto, Sr. Presidente, e contamos com o empenho do próprio Presidente da Casa para garantir a interlocução com o Desembargador Cláudio Costa, Presidente do Tribunal de Justiça. Como existem outras matérias que também são de interesse do Tribunal de Justiça, é importante que o Presidente do Tribunal de Justiça receba os seus servidores para que possamos garantir o entendimento com a Casa e votar matérias de interesse dos servidores do Tribunal de Justiça. Somos pela manutenção do veto.

O Sr. Presidente - As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, o veto ao § 1º do art. 20-E e ao art. 20-G da Lei Complementar nº 84, de 25/7/2005, acrescentados pelo art. 12 da proposição.

- Procede-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 34 Deputados. Não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do § 4º do art. 249 do Regimento Interno, suspende a reunião por 3 minutos para que se configure o quórum necessário para votação. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. A Presidência vai renovar a votação do veto. Em votação, o veto ao § 1º do art. 20-E e ao art. 20-G da Lei Complementar nº 84, de 25/7/2005, acrescentados pelo art. 12 da Proposição de Lei Complementar nº 120.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Ademir Lucas - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fahim Sawan - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 41 Deputados. Votou "não" 1 Deputado. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 120. Oficie-se ao Governador do Estado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.489/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito externo junto à agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW - e dá outras providências. Vem à Mesa requerimento do Deputado Zé Maia em que solicita o adiamento da votação do projeto. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.640/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, no valor de R\$241.149.195,97, em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João em que solicita o adiamento da discussão do projeto. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.958, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Santo Antônio do Gramma. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. Em discussão, o veto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, combinado com os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, o veto.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Ademir Lucas - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fahim Sawan - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 38 Deputados. Votaram "não" 3 Deputados, totalizando 41 votos. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 19.958. Oficie-se ao Governador do Estado.

Questões de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Gostaria que V. Exa. suspendesse a reunião por alguns minutos, porque precisamos entrar em acordo em relação à discussão do projeto do Tribunal de Justiça, que trata da autorização da abertura de crédito suplementar. Estamos buscando o entendimento com o Líder do governo. Os servidores do Judiciário estão nos acompanhando. É necessário que o Desembargador Cláudio Costa, Presidente do Tribunal de Justiça, inicie um processo de negociação com os servidores do Tribunal. Estamos acompanhando a discussão dessa suplementação orçamentária. É necessário que o Projeto nº 3.797 seja colocado em pauta. Em não havendo acordo, faremos obstrução à votação do Projeto de Lei nº 4.640. Para que não haja obstrução, Sr. Presidente, é necessário contato com o Presidente do Tribunal de Justiça para que reabra as negociações com os servidores. Caso contrário, faremos obstrução permanente na votação desse projeto. É importantíssimo que o Presidente do Tribunal de Justiça, o Desembargador Cláudio Costa, tenha sensibilidade, coerência e um pouco de paciência para negociar. Não é colocando um servidor de carreira do Tribunal para negociar com os servidores do Judiciário que haverá convergência e solução, muito menos ressonância dentro deste Plenário. Aqui negociamos diretamente com os nossos servidores; mediamos com o Executivo as negociações dos Secretários de Estado e do Governador. Não é possível que o Presidente do Tribunal se mantenha insensível e distante dos servidores, como vem fazendo. Portanto, estamos pedindo a suspensão dos trabalhos para tentarmos um acordo. Caso isso não aconteça,

iniciaremos um processo de obstrução na votação desse projeto.

O Sr. Presidente - Deputado Sargento Rodrigues, informo a V. Exa. que acabou de ser aprovado requerimento solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 4.640/2010. Portanto, o referido projeto somente poderá ser apreciado na próxima reunião.

O Deputado Carlin Moura - Quero também registrar a compreensão que a nossa bancada PT-PMDB-PCdoB tem quanto à importância de garantirmos quórum às sessões, para o prosseguimento da votação de matérias importantes para Minas Gerais. Mesmo estando em período eleitoral, nossa obrigação primeira é garantir o quórum e proceder às votações. Nossa bancada esteve no Plenário ontem à noite e está presente hoje de manhã, e procedemos à manutenção dos vetos. Queremos, sim, Sr. Presidente, chegar ao momento da votação da suplementação orçamentária do Tribunal de Justiça. Sabemos da necessidade de tal suplementação para que o Tribunal continue exercendo as suas funções, mas queremos registrar também a importância de o Desembargador Cláudio Costa, Presidente do Tribunal de Justiça, receber os servidores do órgão, o Serjusmig e os sindicatos da categoria para negociação de matérias importantes para eles. Estamos solidários com os servidores do órgão e fazemos um apelo ao ilustre Presidente do Tribunal para que abra imediatamente as negociações com os servidores. A nossa bancada estará à disposição nesta Casa para votar matérias que os servidores legitimamente têm pleiteado. Para que tal aconteça, é importante a compreensão do Presidente do Tribunal e o início da negociação o mais rápido possível. Após o diálogo do Presidente com os sindicatos e representantes dos servidores do Tribunal de Justiça, poderemos negociar e votar matérias importantes e pertinentes a eles. A partir daí, poderemos proceder à suplementação orçamentária de R\$241.000.000,00, que permitirá ao Tribunal instalar novas turmas de julgamento e continuar seu processo de interiorização. Somos solidários, então, aos servidores do Tribunal de Justiça e estamos presentes no Plenário da Assembleia.

Aproveitando o tempo que me resta, Sr. Presidente, quero cumprimentar todos os profissionais da área esportiva, pois hoje, 1º de setembro, é o Dia do Profissional de Educação Física. A atuação desse profissional é fundamental para o Brasil de hoje, um país moderno, que enxergou a importância da educação física para a qualidade de vida do povo. O Brasil atualmente é referência no esporte mundial, sediará a Copa do Mundo, a Copa das Confederações, os Jogos Militares, a Paraolimpíada e a Olimpíada. Para o preparo dos nossos jovens e adolescentes ser adequado, é fundamental a participação do profissional de educação física. A orientação desse profissional é a garantia para a realização de um bom trabalho. Esta Casa tem tido uma parceria muito forte com os profissionais de educação física. Realizamos aqui o seminário do esporte, a conferência do esporte e contamos com a presença de vários profissionais. Uma das mais importantes bandeiras levantadas por eles nesses eventos foi a necessidade de uma comissão permanente de esporte e educação física nesta Casa. Foi aprovada tanto no seminário quanto na conferência do esporte a criação dessa comissão permanente na Assembleia Legislativa de Minas. Aproveitando, assim, o Dia do Profissional de Educação Física, parabenizo todos os trabalhadores da área, conclamando os Deputados, as Deputadas e a Mesa para a modificação do Regimento Interno da Assembleia, a fim de concretizarmos esse sonho de criar a comissão permanente de desporto e educação física. Fica aqui o nosso registro.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, quero reiterar o que fizemos no encaminhamento do veto, porque a partir disso veio a decisão do Desembargador Cláudio Costa de receber os servidores do Tribunal de Justiça. O importante para nós, ainda nesta manhã, é que os servidores do Tribunal de Justiça já tenham a data e a hora e que hoje à noite votemos o projeto que garante essa suplementação. Para votarmos à noite, com consciência, é importante termos essa segurança, tanto nós, como Deputados, quanto os próprios servidores. Agradecemos ao Desembargador Cláudio Costa, que deu esse retorno imediato de que receberá os servidores. Nesta Comissão já votamos os vetos, o que proporcionou a chance de votarmos a suplementação à noite. Mas é importante que haja a segurança da data e do horário, porque, se algum Deputado quiser participar, creio que o Tribunal de Justiça ou os servidores não farão restrição. Cumprimento o pessoal do Tribunal de Justiça e quero dizer que há outros projetos importantes do Tribunal. Existe a grande esperança de se fazer, de fato, a justiça. Para que qualquer ação tenha êxito, ela tem que começar dentro de casa. Então, garantir justiça aos servidores do Tribunal de Justiça é um compromisso porque faz parte da sua natureza garantir a justiça, sobretudo para os servidores que, às vezes, pagam para trabalhar. São reivindicações justas: algumas têm que ser simplesmente cumpridas, já, outras estão em construção. Esperamos que haja um entendimento. Faremos essa reunião com o Desembargador Cláudio Costa para garantirmos um avanço nas emendas em relação aos dois projetos que estão tramitando, os Projetos nºs 4.631/2010 e 3.797/2009. É importante dialogar para chegarmos a um entendimento. Cumprimento os servidores pelo desempenho, porque estão cumprindo o dever como representantes de toda a categoria. E é dever nosso buscar melhores condições e segurança no trabalho, além de justa consideração. Encerrando as minhas palavras, cumprimento todos os profissionais de educação física, que ainda são pouco valorizados, apesar de seu papel importante para a saúde do povo mineiro e do povo brasileiro. Tenho a alegria de ter sobrinhos e irmã formados nessa área e que estão contribuindo para a saúde de todos. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 59ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 1º/9/2010

Presidência do Deputado João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Inexistência de quórum para votação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.698/2010; encerramento da discussão - Questão de ordem - Registro de presença - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Carlos Pimenta - Doutor Ronaldo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Padre João - Paulo Guedes - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Walter Tosta.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Gláucia Brandão, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os vetos à Proposição de Lei Complementar nº 120 e à Proposição de Lei nº 19.958, apreciados na extraordinária realizada hoje, pela manhã, o Projeto de Lei nº 4.640/2010, apreciado na ordinária realizada hoje, à tarde, o Projeto de Lei nº 4.413/2010, que recebeu emenda na referida reunião e foi devolvido à Comissão de Fiscalização Financeira para parecer e o Projeto de Lei nº 4.489/2010, que, na mesma reunião, foi retirado de pauta em virtude de acordo da totalidade dos membros do Colégio de Líderes.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação, mas que há para a discussão das matérias constantes na pauta.

Discussão em 1º turno do Projeto de Resolução nº 4.698/2010, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o estágio probatório no âmbito da Assembleia Legislativa e dá outras providências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Questão de Ordem

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, queremos apenas esclarecer mais uma vez e deixar registrada a votação, à tarde, da suplementação orçamentária para o TJ. O entendimento é que só foi possível, na verdade, essa votação quando o Desembargador Cláudio Costa, Presidente do TJ, se comprometeu a reunir-se com os servidores daquele órgão representados nos três sindicatos. Esse gesto do Desembargador nos deu tranquilidade, confiança até mesmo para não prejudicar os próprios servidores, que também dependem dos recursos para que sejam honrados compromissos assumidos anteriormente. Acho que existe aqui uma relação institucional, respeitosa. Tenho a convicção de que a confiança, seja entre pessoas físicas, seja entre pessoas jurídicas, é essencial para preservar o relacionamento. Quando se perde confiança, tanto na relação familiar quanto na relação de amizade ou em relação aos Poderes, acaba tudo. Acreditamos, estamos confiantes na reunião de amanhã, às 14h30min, do Desembargador Cláudio Costa, Presidente, com os sindicatos. Espero que seja uma reunião produtiva; que o Presidente se faça presente durante ela; e que haja encaminhamentos bem concretos, até mesmo para ajudar na tramitação dos projetos nesta Casa - há dois projetos de interesse dos servidores -, porque isso ajudará a estabelecer consenso até mesmo entre o conjunto dos Deputados. Essa é a nossa confiança. Por isso o processo de entendimentos caminhou aqui, hoje pela manhã, e com votação à tarde. Reitero a nossa confiança no Presidente Desembargador Cláudio Costa quanto ao êxito da reunião de amanhã, com os servidores, para haver desdobramentos bem concretos. São inadmissíveis alguns pontos, algumas situações por que passam os servidores do TJ, sobretudo os Oficiais de Justiça. Às vezes eles têm quase que pagar para cumprir um mandado ou uma diligência, sem contar o nível de insegurança que correm. Essas questões, de fato, devem ser aprofundadas e apreciadas por nós. Precisamos avançar para, depois, não haver nenhum questionamento quanto a sua iniciativa. Esse avanço é muito importante para obtermos o apoio de todos os Deputados. Muito obrigado.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência, com muito prazer, registra a presença, nas galerias, de vários servidores da Justiça que estão acompanhando esta reunião extraordinária da Assembleia Legislativa.

A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência encerra, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, a discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.135/2010, uma vez que permaneceu em ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 2, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 15/3/2010

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário, Hely Tarquínio, 2º-Secretário e Sargento Rodrigues, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa delibera: 1ª) Deliberação nº 2.474/2010 - regulamenta a aplicação, no âmbito da Assembleia Legislativa, do disposto na Lei nº 12.903, de 23 de junho de 1998, que define medidas para combater o tabagismo no Estado e proíbe o uso de cigarro e similares nos locais que menciona; 2ª) Deliberação nº 2.475/2010 - altera o art. 14, os incisos I a IV do "caput" do art. 15 e os incisos I a IV do § 1º do art. 16 da Deliberação da Mesa nº 2.336, de 21 de agosto de 2003, e o art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.339, de 11 de novembro de 2003; 3ª) Deliberação nº 2.476/2010 - altera a Deliberação da Mesa nº 2.432, de 8 de setembro de 2008, que dispõe sobre o Sistema de Carreira dos Servidores da Assembleia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Colefar Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de coleta, transporte, incineração e destinação final de resíduos de serviços de saúde - parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Saúde e

Assistência, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao convênio celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Banco do Brasil S.A., tendo como objeto viabilizar a averbação de consignações na folha de pagamento dos servidores, ativos e inativos, eventuais pensionistas, ex-servidores ou os sucessores legais respectivos, que objetivarem tomar empréstimos relacionados à antecipação do recebimento dos valores a que têm direito em função da conversão errônea de seus vencimentos/proventos em Unidade Real de Valor – URV – parecer favorável à inclusão de modificações introduzidas pelas Resoluções nºs 5.216/2007 e 5.323/2009 nos arts. 3º e 4º da Resolução nº 5.216/2004, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Pessoal, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Petrobras Distribuidora S.A., tendo como objeto o fornecimento de combustível para veículos utilizados pela Casa – parecer favorável à ampliação do objeto em 25% (vinte e cinco por cento), autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Reprografia e Transportes, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Panasonic do Brasil Ltda., tendo como objeto a aquisição de equipamentos, peças e acessórios de câmera de televisão – parecer favorável à contratação, feita por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, III, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa opina favoravelmente à abertura de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, tendo em vista a aquisição de veículos O KM, a serem utilizados como veículos de representação e como ambulância, conforme solicitação da Gerência-Geral de Suporte Logístico. A seguir, a Mesa aprova o requerimento em que o Deputado Doutor Rinaldo solicita a alteração de seu nome parlamentar para Doutor Rinaldo Valério. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, por invalidez, a partir de 1º/2/2010, com proventos integrais, calculados em conformidade com os §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, e com a Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004, o servidor Adalberto Marques Rodrigues, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 1º/3/2010, o servidor José Francisco da Cruz, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 16 de março e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 16 de março de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues.

ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 22/3/2010

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário e Hely Tarquínio, 2º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Anta, tendo como objeto a doação de bens móveis avaliados como inservíveis para a Casa – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Caixa Seguradora S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de seguro coletivo de acidentes pessoais para os motoristas e servidores da Contratante – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Município de Ipatinga, tendo como objeto a cessão de uso de duas estações repetidoras da TV Assembleia, de propriedade do Município – parecer favorável, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 24 de março e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 24 de março de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio.

ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 5/4/2010

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário e Hely Tarquínio, 2º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge -, tendo como objeto a prestação de serviços de informática nos segmentos constantes dos Anexos I e II, partes integrantes do contrato – parecer favorável à contratação, feita com dispensa de licitação, com base no art. 24, XVI, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a LS Locações, Serviços e Eventos Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de concepção, planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação de eventos – parecer favorável à correção de erro material de percentual de taxa de administração e retificação de classificação orçamentária por força das Leis nºs 18.693 e 18.694, ambas de 4/1/2010, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Circuito Integrado Comunicação Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de confecção de "clipping" jornalístico de rádio, televisão e internet – parecer favorável à contratação, oriunda do Processo Licitatório nº 42/2009, Pregão Eletrônico nº 40/2009, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina o seguinte ato: aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 4/3/2010, a servidora Magda Maria Magalhães, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 12 de abril e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 12 de abril de 2010.

ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 12/4/2010

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário e Hely Tarquínio, 2º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, através da Deliberação nº 2.477/2010, dispõe sobre a convocação de servidor para a prestação de serviço em regime extraordinário de trabalho, previsto no art. 3º da Resolução nº 5.115/92. A seguir, por meio da Deliberação nº 2.478/2010, a Mesa dispõe sobre o rateio de honorários de sucumbência e sobre os valores a que se refere a Lei nº 18.684/2009, devidos ao ocupante de cargo de Procurador da Assembleia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Atrium Empresa de Viagens e Turismo Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas, nacionais e internacionais, bem como de serviços de reserva de hotéis e traslados – parecer favorável à ampliação do objeto em 25% (vinte e cinco por cento), autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Procedata Informática Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços técnicos de manutenção, com fornecimento de peças e substituição de componentes defeituosos, em três computadores da marca HP, modelo Proliant ML370 – parecer favorável à ampliação do objeto em 25% (vinte e cinco por cento), correspondente ao acréscimo de um computador, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Panasonic do Brasil Ltda., tendo como objeto a aquisição de equipamentos, peças e acessórios de câmeras de televisão – parecer favorável à retificação de especificação de modelo constante no item 1 da subcláusula 1.1, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a IT-One Tecnologia da Informação Ltda., tendo como objeto o fornecimento de software de backup corporativo e prestação de serviços – parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa opina favoravelmente à abertura de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para a contratação de empresa, por um período de 12 meses, para a prestação de serviços de fornecimento de passagens, de todas as empresas aéreas. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 19 de abril e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 19 de abril de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio.

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 16/3/2010

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário e Hely Tarquínio, 2º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro o processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa RM Máquinas e Sistemas Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência técnica em máquinas de franquear correspondência – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente, nos termos do art. 161 da Resolução nº 800, de 5/1/67, que consolida as normas do Regimento Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa, e à vista do Parecer da Mesa tomado em sua reunião de 8/3/2010, assina o seguinte ato: concedendo à servidora Larissa de Freitas Faria, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Redator/Revisor, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, licença sem vencimentos, para tratar de interesses particulares, pelo período de 2 anos, a partir de 24/2/2010. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 22 de março e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 22 de março de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio.

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 24/3/2010

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário, Hely Tarquínio, 2º-Secretário e Sargento Rodrigues, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo: ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e Elizeth Guerra Monteiro M.E., tendo como objeto o fornecimento de livros à Biblioteca Deputado Camilo Prates – parecer favorável à contratação, oriunda do Processo Licitatório nº 1/2010, Pregão Eletrônico nº 1/2010, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Documentação e Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado João Leite – parecer favorável, aprovado; Projeto de Resolução nº 4.390/2010, da Mesa da Assembleia, que altera o valor do índice básico dos vencimentos dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – parecer para o 1º turno, pela aprovação do projeto, aprovado; ao Deputado Doutor Viana, Requerimento nº 5.006/2009, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita seja encaminhado à Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Supram Leste Mineiro, cópia integral do Processo de Licenciamento Ambiental para Instalação das Pequenas Centrais Hidrelétricas de Retiro, Pirapetinga, Cachoeira da Fumaça e Boa Vista, todas do Município de Coroaci – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1; Requerimento nº 5.062/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as providências tomadas com relação ao pronto atendimento aos portadores de silicose, de forma a garantir-lhes diagnóstico adequado – parecer pela aprovação; Requerimento nº 5.315/2009, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que solicita seja encaminhado ao Conselho de Política Ambiental – Copam, relatório de cumprimento das condicionantes ambientais estabelecidas nos licenciamentos ambientais aprovados nos últimos quatro anos, no qual sejam contemplados os temas que menciona – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1; Requerimento nº 5.448/2010, da Comissão de Segurança Pública, em que pleiteia sejam solicitadas à Secretaria de Estado de Defesa Social e à Subsecretaria de Administração Penitenciária informações sobre os treinamentos de tiro oferecidos por essa Secretaria aos agentes de segurança penitenciária efetivos e contratados –

parecer pela aprovação; ao Deputado José Henrique, Requerimento nº 4.981/2009, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER-MG pedido de informações sobre a viabilidade de se instalarem conexões inteligentes para servir ao transporte de passageiros na região do Circuito Montanhas Mágicas da Mantiqueira - parecer pela aprovação; Requerimento nº 4.982/2009, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas - Setop, pedido de informações sobre a viabilidade de se instalarem conexões inteligentes para servir ao transporte de passageiros na região do Circuito Montanhas Mágicas da Mantiqueira - parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.143/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Turismo pedido de informações sobre a programação para implantação de sinalização turística no Município de Poços de Caldas - parecer pela aprovação; Requerimento nº 5.145/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Turismo pedido de informações sobre as ações da Pasta no atendimento ao Circuito Caminhos Gerais, em especial ao Município de Poços de Caldas - parecer pela aprovação; Requerimento nº 5.164/2009, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Turismo pedido de informações sobre as ações e medidas realizadas e previstas para o Circuito Montanhas Cafeeiras de Minas - parecer pela aprovação; Requerimento nº 5.328/2009, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de informações sobre o abandono e a data de retomada das obras de canalização de água potável em São Gonçalo do Rio das Pedras, distrito do Município de Serro - parecer pela aprovação, com a Emenda nº 1; Requerimento nº 5.417/2010, do Deputado Délio Malheiros, em que requer seja encaminhado aos Comandantes-Gerais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, bem como ao Delegado-Geral da Polícia Civil, pedido de informações sobre a existência de regulamentação de vestuário próprio e sobre o credenciamento de fornecedores de uniformes das referidas corporações - parecer pela aprovação, com a Emenda nº 1; ao Deputado Weliton Prado, Requerimento nº 5.041/2009, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que solicita seja encaminhado ao Sr. Fábio Galindo Silvestre, Coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente das Comarcas do Alto São Francisco, pedido de informações sobre as providências que a força-tarefa, constituída pelo Ministério Público Federal, pelo Ministério Público Estadual e pelos órgãos ambientais, adotou em relação à mineração no Município de Pains - parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1; Requerimento nº 5.242/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça pedido de informações sobre pacientes com transtorno mental que cumprem medida de segurança de internação, por comarca e local - parecer pela aprovação, com a Emenda nº 1; ao Deputado Sargento Rodrigues, Requerimento nº 4.615/2009, da Comissão de Participação Popular e da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Transportes pedido de informações sobre o montante recebido com a cobrança de pedágio pelas concessionárias no Estado de Minas Gerais, bem como o montante investido, discriminado por rodovia - parecer pela aprovação; Requerimento nº 5.261/2009, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Comissão de Participação Popular, em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Estado de Meio Ambiente pedido de providências com vistas ao levantamento e fiscalização de cortumes e outros empreendimentos industriais nas Microbacias dos Córregos Liso, Sapé e Coolapa, em São Sebastião do Paraíso, e ao envio dos laudos e relatórios resultantes da fiscalização a essas Comissões - parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1; Requerimento nº 5.449/2010, da Comissão de Segurança Pública, em que pleiteia sejam solicitadas ao Secretário de Defesa Social informações sobre as providências tomadas pela Secretaria quanto à denúncia de ocorrência de fugas na cadeia pública de Várzea de Palma, encaminhada pelo Poder Judiciário local - parecer pela aprovação. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 26 de março e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 26 de março de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues.

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 26/3/2010

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário, Hely Tarquínio, 2º-Secretário, e Sargento Rodrigues, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa, referente ao mês de fevereiro de 2010, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - Fundhab -, referente ao mês de fevereiro de 2010, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos Deputados referentes à aplicação, até 26/2/10, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446, de 15 de junho de 2009. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a CTBC Multimídia Data Net S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de conexão de dados - parecer favorável à ampliação do objeto em 25% (vinte e cinco por cento), autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Zé Maia - parecer favorável, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Alencar da Silveira Júnior - parecer favorável, aprovado; Projeto de Resolução nº 4.390/2010, da Mesa da Assembleia, que altera o valor do índice básico dos vencimentos dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - parecer, para o 2º turno, pela aprovação do projeto, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 2/3/2010, a servidora Rosângela Maria Verdolin, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Taquígrafo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 3/3/2010, conforme situação funcional em 16/12/98, o servidor Walter de Oliveira Cobucci Filho, ocupante do cargo de Oficial de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 5 de abril e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 5 de abril de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues.

Ata da 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Participação Popular na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 19/8/2010

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Eros Biondini e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão e a discutir e votar proposições da Comissão. Comunica, ainda, o recebimento de ofício da Sra. Ana Lúcia Gazolla, Secretária de Estado de Desenvolvimento Social, publicado no "Diário do Legislativo" em 13/8/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. No encaminhamento de votação de requerimento do Deputado Eros Biondini em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater sobre a rede de franquias da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, é aprovado requerimento do Deputado Carlin Moura de adiamento de votação da proposição. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares,

convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2010.

André Quintão, Presidente.

Ata da 4ª Reunião Especial da Comissão de Participação Popular na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 27/8/2010

Às 9h2min, comparece no Plenário o Deputado André Quintão, Presidente da Comissão. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, aprova-a e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a aprofundar a discussão sobre a importância dos trabalhadores sociais na consolidação do Suas e os avanços e desafios da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB-RH. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Rogério de Oliveira Silva, Conselheiro do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, e Ronaldo José Sena Camargos, representante do Fórum Mineiro de Defesa e Fortalecimento do Suas; e as Sras. Márcia Helena Carvalho Lopes, Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Simone Aparecida Albuquerque, Diretora de Gestão do Sistema Único de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Maria Rosângela Pinheiro Dâmaso, Presidente do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, Jucimeri Isolda Silveira, Presidente do Conselho Regional de Serviço Social do Paraná, Elizabeth Engert Milward de Almeida Leitão, Secretária Adjunta de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Júlia Maria Muniz Restori, Presidente do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social de Minas Gerais, Neuza Maria de Lima, Coordenadora do Fórum dos Trabalhadores da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social de Belo Horizonte, e Maria Lúcia Miranda Afonso, Consultora em Políticas e Programas Sociais e Coordenadora da Pós-Graduação em Intervenção Psicossocial em Políticas Públicas da UNA-BH, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições, e entrega à Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome documento sobre o debate público "Consolidando o Sistema Único de Assistência Social", realizado em 9/7/2010. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 2010.

André Quintão, Presidente - Ademir Lucas - Gustavo Valadares.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 8/9/2010

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.687/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários ou integrantes de carteiras de ativos diversos e demais créditos de propriedade do Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.699/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a negociar os direitos e créditos de natureza agrícola securitizados, adquiridos pelo Estado no processo de privatização do Bemge e do Credireal, alongados nos termos da Lei Federal nº 9.138, de 29/11/95, e da Resolução nº 2.238, de 31/1/96, do Banco Central do Brasil, regidos pelas normas específicas ditadas pelo Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação das Emendas nºs 2, 3 e 4.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.698/2010, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o estágio probatório no âmbito da Assembleia Legislativa e dá outras providências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.238/2009, do Deputado Zezé Perrella, que cria no âmbito do Estado o Banco de Ossos para fins de transplante e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.277/2009, da Comissão de Participação Popular, que altera o art. 3º da Lei nº 11.824, de 6/6/95, que dispõe sobre a obrigatoriedade da veiculação de mensagens de conteúdo educativo nas capas e contracapas de cadernos escolares adquiridos pelas escolas públicas. (Originado da Proposta de Ação Legislativa nº 814/2009.) A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.642/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública localizados no Estado. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.135/2010, do Governador do Estado, que autoriza a Fapemig a alienar os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 8/9/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Minas e Energia na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 8/9/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 24ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 8/9/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4.413/2010, do Governador do Estado (sobre emenda a Emenda nº 2); 3.616/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 3.666/2009, do Deputado Zé Maia; 4.036/2009, do Deputado Dinis Pinheiro; 4.102/2009, do Deputado Inácio Franco; 4.701, 4.706, 4.707, 4.718 a 4.721 e 4.736/2010, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10h30min do dia 8/9/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.380 e 4.381/2010, do Deputado Mauri Torres; 4.488 e 4.537/2010, do Governador do Estado; 4.514/2010, do Deputado Duarte Bechir; 4.523/2010, do Deputado Antônio Júlio; 4.546/2010, da Deputada Gláucia Brandão; 4.579/2010, do Deputado Inácio Franco; 4.625/2010, do Deputado Rômulo Veneroso; 4.692/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 4.695/2010, do

Deputado Célio Moreira.

Requerimentos nºs 6.568 e 6.584/2010, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 8/9/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 16ª Reunião Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 8/9/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.837/2009, do Deputado Vanderlei Jangrossi; 4.060/2009, do Deputado Arlen Santiago; 4.354/2010, da Deputada Rosângela Reis; 4.548/2010, do Deputado Célio Moreira; 4.568/2010, do Deputado Wander Borges; 4.677/2010, do Deputado Zezé Perrella; 4.693/2010, do Deputado Juninho Araújo; 4.714/2010, do Deputado Eros Biondini; 4.727/2010, do Deputado Leonardo Moreira; 4.733/2010, do Deputado Délio Malheiros; 4.734/2010, do Deputado Célio Moreira; 4.743/2010, do Deputado Durval Ângelo; 4.744/2010, do Deputado Ademir Lucas; 4.746/2010, do Deputado Tenente Lúcio; 4.754 e 4.755/2010, do Deputado Eros Biondini; 4.757/2010, do Deputado Ademir Lucas; 4.759/2010, do Deputado Tenente Lúcio; 4.762 e 4.764/2010, do Deputado Padre João.

Requerimentos nºs 6.570 e 6.580/2010, do Deputado Wander Borges; 6.592/2010, da Comissão de Direitos Humanos; 6.601 e 6.602/2010, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 18ª Reunião Ordinária da Comissão de Redação na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 8/9/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h45min do dia 8/9/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.480, 6.482 e 6.483/2010, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; 6.523 e 6.524/2010, do Deputado Wander Borges; 6.531/2010, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 6.561; 6.562/2010, do Deputado Carlin Moura; 6.590/2010, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Cultura na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 8/9/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.414/2008, do Deputado Fábio Avelar; 4.723/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 4.763/2010, do Deputado Padre João.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 24ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 8/9/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e 20 horas do dia 8/9/2010, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Resolução nº 4.698/2010, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o estágio probatório no âmbito da Assembleia Legislativa e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 3.238/2009, do Deputado Zezé Perrella, que cria no âmbito do Estado de Minas Gerais o Banco de Ossos para fins de transplante e dá outras providências; 3.277/2009, da Comissão de Participação Popular, que altera o art. 3º da Lei nº 11.824, de 6/6/95, que dispõe sobre a obrigatoriedade da veiculação de mensagens de conteúdo educativo nas capas e nas contracapas de cadernos escolares adquiridos pelas escolas públicas; 3.642/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública localizados no Estado; 4.135/2010, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais a alienar os imóveis que especifica; 4.687/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários ou integrantes de carteiras de ativos diversos e demais créditos de propriedade do Estado de Minas Gerais; e 4.699/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a negociar os direitos e créditos de natureza agrícola securitizados, adquiridos pelo Estado no processo de privatização do Banco do Estado de Minas Gerais S. A. e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A., alongados nos termos da Lei Federal nº 9.138, de 29/11/95, e da Resolução nº 2.238, de 31/1/96, do Banco Central do Brasil, regidos pelas normas específicas ditas pelo Conselho Monetário Nacional e dá outras providências; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 3 de setembro de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 62/2010

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Agostinho Patrus Filho, Antônio Júlio, Durval Ângelo e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/9/2010, às 9h45min, no Plenarinho IV, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 3 de setembro de 2010.

Carlos Mosconi, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.837/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Vanderlei Jangrossi, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Beneficente do Leste Mineiro – Abelem –, com sede no Município de Águas Formosas.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ele, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.837/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Beneficente do Leste Mineiro – Abelem –, com sede no Município de Águas Formosas, entidade sem fins lucrativos, fundada em 2009, com o objetivo de colaborar para o exercício da cidadania da população menos favorecida dessa região.

Com esse propósito, desenvolve trabalhos assistenciais que visem à proteção da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso; realiza atividades de integração cultural, desportiva, recreativa e de natureza social, possibilitando a seus assistidos capacitação profissional e integração no mercado de trabalho; incentiva a inclusão na comunidade de pessoas em situação de vulnerabilidade social; luta pela promoção da saúde comunitária e da educação, bem como pela habilitação e pela reabilitação dos portadores de deficiência.

Considerando a relevância do trabalho desenvolvido pela Abelem, é oportuno e meritório que lhe seja outorgado o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.837/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 3 de setembro de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.714/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Eros Biondini, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação São Miguel Arcanjo, com sede no Município de Divinópolis.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.714/2010 pretende declarar de utilidade pública a Associação São Miguel Arcanjo, com sede no Município de Divinópolis, que possui como finalidade promover ações nas áreas de educação, cultura e assistência social, visando à proteção da criança e da família. Para tanto, trabalha em prol da inviolabilidade da vida humana desde a concepção e defende os direitos e interesses previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente; promove a educação e a saúde da criança e da família; disponibiliza serviços gratuitos de atendimento às necessidades de seus assistidos; presta acolhimento e assistência a gestantes; elabora, fomenta e apoia ações comprometidas com suas iniciativas.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.714/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 3 de setembro de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.733/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Délio Malheiros, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação de Proteção à Infância – Lactário São José, com sede no Município de Além Paraíba.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.733/2010 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Proteção à Infância – Lactário São José, com sede no Município de Além Paraíba, que possui como finalidade promover ações que visam ao amparo da infância.

Na consecução de sua meta, a entidade mantém uma creche para seus assistidos, onde lhes presta atendimento nas áreas da saúde, da educação e do lazer. Dessa maneira, disponibiliza para as crianças um ambiente saudável, visando a melhorar suas condições de vida e proporcionar-lhes bem-estar.

Esclareça-se que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem por finalidade retificar o nome da entidade, de acordo com o consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.733/2010, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 3 de setembro de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.746/2010

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Tenente Lúcio, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública o Clube Soroptimista de Uberlândia, com sede no Município de Uberlândia.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.746/2010 pretende declarar de utilidade pública o Clube Soroptimista de Uberlândia, com sede no Município de Uberlândia, entidade constituída de voluntárias, administradoras de negócios e profissionais que trabalham em projetos para a promoção da qualidade de vida e a superação dos obstáculos e a discriminação enfrentados pelas mulheres, visando à defesa de seus interesses.

Assim, o Clube Soroptimista de Uberlândia, fundado em 1995, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objetivos promover a educação e a saúde; prestar serviços voltados às necessidades de crianças, adolescentes e adultos; estabelecer intercâmbio com instituições afins, realizar pesquisas e publicações, além de eventos, a fim de divulgar os resultados de seus projetos, favorecer a troca de informações e propiciar a construção do conhecimento.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.746/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 3 de setembro de 2010.

Ivair Nogueira, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 31/8/2010

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente e meus colegas Deputados integrantes deste Parlamento mineiro, venho aqui hoje tratar de alguns assuntos que entendo da maior importância. Estamos vivendo hoje o chamado caos na saúde privada, em que os planos de saúde, infelizmente, na preocupação maior de arrematar novos clientes, acabam deixando de lado o respeito mínimo ao consumidor, que, muitas vezes maltratado pelo SUS, recorre a uma empresa privada de plano de saúde.

O que vemos é a redução vertiginosa do número de leitos na rede hospitalar privada, e, ao contrário do que ocorre na captação de clientes, os planos estão cada dia mais portentosos. O resultado dessa situação é o drama dos consumidores que precisam de um atendimento em UTI e CTI e não conseguem. Quando precisam marcar uma consulta com um médico especialista em um plano de saúde, só conseguem a consulta para daqui a dois ou três meses.

Vejo nesta semana, por exemplo, que um plano de saúde de Belo Horizonte está orientando as pessoas a não procurar o Hospital Felício Rocho, uma das casas de saúde mais tradicionais do Estado, que conta nos seus quadros com profissionais renomados, que tem uma infraestrutura que não perde em nada para os grandes hospitais, especialmente de São Paulo.

O próprio plano de saúde pede ao consumidor não procurar o Hospital Felício Rocho nos próximos dias. Por que isso? Porque percebemos a degradação das relações entre o plano de saúde e o consumidor, por culpa exclusiva do primeiro. O Tribunal de Justiça condenou ontem a Unimed a indenizar um consumidor por danos morais no valor de R\$9.000,00. Está no "site" do Tribunal, e isso aconteceu em razão da

injustificada negativa de atendimento ao consumidor, que procurou o plano de saúde e não foi atendido. Então, há descaso dos planos de saúde, que, como disse, querem arrecadar cada dia mais. Eles colocam os consumidores como verdadeiros reféns, escravizam os médicos cooperados ou credenciados, que recebem valores ínfimos por prestarem serviços de extrema responsabilidade.

Portanto, a pedido deste e de outros Deputados que estivemos no Rio de Janeiro juntamente com o Dr. Édson, do Ministério Público, acreditamos que a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS - deverá adotar uma postura firme contra esses abusos dos planos de saúde nos próximos dias. Estes praticam o que chamamos de "overbooking", ou seja, vendem mais contratos do que a capacidade de atendimento da rede. É uma situação absolutamente inaceitável, que coloca em risco a vida do próprio consumidor, porque este compra um plano e, quando mais precisa, não consegue atendimento. Muitas vezes esse consumidor paga um valor absurdo e morre na fila do plano de saúde. Estamos assistindo, como eu disse, ao crescimento descabido do número de associados de um plano.

E outros planos virão. Temos notícia de que um plano do Rio de Janeiro virá para Belo Horizonte. Qual será a rede credenciada, quantos médicos estarão disponíveis nesse plano de saúde ou será que ele repetirá a história de vender aquilo que não tem para entregar? Se um comerciante vende um produto e não tem como entregá-lo, ele evidentemente responderá por crime contra o consumidor.

O Deputado Carlos Pimenta - Permite-me aparte, Deputado?

O Deputado Délio Malheiros - Pois não, Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Exa. Quando se fala em planos de saúde, Deputado, é necessário que se diferencie, que se separe os planos de saúde que efetivamente são responsáveis hoje por praticamente 30% do atendimento do povo brasileiro dos planos que estão chegando de última hora, como os famosos cartões de descontos, que se confundem com os planos de saúde. Estes, desestruturados, certamente causam prejuízo muito grande à sociedade.

É também importante usarmos a tribuna e a oportunidade que temos neste Plenário para mostrar hoje a ineficiência do SUS. O governo federal é responsável por praticamente 70% do atendimento e gasta 20% do que se gasta na saúde pública do País como um todo. O SUS precisa de uma reavaliação, de uma força muito grande. Não digo V. Exa., mas, muitas vezes, as pessoas jogam a culpa na saúde médica complementar, naquela a que as pessoas têm acesso. Temos bons planos de saúde, que prestam grande assistência e que não vendem mais serviço do que podem, pelo contrário. V. Exa. sabe perfeitamente que estão vindo planos de outras empresas, de outros Estados, as multinacionais para Belo Horizonte. Mas temos alguns planos de saúde, entre os quais destaco a Unimed, que são planos corretos, sérios. Hoje a Unimed conta com mais de 5 mil médicos prestando assistência ao povo de Belo Horizonte e região metropolitana. São cerca de 1 milhão de usuários, e o grau de satisfação chega a quase 90%. Seria importante para nós, que tanto defendemos a saúde pública, garantirmos ao brasileiro acesso não apenas à saúde pública de qualidade, mas também a bons e sérios planos, como a nossa Unimed. É necessário haver essa diferenciação.

Quando V. Exa. diz que os planos estão vendendo mais do que podem prestar e as pessoas estão na fila e comprando gato por lebre, estamos generalizando. Isso é um perigo. Não podemos correr esse risco, pois conhecemos o trabalho que a Unimed presta, assim como outros bons planos de saúde. O que está ocorrendo é essa avalanche de cartões pré-pagos e de desconto que se confundem num todo como um plano de saúde e não dão a assistência médica que deveriam dar.

O Deputado Délio Malheiros - Muito obrigado, Deputado Carlos Pimenta. V. Exa. falou sobre a Unimed. Essa cooperativa está agora envolvida na campanha de um candidato ao Senado. O que estamos cobrando dela é o respeito ao consumidor. Pode até chegar a 2 milhões de associados, mas é preciso que cresçam na mesma proporção os médicos e os hospitais credenciados. O que vemos também no caso da Unimed é a redução no número de leitos. Por exemplo, enquanto construiu 200 leitos, conseguiu vender mais de 300 mil contratos. É importante que ela faça crescer a rede de credenciados e hospitais na mesma proporção. O consumidor não pode correr o risco de chegar ao hospital e morrer por falta de atendimento na rede credenciada. Reconhecemos a importância do trabalho da Unimed, no entanto ela há de reconhecer que é preciso mudar, melhorar, atender bem o consumidor e ter respeito pelos médicos. Muitas vezes temos percebido a falta de respeito pelo paciente. Tanto é que todos os dias o Judiciário tem condenado essa cooperativa a indenizar, como o caso que saiu hoje no Tribunal de Justiça.

Portanto todas as empresas e cooperativas precisam reconhecer que é necessário melhorar. Não podem simplesmente aumentar vertiginosamente o número de credenciados. Essa empresa que virá do Rio - se é que virá - terá de provar, como se diz, a suficiência e a capacidade do atendimento ao usuário. Não podemos conviver com esta situação: usuários que não conseguem vagas em CTI e UTI nem consultas especializadas. É disso que estamos reclamando. Concedo, com muito prazer, aparte ao Deputado Doutor Viana, a quem peço que seja breve, pois preciso também tratar de um outro assunto.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)* - Serei breve. Agradeço-lhe o aparte. Como médico, não poderia deixar de manifestar-me. Aliás, a sua esposa também é médica. Sabemos que um plano da grandiosidade da Unimed, que foi citada, realmente pode ter uma ou outra falha. Não estou aqui contratado para ser o seu defensor. Sou médico da Unimed e conheço bem o plano. É claro que, ali e acolá, pode haver uma falha, um escape e alguém que pode entrar na Justiça. Isso é comum em todo grande plano como é a Unimed. Aqui mesmo na Assembleia, a pedido dos funcionários, brigamos para o retorno da Unimed, pois o outro plano utilizado durante um ano foi um desastre. É claro que a Unimed tem uma satisfação nesta Casa de 90% - não foi de 100%, porque não foi fechada uma parceria com o Hospital Mater Dei e, na verdade, não porque ela não queira.

Nobre Deputado, a Unimed, nos últimos anos, procura ampliar realmente isso e construiu um hospital em Contagem - estive na inauguração -, o qual foi uma boa solução, pois aliviou bastante a demanda daquela região. Antes vinha tudo para cá. Há aproximadamente um ano, foi inaugurado um hospital dela em Belo Horizonte. Além disso, construiu um há quatro anos no Grajaú e fez outros convênios.

A demanda de saúde cresceu. Com muita ênfase, V. Exa. notifica a necessidade de melhorar o atendimento do SUS. Toda hora o nosso Presidente diz que é o melhor programa, mas ele mesmo não o usa. Queremos que ocorra melhoria. Continuaremos brigando, mas não no sentido pejorativo de que o plano está crescendo e não está se preocupando em acompanhar e dar cobertura. Às vezes pode ocorrer uma ou outra necessidade. Não são todos os usuários que são atendidos, mas, de um modo geral, ele satisfaz. Um exemplo que podemos dar é a satisfação que há dentro desta própria Casa.

Agradeço a V. Exa. o aparte. A sua cobrança tem fundamento, mas não nessa dimensão, pois exagera um pouco quando diz que o plano está crescendo demais e não se está fazendo nada para dar suporte aos usuários. Obrigado.

O Deputado Délio Malheiros - Muito obrigado, Deputado Doutor Viana. Reitero o que tenho dito: é preciso ouvir o usuário e verificar o que está acontecendo no mercado, porque o plano precisa atendê-lo corretamente.

Sr. Presidente, quero falar sobre um segundo assunto que me deixa muito à vontade: a merenda saudável nas escolas. É um projeto de nossa autoria, que se transformou em lei. Recentemente tive a grata satisfação de ouvir do querido Pe. Fernando, Diretor do Colégio Santa Maria e pertencente à igreja do Prado, que para ele foi um ganho enorme a alimentação saudável implantada no 1º e no 2º grau. Agora as crianças contam com alimentos que não são gordurosos, que não são perigosos para a saúde. Essa medida adotada em razão da lei veio contribuir para

a redução da obesidade infantil. Deixo aqui meus agradecimentos às palavras elogiosas do Pe. Fernando, da igreja do Prado.

Quero também, Sr. Presidente, pedir o empenho desta Casa para a inserção, na pauta, do projeto que interessa aos servidores do Judiciário. Esse projeto está aqui desde 2009. Precisamos, rapidamente, estudá-lo, analisar seu conteúdo e, se possível, aprová-lo neste ano, a fim de que os Oficiais de Justiça e os servidores do Judiciário sejam contemplados com a modificação legislativa que implementará o nível superior, adicionais a que eles fazem jus, bem como com melhorias nas condições de trabalho.

Também quero pedir ao Executivo, Sr. Presidente, que nos apresente solução, o mais rápido possível, para os bens que se encontram no Estádio Governador Magalhães Pinto, nosso Mineirão. A imprensa vem noticiando que as cadeiras desse estádio estão sendo colocadas em local inapropriado, o que pode acarretar problemas para a utilização em futuro próximo. Portanto esperamos que o Executivo, quem sabe, doe esses bens, transfira-os aos Municípios, especialmente as cadeiras do Mineirão, que poderão equipar vários estádios no interior de Minas Gerais. Com isso, poderá ser transferido para essas cidades um pouco dessa bela história do Estádio Governador Magalhães Pinto.

Era o que tinha a dizer. Também quero deixar registrado que não tenho, em relação à Unimed, nenhuma crítica pessoal, mesmo sabendo que a diretoria está envolvida em campanha partidária. O que queremos são melhorias para os usuários desse e de qualquer outro plano. Que não venha outro plano de fora do Estado para cá sem oferecer condições mínimas aos consumidores mineiros, porque, certamente, enfrentarão a Justiça e a nossa resistência se não comprovarem que sua rede de credenciamento, que seus médicos credenciados têm condições de atender satisfatoriamente os consumidores mineiros.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e público presente, boa tarde. Cumprimento especialmente os servidores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Estamos atentos à votação do projeto de vocês e esperamos resolver essa questão o mais breve possível, pois consideramos justa a reivindicação, e mais do que necessária a votação.

Sr. Presidente, ontem, dia 30 de agosto, nossa cidade de Contagem completou 99 anos de emancipação política. É uma data importante para esse que é, sem dúvida, um dos Municípios mais significativos de Minas Gerais. Contagem hoje possui uma população de quase 700 mil habitantes, é a segunda maior cidade de Minas, um dos polos industriais mais importantes do Estado e a terceira maior arrecadação de Minas Gerais.

Contagem vem passando por um momento bastante auspicioso na sua história, refletindo o bom momento da economia brasileira e colhendo os bons frutos sob a administração justa, eficaz e eficiente da Prefeita Marília Campos. Temos passado por um grande processo de revitalização dos cinco distritos do parque industrial, caminhando para a construção do sexto, próximo à Ceasa. Está havendo uma grande expansão do parque industrial, com a retomada dos investimentos, a chegada de novas indústrias e a ampliação da produção das já existentes, batendo recordes. A cidade vem elevando sua produção econômica e industrial.

Recentemente, tivemos uma excelente notícia. Entre as cidades economicamente mais desenvolvidas do Brasil, Contagem saiu da 32ª posição e agora ocupa a 28ª. A ascensão nos indicadores econômicos demonstram que Contagem vive um bom momento. E, como fruto desse crescimento econômico, tivemos a sinalização de que receberá novos investimentos na área de hotelaria, preparando-se para ser polo central na Copa de 2014. Contagem está recebendo investimentos para a construção de três novos hotéis e de um terceiro "shopping center" na região do Ressaça. Esse será um novo polo importante de desenvolvimento para o Estado de Minas Gerais.

Destacamos o trabalho árduo da Prefeita Marília Campos, que não tem medido esforços para ampliar os investimentos próprios nas áreas de infraestrutura, saneamento básico, trânsito e avenidas sanitárias. A Prefeita tem dedicado investimentos do próprio Orçamento a obras importantes de infraestrutura e, por meio dos projetos apresentados e de parcerias com o governo federal, tem trazido outros investimentos importantes, por exemplo, nas regiões do Ressaça e do Nacional, onde está em andamento a construção de diversas avenidas sanitárias e redes de esgoto, e nas regiões de Nova Contagem e do Retiro, com obras importantes de infraestrutura.

Em parceria com o governo federal, Contagem é a cidade que, proporcionalmente, recebe um dos maiores investimentos do PAC, entre eles a obra do projeto Minha Casa, Minha Vida. Já está em andamento a construção de diversos conjuntos habitacionais de apartamentos populares com dois e três quartos. Esses apartamentos para a população de baixa renda estão sendo construídos nas regiões do Maria da Conceição, Beatriz e Retiro.

A maior obra do PAC em andamento em Minas Gerais é, na região da Vila São Paulo, a continuidade da Via Expressa, da Av. Teresa Cristina, que margeia o Ribeirão Arrudas, fazendo a ligação com a região do Barreiro. A obra está em pleno andamento e em grande velocidade, também com a construção de apartamentos nessa vila, pelo programa Minha Casa Minha Vida. O importante nessa obra é que as pessoas serão mantidas no local, ou seja, terão direito à sua habitação no próprio local em que construíram suas referências de vida, de família e de vizinhança. Essa obra ilustra o bom momento pelo qual vem passando Contagem.

A cidade também vem-se desenvolvendo muito nas diversas áreas sociais, com programas de inclusão social. Estão funcionando todas as Casas da Família, e em pleno andamento vários programas de assistência a famílias carentes, de erradicação do trabalho infantil e do Bolsa-Família, por meio da importante parceria com o governo federal.

A cidade também avança do ponto de vista dos investimentos na área esportiva, com a abertura de diversos espaços esportivos. Várias obras já foram entregues à população, como a reforma do Poliesportivo do Riacho e do Centro Esportivo do Bairro Tropical. Agora, dá-se início à construção da Praça da Juventude pelo Ministério dos Esportes, com espaço para diversas práticas esportivas, como futebol de campo e de salão, caminhadas e salão de jogos. Tudo isso será construído na região do Nacional, no Bairro Amendoeiras, com a preservação das muitas nascentes existentes no local.

Também há avanços significativos na área cultural. Para comemorar esses 99 anos, realizaram-se eventos importantes, como a apresentação da cantora Mart'ália e de diversos grupos musicais, como o Parangolê. Realizou-se também o Festival de Culinária do Município, com ênfase na culinária com a abóbora, produto que é símbolo de Contagem.

A cidade vive um bom momento. Ela cresce e se desenvolve, com geração de emprego e renda, tornando-se exemplo de crescimento e desenvolvimento econômico para Minas Gerais e para o Brasil. Tudo isso é fruto de um grande esforço e de um trabalho amplo, criativo e suprapartidário, porque a Prefeita Marília Campos, com sua capacidade de diálogo e amplitude de visão, consegue fazer um governo de coalizão, em parceria com a Câmara Municipal de Contagem, que também tem papel de destaque na obtenção de investimentos e melhorias para a nossa cidade.

É claro que nós, que entramos hoje no primeiro dia do nosso centenário - que se completará em 30/8/2011 -, ainda temos pela frente importantes desafios, cuja solução torna-se cada vez mais necessária. Precisamos ampliar ainda mais a nossa rede de ensino infantil. Desde já,

lembramos que a Prefeita Marília Campos está para entregar ao Município sete novas unidades do Centro Municipal de Educação Infantil - Cemei.

A educação do nosso Município teve o maior índice de aprovação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb. Tivemos os melhores indicadores de Minas Gerais e a escola pública municipal mais bem avaliada pelo Ideb.

Apesar desses importantes avanços, é preciso avançar mais na área educacional. Além disso, precisamos avançar, de forma muito especial, na saúde do Município, que ainda é um gargalo. Contagem é a única grande cidade de Minas Gerais que sobrevive apenas com a rede municipal, pois não conta com hospitais das redes estadual e federal ou da Fhemig. A demanda sobrecarrega a rede municipal, o que faz com que a Prefeita e a Prefeitura dispensem grande esforço a essa questão. Investimos cerca de 30% da receita do Município em saúde, mas ainda não é suficiente para dar conta da demanda. Como disse, a demanda hospitalar não tem o apoio das outras redes. No passado, tivemos até mesmo dificuldade para encontrar redes conveniadas com os hospitais particulares em virtude de descompromissos de pagamentos, que agora estão sendo retomados. Como citou o Deputado Doutor Viana, o bom exemplo diz respeito ao Hospital da Unimed, que, sem dúvida, tem contribuído para diminuir as dificuldades que a saúde pública de Contagem passa. A Prefeitura e a Prefeita Marília Campos têm feito a sua parte para que Contagem continue no bom caminho.

O outro desafio diz respeito à segurança pública em Contagem. Por ser uma cidade grande, uma cidade operária, onde as pessoas acordam muito cedo para trabalhar e que funciona em três turnos, além de se reforçar a segurança, precisamos da presença permanente das forças públicas de segurança, que muitas vezes deixam a desejar.

Recentemente, mais uma vez o Bairro Industrial sofreu com um novo maníaco sexual ameaçando famílias, crianças e adolescentes. Neste momento realizaremos audiência na Comissão de Segurança Pública para cobrar providências mais rigorosas por parte do poder público, das Polícias Militar e Civil, para colocarmos esse maníaco na cadeia.

Estamos aqui para parabenizar o povo de Contagem, os trabalhadores, os gestores públicos, os Vereadores e, de forma muito especial, a Prefeita Marília Campos, que conduz tão bem os destinos e o rumo de Contagem no ano em que esta completa 99 anos de emancipação política e que estará a frente do nosso Município no ano do seu centenário, que será comemorado no dia 30/8/2011. Parabéns, Contagem, pelo grande exemplo que os trabalhadores da cidade dão a Minas Gerais e ao Brasil.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o motivo que me traz à tribuna é o editorial do jornal "Estado de Minas" de hoje, 31/8/2010, que trata do Viaduto das Almas nas redondezas da cidade de Congonhas, no início da BR-040 ligando Belo Horizonte ao Rio de Janeiro.

O editorial tem o título "A ponte das trapalhadas" e, de maneira muito objetiva e brilhante, narra o que aconteceu e vem acontecendo com a construção do novo viaduto para substituir o Viaduto das Almas, e a constante enrolação por parte do governo federal na entrega desse viaduto à população mineira e a todos os que transitam por aquela rodovia.

Sr. Presidente, gostaria de ler uma parte do editorial. (- Lê:)

"De obra de arte da engenharia rodoviária dos anos 1950 a monumento ao descaso, o Viaduto das Almas não tem encontrado dificuldade para continuar resistindo a todas as tentativas de desativá-lo. À sua vasta coleção de vítimas - muitas fatais - soma-se interminável novela de percalços, imperícias e deficiência técnica. A substituição do perigoso viaduto acabou transformando-se em impasse. Enquanto o perigo e os acidentes permanecem no mesmo lugar, os cerca de 15 mil motoristas, obrigados a enfrentar todo dia o risco da ponte estreita e em curva, avistam, bem perto dali, o novo viaduto, pronto há meses. É como uma joia valiosa exposta em uma vitrine: bela, mas inalcançável. O substituto do Viaduto das Almas ainda está longe de cumprir sua missão. Para construí-lo, os técnicos do DNIT, órgão do Ministério dos Transportes, parece ter pensado em tudo, menos na prosaica necessidade de ligar a obra a sua função, isto é, na variante de acesso à rodovia. Prometida e adiada várias vezes, ninguém mais acredita na inauguração da obra, que já consumiu pesadas verbas pagas pelo contribuinte. Só o viaduto custou R\$27.000.000,00. As obras de ligação do novo viaduto à rodovia" - que o DNIT havia se esquecido de licitar - "chegaram a ser tocadas, ao custo de R\$20.000.000,00". Além dos R\$27.000.000,00 gastos na obra de arte do próprio viaduto, o governo federal já gastou mais R\$20.000.000,00 para fazer o acesso, que havia sido esquecido por eles, até o novo viaduto que substituirá o Viaduto das Almas. "Mas, antes mesmo de concluídas, as encostas cederam. Resultado: mais uma prorrogação na tumultuada vida do velho viaduto".

Cito em seguida: "E lá se vão mais R\$13.000.000,00 por conta das encostas, elevando para R\$60.000.000,00 o gasto com a tentativa, até agora sem êxito, de livrar os usuários daquele trecho da BR-040..."

Sr. Presidente, fiz questão de ler parte do editorial do jornal "Estado de Minas" de hoje, porque, como Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas da Assembleia Legislativa de Minas, já estive por mais de duas vezes visitando o Viaduto das Almas e o novo viaduto, "in loco", e cobrando do DNIT solução para esse problema, que chega a ser um dos principais encontrados nas rodovias federais que cortam o Estado de Minas Gerais, e até hoje não chegamos à solução esperada pelos mineiros e por todos os que passam por aquela rodovia. Continuamos correndo o risco de perder mais vidas por conta do Viaduto das Almas, que continua funcionando nos dois sentidos. Enquanto isso o outro viaduto, que já consumiu R\$47.000.000,00, não teve sua inauguração concluída, mais uma vez, por descaso, por incompetência, por má gestão do atual governo federal, do atual Presidente da República, Lula, e dos seus auxiliares. Não podemos compactuar com esse tipo de administração. Minas não merece isso, o Brasil não merece isso. Já se passaram três, quatro anos desde o início das obras do novo viaduto. A sua inauguração já foi marcada por mais de quatro vezes, com data e hora marcadas. Mas quando a data se aproxima, recebemos a notícia, como agora, de que teremos de esperar mais um tempo. O boato que corre, Sr. Presidente, é que em breve o governo federal e o DNIT vão nos presentear com uma faixa, um sentido do novo viaduto, o que não resolverá em absolutamente nada o nosso problema. O mais importante e preocupante é que já foram gastos R\$47.000.000,00, e estão previstos mais R\$13.000.000,00 para resolver os problemas das encostas que cederam. No entanto, não temos a solução, a obra não foi entregue à população mineira. O que venho fazer aqui, hoje, Sr. Presidente, nada mais é do que alertar a população para o fato de que não podemos compactuar com esse tipo de administração. O governo de Minas dá um exemplo, pois administra corretamente o Estado, propõe prazos e valores definidos para obras antes mesmo do início delas. Ao longo dos últimos sete anos foi dessa forma que foi feito em Minas Gerais. Em contrapartida, o governo federal toca obras de maneira despreparada, sem nenhum planejamento, sem orçamento definido, e acaba chegando à situação como se encontra o novo viaduto que substituirá o Viaduto das Almas.

Dou mais um exemplo, Sr. Presidente. V. Exa., que é um incansável batalhador e que percorre os quatro cantos de Minas, sabe que na BR-381, sentido Belo Horizonte-Governador Valadares, na famosa Rodovia da Morte, no trevo que dá acesso a Santa Luzia, próximo ao distrito industrial, há uma trincheira construída pelo governo federal que consumiu mais de R\$10.000.000,00. Apenas dois anos depois de inaugurada, encontra-se completamente destruída, o que aconteceu pela má qualidade dos serviços. Essa obra foi tocada pelo Exército Brasileiro, pois o governo federal, o governo do Presidente Lula julgava necessário tocá-la com a maior celeridade possível, motivo de não tê-la submetido a licitação, a apreciação, para que fosse construída pela iniciativa privada. E assim ela foi realizada pelo Exército Brasileiro. Todos os que passam pela BR-381, sentido Belo Horizonte-Governador Valadares e vice-versa, quando se aproximam de Santa Luzia percebem a péssima obra

construída pelo governo federal. Esse é mais um exemplo do descaso, do despreparo e do desrespeito do governo Lula com os mineiros. Sr. Presidente, é preciso que isso acabe, é preciso que o governo federal leve mais a sério a questão das rodovias federais que cortam Minas Gerais. Minas possui a maior malha de rodovias federais do País. O Governador Aécio Neves, em sua gestão, propôs ao governo federal estadualizar todas as rodovias federais e receber a parcela da Cide devida ao Estado para fazer a recuperação e a manutenção de todos os trechos das rodovias federais que cortam o nosso Estado. Essa proposta, que recebeu um ótimo acolhimento por parte dos demais Governadores do Estado, não foi acolhida, não foi aceita pelo governo federal. Ora, se o governo federal não quer transferir a responsabilidade de recuperação e manutenção dessas rodovias aos Governadores, aos Estados, então que assuma essa responsabilidade, mas não da maneira despreparada e irresponsável como vem acontecendo.

Sr. Presidente Lula, é preciso tratar Minas e os mineiros com mais respeito. Venha a Minas Gerais. Venha conhecer o modelo de gestão do governo do Estado, do governo Aécio e Anastasia. Venha conhecer o modelo de recuperação de rodovias estaduais implementados pelo DER e pela Secretaria de Obras ao longo dos últimos sete anos. E, quem sabe, depois de conhecer essas ações e aprender com o governo estadual, V. Exa., seus subordinados e auxiliares não nos tragam e deixem presentes de grego, como o novo viaduto que substituirá o Viaduto das Almas, que há mais de três anos está pronto sem ser entregue à população. Para terminar, Sr. Presidente - sei que há outros oradores inscritos nesta tarde -, quero parabenizar o jornal "Estado de Minas" por esse excepcional editorial. Tenho certeza de que ele retrata bem, e muito bem, o sentimento de todos nós, mineiros, sejam aqueles que passam diariamente pela BR-040 no Viaduto das Almas, sejam aqueles que lá perderam parentes e amigos, sejam os brasileiros que cortam Minas Gerais pela BR-040 e também correm o mesmo risco. Obrigado, Sr. Presidente, esclareço que continuarei vigilante, cumprindo minha obrigação como parlamentar e, em especial, como Presidente da Comissão de Transporte desta Assembleia. Não vamos compactuar com esse tipo de tratamento que o governo federal está destinando ao nosso Estado de Minas Gerais, especificamente nas questões de obras de infraestrutura e de obras que trariam grande desenvolvimento e melhor qualidade de vida a todos nós, mineiros. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio* - Sr. Presidente, colegas Deputados, público que nos acompanha na Casa do povo mineiro, telespectadores da TV Assembleia, meus cumprimentos. Inicialmente quero registrar algumas atividades recentes que são extremamente importantes na área da segurança pública. Acompanhamos algumas lideranças da minha querida cidade de Oliveira à Secretaria de Defesa Social, onde fomos recebidos pelo nosso Secretário, Dr. Moacyr Lobato, pelo Subsecretário do Sistema Penitenciário, Dr. Genilson, e por outros auxiliares daquela Secretaria. Repito: lá estivemos para tratar de um assunto extremamente importante para Oliveira, dando sequência a um trabalho que já estamos fazendo há muito tempo. Só para lembrar uma situação recente, na semana anterior, há pouco mais de sete dias, estivemos com o Dr. Monteiro, Chefe da Polícia Civil, para tratar da segurança pública em Oliveira. A reunião com o Secretário de Defesa Social foi uma sequência desse trabalho, para garantir a Oliveira a solução de um problema crônico, que vem trazendo, como consequência, o agravamento dos problemas da área de segurança. Refiro-me à cadeia de Oliveira. Fomos assegurar a conclusão das obras da cadeia pública para que, de fato, seja um local apropriado, seguro, que tenha condições de combater a criminalidade e que os presos sejam tratados com dignidade, mas cumprindo a pena, que não fiquem ali entrando e saindo, como tem ocorrido, até porque não há vagas para todos. Muitos só vão lá assinar o papel, e a criminalidade está aumentando. Portanto, fomos lá cumprir o nosso dever e conseguimos dar um passo importantíssimo para garantir a segurança na querida cidade de Oliveira, com repercussão em toda a região.

Conseguimos, primeiramente, a definição clara de que as obras serão realizadas pelo governo do Estado, por meio da conclusão da cadeia pública. Houve uma longa história de convênio, assinado em 2005, mas a Prefeitura não conseguiu viabilizar a construção da cadeia. Mesmo o Estado tendo repassado o recurso, houve uma série de problemas, cadeia ficou inacabada e o Município não conseguiu cumprir as metas do convênio, por várias razões, sobre as quais não vou me alongar. Parece-me que a empresa quebrou e deu prejuízo a muita gente em Oliveira. A empresa foi contratada pela Prefeitura, e, no final das contas, restou uma obra inacabada, havendo o Estado delegado ao Município, que havia assinado um convênio, a responsabilidade de sua construção. Como a obra ficou inacabada, a mim, como representante da cidade, interessa apurar se houve ou não irregularidade e concluí-la. Tivemos a garantia do Secretário quanto à conclusão da obra. Isso para mim também não é suficiente. Queremos não só a conclusão da obra, mas também ações imediatas para melhorar a segurança.

Estavam conosco o Vereador Américo, representante da Câmara; o Presidente da Associação Comercial de Oliveira - Acinol -, meu prezado amigo Lucimar; o Vice-Prefeito Naldo e o Dr. Abelardo, Juiz de Direito. Várias lideranças de Oliveira estavam presentes naquela audiência, que eu, como Deputado, marquei. Queríamos não só a conclusão da cadeia, mas também uma ação imediata para melhorar a segurança aumentando o número de Delegados e policiais e, principalmente, que a cadeia fosse assumida pela Secretaria de Defesa, pela Subsecretaria de Sistema Penitenciário. Essa é uma solução importante porque os investigadores, os ex-agentes de Polícia Civil e a sua própria estrutura ficam disponíveis para combater a criminalidade, e não apenas para tomar conta de preso.

Para minha alegria, o nosso trabalho para que esse problema fosse resolvido deu resultado. Houve um comprometimento, e estarei acompanhando amanhã a publicação do edital para que a Secretaria assuma a cadeia pública. Isso significa R\$180.000,00 a mais de investimento por mês e a contratação de cerca de 50 Agentes Penitenciários, pessoas qualificadas, preferencialmente de Oliveira, o que geraria emprego e, ao mesmo tempo, combateria a violência.

Ao mesmo tempo que relato isso, cumprimento o Deputado Gustavo, que aqui está. Posteriormente lhe concederei aparte, porém peço que aguarde mais um segundo. V. Ex^a também é um lutador e acompanha de perto essas questões, ao fazer um trabalho sério na cidade de Oliveira e região. Portanto, deve ser, ou melhor, é conhecedor das questões que estou relatando e, mais, de algo que quero trazer a esta Casa.

Não sou de esconder nada debaixo do tapete, especialmente quando são atitudes não dignas do povo de Oliveira, educado, trabalhador e com uma história belíssima. Sempre digo que nós, amantes da cidade de Oliveira, que temos um compromisso com ela, sabemos que uma das coisas importantes de que nos orgulhamos é o fato de ela primar por uma educação de qualidade e por possuir um povo trabalhador, ordeiro, hospitaleiro e dinâmico; todavia, às vezes surgem algumas afirmações que não refletem o sentimento, o pensamento daquele povo.

Recentemente houve uma manifestação do Prefeito de Oliveira, em que fez ataques grosseiros e absolutamente injustos e absurdos contra o governo do Estado, atribuindo-lhe determinadas palavras e adjetivos, que não repetirei. Apenas digo que isso não é próprio de autoridade constituída, principalmente quando faz esse tipo de acusação sem nenhum fundamento, sem ter a preocupação de que quem acusa tem a obrigação de provar. Só porque estamos em uma democracia, algum adversário pensa que pode atacar, criticar e usar palavras caluniosas, simplesmente porque é adversário?

Se o Prefeito de Oliveira não é um indivíduo que goste ou tenha afinidade política com o Governador Anastasia e o ex-Governador Aécio Neves é um direito dele, mas esse não é o sentimento daquela população. Não tem ele o direito de chegar e fazer acusações caluniosas como o fez em relação à própria questão que envolve a cadeia pública. É preciso deixar claro, pôr os pingos nos is, porque ele foi a público acusar que a obra estava parada, culpando o Estado. Mentira. Isso não tem o menor fundamento. É uma acusação injusta. O governo do Estado, em 1995, fez um convênio e repassou o dinheiro. Se a empresa quebrou e não deu sequência adequada às obras, a culpa não é do governo do Estado. Se a Prefeitura não conseguiu executar o convênio, negociar um aditamento adequado de prazos, também a culpa não é do governo do Estado. Cobia à Prefeitura, uma vez que assinou o convênio, cumprir as cláusulas do convênio e executar a obra, como estava pactuado. Não adianta, depois, dizer que o que estava acordado não permitia fazer a obra. O Prefeito não é nenhuma criança ou, pelo menos, não deve agir como tal. Ele não é alguém que esteja fora do seu juízo ou, pelo menos, não deve agir como alguém que está fora do seu juízo. Se assina um convênio e assume a responsabilidade de executar uma obra por um determinado valor pactuado num convênio, tem a obrigação de executá-la. A Prefeitura não executou a obra. Não venha, pois, culpar o governo. Estamos lutando para que a obra seja realizada, mas ele já vem acusando

que será superfaturada, sem conhecer o projeto novo, sem saber das mudanças que foram feitas, sem saber que parte da obra feita, por meio do convênio entre Estado e Prefeitura, terá de ser refeita, por não ter sido realizada adequadamente, havendo, assim, um aumento de custo. Ele acusa sem saber que o Estado estará agora fazendo, além do que estava dimensionado no projeto inicial, outras obras, por exemplo, uma cozinha, para se ter ali uma cozinha industrial dentro das normas de segurança, a fim de evitar que venha refeição de fora para dentro do presídio. Será construída, também, uma área para tratamento médico e para assistência médica, assim impedindo a saída de preso para fora do presídio em qualquer momento, evitando o risco de fuga e melhorando a segurança.

Então, o Prefeito não procurou saber das mudanças do projeto e ataca, atira pedras, critica, provavelmente com outros propósitos. Isso não faz bem para a democracia, muito menos representa o sentimento do povo de Oliveira, que é sério, faz o que o Presidente da Associação Comercial, o Vice-Prefeito, o Juiz de Direito e o Vereador Américo fizeram, ou seja, dialogar conosco e buscar solução para os problemas. Fomos dialogar e buscar solução, agora estamos levando-a para a população. Estaremos, aliás, em Oliveira nesta semana.

Não quero alimentar essa polêmica. Nunca fui de alimentar polêmica com o Prefeito. Não me ocupo com isso. Gosto de trabalhar por Oliveira. Consigo convênio, como o que arrumamos recentemente, de R\$1.000.000,00, para a Prefeitura. Não sou apoiado pelo Prefeito, não sou da mesma linha política dele, mas preocupo-me com aquela cidade. Não posso aceitar que ele faça esse tipo de ataque, como fez, recentemente, contra um Vereador digno, íntegro, correto, o João da Madalena. Fez acusações sem nenhum sentido. Atacou, aliás, com palavras. Não fazem sentido, por exemplo, os ataques que faz contra o Vereador Walquir só porque é oposição, como se fosse proibido sê-lo.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado Domingos Sávio, serei breve. Gostaria de parabenizá-lo, primeiramente, pelo excepcional pronunciamento, pela forma correta e responsável com que conduz as suas palavras a respeito do assunto ora citado e também para solidarizar-me com V. Exa. e com o povo de Oliveira, que se sentiu e se sente constrangido pelas palavras proferidas pelo Prefeito da cidade contra a atual administração do governo do Estado. São palavras completamente injustas. Foi esclarecido o motivo da injustiça por V. Exa., com essa brilhante narração dos fatos que já aconteceram e dos que estão por acontecer.

É bom que a população de Oliveira tenha conhecimento disso. O governo do Estado dará um presente a Oliveira com a construção dessa nova penitenciária, desse novo presídio, ou melhor, da cadeia pública, com um projeto muito mais moderno e maior, que abrigará um número maior de pessoas, atendendo da melhor forma possível a população de Oliveira. A construção dessa cadeia trará de volta o sentimento de segurança que precisa percorrer toda cidade.

Mais que isso, também quero solidarizar-me com o Vereador Walquir, que foi atacado na mesma gravação; o Vereador João da Madalena e o nosso Vereador Prego, que são pessoas daquela cidade, da melhor qualidade política e que fazem oposição porque a população as colocou na Câmara justamente para fazer oposição à atual gestão. Aqui na Assembleia também existe um grupo de oposição ao atual governo, e o antigo Governador, o atual Governador, o candidato a Vice-Governador, Presidente desta Casa, todos nós temos por ele o maior respeito. É importante para a democracia que haja os dois lados: o da Situação e o da Oposição. É no debate de ideias que se constrói um novo Estado e, no caso de Oliveira, uma nova cidade.

É bom que fique claro, para os quatro cantos de Minas Gerais, que a população de Oliveira não concorda com o que foi dito pelo Prefeito da cidade. Até porque, recentemente, uma pesquisa feita na cidade sobre a aprovação do governo do Estado, do Governador Aécio e do próprio Governador Anastasia, chegou muito próxima de 80%. Aliás, recebi apelos de pessoas da cidade para que reproduzíssemos a entrevista do Sr. Prefeito em que ele faz injustas acusações ao governo do Estado. No entanto, achei por bem não trazer essa entrevista para não deixar a população de Oliveira constrangida. Vou guardar essa reprodução, até porque a maioria maciça da cidade está ao lado desses Vereadores que defenderam e defendem o governo Aécio Neves e o governo Anastasia.

Parabéns pelo trabalho de V. Exa. em prol dessa cidade. Conte comigo. Sou um soldado e estarei ao seu lado, nas trincheiras, para fazer de Oliveira e região cidades com melhor qualidade de vida para a população. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio* - Caminhando para a conclusão, apenas gostaria de deixar claro que a minha manifestação não irá além disso, porque não se justifica ocupar o meu tempo para rebater o Sr. Prefeito. O meu desejo é apenas trazer à luz da verdade mais um momento de infelicidade. Ao invés de resolver o problema com representantes da Câmara, do Judiciário ou da própria Associação Comercial, o Prefeito partiu para o ataque contra o governo do Estado, sem nenhum sentido ou fundamento. Agora, o importante é darmos as mãos e somar esforços pela cidade de Oliveira, em prol da conclusão da obra.

A obra não tem por objetivo trazer presos de outras cidades para Oliveira. Lá, a cadeia pública é tão precária que cerca de 50 presos estão fora dela, com mandado de prisão definido. Isso é uma tragédia. Se o indivíduo cometeu um crime e não está preso, essa impunidade poderá estimular a continuação da delinquência. Os condenados precisam estar presos numa cadeia estruturada e segura, e é por isso que vamos concluir a construção. No entanto, de imediato, o que faremos será garantir a contratação de 50 Agentes Penitenciários e um Delegado para melhorar a segurança pública. O governo do Estado, a Prefeitura e o governo federal precisarão somar esforços para melhorar a segurança de Oliveira e de toda a região do seu entorno. Muito obrigado, Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Primeiramente, cumprimento o Presidente, os companheiros e a imprensa. Quero também levar o meu abraço e a minha solidariedade, e vou dizer por que, à população de Itacambira e Lassance.

Sr. Presidente, antes de tocar no assunto que me traz hoje a esta tribuna, quero comentar um pouco o pronunciamento do Deputado Délio Malheiros, quando tratou da saúde da nossa população e teceu algumas críticas aos planos de saúde que operam aqui no nosso Estado e, de uma maneira especial, em Belo Horizonte. Temos uma moeda com duas faces. Primeiro, a questão da saúde pública. Como médico e Vice-Presidente da Comissão de Saúde, posso testemunhar que nunca a saúde pública, o SUS, esteve em nosso país em situação tão precária, difícil e complicada, principalmente pela acessibilidade do usuário do SUS aos tratamentos, que ele oferece a 85% da população brasileira.

Já se vão praticamente mais 10 anos que não se faz uma revisão das tabelas de saúde. Isso predispõe a movimentos grevistas, como está acontecendo em Montes Claros: há 10 meses, não se faz uma cirurgia eletiva ou programada nesse Município. Trata-se de uma cidade de 400 mil habitantes, com uma população flutuante em torno de um milhão de pessoas. Os anestesistas estão em greve. Milhares de pessoas estão deixando de fazer cirurgias importantes, sofrendo muito. Quem pode pagar uma cirurgia opera, já quem não pode está fadado até mesmo a morrer por falta de uma assistência melhor.

Por várias vezes, gritamos e reivindicamos. O governo do Estado tem socorrido, na medida do possível, com repasses de recursos à Prefeitura, mas não estamos enxergando uma luz no fim desse túnel. A situação está precária. Essa é a face negativa da moeda, um tema que precisa de ser amplamente debatido. Tenho visto depoimentos dos candidatos à Presidente da República quando falam sobre economia, política externa brasileira e vários outros assuntos; mas quando se toca na saúde pública, parece que há um silêncio combinado, sepulcral. Não se fala disso, não se discute, não se respondem às perguntas. E a vida vai continuando. E o povo vai morrendo pelas filas do SUS afora.

O que está acontecendo em Montes Claros é preocupante. Sr. Presidente, tomamos a liberdade, estivemos com o Secretário de saúde e apresentamos denúncias também ao Ministério da Saúde, porque Montes Claros é a principal cidade da região mais desassistida que temos em Minas Gerais. E não há nenhuma perspectiva de resolver a questão da saúde pública. O acesso a exames de alta complexidade é uma tragédia em Montes Claros. Não queremos apontar culpado, mas cobrar providências dos culpados, porque não é possível que a situação continue da forma como está.

Neste final de semana, estive percorrendo alguns Bairros de Montes Claros e as principais reclamações que me vieram foram com relação à saúde pública dessa cidade. Os médicos fazem o que podem. Os prontos socorros dos hospitais estão abarrotados e prestam atendimento na medida do possível, mas há demanda, há represamento de cirurgias programadas. E não são cirurgias desnecessárias, estamos falando de cirurgias de próstata, de varizes, de hérnia e ginecológicas, que são importantes, e não se realizam há mais de 10 meses na cidade de Montes Claros.

A outra face da moeda é a questão dos planos de saúde. Efetivamente quem pode pagar está recorrendo a um plano de saúde. Temos bons planos de saúde em Belo Horizonte e no nosso Estado, que têm dado uma assistência fantástica às pessoas que podem e são cooperadas.

Jogar a culpa nessas empresas que trabalham bem, de forma correta e séria, é, no mínimo, uma falta de bom-senso, assim como é utilizar esta tribuna, este espaço, para falar do que está dando certo. Vamos reivindicar soluções apenas para o que não está dando certo, e não simplesmente jogar a culpa em um trabalho médico cooperado que recebe aprovação de 90% dos associados. Isso é querer encontrar defeitos no que está dando certo. Infelizmente ainda escutamos pronunciamentos desse tipo e posições dessa natureza.

Sr. Presidente, gostaria de falar um pouco sobre Itacambira e Lassance. Neste ano, universitários de várias especialidades da Universidade Castelo Branco do Rio de Janeiro, junto a professores, fizeram adesão ao Projeto Senar-Rondon e visitaram as cidades de Itacambira e Lassance. Quando foi feito o internato rural, ou seja, quando os estudantes saíram da Capital sofisticada que é o Rio de Janeiro e foram para uma cidade do interior de Minas Gerais, certamente se depararam com uma realidade bastante diferente da que estão acostumados a viver no seu Estado. O que me chamou a atenção foram algumas declarações feitas por esses estudantes, que deveriam estar preparados para encontrar dificuldades e, então, fazer uso do conhecimento que obtiveram nas ricas universidades do Rio de Janeiro. No entanto, eles dispararam uma verdadeira metralhadora de denúncias e mostraram, por meio da imprensa, as dificuldades dessas cidades de uma forma bastante negativa, para não dizer injusta e covarde. Esses são Municípios carentes, que enfrentam dificuldades, mas os estudantes deveriam recolher-se ao silêncio e às experiências e utilizá-las em suas atividades profissionais. Mas, por meio de um grande órgão de imprensa de Belo Horizonte, começaram a expor as entranhas das dificuldades do povo do Norte de Minas de uma forma covarde e cheia de inverdades.

Gostaria de ler alguns tópicos para mostrar o despreparo desses estudantes, que aderiram ao Projeto Rondon; deveriam estar aplicando seus conhecimentos para ajudar a comunidade, mas, ao contrário, expõem a situação de forma negativa, causando preocupação muito grande nas pessoas e uma tristeza profunda nos administradores e no povo de Itacambira e de Lassance. (- Lê:) "Itacambira e Lassance. Deixar o conforto de casa e abrir as portas para uma miséria desconhecida, que parece estar mais distante do que se imagina, foi o desafio dos universitários e professores da Universidade Castelo Branco, do Rio de Janeiro, que se candidataram ao Projeto Senar-Rondon. Durante a jornada, eles descobriram que não é preciso atravessar continentes e aprender idiomas para perceber o quanto falta para tanta gente". E vão por aí afora. (- Lê:) "Nos mais de 1.300m de altitude da Serra Resplandecente, em Itacambira, os estudantes reservaram um tempo para um dos raros momentos de lazer. 'Nunca fui num lugar tão bonito', sussurrou o estudante de veterinária". Tem seu nome escrito aqui, mas não vou declinar. (- Lê:) "O contratempo é que as belezas naturais acabam escondidas por desigualdades tão gritantes". E veremos mais. (- Lê:) "Das 28 comunidades rurais que compõem Itacambira, apenas 1 tem água tratada. Os investimentos em água potável deveriam ter começado em outubro de 2009. A licitação já foi definida com a Construtora Sanenco, responsável pelas obras que devem custar R\$18.000.000,00". Mostram aqui as providências que o governo do Estado tem tomado. Então relatam invasão e roubo no alojamento.

Pelo contrário, obtivemos as informações de que eram estudantes que promoviam festas até altas horas da noite. Na verdade, foram parar na delegacia acusando a população, que é ordeira, pacata e que respeita as pessoas, de os terem roubado. Nada disso foi constatado, deixando dúvida sobre a idoneidade do povo de Itacambira.

Falam sobre o alerta para jovens entregues ao "crack". Em Itacambira, uma das preocupações é o aumento de doenças cardíacas, como hipertensão, e renais, que cresceram significativamente nos últimos anos. Começam a falar sobre os problemas sérios de saúde, que deveriam ter levado para casa com o intuito de encontrar soluções. Além disso, sobre a negligência com a vacinação - o que não é verdade. O Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA - tem realizado um trabalho muito bom. Não falam sobre o Ideb, mas sim das dificuldades e das carteiras. Em relação a esse índice, Minas Gerais ocupa hoje o 1º lugar, à frente do Estado do Rio de Janeiro. Não falam sobre a reforma das escolas, mas do transporte escolar. E por aí afora. Isso vem culminando com algumas declarações de que porcos e galinhas se misturam ao lixo nas ruas do Distrito de São José. Isso não é verdade.

Fico muito triste quando vejo declarações como essas. Por exemplo, as escolas estão cheias, embora as salas de aulas estejam longe do ideal. Todas as escolas estaduais foram reformadas. No Distrito de São José foi construída uma escola pelo Estado no valor de R\$3.000.000,00, que foi inaugurada em tempo recorde. Parece que eles estavam em outra cidade, e não em Itacambira. Estavam acusando o desdém que pode ser legitimado. As dificuldades começam nas casas muito pobres, com quintais que acolhem e misturam fossas improvisadas com hortas, palmares e chiqueiros e a criação de animais. Na verdade, são comunidades que revelam o costume de criar os seus filhos enrolando fumo e estudando em escolas precárias, imperando a expectativa de um futuro melhor. Falam sobre os hábitos simples para eles e que não viram na cidade. Disseram que os moradores não têm o hábito de assistir à televisão, de ter um computador e manusear um celular ou simplesmente de tomar um banho de chuveiro quente.

Fico questionando que Brasil é este, que educação há neste país. Estudantes de veterinária, medicina e economia que saem das suas universidades para conhecer o que está ocorrendo neste país, mas depois publicam inverdades e expõem as coisas dessa forma, causando uma dor profunda na população desses dois Municípios.

Sr. Presidente, só gostaria de responder. Questionaremos essa universidade para que se responsabilize por essas inverdades e essas mentiras que feriram e machucaram profundamente mais de 12 mil pessoas que compõem a população de Lassance e Itacambira. Por exemplo, não falam que em Itacambira está se construindo hoje uma estrada belíssima de 60km por meio do Processo. Além disso, que a cidade tem hoje um telefone celular que possibilita comunicar-se com todo o mundo; que todas as escolas estaduais foram reformadas e em todos os povoados há uma sede, uma Unidade Básica de Saúde - UBS - construída com uma equipe do Saúde da Família, que conta com ambulâncias doadas pelos governos estadual e federal e possui o Samu regional. Na verdade, a única região de Minas Gerais que tem um Samu regional é o Norte de Minas. Milhares de atendimentos são feitos por mês e estão lá desafiando essas pessoas que se calam diante desses avanços que obtivemos. O Luz para Todos atendeu a toda a população dos dois Municípios e é uma obra importante dos governos estadual e federal. O Ideb de Minas hoje é o primeiro de todos os Estados. Essa é uma conquista que há pouco tempo não imaginávamos conseguir. O Idene possui um programa de combate à pobreza rural e de transporte.

Deixo aqui minha solidariedade aos dois Municípios, ao povo de Itacambira e de Lassance, e minha indignação em relação à Universidade Castelo Branco, do Rio de Janeiro, que enviou ao nosso Estado jovens despreparados, que não conhecem a realidade e que deveriam estar cientes de suas responsabilidades. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 30/8/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Wander Borges

exonerando, a partir de 8/9/10, Luíz Antônio dos Santos do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

nomeando Geraldo Sérgio da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Karina Augusta Rodrigues Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

nomeando Luiz Antônio dos Santos para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Igor Leandro Oliveira Silva para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª Vice-Presidência.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e do art. 7º da Resolução nº 5.198, de 21/5/01, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.767, de 11/5/89, assinou o seguinte ato:

nomeando Letícia Sabadini de Paula Bomfim para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão VL-41, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da 2ª Vice-Presidência.

Nos termos da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e de acordo com a Lei nº 15.014, de 15/1/04, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.195, de 4/7/00 e 5.310, de 21/12/07, assinou os seguintes atos:

nomeando Cynthia Sheilla Miranda Silveira dos Santos para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 81º lugar em concurso público;

nomeando Fábio Tesolin Rodrigues para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 77º lugar em concurso público;

nomeando João Henrique Galvão para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 78º lugar em concurso público;

nomeando Leandro Silva Abreu para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 79º lugar em concurso público;

nomeando Cristina Lúcia de Assis Andrade para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 80º lugar em concurso público;

nomeando Heloísa Matilde Diana para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 10º lugar em concurso público na lista de portadores de deficiência e em 923º na lista geral de classificação;

nomeando Júlio Cesar e Melo para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Analista de Sistemas, Área I – Desenvolvimento de Sistemas, padrão VL-44, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 11º lugar em concurso público;

nomeando Maria Clara Estevam Pereira para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Consultor Legislativo – Área I – Gestão Pública, padrão VL-44, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 3º lugar em concurso público;

nomeando Daniel Alonso Sotomayor Olivares para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Consultor Legislativo – Área II – Finanças Públicas, padrão VL-44, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 6º lugar em concurso público;

nomeando Philippe Marques Carvalho Maciel para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Consultor Legislativo – Área III – Desenvolvimento Econômico, padrão VL-44, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 5º lugar em concurso público;

nomeando Cristiane Marçal dos Santos para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Consultor Legislativo – Área VI – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Desporto e Lazer, padrão VL-44, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 3º lugar em concurso público;

nomeando Renata Carceroni Mesquita para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Consultor do Processo Legislativo, padrão VL-44, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 14º lugar em concurso público;

nomeando Paula Nogueira Carneiro para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Consultor do Processo Legislativo, padrão VL-44, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 15º lugar em concurso público;

nomeando Letícia Martinez Matos para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Programador Visual - Área I - Designer, padrão VL-44, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 5º lugar em concurso público;

nomeando Clarice Maia Scotti para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Programador Visual - Área I - Designer, padrão VL-44, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 6º lugar em concurso público;

nomeando Rosanea Aparecida de Freitas para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Redator-Revisor, padrão VL-44, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 19º lugar em concurso público.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2010

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 71/2010

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 65/2010

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 20/9/2010, às 10 horas, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de fita crepe.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório, na Rua Rodrigues Caldas, 79 (Ed. Tiradentes), 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 3 de setembro de 2010.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 2/9/10, pág. 64, col. 4, onde se lê:

"Fabiana Maria Lopes de Souza", leia-se:

"Fabiana Maria Lopes de Souza Moreira".